



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA  
AFRO- BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA  
PPGA-UFC/UNILAB**

**BRUNO ALVES DE SOUSA**

**“É DIFERENTE? ISOLA”:  
JOVENS LGBTQIA+ NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

**FORTALEZA**

**2021**

BRUNO ALVES DE SOUSA

**“É DIFERENTE? ISOLA”:  
JOVENS LGBTQIA+ NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Marcelo Tavares Natividade.

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S696“ Sousa, Bruno Alves de.  
“É diferente? Isola”: jovens LGBTQIA+ no sistema socioeducativo / Bruno Alves de Sousa. – 2021.  
219 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Marcelo Tavares Natividade.

1. Sistema Socioeducativo. 2. LGBT. 3. Gênero e sexualidade. 4. Marcadores sociais da diferença. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD 301

---

BRUNO ALVES DE SOUSA

“É DIFERENTE? ISOLA”:  
JOVENS LGBTQIA+ NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Antropologia. Área de concentração: Ciências Humanas e Sociais.

Aprovado em: 31 / 05 / 2021.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Marcelo Tavares Natividade (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Violeta Maria de Siqueira Holanda  
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Prof. Dr. Guilherme Rodrigues Passamani  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

---

Prof. Dr. Camilo Albuquerque de Braz  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Aos meus pais.  
Ao meu irmão Adriano.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por me dar forças nesses momentos tão difíceis pelos quais a humanidade tem passado.

Ao ensino superior público, gratuito e de qualidade e à pesquisa na pós-graduação, essencial para transformar a sociedade brasileira.

A todas as amigas e amigos de pós-graduação em Antropologia da UFC/UNILAB. Agradeço demais pela partilha diante de todas as intempéries.

Ao professor Marcelo Tavares Natividade pela orientação, pela compreensão e pelas oportunidades que me concedeu de atuar no Observatório Nacional da Política LGBT nesses últimos anos, pela confiança depositada no trabalho, pela paciência e atenção no acompanhamento ao longo da orientação, pela ampla liberdade conferida a mim na abordagem do tema e pela disponibilidade em ajudar na pesquisa com seus conhecimentos, procurando compreender as minhas ideias.

Aos professores e às professoras do PPGA/UNILAB por não desistirem de fomentar a Antropologia em nosso estado. Agradeço pelas aulas, aprendizados e partilha de afetos.

Aos professores participantes da banca Examinadora: professora Violeta Maria de Siqueira Holanda, professor Guilherme Rodrigues Passamani e professor Camilo Albuquerque de Braz, pelo aceite do convite para participar da defesa, pela disponibilidade de tempo nesse momento tão atípico de pandemia.

Ao professor Martinho Tota, pelas contribuições por ocasião da banca Examinadora de Qualificação.

Aos interlocutores e interlocutoras da pesquisa, que infelizmente não posso nomeá-los, mas desejo que cada caractere seja um abraço de “muito obrigado”. Agradeço por aceitarem participar da pesquisa e pelo tempo concedido nas entrevistas, bem como pelas colaborações. Agradeço em especial aos e às jovens que confiaram seus relatos, pelos quais serei eternamente grato.

À Superintendência Estadual do Atendimento Socioeducativo (SEAS) pela oportunidade de realizar a entrevista com socioeducandos e socioeducandas, em especial ao Centro Socioeducativo Patativa do Assaré e ao Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa.

Ao Ministério Público do Estado do Ceará pela parceria com a universidade pública nesse estudo tão importante e pela incansável defesa dos direitos humanos.

À Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Ceará pela parceria com a universidade pública e pelas colaborações com essa pesquisa.

Aos e às colegas do Observatório Nacional da Política LGBT pela partilha acadêmica desses últimos e agitados anos.

Aos e às colegas do GEERP Liberdade por todas as interlocuções acadêmicas e pelos bons momentos de convivência presencial e virtual.

Às colegas e chefias de trabalho da UFC pelo estímulo à minha capacitação profissional, com afastamentos para estudos.

À Val e ao David, por terem sido meus amigos e companheiros, por terem compreendido todos os sumiços e por terem sido meu ponto de apoio nos momentos mais dilemáticos ao longo desses anos. Amo vocês.

À minha família por absolutamente TUDO!

A todos e todas que lutam por um outro modelo de sociedade e contra toda e qualquer forma de opressão.

“Dizem que meninos são assim mesmo. Quando dizem ‘meninos’ não estão falando de nós. Estão falando de outros meninos, de outros lugares. Quando pudemos ser meninos? Não posso ser algo que não sou. Não sou um cidadão. Não querem que eu seja. Nem eu quero ser. Estou em um lugar que não conheço. Metade dentro, metade fora... Não importa onde eu vá.” (Trecho de *Olhos que Condenam*, série de Ava Duvernay).

## RESUMO

A dissertação se ambienta no sistema socioeducativo cearense. O objetivo geral da pesquisa é compreender como as vivências de sexualidade e gênero de adolescentes e jovens identificados como LGBTQIA+ são atravessadas pela experiência da internação. A metodologia é eminentemente qualitativa. Para tal empreendimento, realizei pesquisa de notícias da internet e de documentos junto a órgãos públicos. O levantamento bibliográfico compreendeu trabalhos sobre aprisionamento de adultos *LGBT* e medidas socioeducativas. No campo, acompanhei eventos com sujeitos das políticas públicas para infância e adolescência e de diversidade sexual, além de conversar informalmente com interlocutores. No decorrer do trabalho, a pandemia da Covid-19 se disseminou e foram necessárias adaptações metodológicas. Por isso, realizei entrevistas através de plataformas virtuais com três jovens de centros masculino e feminino, com apoio do Ministério Público do Ceará, além de profissionais dessas áreas. Percebi a pouca visibilidade desses sujeitos, dada a ausência de normativas específicas. A preocupação com a violência nesses centros e os ataques aos direitos civis na arena pública deixaram tais pessoas às margens dessas políticas.

**Palavras-chave:** sistema socioeducativo; *LGBT*; gênero e sexualidade; marcadores sociais da diferença; políticas públicas.

## ABSTRACT

The research context is the Juvenile Justice System in Ceará. The main subject is understanding how sexual and gender experiences of adolescents and young people identified as LGBTQIA+ are crossed by the experience of arrest. The methodology is eminently qualitative. For this, I researched on internet news and public documents. The bibliographic survey included imprisonment of LGBT adults and educational measures. In the fieldwork, I followed events with subjects of public policies for childhood and adolescence and sexual diversity, in addition to informal conversations with interlocutors. During this time, the Covid-19 pandemic spread and methodological adaptations were necessary. Therefore, I conducted interviews through virtual platforms with three young people from male and female centers, supported by the Public Prosecutor's Office in Ceará, and with professionals in these government areas. I noticed the little visibility of these subjects, caused by absence of specific regulations. Concern about violence in these centers and attacks on civil rights in the public arena have left such people in the margins of these policies.

**Keywords:** juvenile justice system; LGBT; gender and sexuality; social markers of difference; public policy.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CEDECA	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNPIR	Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conjuve	Conselho Nacional de Juventude
CRLGBT	Centro de Referência LGBT Janaína Dutra
CV	Comando Vermelho
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente,
Depen	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GDE	Guardiões do Estado
GRAB	Grupo de Resistência Asa Branca
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Infopen	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
LA	Liberdade Assistida
LGBTQIA+	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexuais, assexuais
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
MPCE	Ministério Público do Estado do Ceará
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCC	Primeiro Comando da Capital
PSC	Prestação de serviço comunitário
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAP	Secretaria de Administração Prisional
SEAS	Superintendência Estadual do Atendimento Socioeducativo
SEJUS	Secretaria da Justiça e Cidadania do estado do Ceará
Sinase	Sistema Nacional do Sistema Socioeducativo
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
STF	Supremo Tribunal Federal

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>QUEDA: uma introdução</b> .....	13
<b>1.1</b>	<b>Qual minhas área?</b> .....	14
1.1.1	Aproximação pessoal com o tema.....	15
1.1.2	Objetivos .....	18
1.1.3	Perguntas de partida.....	19
<b>1.2</b>	<b>A passagem</b> .....	20
1.2.1	O campo.....	20
1.2.2	As sujeitas e os sujeitos da pesquisa.....	23
1.2.3	Terminologias e conceitos.....	25
<b>1.3</b>	<b>A metodologia</b> .....	28
<b>1.4</b>	<b>Disposição dos capítulos</b> .....	33
<b>2</b>	<b>OS DECRETOS E OS “DECRETOS”</b> .....	34
<b>2.1</b>	<b>Um país de todos, mas nem tanto</b> .....	34
2.1.1	Emergência e revogação do gênero.....	36
2.1.2	Não é sério.....	42
2.1.3	Nem senzala nem vala.....	44
<b>2.2</b>	<b>Um Ceará não muito pacífico</b> .....	46
2.2.1	Ceará de Todxs?.....	47
2.2.2	Negros na Terra da Luz.....	55
2.2.3	É sal, pivete?.....	56
<b>2.3</b>	<b>Uma Fortaleza não tão bela</b> .....	60
2.3.1	Uma Fortaleza menos colorida.....	60
2.3.2	Vai dá certo?.....	69
2.3.3	Desconsiderando o nego.....	71
<b>2.4</b>	<b>Síntese interseccional</b> .....	74
<b>3</b>	<b>PANE NO SISTEMA</b> .....	76
<b>3.1</b>	<b>De Suzy aos empata-foda</b> .....	76
<b>3.2</b>	<b>Controvérsias no sistema socioeducativo cearense</b> .....	84
<b>3.3</b>	<b>Eu, uma corpa trans dentro dum sistema colapsado</b> .....	96
<b>3.4</b>	<b>Chegou uma máquina que ninguém sabe ligar</b> .....	104
<b>3.5</b>	<b>A primeira trans e outros rebuliços</b> .....	116

<b>4. “DENTRO DO SISTEMA ELES NÃO ACEITA”</b> .....	128
<b>4.1 Jovens LGBTQIA+ no centro e no centro</b> .....	129
<b>4.2 Prévias das entrevistas</b> .....	133
<b>4.3 Nome social ou vulgo?</b> .....	135
<b>4.4 Os morenos</b> .....	137
<b>4.5 Irmãos</b> .....	139
<b>4.6 Segredos e Problemáticas</b> .....	143
<b>4.7 Comecei a seguir os caminhos do Senhor e meu desejo por homem parou...</b>	144
<b>4.8 Vidas ruins</b> .....	146
<b>4.9 Jeito de homem, gesto de homossexual</b> .....	156
<b>4.10 A corda sempre arrebenta pro lado mais fraco</b> .....	158
<b>4.11 Eu sou mulher, eu sou menina</b> .....	166
<b>4.12 O meu sonho é isso</b> .....	166
<b>4.13 Palinha</b> .....	168
<b>4.14 Vistoria</b> .....	169
<b>4.15 Tempestade no copo d’água</b> .....	171
<b>4.16 Cabrões</b> .....	172
<b>4.17 Na liberdade a pessoa tá ali pra fazer o que quer, mas dentro do sistema</b> ... ..	177
<b>4.18 Interlúdios para uma vida boa?</b> .....	181
<b>5. A LIBERTA É UMA LUTA CONSTANTE: considerações finais</b> .....	185
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	190
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM JOVENS LGBTQ</b> .....	209
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM ÓRGÃO LGBTQ</b> .....	211
<b>APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO</b> .....	213
<b>ANEXO A – CHECK IN DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO ALDAMI BARBOSA MOTA</b> .....	215
<b>ANEXO B – CHECK IN DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO PATATIVA DO ASSARÉ</b> .....	216

<b>ANEXO C – FOTOS DO INTERIOR DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO.....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO D – FOTOS DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO FEMININO.....</b>	<b>218</b>
<b>ANEXO E – FOTO DE CENTRO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO DURANTE O COLAPSO.....</b>	<b>219</b>

## 1 QUEDA: uma introdução

“Quer conhecer uma sociedade? Olhe como ela trata seus prisioneiros”. Dessa forma, uma freira integrante da Pastoral Carcerária iniciou sua exposição durante um curso de formação com defensores públicos recém-empossados no auditório da Defensoria Pública do Ceará, em outubro de 2019. Trata-se de mais uma adaptação de um pensamento, corriqueiramente atribuído a Dostoiévski<sup>1</sup>, que sempre me despertou bastante curiosidade. Nada mais eloquente a respeito de uma sociedade do que o tratamento dispensado às pessoas privadas de liberdade. E o que dizer daquela em que adolescentes e jovens (alguns deles LGBTQIA+<sup>2</sup>) são internados cada vez mais cedo, por mais tempo, em maior número, tendo cerceado o seu ir e vir, precocemente?

*Caí* no sistema socioeducativo como um pesquisador em 2018, tendo pesquisado nesse campo até 2021. Uso tal expressão, em alusão à gíria utilizada por jovens quando ingressam em centros socioeducativos<sup>3</sup> para cumprirem sua internação: a *queda*. No início, ao apresentar meu interesse de pesquisa a uma pesquisadora, ouvi a pergunta: “E tem LGBT no sistema?”. Em outro momento, ao debater o assunto de minha pesquisa com um grande amigo, ativista tanto da causa da diversidade sexual e de gênero quanto da infância e adolescência, ele comentou: “Nossa, muito distante”. Mesmo sendo gay, ele também avaliou esse olhar no sistema socioeducativo com distanciamento. Ali percebi que, de fato, a existência dessas pessoas não era tão conhecida a ponto de ser autoevidente, enfim visível. Precisava fustigar. Por isso, decidi realizar a investigação com jovens LGBTQIA+ que estavam no sistema socioeducativo: queria conhecer suas histórias.

Não foi uma queda sem arranhões. Precisei construir novas redes, conhecer algumas terminologias com as quais não estava devidamente familiarizado, revisitar algumas visões e conceitos um tanto estabilizados, além de atentar ao que Bourdieu

---

<sup>1</sup> “O grau de civilização de uma sociedade pode ser medido pela maneira como tratam seus prisioneiros”. No entanto, a autoria dessa frase é incerta.

<sup>2</sup> Significa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, queer, intersexuais, assexuais e demais possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero dissidentes. A opção por essa sigla será explicada mais adiante.

<sup>3</sup> Sinônimo de *unidades socioeducativas*, porém o termo preferido no campo é *centros*. São instituições geridas pelo governo estadual, voltadas a atender adolescentes autores de ato infracional (crime ou contravenção penal, quando praticados por eles), em regime de internação provisória, privação de liberdade ou semiliberdade. A função desses órgãos é levar em conta as necessidades básicas desses jovens, em prol de sua reinserção ao convívio social e familiar, após o cumprimento da medida socioeducativa a qual foram submetidos. As informações sobre o funcionamento do sistema serão dadas no capítulo seguinte.

(1990) denomina de *vigilância epistemológica* no meu trabalho quanto à construção do objeto, aos procedimentos adotados e repensados, às parcerias que fui estabelecendo e às implicações éticas de cada relação. Aliás, comentarei meu ponto de partida.

### 1.1 Qual *minhas* área?

Como cheguei aqui? Ou mais precisamente: *qual tuas área, tio?* Eis uma das primeiras perguntas feitas por jovens quando acabam de ingressar em centros socioeducativos. Lá numa tentativa de georreferenciar a cada um que adentra àqueles espaços profundamente estratificados. E cá estou a responder a mesma pergunta, nouro contexto seguramente mais ameno, dando minhas coordenadas teóricas.

Venho dos estudos de gênero, que atravessam minha formação e produção acadêmica já faz algum tempo<sup>4</sup>, desde a graduação em Direito em 2013 pela Universidade Federal do Ceará. Até então, as temáticas relacionadas à criança e adolescente, bem como à juventude não eram meu carro-chefe na pesquisa. Depois é que vieram ganhando corpo.

Posteriormente, mais maduro, acompanhei fatos políticos que agitaram o Ceará em meados de 2015 (em especial, a crise do sistema socioeducativo). Recordando de memórias de minha juventude na periferia de Fortaleza, comecei a me voltar tímida e paulatinamente nos anos seguintes também para essa temática e a violência específica que se abatia sobre esse público. Desde o início, o orientador Marcelo Natividade chamava minha atenção para uma estatística de que tomou conhecimento em outra pesquisa. 90% dos jovens *LGBT* no Rio de Janeiro cumpriam medidas socioeducativas por furto de comida! As violações deveriam ser analisadas de forma bem ampla.

Inspiro-me do ponto da antropologia do Estado (BIRMAN, NATIVIDADE, 2016) para investigar as linhas de força no fazer da política brasileira cujos *retrocessos* e *desmontes* perpassam as intersecções entre violência do Estado, política pública e direitos humanos, assumindo a *instabilidade como dinâmica*, os *embaralhos* entre o legal e o ilegal e um *conservadorismo imperante* em função de uma cultura cristã difusa.

---

<sup>4</sup> Apresentei uma monografia sobre a constitucionalidade da criminalização da LGBQIA+fobia no Brasil à luz do princípio da laicidade estatal. Para mais, ver Sousa (2013).

Desde então, venho acompanhando regularmente a política socioeducativa cearense, com uma lente voltada para gênero e sexualidade em interface com essas outras dimensões. Explico mais adiante a respeito dessa implicação pessoal com o tema.

### 1.1.1 Aproximação pessoal com o tema

Fustigando reminiscências pessoais para sondar a respeito de por que esse tema me implica tanto, mesmo eu não tendo vivido qualquer experiência da institucionalização, descobri na análise que havia algumas possíveis razões, no âmbito da infância e da família, para enfim chegar à academia. Todas elas de alguma forma margeiam os assuntos abordados essa dissertação.

A primeira delas exige uma breve remissão a um evento de quando eu era criança. Certa vez, durante uma brincadeira de *travinha*<sup>5</sup>, um colega deu um murro no outro e sumiu por uns tempos das partidas de futebol. Foi parar no Juizado de Menor, disseram à época. Foram meses sem saber do Fafá. Desde então, fiquei com o pé atrás com tudo o que dizia respeito a Juizado. Já ouvia alguns insultos homofóbicos àquela época, quando nem eu mesmo compreendia bem minha sexualidade. Assim que a bola chegava aos meus pés, um começava: *viadinho*. A tentação do revide era grande, mas o medo do Juizado era maior. Engolia o choro e voltava pra casa.

Outro eventual motivo é que, em minha família, tenho um primo que passou pelo sistema socioeducativo. Pai desconhecido, mãe falecida, criado por minha tia-avó, esse parente paulista veio a Fortaleza na adolescência. Pouco convivemos juntos. Lembro que ouvia peripécias dele, mas a mais grave foi sua prisão. Segundo minha mãe, ele arrumou uma namorada com quem foi traficar na Beira Mar. Ele foi pego. Desde então, não tivemos mais contato. Além disso, já tive um tio jovem assassinado há alguns anos. Sua morte se deveu ao *envolvimento com droga e amizades erradas*, no dizer de minha vó.

Mais um episódio que rememorei foi uma visita a um abrigo para crianças e adolescentes, situado na região metropolitana de Fortaleza, durante minha primeira pesquisa na graduação. Era uma associação beneficente católica que as retirava da rua para oferecer moradia e assistência religiosa. A casa era muito aprazível, contava inclusive com piscina e recebia só meninos. Enquanto o educador social deu uma pausa

---

<sup>5</sup> Brincadeira comum entre meninos, em especial nos bairros da periferia em razão da falta de quadras e campos. Era um futebol jogado na rua. Juntavam-se dois tijolos (ou mesmo um par de chinelos) em cada extremo da rua para improvisar traves e delimitar um campo de futebol em pleno asfalto.

na apresentação das instalações, notei que uma criança com idade aparente de uns dez anos caminhava em direção à piscina. Vinha rebolando os quadris vagarosamente, usando um *short* bem colado à coxa. Ali próximo pude ouvir os comentários de duas funcionárias do abrigo. Estavam preocupadas com o jeito daquele menino. Uma delas destacou que ele estava crescendo, ficando com *a bunda dura como rocha* e isso poderia despertar o interesse dos demais rapazes. Seria um problema. Nunca me esqueci desse flagra.

Do ponto de vista mais social, meu interesse advém de uma curiosidade surgida no seio do ativismo LGBTQA+. Participei da criação do Fórum Cearense LGBT<sup>6</sup> em 2015 e desde então venho acompanhando em alguma medida as discussões de políticas voltadas para o segmento no âmbito local. Passei a estar mais envolvido diretamente nos processos definidores enquanto integrante dessa rede. Como diria Facchini (2009), saí da “arena” e ingressei “no campo”. Durante esse tempo, observei uma ausência de discussões relacionadas à privação de liberdade, mesmo diante de eventos dilemáticos como os que mencionarei a seguir.

O primeiro olhar para esse tema remonta a abril daquele ano. Em São Paulo, Verônica Bolina, travesti negra, foi presa e torturada ao ser transferida para uma carceragem masculina. Nome civil masculino exposto, rosto desfigurado, cabelo raspado, hematomas pelo corpo, deitada no chão, algemas sobre as costas, seios de fora<sup>7</sup>. Seu caso foi emblemático para perceber como a parcela trans em especial é aviltada em penitenciárias e deu início à campanha #SomostodasVerônica. Enquanto ativista, divulguei tal *hashtag* nas redes sociais à época.

Em outubro do mesmo ano, tomei conhecimento de que uma cabeleireira transexual havia sido espancada e estuprada durante vinte dias por quatro detentos numa unidade prisional masculina em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza. Para transferir para a penitenciária feminina, a então Secretaria de Justiça e Cidadania

---

<sup>6</sup> Organização política da sociedade civil, fundada em Fortaleza. Com caráter suprapartidário, reúne indivíduos, coletivos universitários, partidos políticos e grupos religiosos em prol da promoção da diversidade sexual e de gênero no estado.

<sup>7</sup> TRAVESTI fica desfigurada após prisão. Defensoria diz haver indício de tortura. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-fica-desfigurada-apos-prisao-defensoria-diz-haver-indicio-de-tortura.html>. Acesso em 30 ago 2020.

do Ceará (SEJUS) exigia a cirurgia de transgenitalização como requisito<sup>8</sup>. Além disso, a maioria das transexuais desejavam continuar no presídio masculino, em alas separadas. Fiquei estupefocado com aquelas notícias, fatos até então desconhecidos.

No entanto, o primeiro contato com uma literatura prisional só veio a ocorrer mesmo quando li “Prisioneiras”. Nessa obra, Varella (2017) encerrou sua trilogia<sup>9</sup>, abordando a experiência de onze anos numa penitenciária feminina paulista, com mais de duas mil mulheres. Em uma interessante passagem, descreve personagens desse universo como os *sapatões* e as *entendidas* e suas subdivisões<sup>10</sup>. Foi estimulante ver como detentas operam dinâmicas de gênero e sexualidade em um contexto de cárcere.

No plano acadêmico, minha vontade foi firmada após a aprovação para cursar o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, em 2018. Desde então, minhas atenções se voltaram para adolescentes e jovens LGBTQIA+ privados de liberdade em centros socioeducativos<sup>11</sup>. O que havia observado empiricamente naquele fórum é que quando se debatiam direitos outrora LGBT, pouco se lembrava das demandas das pessoas presas. Quando finalmente emergiam as pautas de privação de liberdade, o foco estava concentrado em adultos (travestis e transexuais) nas prisões, ao passo que adolescentes seguiam olvidados. Parecia que os direitos sexuais de LGBTQIA+ eram uma narrativa de liberdade e igualdade, de direitos civis; enquanto o cárcere seria, a seu turno, uma narrativa masculina heterossexual demais para ser encampada. Enquanto ativista e pesquisador homem adulto, cis, gay, branco em processo de reconhecimento racial, de classe média, observo essas agendas caminharem muito em separado na prática.

---

<sup>8</sup> TRANSEXUAL sofre abusos em celas masculinas de presídio. O Povo. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/10/02/noticiasjornalcotidiano.3513246/transsexual-sofre-abusos-em-celas-masculinas-de-presidio.shtml>. Acesso em 30 ago 2020.

<sup>9</sup> Os livros anteriores foram Estação Carandiru (1999) e Carcereiros (2012).

<sup>10</sup> Os *sapatões* têm postura masculina e podem ser *originais*, *foló*, *sacola*, *chinelinho*, *pães com ovo*, *badarosca* e *badarosquinha*. Já as *entendidas* têm postura feminina e podem ser *ativas*, *passivas* e *relativas*. Por fim, as mulheríssimas se relacionam exclusivamente com homens na liberdade. Para mais, ver Varella (2017, p. 148-166)

<sup>11</sup> Compreendo o centro socioeducativo como uma instituição total, tendo em vista o que cita Goffman (1996, p.11): “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso”.

Até então o sistema socioeducativo era pouco conhecido para mim. Nunca havia pisado numa unidade antes da pesquisa. Não obstante, muitas amigas advogadas trabalhavam nessa área e socializavam discussões que, sem dúvidas, colaboraram para minha escolha por pesquisar com esses sujeitos. Numa conversa reservada, uma delas afirmou que debater sexualidade e gênero na sociedade era um *tabu*. As violências eram tão graves que as entidades não conseguiam chegar a essa camada da violência específica contra eles. “Os relatos ficam sempre nas entrelinhas. Os meninos têm tabu. E as meninas falam com outra linguagem que nunca conseguimos aprofundar os significados”, continuou. Por essas razões, decidi encarar o desafio.

### 1.1.2 Objetivos

Partindo da premissa da invisibilidade das discussões de gênero no sistema socioeducativo, o objetivo geral dessa pesquisa foi compreender como as vivências específicas de adolescentes e jovens LGBTQIA+ em centros do sistema socioeducativo de Fortaleza no tocante ao exercício de sua sexualidade e de sua identidade de gênero são atravessadas pela experiência da internação, desde o momento da *queda* (ingresso no sistema) até enquanto não vem a *liberta* (saída do sistema).

Procurei inicialmente conhecer alguns dados gerais acerca de jovens, negros e LGBTQIA+, privados de liberdade nos sistemas carcerário e socioeducativo, além de dados mais específicos sobre o sistema socioeducativo cearense. Meu propósito foi levantar informações sobre marcadores sociais da diferença ao lidar com o tema.

Em seguida, busquei refletir sobre os discursos (não) oficiais de sujeitos que atuam no sistema socioeducativo do estado quanto às percepções a respeito desses adolescentes e jovens. Meu intuito aqui foi perceber como se dão tais práticas discursivas e operacionais no âmbito das relações institucionais, tomando como perspectiva o olhar dos próprios agentes estatais e dos grupos sociais e familiares.

Por fim, procurei descrever as experiências de tais jovens LGBTQIA+, partindo de seu próprio *ponto de vista* (GEERTZ, 1983), evidenciando como os discursos e as práticas de agentes públicos nos centros influenciam suas construções de gênero e sexualidade e suas demandas subjetivas. Minha intenção foi saber das situações cotidianas, das normas e dos embaraços à fruição de direitos sexuais. Nesse diapasão, formulei algumas perguntas fundantes para a dissertação, as quais disporei a seguir.

### 1.1.3 Perguntas de partida

Para delimitação das questões que me instigavam na presente investigação científica, fiz um levantamento de estudos similares. A impressão inicial era de que as pesquisas de gênero recaíam mais sobre adultos GBT (gays, bissexuais, travestis e transexuais) cumprindo penas em presídios e alas, pavilhões ou unidades próprias para esse público, todavia adolescentes e jovens seguiam escanteados. Por outro lado, os estudos de infância e juventude investigavam os sistemas de direitos, o perfil dos socioeducandos, a execução das medidas socioeducativas<sup>12</sup>, entretanto a questão de gênero adquiria pouco relevo nessa abordagem. Essa dissertação tentou comungar essas duas esferas explicitamente.

Particularmente, não conhecia nenhuma pessoa egressa do sistema<sup>13</sup> que fosse LGBTQIA+. Pelo menos, não declaradamente. Dessa forma, uma das primeiras providências seria achar alguém que tivesse passado por essa experiência. Caso contrário, procuraria quem o conhecesse e pudesse falar a respeito. Em se encontrando sujeitos, poderia dialogar a respeito de alguns questionamentos caros a essa pesquisa.

Dessa forma, tinha como pergunta de partida: como adolescentes e jovens LGBTQIA+ vivenciam suas sexualidades e gêneros na experiência de internação? Continuei a indagar-me: quais os sentidos que produzem subjetivamente na interpretação de suas *passagens*<sup>14</sup> por esses centros, nessas circunstâncias tão peculiares? Como lidam com as questões ínsitas aos direitos sexuais, aos afetos, à construção de suas identidades de gênero durante a medida socioeducativa? Quais redes de apoios constituem nas relações internas para o enfrentamento e a superação dos problemas diários? Quais agenciamentos são possíveis diante da hipervigilância estatal (FOUCAULT, 2009)?

Outrossim, quais discursos públicos são mobilizados por quem atua nas políticas públicas socioeducativas acerca desses jovens? Quais práticas administrativas

---

<sup>12</sup> Explicarei detidamente mais adiante. Por ora, adianto que são medidas de cunho pedagógico prescritas por juízes de Vara da Infância e Juventude para adolescentes que infringem a lei através de atos puníveis como crimes e contravenções penais quando cometidos por adultos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>13</sup> Ao longo da dissertação, várias vezes vou me referir ao sistema socioeducativo simplesmente como *sistema* por economia textual. Apenas quando houver alguma margem para confusão com o sistema prisional, fá-lo-ei de maneira explícita.

<sup>14</sup> Inevitável não remeter aos ritos de passagem de Genep (2011) sobre os quais discorrerei à frente, ao tratar da adolescência.

incidem sobre esses jovens e se/como são entendidas? Essas ações produzem emergências e aprendizados significativos ou reforçam invisibilizações e ocultamentos? Por meio de que mecanismos são produzidas as zonas de aparecimento (BUTLER, 2018; NATIVIDADE, 2019), em atenção às justas reivindicações pelo *direito de aparecer e como aparecer*? De que forma as preocupações com a segurança pública afetam seu cotidiano?

Enfim, as questões expostas nesta dissertação foram pensadas à luz de teorias que buscam compreender tais trajetórias sexuais (HEILBORN, 1997), balizando as particularidades da condição de privação de liberdade e da fase da adolescência. Sendo assim, descreverei *infra* como foi minha *passagem* pelo sistema na condição de pesquisador, como se deu o campo, bem como exponho algumas ponderações quanto às pessoas com quem dialoguei e às terminologias e conceitos importantes para a feitura desse texto.

## **1.2 A *passagem***

Valendo-me da imagem da *passagem*, mobilizada por jovens nesse campo para se referirem a sua estadia em ambientes de privação de liberdade, busco explicar em linhas gerais como se deu minha inserção no campo, apresentar as sujeitas e sujeitos com quem teci diálogos no curso da pesquisa, bem como tecer algumas considerações acerca de concepções de termos que serão recorrentes ao longo do texto.

### **1.2.1 O campo**

A pesquisa se ambientou no sistema socioeducativo cearense, na cidade de Fortaleza. Trata-se de uma rede de atrizes e atores que agrega vários órgãos públicos na gestão de execução de medidas socioeducativas, por exemplo: Governos Federal, Estaduais, Municipais; Conselhos Tutelares; CREAS<sup>15</sup>; Poder Judiciário (Varas da Infância e Ministério Público). Em tese, deve agir de forma integrada com outros sistemas como saúde, educação, geração de emprego e renda, etc.

Desde sua gênese conceitual, tal sistema deve diferir do sistema penal, que é retributivo, ou seja, visa punir adultos, causar sofrimento ao preso de forma proporcional à gravidade do crime cometido. Ao invés disso, o sistema socioeducativo

---

<sup>15</sup> Centros de Referência Especializados da Assistência Social. Em Fortaleza há seis deles. Trabalham com o atendimento daqueles que tiveram seus direitos violados e vínculos familiares e comunitários rompidos e necessitam de atenção da rede.

foi idealizado com um viés mais pedagógico e menos punitivo, isto é, almeja a proporcionar uma reflexão no projeto de vida de adolescentes acerca do ato infracional em que incorreram. Adultos são condenados a uma pena e, em casos graves, ficam presos em penitenciárias. Adolescentes recebem medidas socioeducativas e, em casos graves, ficam internados em centros socioeducativos. Considero oportuno conceituar tais locais como “instituições híbridas de interface com a prisão” (VINUTO, 2019, p. 59), para descrever essa situação limítrofe, contraditória e pendular entre a educação e a segurança pública.

Essas diferenças terminológicas e teleológicas foram constantemente acionadas no campo, de modo a distinguir bastante o sistema socioeducativo do penitenciário, evitando comparações que os assemelhassem. Pelo contrário, as diferenças eram evocadas várias vezes por parte de agentes públicos. No socioeducativo, era retórica era de *respeito aos direitos humanos*, enquanto no penal seria outra história... Já os sujeitos das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais tinham uma visão menos estanque e mais crítica, denunciando alguns pontos comuns entre ambos.

Localmente, foi recorrente um discurso de *antes e depois* entre integrantes do sistema. O marco temporal divisório foi a profunda crise a partir de 2015 com a deflagração das rebeliões nos centros e as condenações do Estado em organismos internacionais por conta de tortura e maus tratos praticados nesses lugares. Tais eventos provocaram transformações relevantes nessa política. De início, foi criada em 2016 a Superintendência Estadual do Atendimento Socioeducativo (SEAS), um novo órgão exclusivamente voltado para gerir tal sistema. Dotada de autonomia administrativa e financeira, tal pasta deveria revisar o modelo de gestão e conter os conflitos. Como alguns gestores afirmaram em seminários, era hora de *apagar o incêndio*.

Durante o intervalo da pesquisa, entre 2018 e 2021, o sistema vivenciou dois momentos nitidamente. Antes da pandemia de Covid-19, havia um clima de otimismo apesar de alguns problemas não plenamente resolvidos. As rebeliões diminuíram substancialmente, havia espaço para diálogos entre instituições e mães desses jovens, os eventos públicos eram promovidos pela SEAS para mostrar resultados, as visitas familiares aos socioeducandos ocorriam regularmente, técnicos e socioeducadores<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Profissionais responsáveis por atender diretamente adolescentes nos centros. Têm a função precípua de proteger sua integridade física, mental e emocional, orientando e facilitando seu processo de reinserção social. São aqueles com quem os jovens passam a maior parte do tempo.

vinham sendo contratados. Uma vez que o incêndio fora apagado, agora chegaria a hora de *arrumar a casa*, dar um salto qualitativo na gestão.

Ainda nesse momento, as informações que detinha sobre esse público no sistema eram bastante escassas. Conforme adverte Antônia Sousa (2018, p. 111), era “sabida a presença de adolescentes homossexuais e transgêneros (travestis e transexuais)”. Entretanto, pouco se sabia a respeito de demandas específicas. Já Moura (2016) relatou que a alocação de internos<sup>17</sup> nos centros era arbitrária, no momento da entrevista. Se a equipe técnica identificasse alguma travesti ou trans, encaminhava para as *protetivas*<sup>18</sup> no Centro São Miguel, que era masculino. Nesse sentido, como estratégia inicial para inserção nesse campo, compareci a esse local como ponto de partida e fui à SEAS para apresentar o projeto de pesquisa.

Os centros são divididos em unidades masculinas e femininas, de acordo com os *sexos* (termo da pasta), lógica similar ao sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975). Operam segundo uma lógica binária que sufoca corpos dissidentes e torna mais difíceis as alocações nas unidades. Finalmente, no segundo semestre de 2019, realizei a incursão àquele centro. Minha presença como pesquisador foi estranhada e desconfiada naquele primeiro momento. Perguntas, acessos controlados, revistas, pedidos de espera, passa-passa, olhares, anotações em blocos. Contarei um pouco mais no próximo capítulo.

Descobri que ali não havia mais adolescentes trans e travestis, haja vista que agora seriam encaminhadas ao único centro feminino do estado, o Aldaci Barbosa. Quanto aos meninos identificados como gays, continuaram em centros masculinos. O campo deslocou-se para o feminino e isso suscitou reflexões metodológicas e epistemológicas. Enquanto homem, teria acesso mais dificultado ao centro feminino? Que limitações teria para estabelecer relações de confiança com as meninas de lá? Era algo a se pensar.

Após a pandemia de Covid-19, no início de 2020, o cenário mudou drasticamente. Muitos adolescentes foram soltos após análise do tempo de cumprimento

---

<sup>17</sup> Apesar de a nomenclatura *internos* ser correta do ponto de vista legal, em conformidade com a medida socioeducativa de internação, não é muito utilizada pelos agentes e gestores. Para não confundirem com os *internos* do sistema prisional (de que tentam se desvencilhar ao máximo nos discursos e práticas), usam o termo *socioeducando*, com forte carga eufemística.

<sup>18</sup> Dormitórios mais isolados, situados em alas administrativas, mais próximas da intervenção dos socioeducadores em caso de eventual rebelião. Destinam-se aos mais vulnerabilizados (mais novos, de compleição mais frágil ou internos rejeitados pelos outros). Teoricamente são vigiados o dia inteiro. Também denominadas de *espaços disciplinares* pelos gestores e de *trancas* pelos jovens. Serão melhor exploradas no decorrer dos capítulos.

das medidas e das comorbidades que pudessem agravar seu estado de saúde em caso de contágio. O sistema, porém, continuou recebendo adolescentes apreendidos das ruas. Inclusive foram improvisadas unidades de quarentena para confiná-los durante um período de duas semanas. Durante boa parte daquele ano, as visitas familiares às unidades estiveram suspensas, assim como as atividades socioeducativas. Muitos adolescentes adoeceram, profissionais foram contaminados e faleceram e o déficit de pessoal se acentuou.

O desafio maior dessa pesquisa foi ter contato com as/os jovens. Assim como ocorreu comigo, as pesquisas no sistema não obtinham recusa expressa, mas esbarravam em dificuldades em razão da lentidão e do excesso de rigor nos trâmites burocráticos. Com a pandemia, ficou referendado o isolamento social de socioeducandos e as pesquisas tiveram de ser suspensas, amparadas por essa circunstância sanitária. Veio por água abaixo qualquer esperança de incursão presencial no centro. No entanto, numa articulação com uma promotora do Ministério Público e fazendo uso dos recursos tecnológicos, consegui viabilizar os diálogos com os jovens, mesmo não estando fisicamente nas unidades. No tocante a sujeitos dessa pesquisa, explanarei a seguir.

### **1.2.2 As sujeitas e os sujeitos da pesquisa**

De antemão, assevero que essa disposição do feminino anterior ao masculino foi proposital. Surpreendi-me positivamente com o número de mulheres atuando na política socioeducativa. Eram a maioria, salvo entre os socioeducadores. Elas eram a maioria nos eventos, nas direções dos centros, no quadro de profissionais técnicas, na Superintendência e até nos movimentos e nas organizações sociais. Situação distinta do sistema penitenciário, onde a maioria desses cargos é de hegemonia masculina. Conforme observou Natividade (2016, p. 176), assim como nas corporações militares, lá impera o “cultivo hegemônico da virilidade e da força”, ambas associadas ao universo masculino. Ensaio uma possível explicação, o feminino supostamente estaria mais ligado à proteção e ao cuidado, enquanto o masculino se relacionaria melhor com a correção e a disciplina.

Outras observações são necessárias. Considerei mais profícuo me imiscuir em contatos da rede socioeducativa para trazer a temática LGBTQIA+ do que fazer o caminho contrário. Foi uma opção tomada *a priori*. Apesar de ter conversado com

bastantes pessoas de variadas organizações, destaco como sujeitas e sujeitos apenas com quem teci conversações mais intensas ou prolongadas ao longo da investigação.

Foram muito caros os diálogos informais que tive com uma gestora da SEAS na obtenção de informações institucionais, e na viabilização de convites para colaboração técnica e científica junto ao poder público. Eu a conheci numa visita àquele órgão em 2019 e desse então mantive contato periódico, ainda que por meios virtuais.

As partilhas com uma mãe integrante do coletivo *Vozes de Mães e Familiares do Sistema Socioeducativo e Prisional do Ceará* foram muito especiais para compreender a dimensão social e até pessoal da experiência da internação e da prisão entre familiares de socioeducandos e apenados. Durante um evento sobre socioeducação, ela proferiu um discurso público emocionante. Ao término do seminário, trocamos contatos telefônicos e correspondemo-nos, socializando convites para novos eventos e atos desde então.

Também considero extremamente importantes as trocas realizadas com uma promotora pública do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), bastante atuante nos direitos da criança e do adolescente. Sem seu inestimável apoio e apreço à pesquisa, dificilmente teria conseguido realizar entrevistas com as/os jovens. Sempre disposta a me auxiliar, dividir impressões e firmar parcerias entre a academia e o Poder Público.

Ademais, as contribuições de um socioeducador de centro masculino, uma técnica profissional do centro feminino e de uma técnica de políticas LGBT foram muito valiosas. Enquanto essa última já era uma antiga conhecida com quem nutro uma relação de amizade, aqueles dois primeiros foram sendo apresentados a mim no decurso da pesquisa através de grupos de estudo na universidade.

Por fim, as/os jovens tiveram uma importância central nessa pesquisa. Seus depoimentos foram de relevância *sui generis* para responder a muitas das questões desse trabalho. Acabei tendo acesso a eles na etapa final do campo através de entrevistas com roteiros semiestruturados, sobre as quais dissertarei em capítulo próprio.

Em suma, os depoimentos colhidos totalizaram seis entrevistas. No que tange ao perfil dos entrevistados, foram dois homens e quatro mulheres, sendo uma delas mulher transexual. Como já era esperado, o próprio campo influenciou para que as entrevistas ocorressem com mais mulheres do que homens. Feitas essas considerações, são oportunas explicações de termos que foram empregados nesse texto.

### 1.2.3 Terminologias e conceitos

Adentrar em um sistema não prescinde de um conhecimento vocabular para viabilizar entendimentos iniciais sobre o tema. Com o tempo, pude fazer exercícios de estranhamento e habituação, detectar nuances não facilmente perceptíveis *prima facie*, eventuais deslocamentos de sentido. De início, considero útil explanar as opções terminológicas e conceituais: *LGBTQIA+*, *gênero*, *adolescente* e *jovem*.

#### **LGBTQIA+**

A *sopa de letrinhas* (FACCHINI, 2005) em torno da diversidade sexual e de gênero está em permanente cozimento. Ao passo que surjam novas demandas de reconhecimento, outros ingredientes vão sendo acrescentados à fervura. O verbete LGBT (abrangendo lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem amplo alcance na esfera pública, por ser o termo consagrado nas últimas conferências nacionais. Pode ser considerada uma *coletividade imaginada* (AGUIÃO, 2004, p. 19), particularmente importante para a constituição enquanto sujeito de direitos no Brasil contemporâneo.

Mais recentemente essa sigla tem passado por alterações no âmbito dos movimentos sociais que clamam por maior representação. São alguns exemplos: LGBTI (incluindo intersexuais) e LGBTQIA+ (adicionando queer, intersexuais, assexuais e demais possibilidades de orientação sexual e de identidade de gênero dissidentes). Longe de ser uma preocupação taxionômica de compendiar a experiência do desejo e da identidade no ser humano, essa acepção tem por escopo se coadunar com uma perspectiva de inclusão e acolhimento.

Optei por LGBTQIA+ ao longo dessa pesquisa, em reconhecimento ao seu viés mais abrangente possível, ao esforço recente dos movimentos e das transformações pelas quais passam, além da sua popularização crescente nos meios de comunicação. Também foi relevante para tal escolha saber que mesmo opositores da causa já a empregam, tanto que a difamam publicamente. Foi o caso do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, que discursou que “*LGBTQI não existe biologicamente*”<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> 'NA biologia é macho ou fêmea, não existe LGBTQI', diz ministro da Educação em Manaus. Portal Marcela Rosa. Disponível em: [https://portaldamarcelarosa.com.br/na-biologia-e-macho-ou-femea-nao-existe-lgbtqi-diz-ministro-da-educacao-em-manaus/?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O\\_THPkEliPUvzZmHo7VYmP\\_MQRhAft0](https://portaldamarcelarosa.com.br/na-biologia-e-macho-ou-femea-nao-existe-lgbtqi-diz-ministro-da-educacao-em-manaus/?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O_THPkEliPUvzZmHo7VYmP_MQRhAft0).

Acesso em 15 abr 2020.

Ressalto, porém, que no campo outras identidades étnicas foram acionadas pelas/os jovens entrevistados e isso suscitará reflexões.

### **Gênero**

É um pressuposto desse trabalho a perspectiva construtivista de gênero, isto é, do gênero como uma construção sociocultural que rejeita a fixidez de estruturas, procurando entender as arenas de agenciamentos possíveis nessas instituições.

Por exemplo, no tocante ao binarismo na divisão dos centros conforme os *sexos*, penso diferentemente, uma vez que rejeito o caráter fixo e permanente da oposição binária, e acredito na historicização, desconstrução da diferença sexual e na redefinição de gênero como “categoria útil que inclua não só sexo, mas também classe e raça” (SCOTT, 1990, p. 93). Acredito que quando tais dimensões são alinhavadas, complexificam-se as decisões administrativas. Uma alocação unicamente centrada no sexo tende a ser pouco tenaz diante dos contextos fáticos da vida social.

Além disso, como Stockle (1991) reforçava, visões naturalistas de gênero e sexualidade, assim como raça e etnia, fixam posições estruturais desiguais, reforçando diferenças e ilegitimidades. Acredito que a manutenção de visões abreviadas sobre o sexo como um distintivo biológico idôneo de diferença fatalmente incorrerá em injustiças e reforçará situações de alijamento, marginalização e exclusão social.

Por fim, faço acordo com a nigeriana Oyèrónké Oyewùmí (2004, p. 3) de que “o gênero não pode ser abstraído do contexto social e outros sistemas de hierarquia”. Segundo ela, o investimento de feministas euroamericanas recaiu sobre a categoria *gênero*, em vez de *raça*, ainda que afro-americanas explicassem ser impossível pensar *gênero* dissociado de *raça* e *classe*. Também considero esse entrelaçamento muito relevante, em especial por ter encontrado jovens LGBTQIA+ que são negras/os e pobres.

No mesmo trabalho, a antropóloga ajuda a refutar a explicação da África partindo de referenciais euroamericanos, partindo das experiências locais da família iorubá, que divergem da forma universalizada pelo Ocidente. Através de múltiplos exemplos de matrifocalidade, ela reforça uma situacionalidade da categoria “mulher” e dos papéis sociais de gênero como um todo, a depender do contexto cultural tratado. Dessa forma, devido ao seu conceito de gênero ser uma construção sociocultural e localizada, não comportaria categorias universais. Filio-me a essa compreensão de

rejeição de um gênero universal, privilegiando as visões acionadas contextualmente por jovens e profissionais.

### **Adolescente e Jovem**

Esse não é um trabalho com crianças. A coordenadora de um centro me advertiu já na entrada de que ali não havia *crianças*, mas sim *adolescentes*. Lembro de ter interpretado num primeiro momento pelo viés legal, a questão etária<sup>20</sup>. No entanto, outro sentido soergueu. A imagem da criança é associada à pureza e inocência, incompatíveis com aqueles adolescentes que já vinham para ali porque haviam *aprontado* e respondiam por algum ato perante a justiça.

*Adolescente* é algo estudado por antropólogos clássicos. Em Margaret Mead (2015), tem-se um estudo sobre a adolescência em Samoa. Segundo a autora, a transição para a fase adulta ali se dava de forma mais tranquila do que na sociedade estadunidense. Segundo ela, esse período representava uma especial dificuldade em seu país natal em virtude dos padrões rígidos de moralidade, geradores de ressentimento.

Retomo Turner (1994) e sua releitura dos *ritos de passagem* (VAN GENNEP, 2011), com foco na perspectiva da *liminaridade*, em que a adolescência pode ser encarada como um momento de transição e de *antiestrutura*. Importante ressaltar, porém, que na vivência de adolescentes periféricos, é comum que assumam responsabilidades financeiras precocemente. Alguns dos problemas da delinquência juvenil estão ligados a essa contingência, abreviação ou supressão do rito, inclusive. Dessa forma, não há que se falar num conceito unívoco de *adolescente*, num rito de passagem idêntico, mas sim em experiências plurais e localizadas de uma dada classe.

Por sua vez, *jovem* é uma elaboração conceitual mais recente. No plano normativo nacional por exemplo, seu revestimento institucional não tem sequer uma década de existência<sup>21</sup>. Apesar da preocupação jurídica em delimitar fronteiras fundadas

---

<sup>20</sup> Art. 2º da Lei 8.069/90 (ECA): “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade” (BRASIL, 1990)

<sup>21</sup> Art. 1º da Lei 12.852/12 (Estatuto da Juventude):

§ 1º Para os efeitos desta Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade.

§ 2º Aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente.

no critério da idade biológica, para Bourdieu (1983, p.113), “juventude é apenas uma palavra”. Segundo o autor, tanto juventude como velhice são dados construídos socialmente numa oposição entre jovens e velhos.

Singularmente interessante a percepção do *jovem* enquanto “segmento catalisador das tensões sociais” e “vitrine dos conflitos sociais” (Diógenes,1999), que aponta para essa elaboração cultural. A aparição do jovem pobre em especial é dada como icônica para compreender disparidades socioeconômicas. Muitas vezes a construção de inimigos públicos perpassa por tais pessoas, geralmente pobres, negras e periféricas.

Levando em conta tais contribuições, durante o trabalho usarei prioritariamente o termo *adolescentes* para me referir aos menores de 18 anos, mas eventualmente posso mencioná-los enquanto *jovens*. Já para os maiores de 18 anos e menores de 21 anos cumprindo medidas socioeducativas, referir-me-ei exclusivamente como *jovens*. Não o faço por apego à biologia, mas por reconhecer esforços de movimentos sociais em forjar as construções de sujeitos de direitos junto ao Estado, em alçar-lhes alguma segurança jurídica. No campo, observei entre profissionais do sistema a ênfase em *adolescentes* para invocar as pretensões não punitivas, próprias da socioeducação. Não raras vezes, referiam-se a eles enquanto *meninos* e *meninas*, inclusive. Em se fazendo tais ponderações, sigo explicando a metodologia do trabalho.

### **1.3 Metodologia**

Esse trabalho, orientado pelo professor Marcelo Natividade, foi desenvolvido com o apoio do “Observatório Nacional da Política LGBT”, projeto de pesquisa por ele coordenado no Departamento de Ciências Sociais da UFC. Atuei como bolsista de pós-graduação remunerado durante o período da pesquisa. A *expertise* metodológica foi aprendida nesse espaço, onde colaborei com o monitoramento dos desmontes nessa política, mormente no plano federal a partir do governo de Michel Temer. Nessa oportunidade, enquanto pesquisador-assistente, realizei pesquisa documental em mídias de jornais e atos oficiais do Poder Público, acompanhei e participei de eventos com o Poder Público. Apesar de já possuir alguns contatos prévios à pesquisa, parte considerável do cotidiano de pesquisa foi facilitada a partir dessas interlocuções, essenciais para o andamento da dissertação.

---

A metodologia foi eminentemente qualitativa. Para tal empreendimento, realizei uma primeira etapa com pesquisa de informações documentais e hemerográficas em portais eletrônicos; levantamento bibliográfico de artigos científicos, dissertações e teses, relatórios, obras científicas e literários, e de filmes, em busca de mapear dados novos.

De pronto, faço um apontamento crítico a essas fontes. Os portais da grande mídia nacional e local têm restringido cada vez mais o acesso de conteúdos a assinantes, tornando-se um empecilho àqueles pesquisadores que realizam seu ofício às próprias expensas e não dispõem de bolsas ou de financiamento específico. Nessa toada, fui migrando espontaneamente para *sites* da imprensa alternativa, com acesso mais livre.

Também consultei sistematicamente o portal da SEAS, além de me inscrever no *Whatsapp* do governo estadual para receber notícias sobre suas ações governamentais. Aliás, uma mudança positiva sentida no decorrer da pesquisa foi o aumento vertiginoso de publicações da página do órgão em mídias sociais, destacadamente o *Facebook*. Acredito que objetiva dar maior transparência às suas ações, a fim de superar os traumas da gestão passada, consoante ao que expliquei em outro trabalho<sup>22</sup>.

Numa segunda etapa, prossegui com pesquisa de campo. Acompanhei eventos presenciais e virtuais, grupos de estudo, realizei visitas onde pude ter conversas informais e não gravadas com interlocutores de forma a conhecer práticas envolvendo uma gama de agentes da política socioeducativa local na arena discursiva. Também consegui me inserir em um grupo de *Whatsapp* que reúne pessoas e organizações nacionais que trabalham no enfrentamento à tortura<sup>23</sup>.

Aqui o recurso do diário de campo foi crucial para registrar os acontecimentos, por intermédio da observação acompanhante (DÍAZ-BENÍTEZ, 2010), considerando que tecnicamente não *participei* dos eventos de forma ativa. Apenas os *acompanhei*. A pandemia, tentei me inspirar em Ruth Benedict (1998) e seu trabalho magistral sobre a cultura japonesa em plena 2ª Guerra Mundial, sem poder pisar em solo nipônico, recorrendo a fontes alternativas como cartas. Pesquisar de longe se tornou uma exigência ética diante da atual crise sanitária e a utilização de outros recursos se fez necessária. Felizmente dispomos de maior aparato tecnológico em comparação àquela época.

---

<sup>22</sup> Ver Sousa (2019, p. 529).

<sup>23</sup> Não identificarei os nomes dos grupos para proteger o sigilo e o anonimato das sujeitas e sujeitos que me confiaram seus relatos e me receberam em suas redes, mesmo diante de tanta insegurança digital.

Numa terceira etapa, realizei as entrevistas virtuais (as quais chamei também de entrevistas) em fevereiro de 2021. Por conta da pandemia, tiveram de ocorrer através de chamadas de vídeo em plataformas virtuais (*TeamLink*, *Google Meet* e *Whatsapp*). Duraram entre 1h30 e 2h30 aproximadamente. Os roteiros foram semiestruturados, com profundidade, e compreendiam três blocos: inicialmente, os dados socioeconômicos; em seguida, dados profissionais (no caso dos agentes das políticas) e biográficos da infância e da adolescência até o momento da internação (no caso dos socioeducandos); por fim, dados relacionados a direitos LGBT, saúde, educação e direitos humanos. Estão disponíveis nos anexos desse trabalho. Posteriormente as entrevistas foram transcritas.

Salutar o lembrete de Gaskell (2008) acerca da limitação das entrevistas qualitativas, quando não vem acompanhada de um trabalho de campo prévio que permita uma comparação entre os dados. Em virtude disso, o *fieldwork* que as precedeu ajudou a me familiarizar mais com as discussões e conceitos em jogo. Entendido esse itinerário, comentarei na seção seguinte sobre a análise de dados.

### **Análise dos dados**

No trato dos dados documentais, hemerográficos e empíricos, minha análise empregou como articulação metodológica a *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989). Em trabalho anterior, já havia feito menção a uma *incômoda interseccionalidade*<sup>24</sup> nesses espaços inclusive, todavia sem muito aprofundamento. Acredito que tal ferramenta analítica colmata os vãos que notava no início da pesquisa.

Visando a compreender atravessamentos sociais nas trajetórias individuais, valho-me da percepção de inseparabilidade das estruturas do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado como avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2019). Tal autora foi meu primeiro contato com o tema, cuja escrita sensível me deixou marejado.

Partindo de Piscitelli (2008), busco ainda compreender como se entrelaçam tais diferenças em contextos específicos. Ao dispor de vivências singulares numa penitenciária feminina em São Paulo e na Catalunha, os estudos de Natália Padovani

---

<sup>24</sup> Essa pesquisa foi apresentada na 6ª Reunião Equatorial de Antropologia. Ver: SOUSA, B. Internação e diversidade sexual e de gênero: uma incômoda Interseccionalidade em centros socioeducativos cearenses. 2019

(2019) também constituíram boas referências para perceber como são produzidas diferentes localizações sociais nas vidas desses adolescentes.

No trato das entrevistas acerca da experiência desses sujeitos, pretendo também ponderar as observações de Scott (1999) quanto à experiência (coletiva e individual) com uma interpretação e ao mesmo tempo algo que precisa de interpretação. Inevitavelmente contextual, política, historicizada e contestável, não pode ser abandonada, mas também não pode naturalizada, absolutizada, essencializada. Apresentada a forma de análise dos dados, pontuo algumas considerações éticas e epistemológicas nas seções seguintes.

### **Anonimato**

A recorrência a nomes fictícios no texto antropológico não é algo inédito. O recurso do consentimento informado é rechaçado pela Antropologia nacional, que oscila entre dar nomes reais e fictícios. Não deve haver uma postura ética única acerca do anonimato, uma vez que as antropologias são plurais. No tocante à ocultação nos nomes *verdadeiros* de interlocutores, cabe aqui a reflexão de Claudia Fonseca (2008, p. 42): “o anonimato das personagens no texto etnográfico não implica necessariamente numa atitude politicamente omissa do pesquisador”. Pode ser, na verdade, uma ponderação de que, em se revelando os nomes, estar-se-ia correndo o risco de expor tais sujeitos da pesquisa a represálias e, outrossim, coadunando com uma antiga física social e expectativas de *credibilidade dos dados*.

Não se trata de neutralidade, mas de reconhecimento de *responsabilidade ética e cívica dos antropólogos* (PEIRANO, 1991) para com seus colaboradores e o grupo social a que pertencem. Esse é o entendimento do Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia entre 1986/1988 e alterado em 2011/2012:

“Constituem direitos das populações que são objeto de pesquisa a serem respeitados pelos antropólogos e antropólogas:

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa.
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa.
3. Direito de intimidade, de acordo com seus padrões culturais.
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado” (ABA, 2019)

Entendo que preservar a privacidade das pessoas e minimizar riscos de retaliação são eticamente muito mais relevantes. Com esse intuito, fiz uso de nomes fictícios para todas as sujeitas e sujeitos da pesquisa, em face de não lhes prejudicar nessa arena tão delicada da esfera pública. As condições precárias são partilhadas por boa parte deles: mães podem ser barradas nas visitas aos filhos, gestores podem ser exonerados, profissionais podem ter seus contratos rescindidos... Inclusive há impedimento legal de identificar adolescentes em conflito com a lei<sup>25</sup>. Devidamente justificada essa escolha, parto agora para alguns pressupostos epistemológicos do trabalho.

### **Considerações epistemológicas**

Inicialmente, esse trabalho não investiu em neutralidade e objetividade. Valho-me do expediente de Abu-Lughod (1991) de que “não se pode ser objetivo na própria sociedade”. Nesse sentido, reverencio a noção de *posicionalidade* isto é, não é possível uma epistemologia não-especializada, deslocalizada, dessituada. Assim como os discursos emergem de um *locus*, a análise deles também. O conhecimento é, pois, uma operação contextual e intersubjetiva. Sou pela defesa irrestrita dos direitos humanos desses jovens, acima de qualquer outro propósito.

A própria relação pesquisador-sujeito da pesquisa pressupõe pensar a diferença como inerente à própria relação subjetiva que vai marcar indelevelmente o trabalho de campo, experiência esta que é marcada pela biografia individual do pesquisador inclusive, desde a escolha do tema, até todo o percurso da investigação e provavelmente até a redação do texto final, em consonância com o pensamento de Miriam Grossi (2018). Tais pressupostos serão úteis para análise dos dados num plano mais epistêmico, de forma a evidenciar a relação que foi estabelecida. Não se trata aqui de *passar pano* nas assimetrias, mas tão somente de assumi-las, posicioná-las, lotear os pontos de partida.

Destarte, reconhecer minhas credenciais enquanto pesquisador homem, adulto, cisgênero, gay, branco e de classe média constituem óbices de entendimento pleno das vivências de jovens mulheres, lésbicas, negras, pobres em situação de privação de

---

<sup>25</sup> Art. 143 do ECA: É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

Parágrafo único. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (BRASIL, 1990)

liberdade. A bem da verdade, não são intransponíveis, mas representam condições de conhecimento que acenam para minhas limitações, sendo válidos os exercícios de aproximação e diálogo. Caminhando para uma conclusão, explico no tópico a seguir como os capítulos da dissertação foram organizados.

#### **1.4 Disposição dos capítulos**

Nesse capítulo introdutório, busquei explicar como se deu minha inserção na pesquisa com LGBTQIA+ no sistema socioeducativo numa analogia à *queda*, isto é, termo usado pelos adolescentes quando ingressam no centro socioeducativo após apreensão policial. Aproveitei para expor o interesse de contribuir para uma agenda de pesquisas de gênero no sistema e os objetivos próprios essa dissertação. Refleti sobre as nuances do campo, enunciei as pessoas com quem dialoguei, além de fazer apontamentos terminológicos. Por fim, explicito os procedimentos metodológicos e tecni considerações epistemológicas.

No segundo capítulo, exponho dados gerais e legislações relevantes sobre LGBTQIA+, jovens e negros nos âmbitos federal, estadual e municipal, a fim de identificar a intersecção entre os marcadores, cruzados com as estatísticas da violência e discriminação contra esses grupos, a fim de situar melhor o campo.

No terceiro capítulo, apresento discursos e práticas das atrizes e atores dessa política pública socioeducativa na situação cearense, partindo da realidade prisional até contemplar período de crise em 2015, privilegiando um relato pessoal de Dinorah, uma mulher trans que atuou como profissional no sistema à época. Na sequência, priorizo a situação atual de jovens LGBTQIA+ no sistema, com base nos depoimentos de César e Fran, funcionários do sistema, e contribuições da gestora Débora. Tento contemplar dados conseguidos com a participação em eventos, grupo de estudo, entrevistas semiestruturadas, bem como em conversas informais nas redes em que fui me inserindo.

No quarto capítulo, centro-me nas experiências das jovens LGBTQIA+ dos centros masculino e feminino, com as informações conseguidas com as entrevistas com Cleitim, Diego e Matheus, a respeito das vivências de sexualidade e gênero, demandas e eventuais impasses, partindo de seu ponto de vista.

No quinto capítulo, apresento as considerações finais desse trabalho, escrevendo sobre a esperança da *liberta* e os significados dessa luta constante por oportunidades tanto para os jovens quanto para os gestores da política pública.

## 2 OS DECRETOS E OS *DECRETOS*

“Ao retornar, a violência está lá esperando por eles”. Essa frase foi proferida por Priscila, mãe negra de um jovem ex- interno que atualmente se encontra preso no sistema penitenciário cearense, durante um seminário sobre o sistema socioeducativo na UFC<sup>26</sup>, em 2019. Referia-se ao momento em que adolescentes saem dos centros socioeducativos após o cumprimento da medida e retornam à comunidade de origem. É o momento em que eles se põem à prova, mostram se foram efetivamente *ressocializados*. No entanto, se a situação de desamparo social perdura, como sobreviver à guerra (MISSE, 2006)?

Essa assertiva denuncia o descompasso entre a proteção legal e a vulnerabilização real, entre as garantias de direitos formalmente previstos no plano normativo (leis e decretos de toda ordem) e a deficiência de políticas públicas que materialmente os assegurem diante de um contexto em que mortes são ordenadas por *decretos* de facções<sup>27</sup>, isto é, marcados para morrer a mando dessas organizações criminosas. Como aquela mãe havia explicado, os jovens negros de comunidades pobres estão sendo *violentados* em programas policiais, acusados de serem *envolvidos* e por fim assassinados, no desfecho do ciclo de violência. Acerca desse desalinho, sublinharei legislações voltadas à defesa e promoção de direitos de jovens, negros, privados de liberdade e LGBTQIA+ e cruzarei com as estatísticas da violência e discriminação contra esses grupos, a fim de situar melhor o campo, a começar pelo âmbito nacional.

### 2.1. Um país de todos, mas nem tanto

Durante a gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva entre os anos de 2003 e 2010, o *slogan* do Governo Federal foi “Brasil, um país de todos”, de modo a reforçar um paradigma de inclusão social. O último país do Ocidente a abolir a escravidão possui uma população com cerca de 211 milhões de habitantes

---

<sup>26</sup> Trata-se do Seminário Interinstitucional Brasil-Espanha de Socioeducação, Arte e Justiça Restaurativa, organizado pela SEAS representando o Governo do Estado do Ceará e pelo Núcleo de Estudos Aplicados Direito, Infância e Justiça (NUDIJUS) representando a Universidade Federal do Ceará. Ocorreu em 19 e 20 de agosto de 2019, na Faculdade de Direito da UFC.

<sup>27</sup> Coletivos criminais armados que se organizam em presídios, centros socioeducativos e nas comunidades pobres das periferias e exercem influências sobre as populações nos territórios onde atuam. Em outro capítulo, retomarei esse tema mas adianto como referência: Paiva (2019). na Faculdade de Direito

atualmente<sup>28</sup>, sendo 56,2% composta de pessoas negras (pretas e pardas)<sup>29</sup>. Apesar de caminhar para uma maturidade etária, registra 47,3 milhões de jovens, de 15 a 29 anos de idade<sup>30</sup>. Esses são os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão oficial do Estado responsável por tais levantamentos. Entretanto, não se conhece até hoje o quantitativo oficial de LGBTQIA+ no Brasil, pois nem o último censo demográfico perguntou sobre a orientação sexual e a identidade de gênero nas entrevistas nem o próximo censo fará tais questionamentos<sup>31</sup>. Segundo estimativas da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), estimam-se 20 milhões delas<sup>32</sup>. Saliente-se não ser um dado oficial. Entre o oficial e o estimado, já se observa que a inclusão não chegou a todos nem na hora de contar os corpos...

Para fins didáticos, organizarei minha explicação do cenário nacional tomando como ponto de partida a situação de LGBTQIA+, para em seguida dissertar sobre jovens e negros. No que tange aos direitos LGBTQIA+, cabe uma discussão acerca de sua emergência na ordem jurídica por meio de zonas de aparecimento (BUTLER, 2018) e sua instabilidade diante das ameaças constantes de

---

<sup>28</sup> IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020. Agência IBGE Notícias. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para-2020#:~:text=IBGE%20divulga%20estimativa%20da%20populacao%20dos%20municipios%20para%202020,-Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Sociais&text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20as.77%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202019>. Acesso em: 03 maio 2021.

<sup>29</sup> CONHEÇA o Brasil – População: cor ou raça. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 03 maio 2021

<sup>30</sup> CONHEÇA o Brasil – População: pirâmide etária. IBGE Educa. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html> Acesso em: 03 maio 2021

<sup>31</sup> SEM dados do Censo, população LGBTI do Brasil continuará desconhecida por mais 10 anos. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatoe.com.br/2021/02/24/sem-dados-do-censo-populacao-lgbti-do-brasil-continuara-desconhecida-por-mais-10-an> Acesso em: 03 maio 2021

<sup>32</sup> CERCA de 10% da população brasileira, pessoas LGBTI são sub-representadas na política. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefatoe.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica#:~:text=Os%20problemas%20de%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da,elei%C3%A7%C3%B5es%20municipais%20do%20C3%BAltimo%20ano>. Acesso em: 03 maio 2021

apagamento, que reverbera em violências contra esse grupo social, que comentarei no próximo tópico.

### 2.1.1 Emergência e revogação do gênero

Pretendo fazer aqui uma retrospectiva resumida dos direitos da diversidade sexual e de gênero e dos embates para sua efetivação, destacando os principais eventos no plano nacional, para ao final dissertar acerca da violência LGBT+fóbica<sup>33</sup>. Valho-me da experiência de desenvolvimento de uma “etnografia do Estado em ação” (NATIVIDADE, 2016), para reconstituir alguns eventos relacionados às políticas públicas desse segmento, dando especial centralidade às legislações, mas contemplando também as ações do Poder Público. Através de documentos provenientes dos órgãos públicos, adicionada às pesquisas na *internet*, *teci esse fio*.

Início o panorama, tomando como marco legal mais relevante a Constituição Federal de 1988. Consoante Sérgio Carrara e Adriana Vianna (2008) asseveram, ela é fundamental para legitimar os direitos de *minorias sexuais* e direitos reprodutivos na esfera pública. Apesar de não incluir expressamente os termos *orientação sexual* e *identidade de gênero*<sup>34</sup> e de ter um *viés profundamente heterossexista*, razão pela qual os autores se referem a esse segmento como *órfãos* da Constituição, é a partir dela que as políticas públicas são geradas. Seguiu-se um processo de “cidadanização das sexualidades e expressões de gênero não-normativas” (CARRARA, 2013).

Aproveitando-se da experiência de gays e lésbicas do Movimento Homossexual Brasileiro a partir da década de 1970 e do ativismo de travestis e transexuais nos anos 1990, foi fundada em 1995 a então Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), que intermediava junto ao poder público pelos direitos daquela comunidade. Desde então, algumas iniciativas foram tentadas junto ao Legislativo como a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a

---

<sup>33</sup> Para compreender os direitos sexuais no plano internacional, conhecer as discussões em torno da sua efetivação nos documentos e nas conferências (Cairo e Pequim, entre outras), sugiro o estudo de Sonia Corrêa.

<sup>34</sup> Na Carta Magna, consta: “Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...) IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

criminalização da discriminação de orientação sexual e de identidade de gênero, no entanto sem êxito<sup>35</sup>.

Dando um salto temporal para 2004, talvez a política pública mais relevante tenha sido o “Brasil sem Homofobia: Programa de Combate a Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, que visou a capacitar e estruturar o Estado e a participação social referente a esse segmento. Outro evento importante foi a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06, de 07 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União em 08 de agosto de 2006), versando sobre violência contra a mulher, *baseada no gênero*<sup>36</sup>. Impulsionada por essa agenda positiva de gênero na esfera institucional, em 2008 foi realizada a “Primeira Conferência Nacional GLBT: Direitos Humanos e Políticas Públicas” convocada pelo Decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, contando inclusive com a presença do Presidente da República (BRASIL, 2008). Provavelmente a *belle époque* do gênero na administração pública federal.

Pode-se observar num olhar retrospecto para aquele período como um ambiente governamental acolhedor e hospitaleiro às políticas para minorias (NAGAMINE; NATIVIDADE, 2016), em que foram implementadas muitas ações relacionadas à igualdade racial, mulheres, os então LGBT, liberdade religiosa, entre outros.

Nos anos seguintes, os aparentes consensos institucionais foram sendo dissolvidos. Em 2010, durante a Conferência Nacional de Educação, foram rejeitadas dezenas de propostas de combate à LGBTF+fobia para o Plano Nacional da Educação (PNE) – Projeto de Lei nº 8.035/10, de que foram retirados os termos *orientação sexual e identidade de gênero*. Em 2011, a Presidente Dilma Rousseff vetou a distribuição de material didático de Combate à Homofobia na rede pública de ensino<sup>37</sup>, a pedido da bancada evangélica que a apoiava, argumentando que não faria *propaganda de opção sexual*. Sua ausência na 2ª Conferência Nacional LGBT em 2011 confirmou tal fissura.

---

<sup>35</sup> O primeiro foi o PL 1151/1995, proposto pela deputada federal Martha Suplicy (PT-SP). Já o segundo foi o PL 5003/2001, elaborado pela ABGLT, foi apresentado no Congresso Nacional pela deputada federal Iara Bernardi (PT-SP). Passados mais de vinte anos, nenhum dos projetos foi convertido em lei.

<sup>36</sup> Trata-se da Lei Federal nº 11.340/06, que alterou o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Abrange mulheres “independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião”.

<sup>37</sup> Foi apelidado de *kit gay* pelo então deputado federal cristão Jair Bolsonaro, principal opositor aos direitos LGBTQIA+. Tal factóide foi explorado eleitoralmente pela campanha presidencial em 2018, na qual se sagrou vitorioso.

Contudo, diante da ausência do Legislativo e do Executivo, o Judiciário ofereceu tensionamentos relevantes nesse cenário. Coube ao Supremo Tribunal Federal, considerado *guardião da Constituição*, realizar suturas no ordenamento. E assim foi com o reconhecimento da união estável *homoafetiva* em 2011, a posterior autorização do casamento civil *igualitário* em 2013<sup>38</sup> e a permissão da adoção de crianças por tais casais.

Num raro aceno ao ativismo LGBTQI+, em abril de 2016, Dilma assinou o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assegurando o respeito ao nome social e à identidade de gênero de travestis e transexuais na administração federal. Tal ato se deu nos dias finais de seu governo, após sofrer processo de *impeachment* e ser sucedida por Michel Temer, cuja gestão foi marcada pelo enxugamento da máquina pública e consequente redução de estatura institucional de direitos de mulheres e de LGBTQIA+. A não ocorrência da 4ª Conferência LGBT, convocada em julho de 2018, é outro exemplo desse descompromisso do Executivo. Diante desse novo percalço, naquele mesmo ano, o STF responde com uma decisão judicial autorizando a alteração de nome e gênero no registro civil para pessoas trans, prescindindo de cirurgia, laudos ou de autorização judicial.

A partir de 2019, durante o mandato de Jair Bolsonaro, iniciou-se uma verdadeira ofensiva institucional contra os direitos LGBTQIA+. Ilustram tal argumento ações tomadas no primeiro mês de governo: a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a nomeação da pastora evangélica Damares Alves para o posto e o seu discurso de posse: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”<sup>39</sup>, a mudança de chefia do então Departamento de HIV/AIDS e Hepatites Virais (DIAVH) e o fim de ações de prevenção ao HIV/AIDS para “não ofender as famílias”<sup>40</sup> (NATIVIDADE, SOUSA, ROCHA, 2021). Tal momento de instabilidade é definido por Feitosa (2021) como uma *desinstitucionalização das*

---

<sup>38</sup> Resolução nº 175 do Conselho Nacional de Justiça, que vedou a recusa de celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

<sup>39</sup> DAMARES reage às críticas após dizer que “menino veste azul e menina veste rosa”. Site Folha Gospel. 04 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://folhagospel.com/damares-reage-as-criticas-apos-dizer-que-menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa/> Acesso em: 04/01/2019.

<sup>40</sup> Diretora do departamento de HIV é exonerada, e ONGs reagem. Disponível em: <https://www1.folha.com.br/cotidiano/2019/01/diretora-do-departamento-de-hiv-e-exonerada-e-ongs-reagem.shtml> Acesso em: 24/01/2019.

*políticas LGBTI+*, a qual relaciona à ascensão de uma extrema direita ao Governo Federal.

Nesse momento, faço uma breve inflexão no tópico para mencionar um fato importante no andamento desse trabalho. Desde março de 2019, a convite do professor orientador Marcelo Natividade, participei do projeto de pesquisa “Observatório Nacional da Política LGBT”<sup>41</sup>, que monitorou os desmontes nessa política a partir do mandato de Temer e especialmente na atual gestão. Nessa oportunidade, realizei pesquisa documental em mídias de jornais e atos oficiais do Poder Público. Percebeu-se a evidência etnográfica de que ações recentes do Estado têm violado os direitos humanos previstos na Constituição Cidadã através de práticas antidemocráticas.

Retomando o fluxo das intervenções políticas, podem ser trazidos à tona outros eventos dilemáticos. O sinal amarelo acendeu em abril de 2019, quando Bolsonaro revogou numa só canetada 250 decretos, através do Decreto nº 9.759/19. O ato foi batizado de “revogaço” e se tornou prática periódica da gestão. Com isso, extinguiu órgãos colegiados e conselhos de participação social na administração federal. Entre eles, estava o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, que foi *recriado* dois meses depois, sem menção explícita ao preconceito por orientação sexual ou identidade de gênero e com participação bem reduzida<sup>42</sup>. Seguiu-se com a suspensão do edital para séries LGBTQIA+ para exibição em TV pública e a sugestão de um *filtro* nas produções audiovisuais da Agência Nacional de Cinema (ANCINE)<sup>43</sup>. Além disso, Damares propôs uma campanha de prevenção às ISTs e à gravidez na adolescência, antes do carnaval de 2020, estimulando a *abstinência sexual* entre crianças e adolescentes de 10 a 18 anos<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> Criado em 2018 na UFC e financiado com recursos de emenda parlamentar da Deputada Federal Luizianne Lins (PT-CE).

<sup>42</sup> Antes eram 30 membros (sendo 15 indicados do Poder Público e outros 15 representantes da sociedade civil), com reuniões mensais presenciais. Agora seriam 6 membros (sendo 3 indicados do Poder Público e outros 3 representantes da sociedade civil), com reuniões trimestrais presenciais. A presidência do conselho seria permanentemente ocupada por um representante do Governo.

<sup>43</sup> GOVERNO suspende edital com séries de temática LGBT criticadas por Bolsonaro. GHZ. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2019/08/governo-suspende-edital-com-series-de-tematica-lgbt-criticadas-por-bolsonaro-cjzlf6kf008101o9yu2gdabr.html> Acesso em 08 maio 2020.

<sup>44</sup> CAMPANHA do governo federal pela abstinência sexual começa 20 dias antes do Carnaval. Yahoo Notícias. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/campanha-do-governo-federal-pela-abstinencia-sexual-comeca-20-dias-antes-do-carnaval-144601271.html> Acesso em 08 maio 2020.

Através de táticas como renomeação e extinção de órgãos, supressão de termos, fusão de pastas, mudanças de chefias, subtração de competências, frustração de editais e de projetos de lei, cancelamento de ações e propositura de campanhas pudorosas, esse fenômeno se reveste de uma matriz conversadora e tenta fabricar subalternidades, imprimir moralidades, produzir ativamente regimes de invisibilidade. Quando esses nomes e siglas somem do documento, levam junto o espírito da inclusão no jogo democrático. Ao fenômeno ligado a essa série de episódios que tentam produzir apagamentos da diversidade sexual e de gênero, mandato após mandato, proponho nomear aqui de revogação do gênero.

Renata Nagamine e Marcelo Natividade (2016) observam as posturas de fazer desaparecer as políticas de diversidade e de inclusão, por mecanismos plurais de desconsideração, ocultamento e desarticulação política como uma perspectiva da *hostilidade* a tais grupos performadas por agentes públicos, que tem reverberado inclusive em políticas isolacionistas e ensimesmadas nas relações internacionais.

Para se opor a essa investida estatal com sua agenda reformista autoritária, o STF contra-atacou, mitigando os efeitos daquele decreto e impediu a extinção de alguns colegiados. Também proferiu julgamento em junho daquele ano pela criminalização da LGBTQI+fobia, punível como uma forma de racismo.<sup>45</sup> E assim o fez em 2020, nas decisões da proibição da *cura gay*<sup>46</sup>, da inconstitucionalidade de leis que aleguem combate à *ideologia de gênero*<sup>47</sup> e da permissão de doação de sangue por homossexuais, travestis e transexuais<sup>48</sup>. Conquistas importantes, mas o cenário de violência é assustador.

Acerca da cura gay, os estudos de Natividade (2008) dissertam sobre a controvérsia em torno do tema no Brasil. Desde relatos de *arrepentimento, orações de*

---

<sup>45</sup> Trata-se do julgamento conjunto das ações: Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 26 e Mandado de Injunção 4733.

<sup>46</sup> Através da Reclamação Constitucional nº 31818 pela legalização da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que veda “serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades” e é um importante marco na despatologização da homossexualidade.

<sup>47</sup> Por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 457-GO que questionou a constitucionalidade da Lei Municipal nº 1.516/2015, aprovada em Novo Gama- GO, que proibia material didático de diversidade sexual nas escolas daquela rede municipal.

<sup>48</sup> Por intermédio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5543, questionando a compatibilidade da Resolução RDC 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e da Portaria nº 158/2016 do Ministério da Saúde com a Constituição Federal de 1988.

*cura, aquebrantamento até crises de identidade, fantasias homossexuais e traumas*, num movimento que rumou para o terreno de uma *psicologia cristã* (2008, p. 112- 117). Esta submete os saberes psicológicos aos ditames da religião, por meio de um *construtivismo moral* que visa à conversão de homossexuais.

Os dados são alarmantes. Apesar de não ser crime como em outros países, o simples fato de ser LGBTQIA+ constitui risco à vida. 8.027 delas foram assassinadas no Brasil entre 1963 e 2018 em razão da orientação sexual ou identidade de gênero<sup>49</sup>. O país lidera o *ranking* mundial de assassinatos contra tais pessoas. Em 2019, foram 329 vítimas segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB)<sup>50</sup>. A maior parte dos indivíduos alvo de agressões era jovem (69%) e metade era negra (50%)<sup>51</sup>. O extermínio de pessoas trans, cuja expectativa de vida aliás é inferior a 35 anos, também tem uma triste estatística. Mesmo com quarentena, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) contabilizou 175 mortes em 2020, no último Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais no Brasil<sup>52</sup>, sendo a maioria de negras (78%) e jovens (56%).

Ainda assim o enfrentamento a esse problema patina. Em 2018, o outrora Ministério dos Direitos Humanos editou a Portaria nº 202/2018, instituindo o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTIfóbica, mas não teve continuidade nem estrutura orçamentária. O Congresso Nacional também não aprovou nenhuma lei nesse sentido. Há o PL 7.292/2017, de autoria da Deputada Federal Luizianne Lins (PT/ CE), que visa tipificar o LGBTcídio como homicídio qualificado contra homossexuais e transexuais, em razão de menosprezo ou discriminação contra *sexualidade e identidade*

<sup>49</sup> BRASIL registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?fbclid=IwAR1XNCrbfpBOhj-48fdXuiN0-c4WYN9cSv3aj-IY9tVcleHie1Mk2rMAvgI&cmpid=copiaecola> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>50</sup> BRASIL registra 329 mortes de pessoas LGBT+ em 2019, uma a cada 26 horas. Uol. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/04/23/brasil-registra-329-mortes-de-lgbt-em-2019-diz-pesquisa.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>51</sup> NEGROS são alvo de metade dos registros de violência contra população LGBTI+ no Brasil, diz pesquisa. Mídia Bixa. Disponível em: [https://midiabixa.com.br/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contrapopulacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR3fFw1zHcb0mqBJaAaiFr8p4pgMM\\_DPTrZRVrRa85d5kqSdpPoOwgp0HCo](https://midiabixa.com.br/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contrapopulacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR3fFw1zHcb0mqBJaAaiFr8p4pgMM_DPTrZRVrRa85d5kqSdpPoOwgp0HCo) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>52</sup> ASSOCIAÇÃO aponta que 175 pessoas transexuais foram mortas no Brasil em 2020 e denuncia subnotificação. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/associacao-aponta-que-175-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-em-2020-e-denuncia-subnotificacao.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

de gênero da vítima. O PL objetiva ainda inseri-lo no rol de crimes hediondos. Conhecido como PL Dandara, tal iniciativa legislativa homenageia postumamente a travesti Dandara dos Santos, brutalmente assassinada em Fortaleza, em 2017.

Conforme os dados apontam, há uma correlação estreita entre a violência contra LGBTI+, jovens e negros. Por esse motivo, remeto a eles nos próximos tópicos.

### 2.1.2 Não é sério<sup>53</sup>

Antes de falar do arcabouço legislativo que visa à defesa de direitos de jovens, é importante mostrar um breve itinerário legiferante em torno dos direitos de criança e adolescente. Em 1923, foi promulgado o Código Melo Mattos, primeiro código nessa seara, que usava a terminologia *menores*. Mas o que dizer de documento voltado para infância e adolescência que leva o nome de um adulto, um juiz de menores?

A respeito da noção de menoridade, segundo Adriana Vianna (2002), não se referia, obrigatoriamente, à idade, mas, sim, a qualquer incapacidade legal de autogestão. “Menores podem ser mulheres, escravos, filhos não casados, agregados, loucos, índios, enfim, todos aqueles que, em uma configuração social específica, sejam compreendidos como incapazes (ou relativamente incapazes) de responderem de forma integral por seus atos” (Vianna, 2002, p. 07). Com uma perspectiva salvacionista, essa categoria nunca foi destinada a todas as crianças e adolescentes, mas sim mirou naqueles negros e pobres.

Essa ordem legal ficou conhecida como *menorista* e foi vigente até 1979, quando foi promulgado um novo Código de Menores. Esse novo sistema jurídico, que intensificou a *doutrina da situação irregular*, reforçou essa acepção e acentuou também a criminalização da pobreza. Apostou na institucionalização, no disciplinamento, na centralidade do Juizado de Menores e na preocupação com o *menor infrator*. Sobre a *dimensão tutelar* do Estado nos processos de guarda de crianças, Vianna (2002) ilustra bem esse status dos *menores* enquanto *naturalmente tuteláveis, parcialmente cidadãos*, com participação a ser minguada e controlada em tais processos.

Por outro lado, em sua pesquisa com comunidades pobres de Porto Alegre, nos anos 1980, Claudia Fonseca (2005) discorreu sobre a *circulação de crianças*, em que uma criança pode ter, ao longo da vida, várias mães sem processos formais de adoção.

---

<sup>53</sup> Título da seção inspirado na canção homônima de Chorão (1997), da banda Charlie Brown Jr.

Tal prática de ajuda mútua e solidariedade incorporou a FEBEM<sup>54</sup>, conhecida como *internato dos pobres*. Ela passou a ser preferível como um lar substituto do que a experiência da miséria, da violência intrafamiliar, das influências negativas e maléficas das ruas da vila.

Apenas com Constituição de 1988, firma-se o princípio da *prioridade absoluta* a crianças e adolescentes, universalidade de direitos e *proteção integral*. A Lei Maior foi fundamental para conferir-lhe o status de *sujeitos de direitos especiais*. E em 1990, foi aprovado o ECA reformulando a legislação e regulando a responsabilização por atos infracionais.

Já em relação à *juventude*, o ingresso na órbita pública é mais recente. Nos anos 2000, no âmbito do Governo Federal, foi criada uma série de colegiados, tais como: a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Comitê Interministerial da Política Nacional de Juventude (Coijuv). Também foram elaborados alguns programas de ação nessa área, a saber: a Política Nacional de Juventude, Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e o Plano de Prevenção à Violência contra Juventude Negra, por exemplo.

Entretanto, as conquistas mais importantes no plano normativo vieram com a promulgação da Emenda Constitucional nº 65, de 2010, que incluiu explicitamente a *juventude* no texto na Constituição<sup>55</sup>. Além disso, a aprovação do Estatuto da Juventude por meio da Lei nº 12.852/2013 conferiu uma visibilidade institucional jamais experimentada. Foi um momento importante de firmar alguns direitos no que tange à diversidade sexual e de gênero<sup>56</sup>.

Apesar dessas garantias nos direitos de crianças, adolescentes e jovens, faço um salto temporal para 2019 a fim de explicitar como também experimentam uma

<sup>54</sup> Significa Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor. Carrega até hoje um estigma negativo.

<sup>55</sup> “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao **jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 8º A lei estabelecerá:

I - o estatuto da **juventude**, destinado a regular os direitos dos jovens

II - o plano nacional de **juventude**, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas” (grifos nossos)

<sup>56</sup> “Art. 17 do Estatuto da Juventude: “O jovem tem direito à **diversidade** e a igualdade de direitos e oportunidades e não será discriminado por motivo de:

I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo

II – **orientação sexual**, idioma ou religião ” (grifos nossos)

instabilidade diante do conservadorismo. Sublinho dois eventos. O primeiro diz respeito ao famigerado decreto do *revogaço*, mencionado *supra*. Num primeiro momento o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o CONJUVE estiveram ameaçados de extinção. Com a decisão do STF abrandando os efeitos daquele ato normativo, mantiveram-se em funcionamento. O segundo fato que aponto foi a eleição para conselheiros tutelares em 2019, em que candidatos cristãos venceram com discursos de defesa da *família* contra a *ideologia de gênero*<sup>57</sup>.

Esses episódios recentes evidenciam a efemeridade dos direitos. Somada a desconfiança quanto à capacidade de jovens incidirem na política, tal fragilidade acaba por reverberar numa escalada de violência, que no Brasil configura verdadeiro extermínio desses jovens. Geralmente, eles são negros, moradores de comunidades mais pobres, razão pela qual deixarei para comentar a violência que os abate conjuntamente. Por ora, exporei um contexto dos direitos da população negra brasileira.

### 2.1.3 Nem senzala nem vala

Uma história que conecta os dois lados do Atlântico, onde o ponto de partida é a chegada de negros. Profundamente atravessada pelo racismo, a sociedade brasileira convive com as repercussões do quase quatrocentos anos de sistema escravocrata até hoje. Como Lélia Gonzalez muito bem disserta, “a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência” (GONZALEZ, 1988b).

As primeiras regulações concernentes à população negra datam desde o Brasil Império e se destinavam aos escravizados: Lei do Ventre Livre em 1871, Lei dos Sexagenários em 1885 e a Abolição da Escravatura em 1888. Além da eficácia discutível para a melhoria das condições estruturais das vidas dessas pessoas, reveses legislativos também ocorreram como a aprovação da Lei de Terras em 1850 e, já durante a fase republicana, da Lei dos vadios e capoeiras em 1890. Essa última, por exemplo, apreendia pessoas das ruas (negras em maioria), se não comprovassem trabalho ou residência fixa.

---

<sup>57</sup> A batalha entre católicos e evangélicos pelo domínio dos Conselhos Tutelares. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/01/a-batalha-entre-catolicos-e-evangelicos-pelo-dominio-dos-conselhos-tutelares.ghtml?fbclid=IwAR0ZyyE1PaWYynOUOq4M2x0Qh8b96DUP-VQ0YENRtjEWmOkqPTOL4-hS1-g> Acesso em: 03 fev. 2020.

Novamente a Constituição de 1988 foi marcante para instaurar uma ordem de direitos pra essas pessoas. Em seu bojo, o *racismo* aparece expressamente no texto e é considerado crime inafiançável e imprescritível. No ano seguinte, foi aprovada a Lei Caó em que se pune a discriminação fundada em raça e cor, entre outras.

Após um hiato legislativo, novas conquistas vieram a partir de 2003, como a obrigatoriedade de “História e Cultura Afro-brasileira” nas escolas (Lei 10.645/2003), o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), a Lei de Cotas nas Instituições públicas de Ensino Superior (Lei 12.711/2012) e a Lei de Reserva de vagas no serviço público.

Contudo, essa profusão de direitos tem encontrado desamparo institucional no Executivo federal com o atual governo. Uma demonstração desse descalabro foi a nomeação do jornalista negro conservador Sergio Camargo para a presidência da Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cidadania. Tal figura pública já havia feito declarações polêmicas negando malefícios da escravização negra, menosprezando o racismo no país, defendendo o fim do movimento negro e até desabonando Zumbi dos Palmares, cujo quilombo empresta o nome à entidade que preside<sup>58</sup>. Outro exemplo foi o tal *revogação* de 2019. A princípio, o Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR) esteve ameaçado, mas se beneficiou da referida decisão do STF para continuar operando.

Apesar de ter conseguido galgar mais legislações do que a comunidade LGBTQIA+ no âmbito federal, os fatos acima enunciam que jovens e negros sentem efeitos do desarranjo institucional com a mudança de gestão. Os retrocessos alimentam estatísticas violentas. Seguem-se alguns dados.

Segundo o Atlas da Violência 2020, 75,9% das vítimas fatais são negras. Os homicídios foram a principal causa de morte da juventude masculina: 55,6% dos casos.<sup>59</sup> Consoante ao Índice de Homicídios na Adolescência, há expectativa de que 4 em cada 1000 adolescentes serão mortos antes dos 19 anos<sup>60</sup>. Por trás da frieza desses

---

<sup>58</sup> NOVO presidente da Fundação Palmares nega existência de racismo e pede fim do movimento negro. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-existencia-de-racismo-pede-fim-do-movimento-negro-1-24104072> Acesso em: 04 mar. 2021

<sup>59</sup> RACISMO: taxa de assassinatos cresce par negros e cai para o resto da população. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>60</sup> QUATRO em cada mil adolescentes serão mortos antes dos 19 anos. Folha. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/19/26131-quatros-em-cada-mil-adolescentes-serao-mortos-antes-de-atingir-os-19->

números, existem histórias e trajetórias interrompidas. Muitas delas já suportavam violações de direitos de toda ordem quando vivas. O discurso de associação de perigo a jovens negros encontra muitos adeptos.

O punitivismo social e a justiça com as próprias mãos são reações viciadas e desproporcionais de uma sociedade racista amedrontada. Um caso que chamou atenção foi do adolescente que foi torturado após ter sido acusado de furtar uma bicicleta em São Bernardo do Campo. Dois rapazes o mantiveram sob seu poder por dois dias, tatuaram em sua testa “eu sou ladrão e vacilão” e postaram vídeo da ação em redes sociais<sup>61</sup>.

Não bastasse tal tensão social, Bolsonaro assinou decretos flexibilizando registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo no país<sup>62</sup>. Mais pólvora num barril que há muito explodiu. O Legislativo e o Judiciário têm oferecido resistências, seja revogando tais medidas, seja suspendendo sua aplicação por ilegalidade.

Os resultados dessas escolhas políticas são sentidos por jovens, negros e LGBTQTA+. Existe um amálgama entre eles: partilham a experiência de *vidas precárias* (BUTLER, 2011), marcadas pela ausência de redes de suporte material e de insegurança material e jurídica. Feito o panorama nacional, procedo a uma análise no âmbito estadual.

## 2.2 Um Ceará não muito pacífico

O Ceará está situado na região Nordeste, com mais de 9 milhões de habitantes, população equivalente aos Emirados Árabes Unidos. Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)<sup>63</sup>, em 2019, 77,4% da população se concentra em áreas urbanas, sendo 45,7% na Região Metropolitana de Fortaleza. Há 91 homens a cada 100 mulheres, indicando maioria feminina. No *ranking* brasileiro, ocupa o 17<sup>a</sup>

---

[anos.shtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsfolha](#). Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>61</sup> JOVEM tem a testa tatuada após ser acusado de furto de bicicleta em SP. Disponível em <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/jovem-tem-testa-tatuada-apos-ser-acusado-de-furto-de-bicicleta-em-sp.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>62</sup> Trata-se dos decretos 9.685/19, 9.785/19, 10.627/21, 10.628/21, 10.629/21 e 10.630/21.

<sup>63</sup> PERFIL demográfico do estado do Ceará a partir dos dados da Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios (PRAD-CE). IPECE. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD\\_informe\\_N02\\_28\\_jan2021.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD_informe_N02_28_jan2021.pdf). Acesso em 08 maio 2021.

lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com 0,682, segundo o IBGE<sup>64</sup>. O setor terciário (comércio e serviços) é responsável por 70% do Produto Interno Bruto (PIB).

Nos últimos anos, o estado tem se destacado negativamente no campo da violência urbana. Em face dessa realidade desafiadora, o governo do Ceará criou em 2015 o “Pacto por um Ceará Pacífico”, um dos principais alicerces do projeto “Os 7 Cearás”, atuando no combate à violência por meio de ações preventivas com foco na proteção, amparo e defesa de populações *vulneráveis* da sociedade. Com cinco anos de incidência, tal política pública parece não estar conseguido sanar o problema, tendo o estado se tornado inclusive o estado mais violento do país em 2020<sup>65</sup>. Diante dessa situação, como estão LGBTQIA+, jovens e pessoas negras? Como as agressões as atravessam em um Ceará longe de ser pacífico? No tópico seguinte, focalizo as políticas LGBTI+.

### 2.2.1. Ceará de Todxs?

Assim como no âmbito nacional, não encontrei estatísticas mais completas sobre a comunidade LGBTQIA+ cearense. Não obstante, acredito que os dados seguintes sejam importantes para se saber de tal unidade federativa. Em 2011, o IBGE contabilizou 60.002 casais homossexuais residindo no mesmo domicílio, sendo o segundo lugar no Nordeste, perdendo para a Bahia. O Instituto registrou ainda 330 casamentos homoafetivos ocorridos no estado em 2018, mantendo a segunda colocação na região<sup>66</sup>.

Politicamente, desde a Nova República, o empresário Tasso Jereissati e o advogado Ciro Ferreira Gomes ora se elegeram governadores ora ajudaram a eleger seus aliados ao cargo, todos homens. As legendas têm sido as mais diversas, de orientações mais à direita a outras mais à esquerda, iniciando-se pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) até chegar ao Partido dos Trabalhadores (PT) na atualidade. Essa

---

<sup>64</sup> IBGE Cidades. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em 08 maio 2021

<sup>65</sup> CEARÁ é o estado com maior aumento dos homicídios em 2020. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/12/ceara-e-o-estado-com-maior-aumento-dos-homicidios-em-2020.ghtml> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>66</sup> CASAMENTOS entre pessoas do mesmo gênero aumentam 52% no Ceará em 2018. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/04/casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-genero-aumenta-52percent-no-ce-em-2018.ghtml>. Acesso em 08 maio 2021.

informação é importante para compreender como se deram os graus de atenção institucional às pessoas não-cis-heterossexuais ao longo das diferentes gestões.

A primeira legislação estadual nesse sentido data de 2005, quando Lúcio Alcântara, aliado de Tasso Jereissati e eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), sancionou a Lei Estadual nº 13.644/2005, que instituiu o “Dia Estadual do Orgulho Gay e Livre Expressão Sexual”. Ainda durante sua gestão, em 2006, por meio da Lei Estadual nº 13.833/2006, a temática da *orientação sexual* foi incluída na disciplina de Direitos Humanos, integrante do conteúdo pedagógico de cursos de formação e reciclagem de policiais civis e militares no estado. A bem da verdade, a aprovação de tais normas devem ser creditadas menos ao governador e mais a deputados estaduais e ativistas, visto que tal político não encampava essa plataforma política.

Em 2007, o engenheiro civil Cid Ferreira Gomes, irmão de Ciro Gomes, iniciou seu mandato após ter sido eleito em primeiro turno pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), contando com ampla coligação e com o apoio de Lula, presidente reeleito. Houve muitos triunfos na pasta, nos anos finais daquela gestão. Foi promulgada a Emenda Constitucional nº 65/2019, acrescentando o artigo 14, inciso III da Constituição Estadual do Ceará, que proíbe a discriminação com base na *orientação sexual* e inclui o combate a qualquer tipo de preconceito como um dos princípios do estado. Com isso, o Ceará tornou-se a primeira unidade federativa a se comprometer constitucionalmente com a erradicação de todas as formas de discriminação.

Em 2010, último ano da primeira gestão, foi criada a Coordenadoria de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Coordenadoria LGBT), por meio do Decreto Estadual nº 30.202/2010, no âmbito da extinta Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS). Seu objetivo era formular, implementar e disseminar políticas públicas de promoção de direitos humanos para a população LGBT. Além disso, visava fomentar ações de visibilidade do calendário do movimento LGBT, monitorar e acompanhar instituições para o enfrentamento da *LGBTfobia* e da violação de direitos desse público em todo o estado. Eis a sigla invocada à época: *LGBT*.

Ainda naquele ano, a Lei Estadual nº 14.787/2010 passou a assegurar que companheiros ou companheiras de servidores e servidoras estaduais, inclusive os de mesmo sexo, pudessem exercer direitos previdenciários perante o Instituto de

Previdência do Ceará (IPC) e usufruir de assistência à saúde no Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), na condição de dependentes.

Além disso, foi sancionada a Lei Estadual nº 14.820/2010, que criou a Semana da Diversidade Sexual do Ceará, intitulada “Semana Luiz Palhano Loiola<sup>67</sup>”, a ser celebrada anualmente na semana que inclui o último domingo de junho, por ocasião do Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho). Tal período integra o calendário oficial de eventos do estado.

Por fim, a STDS editou a Portaria nº 544/2010, que garantiu o uso e tratamento pelo nome social às mulheres travestis, transexuais e homens trans servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras do governo estadual. Durante essa época, a Coordenadoria Estadual LGBT funcionava dentro da estrutura dessa secretaria.

Após período de vitórias legislativas, iniciou-se a segunda gestão de Cid Gomes a partir de 2011, quando foi reeleito agora pelo Partido Republicano da Ordem Social (PROS). A atuação foi mais tímida dessa vez. Destaca-se apenas que em 2012, o Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE-CE) publicou a Resolução nº 437/2012, que assegura a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares internos do sistema estadual de ensino. Em 2013, a Coordenadoria LGBT adquiriu o status de *Especial*, através do Decreto Estadual nº 31.347/2013, passando a integrar a estrutura do Gabinete do Governador. Apesar dessa palavra bonita, o significado gerou certa preocupação, visto que essa foi a aceção utilizada também para uma secretaria criada extraordinariamente para a Copa do Mundo de 2014, da qual Fortaleza seria uma cidade-sede. Esse evento engatilhou a efemeridade da política pública.

Nos anos seguintes, observei um vácuo legislativo nessa área até o fim daquela gestão. Cid Gomes conseguiu eleger seu sucessor no governo, o engenheiro agrônomo Camilo Santana, do PT, em 2016. Essa amargura dos direitos sexuais no âmbito estadual durou até a ocorrência de um evento trágico, que chamou a atenção da opinião pública e constrangeu o governo a tomar iniciativas concretas. Em fevereiro de 2017, a travesti Dandara dos Santos foi torturada e assassinada brutalmente por um grupo de agressores (inclusive adolescentes) à luz do dia, numa via pública no Bom Jardim,

---

<sup>67</sup> Luiz Palhano Loiola foi um importante ativista homossexual cearense. Pedagogo, professor da Faculdade de Educação de Crateús da Universidade Estadual do Ceará (UECE), doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Estudioso de currículo, movimentos sociais, juventude e educação sexual, atuou como consultor junto ao GRAB. Faleceu em 2008, aos 40 anos, vítima de um crime homofóbico bárbaro em Crateús. Seu corpo foi encontrado com um corte na garganta e vinte perfurações nas costas, com um lençol amarrado ao pescoço, na residência onde morava com a irmã. Na noite do crime, porém, estava sozinho.

bairro da periferia de Fortaleza. Foi humilhada com insultos verbais (“A imundiça tá de calcinha e tudo!”, “Sobe nisso aí, seu viado feio!” e “Tu tá embaçando aqui a favela, baitola”). Além disso, foi espancada com chutes, chineladas, pauladas e pedras, conduzida num carrinho de mão para ser alvejada com tiros. Sua execução foi filmada e o vídeo viralizou nas redes sociais no mês seguinte, tendo repercussão internacional. Em reação, o secretário-chefe do Gabinete do Governador emitiu uma nota de repúdio condenando o episódio e evocando valores de *direitos humanos, diversidade e tolerância* em relação às *minorias de gênero*<sup>68</sup>. A partir de então, a gestão estadual passou a implementar uma agenda positiva. A seguir comento as principais realizações decorrentes do efeito Dandara.

Por meio da Lei Estadual nº 16.634/2017, foi criado o “Dia Estadual de Combate à Transfobia”, que passa a integrar o calendário oficial estadual. A data escolhida foi 15 de fevereiro, em memória à Dandara. Já por meio da Lei Estadual nº 16.481/2017, foi instituída a “Semana Janaína Dutra<sup>69</sup> de promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero”, que também figura em tal calendário. O evento ocorre anualmente na semana do 17 de maio, data em que se celebra internacionalmente a luta contra a LGBTQI+fobia.

Além disso, através do Decreto Estadual nº 31.188/2017, instituiu-se o “Plano Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia e Promoção dos Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT)”. Por sua vez, com o Decreto Estadual nº 32.226/2017, o Ceará reconheceu a identidade de gênero de mulheres travestis, transexuais e homens trans, além de garantir o uso do nome social na administração pública estadual direta e indireta, proibindo tratamento pejorativo e discriminatório. A seu turno, o Ministério Público do Ceará (MPCE) também passou a reconhecer a identidade de gênero e o uso de nome social de pessoas travestis e

---

<sup>68</sup> POLÍCIA investiga homicídio de travesti que foi espancada até a morte no CE. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/policia-investiga-homicidio-de-travesti-que-foi-espancada-ate-morte-no-ce.html> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>69</sup> Janaína Dutra foi uma importante ativista cearense, tendo sido a primeira advogada travesti na Ordem dos Advogados do Brasil. Atuou como assessora jurídica e vice-presidente no Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma organização não-governamental voltada para o enfrentamento ao preconceito contra LGBTQIA+. Fundou a ATRAC (Associação de Travestis do Ceará), presidiu a ANTRA (Articulação Nacional das Travestis), atuou na ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), além de ter integrado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Faleceu em 2004, aos 43 anos, vítima de câncer de pulmão.

transexuais no âmbito da instituição, com a publicação do Provimento nº 22/2017-MP/CE.

Esse rol de ações também se espalhou no sistema de segurança. A então Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) passou a utilizar o nome social nos boletins de ocorrência. Outras duas políticas públicas naquele setor tiveram relevância. A primeira diz respeito à garantia de assento LGBT nos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS) de todo o estado, por parte da SSPDS. A segunda se refere à ampliação de atendimento especializado em situações de violência doméstica e familiar para as mulheres travestis e transexuais nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) do estado, conforme Portaria nº 30/2017, editada pela Corregedoria Geral da Polícia Civil do Ceará.

Curiosamente, porém, o Ceará não registrou nenhum homicídio com motivação LGBTfóbica, justamente no ano da morte de Dandara. Segundo a coordenadora da Comissão de Estudo do Perfil das Vítimas de Crimes Violentos Letais e Intencionais da SSPDS, “não houve a identificação de nenhum crime ligado à homofobia”<sup>70</sup> e isso gerou muita indignação nos movimentos. O fato foi lembrado numa palestra na UniFanor em outubro de 2019, intitulada “Caso Dandara e LGBTfobia no Ceará. Segundo uma ativista local, “quem matou Dandara foi o Estado”, inclusive ao não computar sua morte como motivação transfóbica. Informou também que a divulgação do vídeo “atrasou a vida de jovens travestis”. Muitas não se revelaram por medo: “não quero ser Dandara”. Além disso, tal fato foi visto como uma atualização da punição por suplício, comum no século XIX, em que havia uma pedagogia do sofrimento absurdo. Como o Estado não aplica a pena ou só aplicaria a *humanos*, o suplício ocorre nos negros da periferia, como Dandara.

Nos anos seguintes, ocorreram mais algumas modificações. Em 2018, a Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará (CGJCE) estabeleceu procedimento para averbação do prenome e do sexo nos assentos de nascimentos e casamentos de pessoas trans no registro civil, através do Provimento nº 09/2018/CGJCE, após decisão do STF nesse sentido. Uma das ações locais promovidas pela Coordenadoria foi o Retifica Trans, auxiliando administrativamente as pessoas trans nesse procedimento.

---

<sup>70</sup> SSPDS conclui que não houve nenhuma morte por homofobia em Fortaleza em 2017. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/sspds-conclui-que-nao-houve-nenhuma-morte-por-homofobia-em-fortaleza.html>. Acesso em 08 maio 2021.

Já em 2019, após a reeleição de Camilo Santana pelo PT e uma profunda reforma no secretariado, a Coordenadoria Especial LGBT passou a se abrigar na estrutura que ocupa atualmente: a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). A supersecretaria resultou da fusão dessas pastas.

Dentro desse contexto de mudanças institucionais, a Coordenadoria Especial LGBT deu início à campanha “Ceará de Todxs”. Trata-se de um *conceito* adequado a um *novo momento* de enfrentamento à LGBTfobia, em que se aposta não só na ampliação da visibilidade, mas também na mudança léxica para uma linguagem ainda mais abrangente e inclusiva. Segundo o portal oficial do estado, o discurso proferido pela titular da SPS durante o 17 de maio caminhou nesse sentido: “Vamos nos acostumar a dizer todos os dias *todxs*, é assim que vamos construir um Ceará inclusivo, sem qualquer preconceito”<sup>71</sup>. Ainda naquele ano, após o julgamento da criminalização da homotransfobia no STF, a SSPDS passou a incluir os campos *orientação sexual e identidade de gênero* nos boletins de ocorrência em delegacias<sup>72</sup>.

Ainda em 2019, o governador sancionou a Lei Estadual nº 16.946/19, que garante o uso do nome social para transexuais e travestis nos serviços públicos e privados. A lei ratifica o que já era direito no Ceará, por meio de decreto governamental de 2017. Mas é um sinal importante do Legislativo estadual para a comunidade LGBTQIA+, em especial diante da desídia desse poder na esfera federal. Contou com a autoria do deputado estadual Renato Roseno (PSOL) e coautoria do deputado estadual Elmano Freitas (PT). Mas tal pensamento não representa uma unanimidade naquela casa legislativa.

Em setembro de 2019, a Assembleia Legislativa foi palco de acalorada discussão ideológica. Com um placar de 19 votos favoráveis e 12 votos contrários, a Parada pela Diversidade Sexual foi incluída no calendário oficial do estado. O projeto foi de autoria do deputado Elmano Freitas e se converteu na Lei nº 17.062. No mesmo dia, porém, foi aprovada a concessão do Título de Cidadã Cearense à Ministra da Mulher, Família e

---

<sup>71</sup> SPS lança campanha Ceará de Todxs e celebra diversidade no Dia de Combate à LGBTfobia. SPS. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2019/05/20/sps-lanca-campanha-ceara-de-todxs-e-celebra-diversidade-e-luta-por-direitos-no-dia-de-combate-a-lgbt-fobia/> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>72</sup> CEARÁ implanta primeira ferramenta de registro oficial de agressões contra pessoas LGBTI+. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/23/ceara-implanta-primeira-ferramenta-de-registro-oficial-de-agressoes-contras-pessoas-lgbti.ghtml> Acesso em 08 maio 2021.

Direitos Humanos, Damares Alves. O projeto foi de autoria da deputada evangélica Dra. Silvana, do Partido Liberal (PL). Dessa vez, a vantagem foi mais elástica: 22 votos favoráveis e apenas 5 contrários, e também foi aprovada.<sup>73</sup>

No mês seguinte, a polêmica nessa casa legislativa foi protagonizada pelo deputado estadual André Fernandes (PSL), *youtuber* apoiador de Jair Bolsonaro. Ele denunciou num vídeo que a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME) teria encaminhado a educadores de creches uma cartilha *totalmente imoral* que incentivava a masturbação infantil e sugeria a pedofilia, tratando da *sexualidade na primeira infância*, além de *debochar* de Damares numa charge<sup>74</sup>. Na ocasião, deputados evangélicos reagiram com uma ação para discutir conteúdos escolares no estado.

O exame de projetos de lei e as estratégias de incidência na esfera pública por meio de obstruções de bancadas religiosas, por exemplo, são tratados por Natividade (2013, p. 39-42). Há muito, propostas polêmicas como Dia do Orgulho Heterossexual ou mesmo factoides como o *kit gay* vêm auferindo relevância no espaço institucional e suscitando respostas religiosas à altura, fermentadas pelo pânico moral.

A despeito disso, o Executivo conseguiu dar continuidade a algumas políticas. Em 2020, o Ceará foi um dos primeiros estados a efetivar a doação de sangue por homossexuais, travestis e transexuais, após a decisão autorizatória do STF<sup>75</sup>. Segundo Dinorah, uma das colaboradoras dessa pesquisa e que atua na Coordenadoria LGBT, a atuação desse órgão na capacitação de profissionais do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce), centrada no *acolhimento*, foi decisiva para tal façanha. Já em 2021, foi publicado o Decreto nº 33.906/21, que cria o “Conselho Estadual de Combate à Discriminação LGBT<sup>76</sup>, uma antiga demanda dos movimentos sociais.

---

<sup>73</sup> EM dia de batalha ideológica, AL apoia Parada LGBT e aprova homenagem a Damares. O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/politica/2019/09/19/em-dia-de-batalha-ideologica--al-apoia-parada-lgbt-e-aprova-homenagem-a-damares.html> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>74</sup> FORTALEZA cria cartilha que incentiva masturbação infantil, sugere pedofilia e zomba Damares Alves. Terça Livre. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/fortaleza-cria-cartilha-que-incentiva-masturbacao-infantil-sugere-pedofilia-e-zomba-damares-alves/> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>75</sup> CEARÁ se torna 1º estado a permitir doações de sangue de homens homossexuais. Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-lo-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghtml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFikPewdh9YOJMT81UZxucopcptbbKe6bJTrZb\\_GycqT1rOw](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-lo-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghtml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFikPewdh9YOJMT81UZxucopcptbbKe6bJTrZb_GycqT1rOw) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>76</sup> Órgão consultivo e deliberativo vinculado à SPS com a finalidade de “elaborar, acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução de políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

Apesar de todas essas garantias legais, das políticas formuladas de forma pioneira, da criação de órgãos específicos e da instituição de novos conceitos nos últimos anos, os índices de mortes de LGBTQIA+ só têm aumentado mesmo durante a pandemia, em especial entre mulheres trans e travestis. De acordo com a ANTRA, em 2020 o Ceará se destaca negativamente como o segundo com mais mortes violentas de pessoas trans (22 ao todo), perdendo apenas para São Paulo. Houve uma *onda de assassinatos*, em que três delas morreram num espaço de uma semana, no ano passado<sup>77</sup>.

Outro dado relevante é que as vítimas trans são cada vez mais jovens. Em janeiro de 2021, a adolescente trans Keron Ravach tinha apenas 13 anos quando foi assassinada com socos, pauladas, chutes, pedradas e facadas, num terreno baldio em Camocim. A motivação teria sido cobrança de uma dívida de 50 reais ao suspeito do ato, outro adolescente de 17 anos<sup>78</sup>. Já Pietra Valentina, adolescente trans de 16 anos, foi morta com golpes de faca em uma travessa em Juazeiro do Norte por outro jovem de 18 anos, em abril desse ano. A motivação segue desconhecida<sup>79</sup>.

Recorro a Efreim Filho (2013) para compreender como essas narrativas que publicizam as imagens da *brutalidade* têm sido acionadas pelos movimentos para disputar a legitimidade das vítimas e a legitimação das denúncias. Não à toa, ativistas organizaram marchas, manifestaram-se na opinião pública clamando por *justiça*. Dandara, Keron, Pietra e outras precisam ser reivindicadas como trans que importam, cujas vidas são cotidianamente encaradas como impassíveis de luto (BUTLER, 2017).

Nesse sentido, diante da escalada e da crueldade envolvida em homicídios transfóbicos recentes, é que retomo a pergunta inicial desse tópico. Estamos

---

(LGBT), destinadas a assegurar a essa população o pleno exercício de sua cidadania” (art. 1º). Está estruturado com 26 membros, sendo 13 do Poder Público e outros 13 representantes da sociedade civil.

<sup>77</sup> TODAS vidas importam? Fortaleza vive onda de assassinatos de mulheres trans. Mídia Bixa. Disponível em: <https://midiabixa.com.br/todas-as-vidas-importam-fortaleza-vive-onda-de-assassinatos-de-mulheres-trans/?fbclid=IwAR1P1rVPS3g7yjOAHwOH06Lc6amsQevj66l5Dw3sd47EtvLOYF-7C72GVZ8> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>78</sup> ADOLESCENTE de 13 anos espancada até a morte sonhava em ser digital influencer. O Povo. Disponível em: [https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/camocim/2021/01/05/adolescente-de-13-anos-espancada-ate-a-morte-sonhava-em-ser-digital-influencer.html?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/camocim/2021/01/05/adolescente-de-13-anos-espancada-ate-a-morte-sonhava-em-ser-digital-influencer.html?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs) Acesso em 08 maio 2021.

<sup>79</sup> ADOLESCENTE transexual é assassinada em Juazeiro do Norte. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/juazeiro-do-norte/2021/04/06/adolescente-transexual-e-assassinada-em-juazeiro-do-norte.html> Acesso em 08 maio 2021.

efetivamente conseguindo fazer um “Ceará de todxs”? Para continuar a análise, abordarei a situação de pessoas negras no estado. Por ora, encerro a seção com o silêncio de um vale enlutado.

### **2.2.2 Negros na Terra da Luz**

O Ceará recebe o epíteto de *Terra da Luz*, por ter sido o primeiro estado a abolir a escravidão, em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea. Segundo o IPECE, a maior parte da população se autodenomina da cor parda (67,4%), vindo em seguida à branca (25,4%), preta (5,1%), amarela (1,4%) e indígena (0,5%). Seguindo os critérios do IBGE, a população negra computa pardos e pretos e totaliza 72,5% do total. Mesmo diante dessa vanguarda histórica e da incontestada maioria demográfica, o tratamento legal dispensado a essas questões tem sido mais bem esparso e a conta-gotas, como farei breve remissão.

Em 2006, foi aprovada a Resolução 416/2006 do CEE, que regulamenta o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Tal medida se correlaciona com a aprovação de lei federal nesse sentido. Apenas dez anos depois, em 2016, instituiu-se o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (COEPIR), através da Lei Estadual nº 15.953/2016. Tal conselho representa um importante instrumento de controle social. No ano seguinte, foi aprovada a Lei Estadual nº 16.197/17, que instituiu o Sistema de Cotas nas IES do Ceará, aproveitando-se da experiência de lei similar no plano federal.

Além disso, foi criada a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) dentro da SPS. Visa a formular, implementar e monitorar políticas públicas nessa seara e abrange negros, povos tradicionais, quilombolas, indígenas, de terreiro e ciganos. Mais recentemente, tal órgão promoveu a Campanha “Ceará sem Racismo. Respeite a minha história, respeite minha diversidade”. Em março de 2021, Camilo Santana sancionou a Lei Estadual nº 17.432/21, que instituiu reserva de 20% das vagas nos concursos públicos estaduais para pessoas negras. O projeto teve votos contrários de Dra Silvana, André Fernandes e Delegado Cavalcante.

Observo que a despeito da vanguarda histórica, apenas nos últimos quinze anos se conseguiram aprovar leis e políticas afirmativas. Também há de se ressaltar os desafios do presente. Destaco o negacionismo científico em torno da ancestralidade

negra cearense em prol de uma suposta influência genética nórdica<sup>80</sup> e as condições socioeconômicas adversas para negros, que ganham menos que brancos<sup>81</sup>. Ambos são frutos do racismo, que, para melhor compreender, demanda uma análise de juventude na institucionalidade.

### 2.2.3 *É sal, pivete?*

Eis a expressão comum entre jovens cearenses para se designar uma confirmação de algo: *é sal, pivete*. Por vezes, na linguagem da internet, abrevia-se a palavra para *pvt*. Mas será se o mar tá pra peixe mesmo? Que perspectivas de horizontes se impõem no campo das políticas para jovens no estado? Apontarei os fatos de forma muito sumária.

Segundo o IPECE, a população de jovens representa cerca de um quarto do total no estado. Além disso, 82% dos adolescentes em situação de trabalho no Ceará tem entre 14 e 18 anos, conforme o IBGE<sup>82</sup>. Apesar do expressivo contingente, representação institucional de tais sujeitos na esfera estadual é entremeada por idas e vindas.

Com Lúcio Alcântara, foi criada a Secretaria de Esporte e Juventude. Já durante a gestão de Cid Gomes, foi criado em 2007 o Conselho Estadual da Juventude (CONEJUV)<sup>83</sup>. Por outro lado, o governador renomeou a pasta apenas como Secretaria de Esporte, optando por criar uma Coordenadoria Estadual de Políticas da Juventude no primeiro mandato e conferiu caráter de *Especial* no segundo mandato.

---

<sup>80</sup> CEARENSES têm influência genética de povos nórdicos, revela pesquisa. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/27/cearenses-tem-maior-influencia-genetica-de-povos-nordicos-do-que-de-indios-e-negros-revela-pesquisa.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021

<sup>81</sup> NO CE, brancos ganharam 74,7% mais que negros e pardos em 2019Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/no-ce-brancos-ganharam-747-mais-que-negros-e-pardos-em-2019-1.3010881> Acesso em: 08 maio 2021

<sup>82</sup> IZOLDA Cela participa do lançamento do Pacto pela Aprendizagem Profissional. ViceGov. Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2019/06/24/izolda-cela-participa-do-lancamento-do-pacto-pela-aprendizagem-profissional/> Acesso em 08 maio 2021

<sup>83</sup> Com mandato de dois anos, a presidência e vice-presidência serão alternadas entre Governo e Sociedade Civil a cada ano. O Conselho é composto por 28 cadeiras, sendo seis do Executivo Estadual, uma da Assembleia Legislativa, uma do Fórum Estadual de Gestores Municipais de Juventude do Estado do Ceará, uma da Aprece, duas de jovens clientes dos programas executados pelo Governo do Estado e 18 cadeiras de representação da sociedade civil organizada.

Durante o primeiro mandato a partir de 2015, Camilo Santana manteve essa conformação. No segundo mandato, recriou a Secretaria de Esporte e Juventude<sup>84</sup>. Apesar de parecer ascensão de uma coordenadoria a um *status* de secretaria, um fato que restou obnubilado é se a agregação dessas pastas representou uma perda ou ganho de receita.

No tocante às medidas socioeducativas, identifiquei que em junho de 2019, foi lançado o Pacto pela Aprendizagem Profissional, que visava a fortalecer a aprendizagem profissional entre adolescentes em situação de *risco social*, contemplando acolhimento institucional e socioeducandos, em situação de trabalho precoce, entre outras vulnerabilidades. No entanto, não observei nenhuma efetivação prática daquela iniciativa. Se as políticas titubeiam, as estatísticas não. Conforme anunciado anteriormente, a letalidade juvenil cearense é altíssima. Acerca desse fenômeno, farei breve panorama.

Segundo o Atlas da Violência 2019, o Ceará é o 6º estado do Brasil com maior número de jovens assassinados, em 11 anos.<sup>85</sup> Os anos de 2017 e 2018 foram os mais letais. O período coincidiu com sucessivas chacinas no estado, relacionadas a conflitos entre facções criminosas atuantes no estado: Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho e Guardiões do Estado (GDE).

No primeiro trimestre de 2019, o número geral de homicídios surpreendentemente reduziu pela metade (52,3%)<sup>86</sup>. Tal baixa foi comemorada pelo governador Camilo Santana como um sucesso de medidas recém-implantadas, como a criação da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP). No entanto, a causa mais provável foi a trégua entre as facções, que se uniram contra ações rígidas da SAP nas penitenciárias e promoveram a maior onda de ataques criminosos contra órgãos públicos, ônibus e viadutos no início daquele ano. A Força Nacional de Segurança

---

<sup>84</sup> UM novo governo Camilo Santana. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/ericofirmo/2018/12/um-novo-governo-camilo-santana.html> Acesso em 08 maio 2021

<sup>85</sup> CEARÁ é o 6º estado do Brasil com maior número de jovens assassinados, em 11 anos. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?ald=1.2107570> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>86</sup> 2019 registra menos da metade de assassinatos de 2018. O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2019/10/10/2019-registra-menos-da-metade-de-assassinatos-de-2018.html?fbclid=IwAR0qI2s9zswaoDOmig0UEAZdaf1oyIsMXvf4E5A6iYCHk0Y6JrLglvfy3VM> Acesso em: 08 maio 2021.

Pública foi acionada e líderes foram transferidos para presídios federais. Em setembro, houve nova onda.

No entanto, uma situação chamou atenção. Segundo o relatório “Cada Vida Importa”, produzido pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), enquanto o percentual entre meninos de 10 a 19 anos baixou em 20,64%, entre as meninas de mesma idade o número aumentou 322%, quando 114 meninas foram assassinadas. Boa parte dessas mortes foram *decretadas* nas redes sociais a mando de facções criminosas<sup>87</sup>. Perfis anônimos divulgavam suas imagens e as insultavam de *marmitinha*, *vagabunda*, *safada* e *pirangureira*. As mortes eram precedidas de tortura, sinalizadas com mensagens como *sem massagem*. A imensa maioria delas não tinha envolvimento com organizações, mas eram sentenciadas por namorarem com jovens de bairro sob influência de facção rival, serem apontadas como integrantes, tingirem cabelo de vermelho, postarem fotos com números da facção, entre outros.

Além disso, os casos de feminicídio no Ceará são recorrentes. Em 2019, o Ceará foi o 2º lugar na região com o maior número de feminicídios. Conforme boletim da Rede de Observatórios da Segurança, em 2020, o estado registrou 47 feminicídios e seguiu em alta durante a pandemia, quando se intensificou a violência doméstica.<sup>88</sup>

Longe de fortuitos, episódicos e eventuais, os feminicídios e os *decretos* podem ser lidos como *violências públicas* (FACCHINI; SIVORI, 2017), operando de forma intersectada, num contexto mais amplo de relativo avanço nos direitos sexuais nos últimos quinze anos, em especial das mulheres. O tempero da crueldade como uma resposta conservadora abastecida de misoginia e racismo.

Tais mortes têm uma função expressiva, informam algo e não são meros instrumentos. Corpos de mulheres seriam *dejetos do processo* de feminicídio (SEGATO, 2016; RIBEIRO, 2020). Inspirada na noção de *necropolítica* de Mbembe (2018), a

---

<sup>87</sup> COM decretações via rede social, assassinatos de meninas dispara no CE. Folha de São Paulo. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>88</sup> EM 2020, 47 mulheres foram vítimas de feminicídio no Ceará. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/12/so-em-2020-47-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-no-ceara#:~:text=Segundo%20o%20relat%C3%B3rio%2C%20no%20Cear%C3%A1.de%20quatro%20crimes%20por%20m%C3%AAs.&text=Em%202019%2C%20o%20Cear%C3%A1%20foi,tamb%C3%A9m%20aumentou%2C%20principalmente%20na%20pandemia.> Acesso em: 08 maio 2021.

autora cearense serve-se desse expediente para caracterizar a situação das meninas *decretadas* no Ceará, cujas vidas e mortes experimentam indissociabilidade entre intimidade, violência institucional e violência urbana. Munido de uma lente ampliada de gênero para a questão, quero propor pensar tal sucessão de eventos como *sui generis*, próprios de algo que poderíamos denominar de uma feminecropolítica, em que se dita quem pode viver e quem pode morrer, ser *decretada*. No entanto, isso demandaria maior investimento analítico, que foge ao escopo desse trabalho.

Durante a pandemia, ativistas acostumaram-se a falar de uma *pandemia de coronatiros*<sup>89</sup> em razão da letalidade comparável à crise sanitária. A média de assassinatos registrados chegou a 12,57 por dia, mais do que o dobro da média diária de 2019 (6,18). O CCPHA apontou ainda a morte de 409 crianças e jovens entre 10 e 19 anos. O dado representa aumento de 149% na comparação com o mesmo período do ano passado<sup>90</sup>. Some-se a essa equação a variável racial. 87% dos mortos por intervenção policial no Ceará são negros, consoante relatório da Rede de Observatórios da Segurança<sup>91</sup>.

Não raras vezes, escrevi esse texto sendo vigiado por helicópteros da polícia sobrevoando o quintal de minha casa na periferia, de modo a espiar minha escrita, a interferir com seus estampidos nessa polifonia discursiva que ora descrevia. “Mataram quatro”: essa foi a explicação de uma prima numa dessas rondas aéreas...

Tais estatísticas demonstram a grave situação envolvendo jovens, em especial negros e incluindo LGBTQIA+. Diante de perspectivas tão desanimadoras, retomo a pergunta inicial da seção para afirmar que não *tá sal*. A situação é muito grave, e acredito que a saída perpassa pela compreensão interseccional de quem está matando e morrendo, os pontos comuns, os marcadores sociais e mesmo biográficas. Assim como

---

<sup>89</sup> CORONAVÍRUS e homicídios: o Ceará sob duas epidemias. Cada Vida Importa. Disponível em: [https://cadavidaimporta.com.br/news/nota-tecnica-coronavirus-e-homicidios-o-ceara-sob-duas-epidemias/?fbclid=IwAR1sgce\\_Y4rQuHS1zZ9XJJ7oTnGoI9z9Vg6w7olocE7U38GRbZ6\\_aVv8RKY](https://cadavidaimporta.com.br/news/nota-tecnica-coronavirus-e-homicidios-o-ceara-sob-duas-epidemias/?fbclid=IwAR1sgce_Y4rQuHS1zZ9XJJ7oTnGoI9z9Vg6w7olocE7U38GRbZ6_aVv8RKY) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>90</sup> 409 adolescentes entre 10 e 19 anos assassinados no Ceará em 2020. O Povo. Disponível em: [https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/07/22/409-adolescentes-entre-10-e-19-anos-assassinados-no-ceara-em-2020.html?fbclid=IwAR2CqV7WGR3v7n9FINIKp13x2SSsGmZR647W2L6rpYL8jWXovMjsTHSWUb\\_k](https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/07/22/409-adolescentes-entre-10-e-19-anos-assassinados-no-ceara-em-2020.html?fbclid=IwAR2CqV7WGR3v7n9FINIKp13x2SSsGmZR647W2L6rpYL8jWXovMjsTHSWUb_k) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>91</sup> NEGROS são 87% dos mortos por intervenção policial no Ceará, mostra estudo. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/12/09/negros-sao-87percent-dos-mortos-por-intervencao-policial-no-ceara-mostra-estudo.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

o sal dá sabor ao alimento e fertilidade ao solo, tomo de empréstimo essa imagem bíblica para realçar que jovens, negros e LGBTQIA+ são o *sal da terra*. O futuro não deve ser projetado para essas pessoas, mas com elas. E como nem um quilo de sal se come da noite para o dia, assim o será para desembaraçar os fios envoltos no imaginário social e inclusive na governança pública. Explicados os cenários nacional e estadual, explicitarei a seguir o andamento dessas políticas no âmbito municipal, onde a pesquisa se desenrolou.

### **2.3 Uma Fortaleza não tão bela**

Nascido e criado em Fortaleza, sou testemunha viva do que a cidade tem vivenciado nesses últimos trinta anos. Da rua de pedra ao asfalto, de carroças puxadas por jegues aos inúmeros estacionamentos e viadutos, das crianças brincando na rua aos condomínios fechados. Liso, vi a capital se tornar a maior economia do Nordeste<sup>92</sup>. E senti a mão da violência no bolso, a cada celular perdido.

A Fortaleza *belle époque* (PONTE, 2010), cujos efeitos das políticas de higienização e embelezamento do século XIX fazem-se sentir até hoje, já foi bela. Ao menos assim ela se imagina, bonita, projetando seus fios de *loira desposada do Sol* diante da penteadeira. Segue na lembrança esse ideal, já explorado inclusive na publicidade institucional da prefeitura de uma *Fortaleza Bela* entre os anos de 2005 e 2010, quando foi barrada pela justiça por violação ao princípio da impessoalidade na administração. É dessa cidade que pretendo falar nessa seção, dos anseios e tombos.

Dessa forma, disporei a explicação do cenário local tomando como ponto de partida (e ênfase) a situação de LGBTQIA+, para em seguida cotejar jovens e negros. Para início de conversa, tento refletir sobre como alguns direitos foram auferidos, mas por outro lado violências se agravaram, conforme disserto no próximo tópico.

#### **2.3.1 Uma Fortaleza menos colorida**

Além do arco-íris o que podemos encontrar? A exaltação discursiva de *todas as cores* costumou ser a imagem comum associação à visibilidade das diversas manifestações de orientação sexual e de identidade de gênero, tendo sido inclusive

---

<sup>92</sup> FORTALEZA ultrapassa Salvador e se torna maior economia do Nordeste. Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/16/fortaleza-ultrapassa-salvador-e-se-torna-maior-economia-do-nordeste/> Acesso em: 08 maio 2021

incorporada na semiótica da governança pública local como representativas de inclusão e de respeito às diferenças. Mas será mesmo? Como esse caminho foi pavimentado? Novamente faço remissão a Natividade (2016) no seu estudo etnográfico comparativo entre Ceará e Rio de Janeiro, em que se enfatizam as conquistas durante a gestão conhecida como *Fortaleza Bela* que também serão abordadas ao longo da seção. Para tanto, farei uma breve digressão histórica.

Na transição do final dos anos 1980 para os anos 1990, Parker (2002) realizou um estudo comparativo entre Rio de Janeiro e Fortaleza, a fim de conhecer a *vida gay* em ambas as cidades. Considerou a cena fortalezense como mais circunscrita, tendo como provável explicação o fato de o Nordeste ser mais tradicional. Conforte observa: “A geografia sexual das interações homoeróticas concentrou-se em áreas comerciais movimentadas do centro de Fortaleza e parece tão semi-secreta ou clandestina justamente porque está misturada ao fluxo legítimo da vida da cidade (PARKER, 2002, p.221). Nos referidos centros comerciais, notabilizavam-se as classes mais baixas.

Analisando a transformação social e o crescimento econômico, aliados a um jogo de escalas global e local proporcionado também pelo turismo, a *vida gay* da capital cearense passou a se situar em torno da praia, nas regiões de Iracema e de Meireles, marcadas respectivamente pela boemia e pelo turismo sexual, observando mais *mistura* de públicos. Já a Praia do Futuro passou a receber uma classe gay mais elitizada.

Diante dessas diversidades, o ativismo gay local se organizou em entidades como Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS - Ceará (GAPA) e Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), no início dos anos 1990. Segundo o autor, assim como no Rio de Janeiro, a tentativa de construção de uma identificação gay é tributária das *culturas gays* de Nova York e São Francisco, mas com circunstâncias locais específicas como uma economia dependente, resquícios autoritários e a redemocratização brasileira.

Os direitos da comunidade LGBTQIA+ fortalezense passaram por transformações no decorrer do tempo. Ainda em 1979, em bares do centro da capital, iniciou-se discussão entre jovens gays e militantes de esquerda para criação de um grupo de defesa da livre expressão sexual. Ferreira (2003) identificou duas organizações: primeiramente, o Grupo Gay do Ceará; posteriormente, a Frente de Libertação Homossexual. Ambas foram extintas antes da fundação do GRAB em 1989.

Existente até hoje, tal organização não governamental tem importância desde então. Por exemplo, a Lei Orgânica Municipal (LOM), originalmente publicada em

1990, previa em seu artigo 7º, XXI, a criação de mecanismos de combate à discriminação contra as mulheres especificamente. A partir de 1995, com a Emenda à LOM nº 01/95, passou a incluir em seu rol as discriminações “à criança e adolescente em situação de risco, às portadoras de deficiência e doenças contagiosas, ao *homossexual*, ao idoso, ao índio, ao negro, ao ex-detento”.

Em 1992, através da Lei Municipal nº 7.066/92, o GRAB foi reconhecido de Utilidade Pública Municipal. Consiste numa organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, pioneira no Ceará na defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Promove rodas de conversa, atos públicos, palestras, oficinas, assessorias, treinamentos, cursos de formação, qualificação profissional para pessoas que vivem com HIV/AIDS e integrantes da comunidade LGBTQIA+, entre outras.

Há outras leis municipais, que são importantes marcos legais nos direitos de *homossexuais* vigentes até hoje. Segundo Pedrosa (2009), o grupo entrevistou nas seguintes conquistas. Em 1998, foi promulgada a Lei Municipal nº 8.211/98<sup>93</sup> que pune discriminação por orientação sexual. Em 2002, foi sancionada a Lei Municipal nº 8.226/2002, que instituiu o Dia Municipal do Orgulho Homossexual<sup>94</sup>. Apesar dessas legislações esparsas ao longo dos anos, não se observaram nas gestões anteriores do executivo municipal quaisquer registros de ações específicas para o segmento da diversidade sexual e de gênero.

Todavia, entre os anos de 2005 a 2012, uma profusão de leis e de políticas públicas municipais voltadas para o então público LGBTTT foram implementadas, durante os mandatos da ex-prefeita Luizianne Lins, professora universitária, do Partido dos Trabalhadores (PT), a segunda mulher a assumir tal posto. Nesse período, foram criados órgãos como a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), a Coordenadoria de

---

<sup>93</sup> Projeto de lei de autoria de Durval Ferraz, que comina sanções a “estabelecimentos comerciais, industriais, empresas prestadoras de serviço e similares, que discriminarem pessoas em virtude de sua orientação sexual”, segundo o artigo 1º da referida norma. Constrangimentos, impedimentos de acesso ou permanência e preterimentos no atendimento a essas pessoas podem ensejar punições que variam de advertências e multas até suspensão ou cassação de alvará de funcionamento.

<sup>94</sup> Projeto de autoria da então vereadora Luizianne Lins. Comemorado anualmente em 28 de junho. Trata-se de uma data importante para o movimento pela diversidade sexual e de gênero, reconhecida na agenda pública da cidade.

Políticas Públicas para a Diversidade Sexual (CDS) e o Centro de Referência LGBT Janaína Dutra<sup>95</sup> (CRLGBT).

A SDH foi gestada já no início do mandato com o objetivo de promover e coordenar a política de direitos humanos dos mais diferentes públicos (mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas negras, entre outras), de forma transversal com os demais órgãos municipais, primando pela difusão e o empoderamento dos direitos no dia-a-dia.

Já a CDS<sup>96</sup>, criada no início da primeira gestão e vinculada ao Gabinete, se articulava com as demais secretarias, promovendo a cidadania LGBTT diretamente por meio de capacitações, oficinas e projetos ou indiretamente através de apoio a manifestações políticas (as Paradas pela Diversidade Sexual) e artístico-culturais.

No âmbito da Coordenadoria, foram desenvolvidas algumas campanhas e projetos de acordo com eixos temáticos de atuação: “Gênero e Diversidade Sexual: formação docente para a cidadania” (Educação), “Festival de Cinema da Diversidade *For Rainbow*” (Cultura), “Diálogos Institucionais sobre Saúde da Mulher Lésbica” (Saúde) “Juventude sem Homofobia” (Juventude), “I Jogos da Diversidade Sexual” (Esporte), “Travestis para além das ruas” (Trabalho e Renda), “Capacitação para educadores da rede municipal de ensino” (Enfrentamento à LGBTfobia institucional) e “Direitos Humanos LGBTT e combate à homofobia/lesbofobia no município de Fortaleza” (Projeto aprovado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH).. No eixo de Controle Social, foi realizada inclusive a I Conferência Municipal LGBTT em 2008.

Por fim, o CRLGBT foi formalizado nos derradeiros dias da segunda gestão da prefeita, em 28/12/2012, através da Lei Complementar Municipal nº 133/2012. Instituído no seio da SDH, através da CDS, possui a função de prestar serviço de proteção e defesa da população LGBT em situação de violência e/ou violação de

---

<sup>95</sup> Janaína Dutra foi uma importante ativista cearense, tendo sido a primeira advogada travesti na Ordem dos Advogados do Brasil. Atuou como assessora jurídica e vice-presidente no Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma organização não-governamental voltada para o enfrentamento ao preconceito contra LGBTQIA+. Fundou a ATRAC (Associação de Travestis do Ceará), presidiu a ANTRA (Articulação Nacional das Travestis), atuou na ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), além de ter integrado o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Faleceu em 2004, aos 43 anos, vítima de câncer de pulmão.

<sup>96</sup> Através da Lei Complementar Municipal nº 61/2009, em seu artigo 4º, inciso V, teria por missão coordenar, elaborar e implementar políticas públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

direitos em função da orientação sexual ou da identidade de gênero. Tal centro funciona em horário comercial e oferece atendimento jurídico e psicossocial gratuitos para a população LGBT, além de mapear dados sobre violência contra LGBT em Fortaleza.

Tais mudanças no organograma fizeram-se acompanhar por mais conquistas no plano legislativo, impulsionadas pela criação de uma Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual na Câmara Municipal. Atendendo à plataforma de campanha, em 2006, Luizianne Lins sancionou a Lei Municipal nº 9.136/2006<sup>97</sup>, que reconheceu direitos previdenciários a servidores municipais homossexuais em união estável. Trata-se de algo pioneiro, haja vista que essa lei foi publicada antes mesmo que se fosse reconhecida a união homoafetiva como entidade familiar pelo STF, em âmbito nacional.

Reeleita em 2009, tornando-se a primeira mulher a conseguir tal feito, aprovou a Lei Municipal nº 9.573/2009, que instituiu o Dia Municipal da Visibilidade das Travestis e Transexuais no dia 29 de janeiro. Um marco na visibilidade trans, essa data celebra uma imagem positiva dessa parcela tão marginalizada socialmente, alvo de violências constantes. No mesmo ano, foi aprovada outra data comemorativa. Por meio da Lei Municipal nº 9.572/2009, foi instituído o Dia da Visibilidade Lésbica, a ser celebrado em 29 de agosto, em alusão à data consagrada nacionalmente.

Outra conquista relevante foi a Lei Municipal nº 9.548/2009. Através dessa norma, instituiu-se a “Semana Janaína Dutra de Promoção do Respeito à Diversidade Sexual” nas escolas municipais, a ser executada anualmente, na semana do dia 17 de maio, o Dia Internacional de Combate à LGBTQIA+fobia. O objetivo era trazer a discussão do respeito à diversidade sexual e de gênero para o ambiente escolar e divulgar as leis que proíbem tal discriminação nesses espaços educativos.

Em 2010, conseguiram-se mais avanços normativos na educação e na assistência social<sup>98</sup>, como respeito ao nome social de travestis e transexuais na rede municipal de ensino e nos serviços municipais de assistência social. Em 2012, após derrota eleitoral de seu correligionário Elmano Freitas, Luizianne Lins aprovou uma agenda positiva

---

<sup>97</sup> Modificou-se o texto da Lei do Instituto de Previdência Municipal (IPM) para prever a inclusão de dependente de beneficiário da Previdência Social de Fortaleza (Previfor) o companheiro ou a companheira homossexual de servidores municipais, em casos de pensão por morte ou auxílio-reclusão.

<sup>98</sup> A Secretaria Municipal de Educação (SME) editou a Portaria nº 03/2010. Já a Secretaria de Assistência Social (SEMAS) editou a Portaria nº 01/2010.

voltada para o público LGBT nos últimos dias de mandato, como a sanção da lei instituidora do CRLGBT, do Plano Municipal LGBT e de outras normas<sup>99</sup>.

Engana-se quem pensa que foi um período tranquilo e de consensos. Costa (2009) rememorou dois eventos, ainda em 2007, que ilustravam o arranca-rabo envolvendo grupos religiosos e homossexuais durante as gestões da ex-prefeita, como o financiamento da Parada pela Diversidade Sexual<sup>100</sup> e, pasmem, novamente a distribuição de suposta cartilha de estímulo à homossexualidade em escolas públicas<sup>101</sup>.

Passadas essas (indi)gestões, o médico Roberto Cláudio (então PSB) assumiu o Paço Municipal a partir de 2013. Curiosamente, desde então, houve um vácuo legal considerável. Não encontrei inovações estruturais, apenas continuidade de algumas ações e até descontinuidades de outras. Mesmo assim, a previsão de instituição de Conselho Municipal LGBT em 90 dias, aprovada na transição entre as gestões, foi postergada por tempo considerável: mais de 3 anos<sup>102</sup>! Recriado em dezembro de 2014, o conselho foi empossado em maio de 2016.

Eleito e reeleito, seus governos foram marcados pela fusão de secretarias e encolhimento da área social. Até manteve formalmente as estruturas, no entanto com

---

<sup>99</sup> Foram aprovadas a Lei Municipal nº 9.995/2012 (instituição do Plano Municipal de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), a Lei Municipal nº 9.998/2012 (proibição de empregos de recursos públicos municipais em contratação de artistas cujas músicas, danças ou coreografias gerem constrangimento ou incentivem discriminação e violência contra mulheres, homossexuais ou negros) e a Lei Municipal nº 9.999/2012 (uso do nome social de pessoas travestis e transexuais na administração pública municipal direta e indireta, bem como nas entidades contratadas ou conveniadas para prestação de serviço; vedação de contrato ou convênio com entidades que tenham discriminado em função de orientação sexual ou identidade de gênero).

<sup>100</sup> No primeiro caso, a Ordem dos Ministros Evangélicos do Estado do Ceará (Ormece) alegou ao Ministério Público desvio de finalidade em convênio firmado entre Secretaria Municipal de Saúde e GRAB para a VII Parada pela Diversidade Sexual, uma vez que os recursos não se destinariam ao combate às doenças sexualmente transmissíveis, mas a um evento festivo. A Procuradoria Geral do Município (PGM) defendeu a legalidade do convênio, advogando pelo direito à saúde, acesso à educação e informação (conjunto prévio de oficinas, seminários educativos e distribuição de material informativo para prevenção de DST/HIV/AIDS) e pela legitimidade da Parada como uma manifestação cultural.

<sup>101</sup> O advogado da Ormece denunciou ao MP que a Prefeitura estaria distribuindo cartilha na rede de ensino para induzir crianças ao *homossexualismo*, ferindo a moral e o artigo 79 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e desrespeitando os valores éticos e sociais da família. A PGM informou se tratar do Projeto “Juventude sem Homofobia”, elaborado em 2006, em atuação conjunta das coordenadorias de Diversidade Sexual e Juventude. Tratava-se da cartilha “Você entende a diversidade?”, material educativo voltada para jovens de 15 a 29 anos, que visava à promoção do respeito à diversidade sexual, amparado nos PCN e alinhado com o Plano Nacional de Direitos Humanos e o Programa “Brasil sem Homofobia”,

<sup>102</sup> CONSELHO Municipal de Direitos da População LGBT de Fortaleza é empossado. GRAB. Disponível em: [http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com\\_content&view=article&id=237:conselho-municipal-de-direitos-da-populacao-lgbt-de-fortaleza-e-empossado&catid=32:home&Itemid=44](http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=237:conselho-municipal-de-direitos-da-populacao-lgbt-de-fortaleza-e-empossado&catid=32:home&Itemid=44) Acesso em: 08 abr. 2020

rebaixamento considerável de recursos. As Paradas continuaram sendo realizadas, mas com dificuldades de financiamento. Outro exemplo é que no final do primeiro mandato o CRLGBT ficou sem profissionais da equipe multidisciplinar por três meses<sup>103</sup>. Um dado relevante para se compreender quem são os principais lesados quando o poder público é leniente e inoperante. 78% das pessoas atendidas no Centro são trans, sendo que 69% dessas trans são negras<sup>104</sup>.

Se imperava a letargia e o marasmo no âmbito do Executivo, durante esse período o Legislativo municipal experimentou alguns tensionamentos. A conjuntura nacional de agudização das divergências ideológicas encontrou ressonância na esfera local.

Em 2019, dois projetos de lei chamaram a atenção. O primeiro visa reconhecer a Parada pela Diversidade Sexual como patrimônio cultural imaterial de Fortaleza<sup>105</sup>. Trata-se do PL nº 516/2017, de Larissa Gaspar (PT), uma advogada e ativista de direitos humanos. O projeto aguarda apreciação do parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça. Já o segundo dizia respeito à liberdade de cátedra e de expressão de professores, em reação às constantes notícias de filmagens não autorizadas de docentes durante o exercício profissional. O projeto era de autoria de Evaldo Costa (PC do B), um professor, e encontrou forte resistência da bancada religiosa que alegava ser tal medida uma permissão para o ensino de *ideologia de gênero*. Acabou sendo retirado de pauta<sup>106</sup>.

Esse fato faz-me lembrar dos avanços e recuos que conformam atos de reconhecimento de identidades coletivas, seguidos de desconsideração e retiradas da

---

<sup>103</sup> EQUIPE multidisciplinar deve ficar completa nesta semana. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/03/equipe-multidisciplinar-deve-ficar-completa-nesta-semana.html> Acesso em: 08 abr. 2020

<sup>104</sup> 69% das pessoas trans atendidas pelo Centro de Referência LGBT são negras. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/01/29/69--das-pessoas-trans-atendidas-pelo-centro-de-referencia-lgbt-sao-negras.html> Acesso em: 08 abr. 2021

<sup>105</sup> PROJETO de lei quer declarar patrimônio imaterial de Fortaleza a Parada pela Diversidade Sexual do Ceará. Ponto Poder. Disponível em: <https://pontopoder.verdesmares.com.br/projeto-de-lei-quer-declarar-patrimonio-imaterial-de-fortaleza-a-parada-pela-diversidade-sexual-do-ceara/2662/> Acesso em: 08 abr. 2021.

<sup>106</sup> CÂMARA de Fortaleza retira projeto de liberdade de ensino após tumulto entre professores e religiosos. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/31/camara-de-fortaleza-retira-projeto-de-liberdade-de-ensino-apos-tumulto-entre-professores-e-religiosos.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

assinatura do poder público, normalmente posteriores às críticas, controvérsias e pressões fundamentalistas (NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2016). Uma reação um pouco mais organizada é suficiente para que projetos benéficos ao pluralismo sejam frustrados.

Em 2021, iniciou a gestão de José Sarto (PDT), médico e candidato apoiado pelo antecessor no cargo. Logo no princípio, observei uma polêmica em torno da criação de uma Coordenação de Assuntos Religiosos, a ser chefiada por um pastor neopentecostal da igreja Videira, apoiador de Jair Bolsonaro<sup>107</sup>. Além disso, identifiquei mudanças de chefia no Centro de Referência LGBT. Como são processos bem recentes, não pude acompanhar desdobramentos.

A Câmara Municipal também se fez acompanhar de polarização. Em pauta, a disputa pela presidência da Comissão de Direitos Humanos entre uma evangélica da Assembleia de Deus e uma ativista de direitos humanos, reencenando a eleição do pastor Marcos Feliciano para Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em 2013. A vereadora Priscila Costa (PSC), aliada de Bolsonaro, sagrou-se vitoriosa num primeiro momento, todavia a decisão foi anulada por uma irregularidade. Em nova eleição, Larissa Gaspar (PT) foi a escolhida para o cargo<sup>108</sup>.

Esses episódios novamente acenam para a evanescência das políticas públicas, mormente quando relacionadas às questões de gênero e diversidade sexual. É relevante entender seus contextos de formação, a fim de elucidar como os jogos políticos afetam sua efetivação ou inação. E o impacto dessas escolhas é sentido pelas pessoas LGBTQIA+, como ilustram os dados acerca da violência.

Nos últimos anos, Luna e Natividade (2020) apontaram um esforço proeminente de *moralização* da política sexual brasileira, tendo como agentes de influência de seu repertório cívico os atores ligados às bancadas e instituições religiosas brasileiras. Nesses entrelaçamentos da religião com ativismos e as políticas de identidade, o direito e a governança pública, as relações de gênero e a sexualidade, emergem *respostas* das instituições religiosas às lutas sociais contemporâneas, inclusive no campo conservador.

---

<sup>107</sup> PASTOR da Videira vira coordenador de assuntos religiosos da gestão Sarto. O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/politica/2021/01/12/pastor-da-videira-vira-coordenador-de-assuntos-religiosos-da-gestao-sarto.html> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>108</sup> VEREADORAS travam disputa ideológica pela Comissão dos Direitos Humanos em Fortaleza. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/vereadoras-travam-disputa-ideologica-pela-comissao-dos-direitos-humanos-em-fortaleza-1.3048961> Acesso em: 08 maio 2021.

Em 2018, ano eleitoral emblemático para a democracia brasileira. Marielle duramente assassinada e Bolsonaro eleito. Ânimos à flor da pele. Localmente, o caso da agressão de um grupo de *skinheads* a um jovem negro gay numa praça no Benfica repercutiu bastante, em especial por ser um bairro universitário onde é comum ver casais demonstrando afeto publicamente. Além dos socos, foi insultado com expressões como *viadinho* e *preto imundo*. Foi oferecida denúncia no Ministério Público, mas até hoje ninguém foi responsabilizado criminalmente<sup>109</sup>.

Em 2019, um crime bárbaro foi replicado nas redes sociais. Yuri Gabriel, homem trans de 20 anos, foi amarrado, morto com três tiros na cabeça e teve seu corpo arrastado numa rua do Pici, bairro periférico da capital<sup>110</sup>. Não bastasse a crueldade infligida, ele foi identificado pela polícia e pelo jornal inicialmente como uma mulher homossexual e teve seu nome de registro civil feminino exposto. Além disso, a suspeita de sua morte estaria relacionada a seu suposto envolvimento com o tráfico de drogas.

O fato foi rememorado numa palestra da Unifanor, quando um ativista trans repudiou tal atuação equivocada da polícia cearense. Em seguida, indagou quantos homens cisgêneros seriam amarrados e arrastados. Como se observa em crimes contra pessoas trans, “a morte é além da física”. Sua argumentação me instiga a complexificar o caso das meninas *decretadas* inclusive, em cujos assassinatos a tortura também é um ingrediente. Homens trans seriam mortos tal qual meninas *decretadas* porque seriam identificados enquanto tais por seus algozes? Isso demandaria mais análises empíricas, que fogem ao objetivo desse texto.

Em 2020, Fortaleza se destacou durante a já mencionada onda no vale, em que mulheres trans e travestis foram assassinadas. Esse fenômeno também é conhecido como *transfeminicídio* (BENTO, 2014), singularizando-se por aspectos como o desrespeito à identidade de gênero das falecidas e ausência de reclamação do corpo por familiares, segundo a autora. A morte de Soraya Oliveira, cabeleireira trans de 35 anos,

---

<sup>109</sup> DOSSIÊ contra grupo acusado de agredir jovem negro e gay no Benfica é entregue ao Ministério Público. O Povo. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/dossie-contrasuposto-grupo-skinhead-cearense-e-entregue-ao-ministerio.html> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>110</sup> JOVEM transexual é amarrado, arrastado por rua e morto a tiros, em Fortaleza. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/07/jovem-e-amarrada-morta-a-tiros-e-tem-corpo-arrastado-por-rua-de-fortaleza.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

também gerou comoção e revolta, visto que fora identificada no masculino pela SSPDS e pela mídia, apesar de seu nome e gênero serem retificados em cartório<sup>111</sup>.

Notícias como essas nos fazem perceber o quanto precisa se avançar em certos departamentos do estado. As corporações policiais e de segurança pública parecem ser *locus* em que as discussões de gênero não têm se perenizado. O comburente da transfobia em reação com combustível da violência urbana faccionalizada provocam uma triste queima, cujas cinzas não são nada coloridas.

### 2.3.2 *Vai dá certo?*

Nos postes, nas caixas de distribuição da telefonia, nos lixeiros. A mensagem é uma só: *vai dá certo*. Provavelmente o *stencil* mais popular e disseminado nas ruas da parte turística da cidade, carrega uma mensagem positiva, de otimismo. Artistas urbanos fazendo a cidade, grafitando dias melhores. Para quem? Seria para tanto? Pretendo aqui dissertar sobre jovens em Fortaleza e sua recepção na política local, de forma muito pontual, haja vista que pretendo passar a discutir a violência mais adiante.

Num estudo acerca das múltiplas *grupaldades juvenis* em Fortaleza, Joca e Vasconcelos (2015, p. 171-173) asseveram como as relações são bastante diversificadas e complexas, a depender dos itinerários escolhidos. Focalizando na vida noturna, aquele empreendimento etnográfico traz bons achados sobre certos grupos. Destaco aqui os *pirangueiros*, ou seja, jovens que efetuam furtos ocasionando conflitos em locais de sociabilidade juvenil como praças públicas e praias. Há quem os denomine de *gangueiros*, tecendo sutis diferenciações de recorte social, como a indumentária. Enquanto *pirangueiros* vestiriam “roupa de marca, marca da Pena, roupa de veludo”, os *gangueiros* “andam com Kenner (chinelos), roupa da Ciclone, Smolder, que escuta Rap, Racionais”.

Diante dessa profusão de representações, emerge uma complexidade. Ainda assim, é estranho notar como a investidura de tais sujeitos nas políticas públicas tenha sido um fenômeno mais recente. Durante a gestão de Luizianne Lins, foi um momento inaugural da atenção do interesse público para esses sujeitos. Impulsionada pelos avanços no plano federal, localmente a prefeitura promoveu uma série de ações.

---

<sup>111</sup> POR Soraya Santiago, movimento de travestis e transexuais repudiam contra o desrespeito contra mais uma vítima no CE. Mídia Ninja. Disponível em: <https://midianinja.org/news/por-soraya-santiago-movimento-de-travestis-e-transexuais-repudiam-contra-o-desrespeito-contra-mais-uma-vitima-no-ce/> Acesso em: 08 maio 2021.

Em 2007, através da Lei Complementar nº 47/07, foi criada a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Juventude (CEPPJ), vinculada ao Gabinete. No mesmo ano, através da Lei Nº 9.204/07, foi criado o Conselho Municipal de Juventude, órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador, de representação da população jovem e de assessoramento nas políticas públicas para os jovens. Em 2011, por meio da Lei nº 9.816/11, criou o Plano Municipal de Juventude. Além disso, foram convocadas as etapas municipais da Conferência Nacional de Juventude, aderiu-se ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

Mas indiscutivelmente, sua política de maior impacto para jovens foi a criação do Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte. Os CUCAs se situam em regiões periféricas e são referências internacionais de políticas. Complexos que oferecem gratuitamente a jovens: cursos de artes cênicas, fotografia, rádio e TV, cinema, quadras poliesportivas, piscinas semiolímpicas, entre outros. Durante sua gestão construiu um CUCA (batizado de *Che Guevara*) e deixou outros dois prontos para execução das obras.

Também realizou um programa denominado “Raízes da Cidadania”, que abrigava dois programas voltados para adolescentes em conflito com a lei. No projeto “Crescer com Arte”, os adolescentes tinham acesso a educação ambiental, oficinas de teatro, artes visuais, *hip hop*, esporte e informática, dando prioridade ainda a jovens em situação de rua e vítimas de exploração sexual. Já o “Adolescente Cidadão” era um programa de educação profissional e inserção socioproductiva para jovens em situação de violação de direitos humanos.

Nos mandatos de Roberto Cláudio, novamente o que se observou foi e uma continuidade de algumas ações e descontinuidades de muitas outras, sem inovações relevantes. A bem da verdade, os outros dois CUCAs saíram do papel e foram construídos, entretanto não foram criados novos. Integrou-os na Rede Cuca. Um outro problema foi a renomeação do Cuca Che Guevara, que foi rebatizado como Cuca Barra, em alusão ao bairro onde foi construído, na Barra do Ceará. Tal medida aparentemente singela influenciou subjetivamente no acirramento de conflitos territoriais. Ao denominar com o nome do bairro, jovens dos bairros vizinhos sentiam-se intimidados de ocupar tais espaços, que não seriam deles. A dinâmica faccional complexificou ainda mais essas negociações.

No entanto, outras políticas foram desmanteladas, como os projetos voltados para adolescentes socioeducandos. Os impactos dessas descontinuidades podem ser

averiguados hoje, mas deixarei para abordar mais à frente, em capítulo próprio. As atenções do prefeito se voltaram para a mobilidade urbana, marca de suas gestões.

Apesar disso, a conformação institucional também não mudou muito. A pasta, que é costumeiramente associada a esportes e lazer, seguiu separada. A coordenadoria continua dentro da estrutura do Gabinete do Prefeito, enquanto existe uma Secretaria Municipal do Esporte e Lazer. No que tange ao atual prefeito Sarto, não identifiquei mudanças organizacionais significativas até o momento. *Se vai dá certo* ou não, o tempo dirá. Remeto por ora a discutir direitos de negras e negros na governança municipal.

### 2.3.3 Desconsiderando o nego<sup>112</sup>

*Acender um pra relaxar. Fogo na Babilônia!* E assim continuava mais ou menos a canção de reggae que embalou uma leva de festas auto-organizadas em praças públicas do centro e da periferia da cidade nos idos de 2016, até que a Guarda Municipal começasse a dispersar tais aglomerações com balas de revólver ou de borracha e bombas de efeito moral. Jovens negros sendo tangidos às pressas de espaços públicos por guardas fortemente armados (não letalmente, dizem). Reencenação de fugas de um passado colonial que teima em não passar.

Em seu estudo com jovens do Serviluz, bairro periférico à beira-mar de Fortaleza, Sá (2010) define a desconsideração como “dimensão moral e de respeito presentes em todos os apelos por justiça formulados pelos sujeitos”. É um sentimento subjetivo alicerçado numa relação de confiança.

Entendo que essa desconsideração reverbera no plano político. As legislações afirmativas no âmbito municipal são escassas e recentes. A primeira sinalização do poder público ocorreu em 2008, com a criação da Coordenadoria da Igualdade Racial. Tal setor se encontra abrigado atualmente dentro da estrutura da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS).

Nos anos seguintes, posso destacar a Lei nº 9.956/12, que cria o Plano Municipal de Política de Promoção da Igualdade Racial. Tal plano tem como diretriz a *transversalidade* (classe social, gênero, etnia, diversidade sexual). Eis o vocábulo que estava em alta à época. Em 2013, já durante a gestão de Roberto Cláudio, foi aprovada a

---

<sup>112</sup> Inspirado num verso da música de reggae *Cabeça de Gelo* (Shalon Israel, 2016).

Lei nº 9.973/13, que institui o Dia Municipal da África, a ser celebrado em 25 de maio, em alusão ao Dia Internacional da África e que passa a integrar o calendário oficial.

Algumas ações foram encampadas, como o monitoramento de escolas municipais quanto a aplicação da lei da obrigatoriedade do ensino de História da África e Indígena, por parte da SME e SDHDS. Além disso, foi implementada a Coordenadoria de Saúde da População Negra no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em 2018.

No entanto, algumas iniciativas patinaram. Sublinho duas: o Estatuto Municipal de Promoção da Igualdade Racial (Projeto de Indicação 204/2019), do ex-vereador Iraguassú Teixeira (PDT); e o conselho municipal que até hoje não existe, razão pela qual Fortaleza não aderiu ao Sistema Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR).

Adentrando os dados de violência que se impõe sobre jovens e negros, assinalo o pouco interesse institucional de governantes municipais e o desmonte das já minguadas políticas para a juventude e a negritude como co-partícipes desse processo. Trago mais dados da capital considerada a segunda mais perigosa do país e a nona no mundo<sup>113</sup>.

Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência, Fortaleza é capital que mais mata adolescentes<sup>114</sup>. A maioria é de adolescentes negros, do sexo masculino, moradores da periferia, entre 16 e 18 anos. Trago dois casos de violência policial em Fortaleza e Região Metropolitana que geraram indignação pública, para termos uma amostra de como agentes de segurança pública têm exterminado tais jovens.

Mizael, adolescente de 13 anos que trabalhava numa fábrica de castanha, estava dormindo na casa de uma tia em Chorozinho, a 72 km da capital. Três viaturas da polícia estacionaram em frente à casa durante uma madrugada de agosto de 2020. Dois policiais armados bateram a porta e entraram, ordenando em seguida que todos fossem para a calçada. A tia não quis acordar o jovem, que sempre acordava muito cedo para ajudar a cuidar do gado, mas pediu para acompanhar a operação, imaginando que seria algum fugitivo no quintal. Após algumas negativas, sua entrada foi autorizada e ela

---

<sup>113</sup> FORTALEZA é a 2ª cidade mais violenta do Brasil e a 9ª do mundo. Revista Ceará. Disponível em: <https://www.revistaceara.com.br/fortaleza-e-a-2a-cidade-mais-violenta-do-brasil-e-a-9a-do-mundo/> Acesso em: 08 maio 2021

<sup>114</sup> FORTALEZA é a cidade que mais mata adolescentes no Brasil, aponta Unicef. Renato Roseno. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/fortaleza-cidade-mais-mata-adolescentes-Brasil-unicef> Acesso em: 08 maio 2021

chegou a ver o clarão do disparo da arma de fogo e um policial corpulento repetindo em alto e bom tom “Fiz merda”. Após o tiro, policiais desfizeram a cena, colocaram o corpo na viatura alegando que tentariam salvá-lo quando na verdade já estava morto. Levaram edredom, travesseiro e celular e limparam o quarto. Os policiais disseram ter recebido denúncia de que um jovem acusado de roubos estaria na casa. Ao pedir para ver a foto do suspeito, a tia notou a única semelhança de serem loiros, mas desconhecia tal rapaz. Os agentes depuseram à Controladoria Geral de Disciplina (CGD) que Mizael tinha uma arma e se negou a entregá-la. A família contesta a versão, pois não foi apresentada arma, foto do adolescente com ela nem voz de comando. Um policial foi indiciado por homicídio e os demais não foram responsabilizados por terem agido em “legítima defesa”. O MPCE entendeu que houve excesso na ação policial<sup>115</sup>.

Outro caso chocante ocorreu dois meses depois. Juan, adolescente negro de 14 anos, estudante, estava com amigos num evento musical que ocorria numa praça no Vicente Pinzón, bairro periférico da capital. Policiais militares abordaram o grupo, alegaram que o jovem estava em “atitude suspeita” e que o grupo teria atirado pedras contra os agentes, razão pela qual um deles atiraram contra o chão. Uma das balas ricocheteou e atingiu a nuca do jovem, que veio a falecer. O policial foi preso em flagrante, mas foi liberado pela justiça um mês depois em virtude de o inquérito não ter sido concluído.

Esses eventos servem para ilustrar como a necropolítica tem operado em Fortaleza. A violência urbana tem como alvo jovens, negros e pobres. As “merdas” cometidas por policiais incautos por conta de jovens sob “atitude suspeita” não constituem “casos isolados”. Na verdade, de tão rotineiras, tenho observado padrões inclusive discursivos que se repetem nas atuações de agentes estatais. Em comum, uma desconsideração dessas vidas, a despeito dos anseios dos sujeitos por consideração e desconsideração pelo Estado, que ora é ameaça, ora garantia de direitos na vida das pessoas (DAS, 2007). Mas há também um trabalho ativo dos movimentos em busca de justiça e criticando o extermínio da juventude negra, resistindo contra a violência. Como convoca a música: *Eu não vim pra me curvar. Eu vim para conquistar.*

---

<sup>115</sup>“FIZ merda”, teria dito PM após atirar contra adolescente de 13 anos que estava dormindo O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/07/04/fiz-merda---teria-dito-pm-apos-atirar-contradolescente-de-13-anos-que-estava-dormindo.html?fbclid=IwAR2sjzBTUhB55ffIRSeMwNW2SSWdglWRHATVYWUDkkVwIjMRnfiY8XIJ-IY> Acesso em 08 maio 2021.

## 2.4. Síntese interseccional

O objetivo desse capítulo foi compreender o desalinhamento entre leis e políticas públicas voltadas para defesa de LGBTQIA+, jovens e negros e as vulnerabilizações<sup>116</sup> cotidianas experimentadas por tais corpos. Se há tantas leis e ações, por que tantas mortes? É um processo permeado de ambivalências. O Estado que ora legisla para promover direito, assassina na calada da noite. Os impactos da desproteção legal são sentidos por trans executadas, meninas decretadas e jovens negros alvejados pelas costas.

Novamente retomo a ideia de *necropolítica* (MBEMBE, 2018), política em que se dita quem pode viver e quem deve morrer. Parte da concepção de *biopoder* de Foucault (2005), isto é, “domínio da vida sobre o qual o poder tomou controle”. Valendo-me desses contributos teóricos, é que analiso o sobrepeso de dispositivos necropolíticos em corporeidades jovens negras. Seu risco de morte é mais iminente. É sobre essas VIDAS de que pretendo falar. A própria administração reconhece que falta a esses jovens um *projeto de vida*, nomenclatura bastante utilizada entre atores do sistema. Mas como pensar direito de viver a longo prazo, quando um dispositivo de regulação da morte se faz presente no cotidiano tão violento?

Optei por examinar as esferas nacional, estadual e depois municipal, em razão de ser tal repartição de competências um importante pressuposto para compreender o sistema socioeducativo. A digressão histórica e contextual foi relevante para explicar o fluxo dos acontecimentos no campo político. Utilizei aqui desse recurso com finalidade didática, mas reconheço a indissociabilidade e interesalaridade de muitos dos eventos narrados, a exemplo do jovem negro gay agredido por *skinhead* em Fortaleza (portanto Ceará e, em última análise, Brasil), que poderia se acomodar em quaisquer das três seções e subseções. O esforço de decupação desses fenômenos, alinhados em algum gradiente, foi em virtude do melhor entendimento dessa característica do campo: a *competência*.

O inventário das ações no campo das leis e políticas aliadas a notícias relacionadas a violência tiveram três motivações: evidenciar o cenário processual em torno da luta pelos direitos, elucidar que em alguns âmbitos as conquistas vêm mais a

---

<sup>116</sup> Prefiro tal termo à vulnerabilidade, por compreender que *vulnerabilização* enfatiza a dimensão processual embutida nesse processo, nesse fazer vulnerável, derivado não só de causas e efeitos, mas também de ações e reações.

conta-gotas a depender das orientações políticas dos gestores e, por fim, uma aposta comum nas agendas de reconhecimento (FRASER, 2008).

A farta recorrência pode ter sido exaustiva ao leitor, mas quero crer que gênero, raça e juventude sejam lápis, régua e compasso para compreender a privação de liberdade. O entendimento interseccional pode descortinar horizontes analíticos muito frutíferos. Conforme Piscitelli (2012, p. 199-202) reforça, a interação entre essas formas de subordinação (sexismo, racismo, patriarcado) deve superar uma noção de superposição de opressões. Elas não se somam, já estão substancialmente intrincadas numa rede complexa, como o exemplo que foi trazido acima. Carla Akotirene (2018) rememora uma brilhante passagem de Audre Lorde (2018), que comunga exatamente com o que penso ser o espírito interseccional, consoante nos lega de forma bastante assertiva:

Qualquer ataque contra pessoas negras é uma questão lésbica e gay, porque eu e outras milhares de mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão de negros, porque milhares de lésbicas e gays são negros. Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar contra uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular.

No capítulo a seguir, detenho-me acerca do sistema socioeducativo cearense, focalizando os discursos de atrizes e atores das referidas políticas públicas.

### 3 PANE NO SISTEMA

“Papel vai, papel vem. Trabalhar em rede não é só mandar ofício. É olho no olho!”. Foi assim que a promotora pública atuante na área Infância e Juventude no Ceará registrou sua queixa quanto à ineficácia de diálogo com o Estado, num evento que reuniu variadas atrizes e atores do sistema socioeducativo cearense em 2019. Segundo ela, o papel, o protocolar e o oficioso não seriam suficientes para definir uma atuação em rede, mas sim o entrosamento real, a identidade física entre os participantes.

No presente capítulo, disserto a respeito dos discursos de diversos agentes dessa *rede*, observados durante eventos ou registrados por meio de entrevistas com profissionais. Antes disso, reputo necessária uma explicação prévia do que seja sistema socioeducativo e de um breve resgate da história recente de tal sistema no Ceará marcada, a fim de compreender seu contexto de transformação. Para tal, privilegiarei o olhar de Dinorah, uma mulher trans que atuou como profissional no sistema durante uma crise profunda ocorrida há alguns anos. Na sequência, priorizo a situação atual de jovens LGBTQIA+ no sistema, com base nos depoimentos de César e Fran, funcionários do sistema, e contribuições da gestora Débora.

#### 3.1 De Suzy aos empata-foda

Em meados de fevereiro de 2020, peguei meu *Whatsapp* e notei algo novo. Eu havia sido incluído num grupo recém-criado de uma associação nacional voltada para a causa da diversidade sexual e de gênero que discutiria LGBTI+ no meio prisional. Tal convite surgira em decorrência de minha participação num evento internacional<sup>117</sup>. Apesar de meu interesse ser mais estrito, LGBTQIA+ em centros socioeducativos, decidi acompanhar tal rede. Pois bem, ali soube de primeira mão que o Fantástico, tradicional programa jornalístico da principal emissora de TV nacional, realizaria uma reportagem com mulheres trans no sistema prisional. A matéria seria conduzida por Drauzio Varella, médico que atuou décadas no sistema prisional e escreveu livros acerca dessa experiência. Muitas fotos com a personalidade lotaram o grupo. A exibição ocorreu em março de 2020.

---

<sup>117</sup> Refiro-me ao Congresso Internacional LGBTI+ promovido pela Aliança Nacional LGBTI+ e Grupo Dignidade, realizado em Curitiba-PR, em novembro de 2019. Participei representando o Observatório Nacional da Política LGBT.

A repercussão foi estrondosa, especialmente a história de Suzy. Ela era uma travesti e soropositiva que relatou já haver se prostituído por uma pasta de dente e um prato de comida. Ela não recebia visita há oito anos e se sentia só desde que o marido fora transferido da unidade masculina onde estava, em Guarulhos. Sensibilizado, o repórter comentou “Solidão, né minha filha?” e em seguida a abraçou, num gesto de conforto. Internautas de várias partes do país organizaram uma mobilização virtual para enviar cartas a Suzy e ela chegou a receber 234 correspondências. Mas um revés no meio do caminho: postagens expondo seu nome de registro civil masculino, bem como o crime que cometera (crime sexual contra menor de 14 anos). A ANTRA repudiou o *linchamento virtual* contra a jovem reeducanda<sup>118</sup>. A ministra do MMFDH, Damares Alves, reagiu informando que *não iria romantizar o crime*, mas frisou que ela teria *direito de ressocialização*<sup>119</sup>.

O caso de Suzy provoca uma reflexão sobre a condição de pessoas LGBTQIA+ em privação de liberdade no Brasil. A Resolução nº 01/2014, assinada conjuntamente pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, estabelece parâmetros para tratamento dessas pessoas e assegura alguns direitos: respeito ao nome social e ao gênero de travestis e transexuais, uso de roupas femininas ou masculinas conforme o gênero, manutenção de cabelos compridos, tratamento hormonal, direito à visita íntima, criação de espaços de vivência específicos nas unidades masculinas considerando sua *especial vulnerabilidade* e a transferência da pessoa GBT presa para tais locais conforme sua expressa manifestação de vontade. Além disso, prevê a transferência de transexuais masculinos e femininas para as unidades femininas.

Mas a realidade é outra, segundo aponta o relatório “LGBT nas prisões do Brasil: diagnóstico dos procedimentos institucionais e experiências de encarceramento”, encomendado pelo Departamento de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - DPLGBT, da Secretaria Nacional de Proteção

---

<sup>118</sup> NOTA de repúdio da ANTRA contra o linchamento virtual promovido contra a reeducanda Suzy. ANTRA. Disponível em: [https://antrabrasil.org/2020/03/08/nota-da-repudio-de-antra-contra-o-linchamento-virtual-promovido-contra-a-reeducanda-suzy/?fbclid=IwAR3Xddvl8EyDzBke7Xv2cJcx-oMC8oECTg9doC0rETzKmlGS9\\_EnQqpap\\_M](https://antrabrasil.org/2020/03/08/nota-da-repudio-de-antra-contra-o-linchamento-virtual-promovido-contra-a-reeducanda-suzy/?fbclid=IwAR3Xddvl8EyDzBke7Xv2cJcx-oMC8oECTg9doC0rETzKmlGS9_EnQqpap_M) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>119</sup> CASO Suzy: ‘Detento tem direito de ressocialização’ [https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/caso-suzy-detento-tem-o-direito-de-ressocializacao-diz-damares-10032020?fbclid=IwAR1iIZj3tMJg4G5EahBW5SF\\_NinU1nG9h6GcKOUzBL7WVvbqsFYhigyQOZU](https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/caso-suzy-detento-tem-o-direito-de-ressocializacao-diz-damares-10032020?fbclid=IwAR1iIZj3tMJg4G5EahBW5SF_NinU1nG9h6GcKOUzBL7WVvbqsFYhigyQOZU) Acesso em: 08 maio 2021.

Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPG/MMFDH). Tal levantamento mostrou serem comuns travestis e mulheres trans serem tratadas como homens, sendo forçadas a cortar o cabelo, usarem roupas masculinas, não terem nome social respeitado e abandonarem a hormonização<sup>120</sup>. Além disso, vários juízes têm negado pedidos de transexuais para serem transferidas para unidades femininas. A situação piora, pois há denúncias de estupros e práticas de tortura nas prisões masculinas. Para protegê-las, são colocadas em *seguros*, isto é, celas separadas que teoricamente as deixariam mais protegidas, mas na prática são percebidas como *punição*, tal qual as *solitárias* onde ficam sem água nem comida.

Em seu estudo sobre o PCC no sistema prisional paulista, Dias (2011) comenta uma mudança de visão no tratamento a homossexuais em presídios, onde eram conhecidos como *bichas*. Anteriormente, as relações sexuais entre *bichas* e *homens* eram muito frequentes em razão da escassez de visita íntima, ainda que ocorressem de forma discreta. Formavam um grupo desejado para a realização de atividades domésticas, consideradas atribuições femininas. *Homens* poderiam se relacionar com *bichas* sendo exclusivamente ativos e a masculinidade se manteria intacta. Porém, algumas *bichas* vítimas de agressões sistemáticas e até estupros. Com o tempo, o PCC passou a proibir as relações homossexuais, uma vez que o prestígio agora seria conseguir relações heterossexuais por meio da visita íntima de esposas e prostitutas. Aqueles que desempenhavam papel ativo na relação homossexual passaram a ser visto também como *bichas*. Foram proibidos os estupros, que reduziram drasticamente. Mas o status de relevância que algumas *bichas* detiveram antigamente não subsistiu. Pelo contrário, elas foram consideradas portadoras de uma *poluição moral contagiosa* e a segregação passou a ser defendida de forma a evitar uma *contaminação* dos demais presos. Como um interlocutor daquela pesquisa avaliou: “Já era o tempo em que o preso era mulher do preso” (DIAS, 2001, p.210).

Essa tese da contaminação perpetua atualmente diante de denúncias de locais onde esses detentos não podem beber no mesmo copo que heterossexuais, comer no mesmo prato, nem compartilhar itens domésticos como vassoura. Tais objetos são guardados em separado ou até queimados e furados para distingui-los. Não podem usar o banheiro no mesmo momento que um heterossexual, nem usar *shorts* ou ficar sem

---

<sup>120</sup> Uma amiga travesti me informou que expressões como *hormonoterapia* e *terapia hormonal* têm sido evitadas por incutir um viés patologizante, contra o qual as identidades trans batalham arduamente.

camisa<sup>121</sup>. Segundo a ONG Somos, numa prisão masculina foram relatados inclusive castigos na forma de participação compulsória em cultos em ala evangélica, onde passam por sessões de exorcismo e cura gay, com mãos e pés amarrados<sup>122</sup>.

Esse caso me fez lembrar a situação de travestis e trans nas penitenciárias do Rio de Janeiro, narrada por Natividade (2016, p. 133). Segundo o autor, elas sofriam interpelações e constrangimentos por parte de outros detentos evangélicos recém-convertidos. As importunações se deviam à identidade de gênero e à crença em religiões de matriz africana. Após a denúncia, a Superintendência do sistema penitenciário fluminense realizou formações de difusão de discussões e práticas de respeito à cidadania LGBT através de palestras sobre direitos humanos.

Tentando mudar tal realidade, a ABGLT ajuizou ação<sup>123</sup> em que questionava a separação de travestis em local específico dentro de prisões masculinas. A entidade pedia que fosse dada às travestis a opção de escolher entre prisões masculinas ou femininas. A Procuradoria Geral da República deu parecer favorável pelo direito de escolha<sup>124</sup>. Em junho de 2019, o ministro do STF Luís Roberto Barroso julgou a ação por liminar e determinou a transferência de transexuais femininas para unidades femininas, conforme dita a resolução conjunta já referida, no entanto sem abranger as travestis.

Essa liminar foi objeto de discussão durante um congresso internacional voltado para comunidade LGBTI, em novembro de 2019. Segundo um advogado e ativista participante do evento, a ideia de assegurar ao homem gay e bissexual o direito à cela ou ala específica se deve ao fato de ser visto como *um buraco a ser penetrado*. Todavia,

---

<sup>121</sup> DISCRIMINAÇÃO de gays na prisão: Com pratos marcados e rejeitados por facções, presos LGBT sofrem com rotina de segregação. Uol. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/27/discriminacao-de-gays-na-prisao-com-pratos-marcados-e-rejeitados-por-faccoes-presos-lgbt-sofrem-com-rotina-de-segregacao.htm?fbclid=IwAR1wrE0E6F4LhGC8T27\\_8UcG3K6Gbrhs8g0jsKvGU8mBqALY9doZm87Aoi0](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/27/discriminacao-de-gays-na-prisao-com-pratos-marcados-e-rejeitados-por-faccoes-presos-lgbt-sofrem-com-rotina-de-segregacao.htm?fbclid=IwAR1wrE0E6F4LhGC8T27_8UcG3K6Gbrhs8g0jsKvGU8mBqALY9doZm87Aoi0) Acesso em 08 maio 2021.

<sup>122</sup> PRESOS homossexuais são tratados com exorcismo e isolamento em presídios de MT, diz ONG. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/08/02/presos-homossexuais-sao-tratados-com-exorcismo-e-isolamento-em-presidios-de-mt-diz-ong.ghtml?fbclid=IwAR0ZO1vERo0h1MuLVHMSa67-o7vszMtG5D217RvoB7wwqZ5yHpUgkDUApU> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>123</sup> Trata-se da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 527.

<sup>124</sup> DODGE defende que travestis e trans possam ser transferidas para prisões femininas. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/23/dodge-defende-que-travestis-e-trans-possam-ser-transferidas-para-prisoas-femininas.ghtml> Acesso em 08 maio 2021.

ao se referir a travestis, a questão do envio compulsório à unidade feminina deve ser analisada com *mais cuidado*, preferindo defender a tese da autonomia da vontade.

Já em outubro de 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu por maioria aprovar resolução na qual presos autodeclarados *transexual, travesti e intersexo* poderiam escolher pelas unidades masculina, feminina ou específica, de acordo com seu gênero, além de informar ao juiz da execução penal se optariam pelo convívio geral ou em alas e celas específicas. Já os presos autodeclarados *gay, lésbica e bissexual* poderiam optar apenas pelo convívio geral ou em alas específicas<sup>125</sup>.

Por fim, em março de 2021, o ministro do STF Luís Roberto Barroso revisou o entendimento anterior, para firmar que transexuais femininas e travestis podem escolher cumprir pena em estabelecimento feminino ou masculino. Caso escolham a instalação masculina, devem ser mantidas em área reservada, por motivo de segurança<sup>126</sup>.

Essas constantes mudanças de posicionamento no tocante a pessoas LGBTQIA+ adultas em privação de liberdade demonstram como o tema não é pacífico. Os julgados são recentes e efêmeros, ao sabor das conjunturas. É um campo ainda pouco explorado, no qual prevalecem decisões liminares para situações igualmente *liminares* (TURNER, 1994). Nutro a esperança de que essas decisões políticas ajudem a incidir transformações na vida de pessoas como Suzy, quem vem sentindo seus efeitos lá na ponta.

Suzy ocupa uma das 3.061 vagas destinadas exclusivamente para LGBT no país, o que representa 25,29% das vagas reservadas a grupos específicos (como idosos e deficientes). Ao todo, 755.274 pessoas estão presas no Brasil, a terceira maior população carcerária do mundo. Os dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) em 2019<sup>127</sup> apontam que só há 442.349 vagas nos

---

<sup>125</sup> CNJ decide que preso LGBT+ pode cumprir pena em ala isolada. Gaúcha ZH. Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvmr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O\\_THPkEliPUvzZmHo7VYmP\\_MQRhAft0](https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvmr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O_THPkEliPUvzZmHo7VYmP_MQRhAft0) Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>126</sup> TRANSEXUAIS e travestis femininas poderão escolher cumprir pena em presídio feminino ou masculino, decide Barroso. O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/transexuais-travestis-femininas-poderao-escolher-cumprir-pena-em-presidio-feminino-ou-masculino-decide-barroso-24933277> Acesso em: 08 maio 2021.

<sup>127</sup> DEPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de julho a dezembro de 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LTlhMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MmYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> Acesso em: 08 maio 2021.

estabelecimentos, o que significa que há praticamente dois presos para cada vaga no sistema prisional nacional. Em 2000, o contingente era de 232.755 presos, ou seja, triplicou em vinte anos. A maioria é de homens (95,06%), negros (66,69%, sendo 49,88% pardos) e jovens (44,79%, sendo 23,29% com idade entre 18 a 24 anos). 48,47% dos presos estão em sistema fechado, todavia há uma cifra considerável de presos provisórios, ou seja, ainda não possuem condenação judicial: 29,75%. Entre os homens, 51,84% respondem por crimes contra patrimônio e 19,17% por crimes relacionados às drogas. Já entre as mulheres, a situação se inverte. 50,94% são presas por drogas, ao passo que 26,52% por crimes patrimoniais.

Esse crescimento exponencial acompanhou um processo global de *hiperencarceramento* (GARLAND, 2008), observado pelo atual também na sociedade estadunidense, no qual se investiu na segregação do criminoso. Marcado por uma desproporcionalidade racial, etária e de gênero, tal processo constituiria uma forma de *controle* sobre segmentos específicos da população. Já em sua discussão sobre o *encarceramento em massa* pela ótica do feminismo negro, Juliana Borges (2019) disserta sobre essa naturalização da punição de pessoas negras, muito associada ao contexto de colonialismo e à escravidão, baseada na hierarquia racial. Na experiência nacional de transição para o trabalho livre, diversos dispositivos jurídicos operaram para criminalizar descendentes de negros escravizados. A *guerra às drogas* é apenas o mais recente deles. Isso explica a predominância de crimes relacionados aos entorpecentes e a maioria absoluta de negros nos presídios.

Esse processo racista não consiste num precipitado indesejável, numa excepcionalidade, numa borra de café no fundo da xícara. Na verdade, mais se assemelha à regra, constitutiva tanto da modernidade quanto do capitalismo. Como assevera Almeida (2019), trata-se de um *racismo estrutural*, isto é, “decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional (ALMEIDA, 2019, p.50).

Essa lógica se perpetua na segurança pública quando se conjugam elementos como ação militarizada da polícia nos territórios, repressão aos moradores, remoções para territórios periféricos da cidade e ocupação dos presídios por negros e pobres. Em seu estudo sobre as UPPs em favelas cariocas, Franco (2014) sintetiza a finalidade das

---

*três letras* constitutivas daquela política de segurança: “descartar uma parte da população ao direito da cidade”.

No Ceará, o cenário não difere muito. 31.569 pessoas estão presas, no entanto só há 11.867 vagas nos estabelecimentos. Isso quer dizer que há praticamente três presos para cada vaga no sistema prisional nacional. Mais uma evidência da sistematicidade desse racismo é que a maioria também é de homens (96,77 %), negros (87,39%, sendo 76,02% pardos) e jovens (54,14%, sendo 29,24% com idade entre 18 a 24 anos). 24,38 % dos presos estão em sistema fechado, mas há um número impressionante de presos provisórios: 46,11%. Praticamente a metade de presos cearenses não tem condenação judicial. Entre os homens cearenses, 43,96% respondem por crimes contra patrimônio e 21,52% por delitos envolvendo drogas. Entre as mulheres do estado, a situação também se inverte, como ocorre nacionalmente. 54,05% delas são presas por drogas, ao passo que 26,52% delas por crimes patrimoniais. Aliás, 94% das presas cearenses são negras<sup>128</sup>. Por sua vez, das vagas exclusivas a grupos específicos, 22 (17,89% do total) são para LGBT.

Aliás, o Ceará foi um dos pioneiros a destinar uma unidade específica no sistema prisional cearense para travestis, mulheres transexuais, gays e homens que se relacionam com essa população, entre eles autores de violência contra mulher (os *maria da penha*), pessoas com deficiência e idosos. A unidade Irmã Imelda Lima Pontes, conhecida como *Imelda* apenas, está localizada em Aquiraz, na região metropolitana da capital. Foi fundada após a grande rebelião de 2016, conhecida como *quebra-quebra*. Naquele episódio, os demais presos tentaram invadir as alas onde outrora conviviam LGBT e autores de crimes sexuais. Muitos empreenderam fuga, mas ainda assim a tragédia culminou em mortes de presos. Por essa razão, a administração inaugurou tal estabelecimento como reservado à população LGBT desde o princípio.

Na unidade, predominam os *maria da penha* (presos provisórios, em sua maioria) juntamente com os LGBT. Idosos e pessoas com deficiência são grupos minoritário. Em sua pesquisa com trajetórias de vida de travestis daquele espaço, Gabriela Alves (2019, p. 15) destaca as relações ambivalentes entre elas e idosos que “reclamam de tudo porque somos alegres”, segundo uma interlocutora. Também destaca os fluxos de namoro entre os *maria da penha* e travestis e transexuais, podendo inclusive solicitar

---

<sup>128</sup> 94% das presas no Ceará são negras. O Povo. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/11/29/94--das-presas-no-ceara-sao-negras.html> Acesso em 08 maio 2021.

transferência de cela em caso de formar conjugalidade. Conhecida como *cadeia das travestis*, antes os grupos não conviviam entre si, mas posteriormente passaram a conviver por reivindicação delas. Elas não relatam violência nem desrespeito ao nome social e à identidade de gênero. Mas temem pelas mudanças de governo, visto que a unidade é uma das poucas que não se encontram superlotadas e o perfil de presos poderia mudar para receber mais apenados e descaracterizar o propósito da unidade.

Recentemente, a criação da SAP em janeiro de 2019 desencadeou uma série de atentados no estado por parte de facções criminosas. O motivo seria a escolha de Luís Mauro Albuquerque para comandar a pasta. Ele foi responsável por conter uma rebelião num presídio do Rio Grande do Norte em 2017, durante sua atuação como secretário naquele estado. Ficou conhecido por uma declaração polêmica em Natal, em que teria cogitado vantagens em se machucar os dedos de presos. Por aqui, anunciou o não reconhecimento de facções, o fim da divisão dos presídios por facções, o maior rigor na administração penitenciária e a adoção da doutrina do *contato zero* em que se restringiu o contato do preso com familiares, profissionais e representantes da sociedade civil. Logo nos primeiros dias, apreendeu celulares, TVs e ventiladores e retirou tomadas elétricas. Diante dos atentados, o então ministro da Justiça Sergio Moro autorizou a intervenção federal com o envio de agentes para força-tarefa nos presídios do Ceará em 25 de janeiro.

Superlotação, falta de acesso à água, fome devido ao número restrito de refeições e às marmitas estragadas, dedos quebrados em caso de indisciplina, uso do spray de pimenta nas genitálias femininas, humilhação aos familiares durante as visitas<sup>129</sup>, indícios de maus tratos e de torturas e mortes por falta de atendimento médico<sup>130</sup>. Eis algumas das denúncias apuradas pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) desde a nova gestão penitenciária e a intervenção federal no sistema prisional. A priori, a visita técnica do MNPCT ao Ceará não havia

---

<sup>129</sup> “A SAP fardou as mães”. Assim Priscila descreve a atitude da SAP ao prescrever que as mães devem usar um tipo de vestimenta específica durante a visita. Esse procedimento, negado pelo órgão, gera situações vexatórias que a mãe testemunhou: pessoas no terminal de ônibus e em transporte alternativo apontando em sua direção, comentando furtivamente sua condição de “familiar de preso”.

<sup>130</sup> ENTIDADES brasileiras denunciam crise no sistema prisional do Ceará à ONU. Ponte. Disponível em: <https://ponte.org/entidades-brasileiras-denunciam-crise-no-sistema-prisional-do-ceara-na-onu/?fbclid=IwARI Aeg5AiNerXAIg6Mgfe-qxkJrBzufg9XAb PPUtjaYoh0UALxsvZM kEM> Acesso em 08 maio 2021.

sido autorizada pela ministra do MMFDH Damares sob alegação de falta e justificativa plausível<sup>131</sup>.

A partir de então, a visita íntima foi cancelada. Conforme Nascimento (2020) ressalta, tal direito passava a ser visto como *privilégio* e o contato íntimo seria punido com o envio para a *tranca*. Coube aos policiais penais<sup>132</sup> exercerem essa vigilância, razão pela qual receberam a alcunha de *empata-foda*. Conclui o autor ser tal política sexual uma prática de *governamentalidade*, em que o Estado investe na retomada do poder na gestão carcerária por meio da interdição do sexo e do castigo aos corpos.

Após essa digressão pelo sistema carcerário no âmbito nacional e estadual, contextualizando as particularidades do tratamento da população adulta LGBTQIA+ nesses espaços, proponho adentrar ao sistema socioeducativo cearense. Será particularmente interessante observar como questões específicas dessa comunidade são abordadas em se tratando de adolescentes e jovens. Já adianto que notei a invisibilidade dos dilemas afetos a esse público, conforme retomarei ao final deste capítulo.

### 3.2 Controvérsias no sistema socioeducativo cearense

“A LA é a escola, a internação é a graduação e a prisão é a pós-graduação”. Foi assim que Priscila, mulher negra e uma das mães integrantes do coletivo de familiares do sistema socioeducativo e prisional, exemplificou a relação de continuidade e progressividade entre tais sistemas, como um ciclo formativo único e inescapável. Após compreender o sistema carcerário e o tratamento penal a adultos LGBTQIA+ no contexto nacional e estadual, proponho um deslocamento para a outra ponta da corda: o sistema socioeducativo.

Como já foi dito, o ECA é a legislação específica voltada para adolescentes (12 a 17 anos) que cometem atos infracionais (condutas descritas como crimes no Código Penal), quando *apreendidos* em flagrante ou por ordem judicial (BRASIL, 1990). Os jovens são encaminhados à Unidade de Recepção e passam de um a cinco dias

---

<sup>131</sup> APÓS denúncias de tortura, Ministério da Mulher impede vistoria em presídios no Ceará. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/15/apos-denuncia-de-tortura-ministerio-da-mulher-impede-vistoria-em-presidios-no-ceara/?fbclid=IwAR22j5lfBBvG0FZwdTGW9dQKqyhSq2aQnu91ZOLvapRBNmmXGLMpZ6wzabA> Acesso em 08 maio 2021.

<sup>132</sup> Em agosto de 2020, a PEC 104/2019 criou a Polícia Penal no estado do Ceará, possibilitando que servidores passassem do cargo de Agente Penitenciário para Policiais Penais.

aguardando alocação em algum centro. Recebem material de higiene e algema, além de atendimento de enfermagem, serviço social e assistência jurídica. Mas um socioeducador mencionou que os gestores não entregam toalha para não acharem que estão num hotel.

Eles devem cumprir *medidas socioeducativas* determinadas por juiz da Infância e Juventude, entre elas a internação em centros socioeducativos, geridos por governos estaduais. Tal internação pode ser provisória (até 45 dias, enquanto aguarda sentença) ou definitiva (em caso de condenação por até no máximo três anos, com reavaliações semestrais) e os jovens são alocados em centros de acordo com esse andamento processual. Conforme o ECA, as medidas socioeducativas podem ser cumpridas até os 21 anos de idade. Em tese, são aplicadas excepcionalmente e somente em casos de atos infracionais cometidos com grave ameaça ou violência (BRASIL, 1990). Tais medidas não geram antecedentes criminais<sup>133</sup>.

Num primeiro exercício de desnaturação das terminologias, atentei-me a alguns dos verbos relacionados a atos infracionais: *cometer* e *praticar*. Ora, um ato generoso por exemplo se comete? Não, ele se *realiza*. Por que razão o ato infracional se *comete*, tal qual um crime? Reside aí um viés punitivo (FOUCAULT, 2009) desde a gênese léxica, embora encoberto por um manto alegadamente pedagógico. Algo que também chamou minha atenção foi a multiplicidade de verbos associados a medidas: *cumprir*, *pegar*, *estar de*, *estar em*, *receber*, *ficar com* e até *sofrer*. Em todas essas versões, algum sujeito ativo e exterior prescreve algo e o jovem passivamente deve recebê-lo, suportá-lo.

Há outras medidas que são decretadas em meio aberto, tais como *advertência*, *prestação de serviço comunitário* (mais conhecida pela sigla PSC) e a *liberdade assistida* (popularizada pela sigla LA)<sup>134</sup>, consideradas mais brandas que a *internação*

<sup>133</sup> Passados trinta anos desde a aprovação do ECA, alguns reacionários insistem que essa lei, reconhecida internacionalmente, representa *impunidade* para adolescentes e veem a internação como *privilégio*. Mas o que se tem reportado é que muitos saem dos centros, não recebem oportunidades e reincidem.

<sup>134</sup> “Art. 115. A **advertência** consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Art. 117. A **prestação de serviços comunitários** consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Art. 118. A **liberdade assistida** será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

em meio fechado. Foge do objetivo desse trabalho analisar cada uma delas, mas considero útil sublinhar os discursos de apropriação dos sujeitos em relação a tais medidas, compreendidas respectivamente como *carão*, *trabalhar de graça*, *assinar e engorda*<sup>135</sup>. Elegerei a *liberdade assistida* para comentar detidamente mais adiante, visto que esta levantou bastantes discussões num evento de que participei. De antemão, explicarei a minha opção por participar de tais eventos do ponto de vista mais teórico.

Fui *seguindo os rastros* dos próprios atores e das conexões do campo à Latour (2012), o famoso antropólogo criador de uma nova teoria do pós-social. Considero interessantes as contribuições da “teoria do ator-rede” (Actor-Network-Theory ou simplesmente ANT) sobre como a explicação do social não deve confinar, desconstruir e dispersar (tal qual intentam os pós-modernos), mas sim mover e *reagregar*. Identifico-me com a recorrência do “social” para explicação de fenômenos, mas reconheço a importância dessa dinamicidade e evanescência. A começar por exemplo, comungo com a perspectiva do construcionismo no gênero, segundo a qual o gênero é uma construção social e contextual e que está em permanente revisão crítica.

Para o autor, diferente do senso comum, ‘social’ não é uma cola que pode fixar tudo, inclusive o que as outras não fixam; é aquilo que outros tipos de conectores amalgamam” (LATOURE, 2012, p. 22). Direciona seu olhar para a emergência dos variados tipos de associações e das reagregações permanentes em novas circunstâncias, em face das mudanças frequentes da vida coletiva. Quase em tom profético para tempos pandêmicos, dispõe com maestria:

“Uma nova vacina está sendo preparada, uma nova descrição de tarefa está sendo oferecida, um novo movimento político está sendo criado, um novo sistema planetário está sendo descoberto, uma nova lei está sendo votada, uma nova catástrofe está ocorrendo. A cada instância, precisamos reformular nossas concepções daquilo que estava associado, pois a definição anterior se tornou praticamente irrelevante. Já não sabemos muito bem o que o termo ‘nós’ significa; é como se estivéssemos atados por ‘laços’ que não lembram em nada os vínculos sociais”. (LATOURE, 2012: 23)

---

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor”. (BRASIL, 1990)

<sup>135</sup> Adianto que no meio fechado não vi nenhuma referência a tal expressão entre os jovens ou profissionais, provavelmente datada. Uma possível razão é a visão que se tinha antes de internação como um espaço onde os jovens seriam bem alimentados antes de serem reinseridos socialmente na comunidade de origem. Tal imagem caiu por terra após o colapso do sistema com a sucessão de rebeliões nos mais variados centros, denunciando os maus tratos e as más condições de sobrevivência naqueles locais.

Enfim, ele aposta na tarefa de redefinir o social não enquanto um domínio especial, mas como o movimento contínuo de reassociação e reagregação. Mesmo assim, o próprio autor reconhece que o emprego do “social” é indispensável em muitas situações e noções. “Construção social” e “contexto político” são algumas delas, as quais farei uso largamente ao longo do trabalho inclusive.

Às vezes o social é explicado como algo à parte do sistema socioeducativo. “Não adianta investir no socioeducativo, se não investir no social”. Eis uma fala puxada pela memória, frequentemente dita por César, um socioeducador que se tornou um importante interlocutor na pesquisa. O *social* aqui parece se referir a políticas de outra ordem a serem implementadas quando o jovem retorna ao convívio familiar e comunitário.

Essas acepções parecem bastante cristalizadas entre os sujeitos, apesar de encontrar algumas fissuras. Priscila ressaltou, por exemplo, que os jovens são triados no sistema: “Não dá problema? Vai pra Educação. Dá problema? Serviço Social”. A promotora pública se perguntou sobre “os outros danados”, qual seria o seu destino no processo formativo? O *social* aqui já é encarado como o precipitado da decantação no fundo do recipiente da política.

No caso da *ressocialização*, ela é vista como o resultado pretendido pela política socioeducativa e a métrica de seu sucesso é o indicador de reincidência, que deve ser reduzido. Na prática, é posta em xeque por diversos atores do campo que questionam o modelo e o sentido dessa ressocialização. Diante da incipiência de cursos, atividades e profissionais, quais práticas dentro do sistema socioeducativo contribuem para essa ressocialização, o que quer que venha a ser? A devolução do jovem à sociedade é considerada o momento crítico de por à prova tal preparação. Ainda assim, o socioeducador compartilha com o grupo: “Eu tô no sistema porque acredito na ressocialização”.

O modo de seguir os rastros mais imediato para mim seria acompanhar os eventos públicos que reunissem tais atrizes e atores. Numa expressão comum entre os jovens, teria de ver os *corres*. Isso envolvia destinação de tempo, busca aguçada e monitoramento de redes. Participei de alguns deles ao longo de 2019 e 2020, como o que destaco a seguir.

No Seminário Interinstitucional Brasil-Espanha de Socioeducação, Arte e Justiça Restaurativa Antônia, realizado em agosto de 2019, na Faculdade de Direito da UFC, a

discussão a respeito da liberdade assistida gerou muito bate-boca. Inicialmente, a promotora pública Mônica destacou ser muito comum os jovens dizerem “eu fui assinar”, referindo-se ao ato de comparecer a centro de referência em assistência social para ser assistido no cumprimento da referida medida, responsabilidade legal do município<sup>136</sup>.

A representante do *Parquet*<sup>137</sup> chamou de *violação institucional* a presença mensal de adolescentes no equipamento socioassistencial municipal para *assinar*. Segundo ela, eles precisam compreender que “feriram sentimentos” para não reincidirem durante tal medida. Em sua lida profissional, destacou que nove em cada dez *garotas* passaram por LA e relatou o que ouviu de uma jovem certa vez: “Entenda. Eu tô livre, eu faço o que eu quero”. Continuou dizendo que esses jovens passaram por outras medidas socioeducativas em meio aberto e não compreenderam a gravidade de seus atos, até que caem na internação. Por fim, subiu o tom ao falar que “falta compromisso político institucional” da prefeitura.

Pronto. O auditório veio abaixo. Estava estabelecida uma controvérsia (Giumbelli, 2002; Montero, 2012). A esfera pública concebida como um conjunto de *configurações de visibilidade* constituídas através das controvérsias públicas. Um mapeamento foi importante para compreensão dos movimentos das categorias nos campos discursivos adquirindo novos sentidos. Enuncio, pois, os discursos de apoioamento que se seguiram.

A argumentação de Mônica foi sucedida por um juiz presente no evento que corroborou com tal discurso. Ele tem conhecimento de falhas no meio aberto há pelo menos 11 anos. Devido à falta de pessoal (contratação de orientadores sociais, por exemplo), o mínimo não é oferecido aos jovens. Já uma defensora pública assinalou que por lei o acompanhamento que deveria ser semanal acaba se tornando mensal na prática. E basicamente se trata de mero comparecimento para assinar um termo.

---

<sup>136</sup> Por leis, os municípios também são responsáveis por medidas protetivas, por meio de programas sociais e por criar e manter o Conselho Tutelar.

<sup>137</sup> Epíteto dado ao Ministério Público, órgão constitucionalmente responsável por fiscalizar a aplicação das leis e da administração pública e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. No Ceará, conta com o apoio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOPIJ). Tem o papel de ouvir o adolescente, procurando saber os fatos, conhecer seu contexto social e familiar. Na presença dos pais, pode decidir por arquivamento da denúncia ou por remissão (perdão) recomendando ao juiz a prescrição de medida não privativa de liberdade.

Por sua vez, um profissional técnico do Judiciário acrescentou que existe uma dificuldade de compreensão de tal medida mesmo entre magistrados e promotores. Segundo ele, o *receituário de LA*<sup>138</sup> tem sido prescrito assim na prática: “matrícula em escola, proibição de circular na rua, de envolvimento em brigas e de consumo de drogas”. Existe uma explicação histórica para tal: a comparação com a liberdade condicional dos adultos, em que estes precisam comparecer em juízo regularmente e se comprometerem a adotar certos comportamentos.

Na ocasião, dois profissionais de centros socioeducativos se manifestaram. Primeiro, uma psicóloga reforçou que apesar de ver bastante potencialidade nessa medida realizada no próprio local onde o adolescente está, “uns 95% da LA pensam que é só assinar”. Em seguida, um socioeducador foi muito contundente ao informar que a visão do adolescente sobre tal medida se deve também ao fato de que, ao ser conduzido à vara judicial, ele escuta que todo mês terá de retornar ao fórum para assinar. No seu entendimento, deveria *mudar essa cultura*.

Complexificando ainda mais a situação, uma mãe pediu para dar um depoimento. Ela relatou que mora na Messejana, bairro liderado pela GDE. O CREAS correspondente a sua regional se situa num bairro adjacente, sob a dominação da “turma do CV”. Perguntou como o jovem sairia do seu bairro para outro dominado por facção adversária apenas para *assinar a LA*. Após ter feito essa fala provocativa nomeando as facções, o auditório se inundou de burburinhos.

Após todas essas provocações, foi a vez de uma profissional responsável por um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) da capital tentar responde-las. Inicialmente, ela destacou a insuficiência de centros para uma cidade do porte de Fortaleza. Reconheceu que há no imaginário essa noção de que tal medida seja “assinar e vai embora”, mas não sabia “de onde eles tiram isso” de informar que seria o mero comparecimento ao CREAS para assinar tal termo. Novamente pude ouvir muitos cochichos no auditório.

---

<sup>138</sup> A meu ver, o uso das siglas deixa esvaír muito do sentido original da palavra. Explico: muito da perspectiva da liberdade se perde quando se fala LA. Até para ofuscar uma crítica de que essa *liberdade* não tem sido *assistida* de fato. Sinto que algo parecido ocorre com o emprego de PSC. Muito do sentido *comunitário* de tal medida se perde quando se substitui os termos pela sigla. A despeito dessa impressão pessoal, é corrente o uso de tais siglas por vários sujeitos e respeitei essa característica do campo.

A técnica do CREAS prosseguiu informando que “os meninos não assinam nada, só assinam o PIA<sup>139</sup>”. Segundo ela, eles passam por um atendimento técnico e são acompanhados individualmente. Antes se faziam grupos, porém deixaram de fazer por conta da violência, haja vista que o centro teria de separar os grupos (uma referência velada às facções). Outra questão apontada por ela é a pouca recepção de escolas e universidades para receber esses jovens cumprindo medida em meio aberto. Segundo ela, precisa-se trabalhar *sensibilização*. Não é bastante o *cumpra-se* do juiz. Só a *canetada* não resolve a situação, pois se o adolescente não for bem acolhido, ele não retorna. Encerrou a explicação acerca dos desafios diários, ilustrando que muitos jovens deixam de comparecer ao atendimento do PIA no CREAS porque “levou porrada do policial, do vizinho”. São eventos corriqueiros que explicitam a camada de violência envolta na política da socioeducação. Essas experiências de violência e violação já na liberdade assistida dão azo à sustentação inicial de Priscila, quem a vê como uma *escola*, uma primeira etapa no percurso formativo do crime.

Outra controvérsia bastante rentável foi exatamente a atuação das facções. Conforme Priscila destacou, no *território*, a violência incide desigualmente. Não há políticas públicas para os adolescentes da periferia. As facções os recrutam, pois já *estão lá*, enquanto *o Estado não chega*.<sup>140</sup> Daí os meninos *caem* no socioeducativo. A GDE aceita jovens, diferentemente de outras facções em São Paulo e no Rio de Janeiro. Tal faccionamento prematuro é um fenômeno específico no Ceará. A “luta da mãe” é manter os filhos vivos e afastados das facções. Encerrou com um pedido: “a política pública tem de chegar antes da bala e da algema”.

Uma gestora respondeu que entendia o lado das mães. Contou ainda que os meninos têm tido medo de sair dos centros após a medida. Pedem para ficar na unidade com medo de voltar para o território e serem assassinados. E essa situação a tem deixado bastante aflita. Paradoxalmente, disse que há mães que preferem os filhos internados do que mortos fora do sistema. Relata ter sabido de problemas financeiros de

---

<sup>139</sup> Significa “Plano Individual de Atendimento”. Previsto em lei, é um instrumento de avaliação de cada adolescente, realizado por uma equipe interdisciplinar, nas mais diversas áreas (educação, psicologia, saúde e profissionalização), informando as atividades que estão sendo desenvolvidas com o adolescente, bem como os resultados alcançados por ele. Por lei, o jovem tem direito de conhecer o seu plano e participar de sua elaboração junto com a família. Torna-se o principal instrumento que o juiz analisa para decidir pela manutenção ou liberação da medida.

<sup>140</sup> Em outro momento da pesquisa já durante a Covid-19, participei de um seminário em que um defensor público foi taxativo: “Se o Estado não dá kit higiene, a facção dá. E isso fortalece o crime”.

famílias, cuja fonte de renda era o tráfico de drogas. Durante uma visita familiar, uma mãe relatou que depois que o filho foi preso “tava faltando tudo” na casa. O assunto é bastante complexo.

Durante a seção de perguntas, uma mãe fez uso do microfone para contar a história de seu filho. Ele tinha 14 anos quando incorreu na primeira medida socioeducativa. Pegou 6 meses de internação provisória por consumo de drogas. Sente que ele saiu do centro *diferente*. “Passa o dia no *videogame*, deixa de resto de comida pelo chão”. Assumiu que hoje paga para ele fumar em casa e não precisar sair. O porquê? Ele tem medo de ser reconhecido, pois foi visto no centro juntamente com integrantes da GDE. Não pode sair do bairro pra estudar, trabalhar nem fazer curso. “Só se fosse de *Uber*”, medida que afetaria substancialmente no seu orçamento de doméstica e mãe solteira.

Priscila aproveitou o ensejo para contar que famílias passaram a ter dificuldades financeiras por conta disso. “Anda de *Uber* pra não morrer”. Os jovens se sentem *sitiados*. Soube de uma mãe que relatou ter tido a luz cortada por três meses, devido aos gastos com *Uber*, 99 e Táxi Amigo.

Na oportunidade, essa mãe reconheceu alguns avanços (maior abertura da gestão ao diálogo com as mães), mas criticava o fracasso na ressocialização. A passagem pelo sistema acabara sendo mais gravosa que o próprio motivo da internação. Por vezes mencionava o Estado como responsável por *devolver o filho diferente*, ou mesmo punir e matar outros filhos, fazendo lembrar a tríade Estado (masculino)/ mãe/ filho (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Novamente evoco a concepção de centros socioeducativos como “instituições híbridas de interface com a prisão” (VINUTO, 2019, p. 59). Desde o nascimento, são contraditórias. Reintegra-se quando for possível. Se a crise é constante, a reinserção tende a não ser priorizada, mas sim a garantia da segurança. Muitas vezes se o profissional questiona alguma prática dentro desses locais, é tachado de covarde e sofre retaliações em sua jornada de trabalho ou lotação por exemplo. Bastante delicadas as relações.

Acerca dos desafios à ressocialização, Priscila trouxe à tona que geralmente é apresentada como a *mãe do preso* ou *frente de cadeia* no ambiente prisional. Segundo ela, essas mães “visitam dentro porque nós somos a alternativa”. Ou ainda mais

assertivamente: “A gente puxa a cadeia do lado de fora. E eles lá de dentro”. Vê-se nesse processo como parte essencial.

Outra mãe (essa autodeclarada *branquinha e com privilégios*) pontuou que *não é o centro dos sonhos* e que pode melhorar, *humanizar o atendimento*. Apesar de o gestor usar o nome *dormitório*, na verdade *o menino é encarcerado*, continuou. A seu ver, se o socioeducador for violento e a coordenação recuar, a situação torna-se pior. Ela se indaga sobre por que o Estado não *trabalha a mente* desses adolescentes, com apoio das igrejas, por exemplo. Para ela, o Estado pode até não ver esses jovens como *seus filhos*, mas não pode ignorar o fato de que eles são *seu futuro*. Se não forem *adotados* pelo Estado, assim o serão pelo contexto faccional. A reflexão daquela mãe sobre a bastardia do Estado para com jovens internos e a facção como família substituta numa certa inovação parentética por aliança para o crime povoou minha mente por bastante tempo...

Num lampejo de argumentação, acredito que atuação dessas mães<sup>141</sup> amortizam tal sistema, oferecem contrapesos. São essenciais ao acompanhamento e à fiscalização da execução de políticas públicas para jovens privados de liberdade, colaborando para a popularização dos direitos humanos e denunciando violações de garantias constitucionais por parte do Estado. Profundamente generificada, essa relação é marcada por diálogos e enfrentamentos cabendo-lhe o protagonismo na defesa de seus filhos através da *luta por justiça* (VIANNA; FARIAS, 2011).

Além das mães, essa situação complexa também afeta o cotidiano de profissionais. Uma oficial de justiça, atuante no Maracanaú (município da Região Metropolitana de Fortaleza), relatou que a *dinâmica faccional* tem inviabilizado seu exercício profissional. Segundo ela, além de ter de baixar o vidro do carro, não pode transitar nos bairros Alto Alegre I e Alto Alegre II no mesmo dia, pois são comandados por facções rivais.

A seu turno, a profissional do CREAS relatou que a atuação tem sido bastante complicada diante do agravamento das questões relacionadas à *territorialização*.

---

<sup>141</sup> Em outubro de 2019, compareci ao Lançamento da Carta-Convite do V Encontro Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo do Estado, a convite de Priscila. Conheci outras delas e foi notória a maioria de mães negras. Rememoraram reuniões, promessas, denúncias relatadas nas visitas familiares e dores por filhos assassinados pelo Estado. Fotos, blusas e cartazes estampavam o auditório. Já em julho de 2020, no contexto da pandemia de Covid-19, foi organizado um evento virtual pelo Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura tendo como tema o sistema prisional e socioeducativo durante a crise sanitária. Priscila externou uma impressionante constatação: “Pro sistema não tenho nome. Sou mãe do preso. (...) Deixei de ser dona de casa para ser ativista de direitos humanos”. Denunciou também ausência de videochamada em todos os centros socioeducativos e falhas na entrega de material de higiene.

Exemplificou: “se o jovem mora no Quintino Cunha e o Vapt Vupt é no Antônio Bezerra, ele não pode tirar documentos”. Muitos jovens têm medo de sair do meio fechado e ir para o meio aberto por essa razão. O próprio atendimento ao jovem tem sido feito de forma rápida, envolvendo uma *tensão danada*. Eis as dificuldades do meio aberto.

A promotora Mônica confirmou tal realidade. “Aqui você não passa, ali você não entra”. É mais ou menos esse o discurso vocalizado contra jovens, tolhendo sua liberdade de ir e vir. Alguns largam a escola, pois sequer podem passar de uma rua para outra. Não podem pegar ônibus para comparecer aos CREAS onde serão atendidos. Têm de recorrer aos aplicativos como Uber e faltam ao atendimento quando não têm dinheiro para pagar a corrida. Avalia não só como um problema de segurança, mas também de todas as setoriais das políticas públicas.

Apesar de tudo, a posição da administração no tocante ao reconhecimento das facções é um tanto vacilante. Um diretor de um centro masculino relatou que não havia facção em sua unidade. Por outro lado, um socioeducador não só reconheceu a existência como também contou que num *revéillon* um grupo de jovens foi flagrado entoando um cântico de apologia à facção. Segundo ele, a separação dos centros não é por idade, compleição física nem nada. É por facção.

Notei essa resistência de se afirmar a existência de facções nos centros, mesmo nominalmente. Ao visitar um centro masculino, uma pedagoga informou que as turmas eram divididas em *lado a*, *lado b*. Na mesma hora indaguei o porquê dessa divisão e ela sorriu um tanto sem graça, como quem responde nas entrelinhas. Não dava para vocalizar ali o que eu já suspeitava. A lógica faccional influía nas divisões internas. Ela desconversou e me apresentou a sala dos professores.

Outra recorrência que observei é que termos menos explícitos eram invocados por agentes públicos. A promotora Mônica se referia a “conflitos de território”. Um gestor da Superintendência já reportava por “rivalidade de território” ou num raro momento de “organizações criminosas”. A facção era da ordem do indizível.

Com base num teste do pescoço no auditório, para uma primeira parcial a respeito de questões de gênero, isto é, observando apenas visualmente os aspectos primeiros de composição social desse campo, chamou-me a atenção o elevado número de mulheres. Elas eram a maioria na gestão da Superintendência, nos centros socioeducativos, nos atendimentos técnicos, no Judiciário, nos órgãos assistenciais das

prefeituras e mesmo nos movimentos de familiares. Fui pego de surpresa, visto que isso não é comum no campo da segurança pública (de hegemonia masculina), com que o socioeducativo faz interface. Pareceu-me uma sinalização sutil de que mulheres seriam mais sensíveis à causa da infância e adolescência, de repente menos propensas à truculência. Mesmo que os gestores máximos e os socioeducadores fossem masculinos em sua maioria, elas é que moviam as engrenagens daquele sistema.

De modo geral, a ausência da temática da sexualidade foi notória. No máximo debatiam masculino e feminino, mas não aprofundavam. Optei por não fazer fala pública no auditório lotado naquele momento em que estava tendo contato inicial. Mas reservadamente fui conversando com algumas pessoas sobre a pesquisa. No final do seminário, conversei com um gestor que me respondeu que a administração respeita a *opção sexual* desses jovens. Essa foi a terminologia empregada. Também ressaltou que era elevado o número de casais homoafetivos, mesmo não sendo autorizado. Contou que havia um debate atual quanto a distribuir ou não camisinhas. Nada disso veio à tona no púlpito, mas praticamente segredado numa conversa de corredor.

Ao final, também conversei com Priscila, sem gravação, de forma mais espontânea. Expliquei-lhe o propósito da pesquisa e ela contou um pouco de sua história no movimento. Desde 2013, ela acompanha o sistema socioeducativo. Participava de reunião na porta dos centros. Em 2015, quando a pasta responsável era a STDS, houve mais rebeliões. As denúncias comuns eram a falta de água, comida e visitas familiares além de maus tratos. Nesse período, o CEDECA<sup>142</sup> foi o *maior apoiador*, passando a se *instalar nas periferias*. Continuou relatando que o filho foi socioeducando e “viciou-se dentro do sistema”. O uso abusivo de drogas fez com que ela não reconhecesse seu filho. “Não ressocializou. Trouxeram um outro filho”. O futuro dele e de outros jovens seria a CPPL, como veio acontecer de fato.

Ela informou que tinha conhecimento da existência de gays e trans no sistema, mas bem poucos. Também não conhecia ninguém no grupo de mães quem tivesse um filho LGBTQIA+ no sistema. Inclusive, informou que isso era uma questão importante: a preocupação com a visita familiar desses jovens. Existe um projeto chamado “Abraços

---

<sup>142</sup> O Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA) é uma iniciativa da sociedade civil atuante desde 1994, dedicada a defender direitos de crianças e adolescentes no Ceará, especialmente quando violados pela ação ou omissão do Poder Público, visando o exercício integral e universal dos direitos humanos. Já atuou requerendo medidas cautelares para três centros socioeducativos no âmbito da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Desde 2006, atua no sistema socioeducativo e realizou quatro monitoramentos do referido sistema. O quinto monitoramento foi frustrado por conta da pandemia.

em Família”, em que mensalmente a SEAS trabalha com os jovens um tema comum em todas as unidades, próximo à realidade deles. Durante esse período, ensaiam, preparam e organizam uma apresentação. Os familiares comparecem aos centros para uma atividade lúdica, em que veem os trabalhos (cartaz, teatro, dança, etc). A iniciativa reforça os vínculos afetivos entre jovem e família. E quem não tem família que visite? Em 2020, por conta da pandemia, esse projeto e as visitas tiveram de ser suspensas. Assim como ocorreu muitos de nós em cumprimento de medidas de distanciamento social, os abraços tiveram de esperar...

Diante dessa multiplicidade de discursos acerca das medidas socioeducativas, pude notar que, a depender das relações institucionais que se estabelecem, as compreensões mudam. Ainda que sejam concebidas dentro de um mesmo sistema, abrigadas dentro de um mesmo Estado, prevalece a heterogeneidade. Conceber tal evento como uma cerimônia comum e fazer a *análise da situação social*, conforme Gluckman (1987) analisou a inauguração de uma ponte na África do Sul, foi ilustrativo para perceber como atrizes e atores de tal política estão dispostos no campo, na cerimônia, a cisão dentro de um grupo aparentemente homogêneo, as alianças e as divisões mesmo dentro do espectro do Estado. Serviu-me para perceber a complexidade do funcionamento daquela estrutura social em termo das relações que são cultivadas.

Numa fala de abertura, um gestor de elevador posto na SEAS destacou ser tal superintendência um órgão jovem, de pouco mais de três anos, fundada após um contexto de *crise e violência institucional*. Já numa fala de síntese, uma outra gestora do referido sistema não suavizou nas palavras. Mencionou que havia muito o que ser feito, pois fazia apenas três anos do *colapso do sistema*. Somente agora é que haveria terreno para se investir em *logística* e em reformas. Já Priscila, a mãe de um jovem interno, apontou o *colapso* de 2015 como fato fundamental para a criação do então movimento “Mães do Sistema Socioeducativo do Ceará”<sup>143</sup>: a denúncia do que chama de “medidas nada socioeducativas”.

Em face dessas versões contraditadas de destruição e criação, *violência e reforma, crise e colapso*, percebi que precisaria compreender melhor esse marco divisório do que foram as rebeliões dos anos de 2015 e 2016 nos centros

---

<sup>143</sup> A atuação dessas mães, em imensa maioria negras, é fundamental no acompanhamento das políticas públicas, na popularização da luta pelos direitos humanos. As relações com o Estado são marcadas por diálogos mas também enfrentamentos. Para compreender as transformações desde a gênese do “Grupo de Mães e Familiares Vozes do Socioeducativo e Prisional”, ver Dillyane RIBEIRO, 2020. Para compreendê-las pelas *reexistências interseccionais*, ver Franciane OLIVEIRA, 2020.

socioeducativos cearenses, privilegiando o ponto de vista de uma profissional trans que atuava à época nesse sistema.

### **3.3 *Eu, uma corpa trans dentro dum sistema colapsado***

O caminho mais comum para uma análise do sistema socioeducativo cearense seria apresentar sujeito por sujeito, suas finalidades previstas em lei, as unidades, os públicos e as capacidades atendidos por cada uma delas. Porém, para compreendê-lo, é necessário ter como pressuposto uma visão de antes e depois do *colapso* de 2015 e 2016. Esse evento, cujas marcas podem ser sentidas até hoje, alterou profundamente o campo no estado. Tentarei compreender tal *crise* com um enfoque nos direitos sexuais violados, uma angulação um tanto incomum quando se recorre a elucidar as rebeliões de tal período.

Inspirado em Das (2011), proponho analisar tal sistema não pelo que é ou deixou de ser, mas como tal evento foi incorporado por sujeitos nas relações. No caso, optei por trazer o *testemunho da violência* do ponto de vista de Dinorah, uma profissional técnica, mulher transexual, amarela, de 30 anos, que vivenciou tal crise de perto. Eu a conheci há alguns anos, durante um evento ativista na universidade e desde então nos tornamos amigos. Apenas recentemente tomei conhecimento de que ela havia trabalhado em centro socioeducativo durante tal período. Ela se dispôs a conversar comigo sobre a experiência, em fevereiro de 2021, numa quarta de cinzas. Nossa conversa foi realizada inicialmente através do aplicativo *Google Meet* e posteriormente pelo *Whatsapp* em virtude de falha na conexão, tendo sido gravada e transcrita.

Após acariciar sua gata enquanto se acomodava diante da tela do notebook e de um ventilador levemente ruidoso, Dinorah contou que ingressou como assistente social no Centro Educacional Patativa do Assaré (CEPA), unidade de internação masculina, no final de 2015. Naquela conjuntura, não se falava de *diversidade sexual* dentro do sistema socioeducativo, então *colapsado*, não obstante existirem adolescentes cuja sexualidade seria considerada dissidente e, por segurança, iriam para a *tranca*<sup>144</sup>.

Naquele contexto já recebia garotos no Patativa do Assaré, unidade específica para meninos, e que qualquer adolescente que desse entrada e que apresentasse minimamente ser uma corpa lida como dissidente pelo sistema, esse adolescente ia pra tranca. Ele não era envolvido com os demais

---

<sup>144</sup> Forma de castigo e punição disciplinar considerada cruel e desumana por violar direitos do adolescente e não contribuir para sua reinserção. Quase sempre suja, sem sanitário e insalubre, viola o direito a saúde e a dignidade do adolescente. Será bastante abordada ao longo da dissertação.

adolescentes justamente por conta das possibilidades de inclusive ele ser assassinado dentro do sistema. É importante pontuar que de 2015 pra 2016, eu entrei no final de 2015 nas medidas, o sistema estava colapsado. São Miguel havia estourado, Dom Bosco e Passaré. Esses três haviam tido rebeliões e o Patativa estava superlotado. Havia meninos de 45 dias, que era só pra cumprir a provisória, que não havia conseguido ser atendido sequer pra fazer uma ligação pra família há meses. Isso porque ocorria o risco de a qualquer instante o Patativa também colapsar. (Dinorah)

O receio era fundado. Em agosto daquele ano, internos se rebelaram no Centro São Miguel, ateando fogo em colchões, rendendo socioeducadores como reféns e fugindo em seguida<sup>145</sup>. O sistema socioeducativo passou por vários eventos similares ao longo dos meses seguintes, deflagrando uma grave crise. Os jornais noticiaram um grande número de motins num curto espaço de tempo nas unidades de Passaré<sup>146</sup> e Dom Bosco<sup>147</sup>. Fugas, feitura de reféns, queima de colchões, acusações de *depredação* e *dano ao patrimônio público*. A superlotação das unidades e incipiência de atividades socioeducativas por falta de profissionais qualificados seriam os motivos. As ações tiveram dura reprimenda estatal, ao ponto de culminarem numa Ação Civil Pública pedindo a interdição de centros e o afastamento do secretário da pasta responsável pela gestão do sistema na época e numa reclamação internacional perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, na qual o Brasil foi condenado a adotar medidas cautelares para conter a violência no estado (RELATÓRIO, 2017).

Não havia espaço para uma política de direitos sexuais e reprodutivos, apesar da quantidade assustadora de adolescentes soropositivos e com ISTs, com filhos, recebendo visitas de diferentes namoradas e companheiras. Pairava uma certa invisibilidade sobre as relações sexuais entre jovens nos centros. Não havia uma “consciência de que eles relacionavam entre si, mas a corpa lida afeminada era trancafiada”. Em seguida, explicou o porquê se refere à *corpa* (feminino de corpo) como um termo que *reivindica o feminino* (exemplificou com *corpa afeminada* e *bicha*

<sup>145</sup> CENTRO São Miguel em Fortaleza tem cenário de destruição após fuga. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/centro-sao-miguel-em-fortaleza-tem-cenario-de-destruicao-apos-fuga.html>. Acesso em 30 ago. 2020.

<sup>146</sup> INTERNOS fazem rebelião no Centro Educacional São Miguel. O POVO. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/17/noticiafortaleza%2C3520706/internos-fazem-rebeliao-no-centro-educacional-sao-miguel.shtml> Acesso em: 30 ago. 2020

<sup>147</sup> ADOLESCENTES queimam colchões no Centro Educacional Dom Bosco. O POVO. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/14/noticiafortaleza%2C3518890/adolescent-es-queimam-colchoes-no-centro-educacional-do-bosco.shtml> Acesso em: 30 ago. 2020

*preta*), tendo sido um recurso linguístico recente de movimentos de travestis e transexuais.

“Eu, uma corpa trans dentro dum sistema socioeducativo colapsado, um espaço extremamente machista, dominado por homens que arrotavam a heteronormatividade”. Assim, Dinorah sintetizou sua situação naquele local de trabalho, em que não conseguira suportar violências tanto de outros agentes como de adolescentes. Relata que chegou a sofrer *assédio sexual* por parte dos jovens, de forma recorrente.

Os adolescentes entravam na sala já excitados, porque correu nos corredores que tinha uma travesti atendendo dentro do Patativa. Então pra aqueles adolescentes às vezes que há meses não tinham (alguns não queriam e que de fato não se permitia ter) relações lidas homossexuais, pra eles era a oportunidade inclusive de ter um contato que talvez eles vissem como mais fácil, por ser uma travesti, mas que não afetasse o ego deles enquanto homens héteros. (...) Chega a ser vulgarizada a minha presença naquele ambiente e que não se tinha respeito nenhum pela profissional. Era só uma travesti que eles podiam chegar e mostrar o pênis, oferecer telefone. (Dinorah)

Em paralelo a essa situação, particularmente vivenciou um *processo transfóbico* por parte da equipe multiprofissional, que vulnerou bastante sua saúde mental e autoestima. Relatou que certa vez foi surpreendida com uma avaliação a que seria submetida durante uma semana a fim de averiguar se ela *tinha condição de ficar ou não*. Esse momento foi o estopim para decidir pela sua saída do sistema.

Não creditavam nada profissionalmente a mim. Eu era apenas... Não era nem travesti. Eu tinha um nome naquele período: era o viado. E foi assim quase uma experiência social você botar uma travesti dentro do sistema socioeducativo. Nada que eu dissesse era válido. Não tinha forças pra encarar aquele processo que era massacrante. E eu não tinha dimensão da força política e ao mesmo tempo marginal de você ser uma travesti no espaço do estado. Naquele lugar você não poderia sobreviver. Você incomodava. Das pessoas dizerem: *que porra é essa? O que é que esse caralho tá fazendo aqui dentro desse espaço?* (Dinorah)

Encarei o testemunho de Dinorah como uma tentativa de “voltar a habitar o mundo” (DAS, 2011, p. 39) após tragar e ruminar toda a violência por que passou e de que foi testemunha ocular anos atrás, profundamente afetada pelo gênero. A revisitação das memórias não constitui mero diletantismo desinteressado, mas uma espécie de afirmação de soerguimento por entre os escombros, de se compreender diante de normas sociais que a antitetizavam, invalidavam-na. Uma atitude reparatória consigo mesma.

Prosseguiu o testemunho informando acerca daquele contexto belicoso. Recebia ameaças telefônicas de que as assistentes sociais seriam queimadas vivas com colchão, por não conseguirem atender a todos. Cruzava com as mães dos adolescentes nos

terminais de ônibus, então sua rotina era conhecida. Além disso, tinha medo de ser injustamente acusada de assédio em atendimentos individuais. Em que pese essas tensões que a atormentavam, não deixou de se indignar com a situação dos adolescentes em tal centro naquela época, destacando como a própria arquitetura do local, as condições precárias de atendimento e a implementação de medidas truculentas para contenção de problemas de segurança não favoreciam sua reinserção social.

O cenário reproduzia totalmente o processo da *casa grande e senzala*<sup>148</sup>. A equipe multidisciplinar comia em cima, fazia suas refeições em cima. Tem umas janelas de vidro que você olhava de cima e visualizava socioeducadores comendo já dentro, trancados junto com os adolescentes na parte inferior. E o Patativa, ele é literalmente um presídio, ele não tem nada que nos lembre uma casa de passagem, na época q descrevo. (...) Era um ambiente totalmente carcerário, de privação de liberdade mesmo e que era enlouquecedor! Pra que não precisassem tirar de dentro do que vou chamar de *celas*, mas eu sei que não é, pra levar pro atendimento multidisciplinar no andar superior, passavam pela cozinha que era em baixo de onde a equipe ficava. Tinha um portão preto que dividia esse pátio maior, que dava acesso a essas primeiras grades, tinham umas mesas de refeitório de cimento. E que mais ao fundo, tinham as celas, que lá naquela época não tinha nenhuma divisão, no caso de alguns adolescentes que eram colocados nas trancas. (...) Muitas vezes o que eu ouvi de socioeducadores foi que eles não se sentiam respeitados. Eles não se sentiam humanizados e que por isso acabavam reproduzindo esse ódio dentro das dinâmicas do sistema. Eu lembro de ouvir um deles falar que ele se sentia também cumprindo uma privação de liberdade, porque comia junto com adolescentes enquanto a equipe estava lá em cima comendo e olhando lá pra baixo. (...) Essas mensagens simbólicas ficaram até hoje, o tanto que aquele espaço era despreparado, desumanizado. Eu fui entender o que era atendimento humanizado dois anos depois. Porque as imagens que ficaram da minha pessoa receber adolescentes que há dias não tomavam banho, com mau cheiro de urina surreal... Essas narrativas foram silenciadas pelo sistema. (...) O coordenador era um violador de direitos humanos. Um cara que acreditava que você corrigia pessoas com agressões. Às vezes, 18h da noite, o BOPE chegar pra fazer revista dentro do sistema, e ir com tudo pra cima dos adolescentes, fazer eles vomitarem celulares e armas. (Dinorah)

Dinorah é muito assertiva quanto à excepcionalidade daquela condição de vida. Descreve algumas imagens que demonstravam abandono institucional às necessidades mais comezinhas daqueles jovens, como se hidratar. Aquele cenário a que se refere como *enlouquecedor* dificilmente atingiria o objetivo de humanizá-los. Pelo contrário, poderia gerar violências psicológicas que podem ser sentidas até hoje.

Não tinha como você ser comportado num ambiente daquele. Lembrava inclusive o Hospital Colônia de Barbacena<sup>149</sup>. Eu lembro de ter visto

<sup>148</sup> Referência à obra homônima de FREYRE, 2001.

<sup>149</sup> Hospital psiquiátrico fundado naquela cidade mineira no início do século XX, que já foi o maior manicômio do país e foi fechado nos anos 1980. Ficou conhecido pela tragédia que vitimou pelo menos 60 mil pacientes internados à força e submetidos a fome, frio, violências, torturas e mortes, num episódio conhecido como Holocausto Brasileiro. Essa história impulsionou o movimento antimanicomial no país. Em Sobral, no interior do estado cearense, a morte de Damião Ximenes Lopes numa instituição psiquiátrica em 1999 rendeu uma investigação que resultou na condenação do Brasil na Corte

adolescentes beberem água da torneira, porque a água não chegava até eles. E aí tinha uma torneira quebrada num os pavilhões que eles bebiam. Porque às vezes levar água pra eles era bem complexo. (...) Não pensa um processo que de fato humanize. Às vezes a gente não consegue entender o que são você ter necessidades básicas atendidas. Me doía muito quando eles subiam urinados, quando eles não tinham uma roupa pra trocar, placas bacterianas nos dentes há dias porque eles não escovavam a boca. (...) Aquele ambiente era enlouquecedor. Tinham meninos que já não tinham mais noção da realidade ali dentro. Ele já não sabia o que era dia, o que era noite, o que tinha feito pra estar ali. Eles só estavam ali. É um processo de desapropriação humana tremenda. Não sei se mudou como dizem que mudou. Eu acho que muita coisa na dinâmica permanece igual. Mas que talvez a violência psicológica ocorra. (Dinorah)

Essa passagem me faz recordar da *verdade indizível sobre a natureza criminosa do direito* (DAS, 2011, p.14). O direito de estado aqui vê na situação limítrofe de maus tratos ruir o propósito de humanização de que se incumbe de prover. Ao passar por aquele evento traumático, Dinorah não experimentava as privações na própria carne mas sentia o bafejo do Estado no rosto. O processo que culminava no que ela chamou de desapropriação humana é o momento em que ela autua o Estado, flagra seu delito e surpreende-se com seu descompromisso com aqueles jovens.

Diante das barbaridades perpetradas naquele local, não é de se estranhar que a temática de direitos sexuais fosse subalternizada. Não atendeu travestis e transexuais naquela unidade, no entanto frisou que o adolescente *lido homossexual* não era assunto de interesse porque o foco era *desafogar* o sistema. Apesar de saber da existência de soropositivos por meio de relatórios muito antigos, a profissional não via testagens ou distribuição de camisinhas, devido a uma descrença do próprio coordenador quanto à ocorrência de relações sexuais, conforme explica.

[Ele] não acreditava que eles transavam entre eles. Eu era ridícula falando isso. *Lá vem a palhaça falar de viadagem*. Era um TABU, essa era a palavra. (...) Se não distribuo camisinha, logo vocês não transam. Mas como é que o Estado vai dizer que 200 adolescentes não transam entre si numa casa que no máximo acolheria 100 adolescentes, megalotada? (Dinorah)

A não aceitação da ocorrência de relações homossexuais, bem como a pouca atenção à diversidade sexual naquele centro masculino podem ser encaradas como efeitos do *estado de negação* (JUNQUEIRA, 2010). Segundo o autor, que toma de empréstimo da psicanálise tal termo para análise da homofobia em escolas, tais indiferenças, indisposições e recusas da percepção de um fato por parte de gestores constituem facetas desse processo de suporte da heteronorma como um “centro

---

Interamericana dos Direitos Humanos em 2006. Damião Ximenes tinha transtorno mental e sofria maus-tratos no local.

gravitacional de um quadro de opressões”. Essa negação pode se dar de formas mais sutis, como gestoras se mostrando muito sensibilizadas repetidamente, de forma a escamotear episódios de discriminação por funcionários do sistema que vieram ao conhecimento público.

Portanto, agindo dessa forma, o coordenador do centro evita lançar luz na questão da existência de gays<sup>150</sup> naquele espaço. Não haveria necessidade de se discutir tal *problema*, uma vez que a situação supostamente sequer existiria. Por tabela, tal argumentação sustenta uma *masculinidade hegemônica* (CONNELL, 2005), sem que sexualidades dissidentes lhe produzem ranhuras. Cobrir com o véu da invisibilidade é, pois, uma enunciação estratégica para sufocar políticas de reconhecimento da diversidade sexual nem de saúde sexual e prevenção contra doenças nesses espaços. Masculinidade esta que, na verdade, é treinada para não falar de fraquezas. Isso seria quase suicídio, segundo um socioeducador com quem dialoguei no curso da pesquisa.

Dinorah chama a atenção para essa constatação de que a percepção da heteronormatividade partia do Estado e não dos adolescentes, que, de seu ponto de vista, teriam uma sexualidade mais *fluida*. Conforme Butler (2003, p. 215-6), a imposição de constituir corpos coerentes e inteligíveis demandava um sexo *estável* e gênero igualmente *estável*. Tais eram definidos por meio da *prática compulsória da heterossexualidade* (RICH, 1983). Por sua vez, alguns jovens já vinham de outras experiências de arranjos sexuais, realizavam investidas contra ela durante seu exercício profissional na esperança de serem correspondidos.

A heteronormatividade sucumbia dentro do sistema, que na verdade a sexualidade era muito fluida. E as pessoas transavam e era gostoso e eles falavam sobre isso. (...) Eu não me relacionei com nenhum deles, mas o que eu percebia era que pra eles era muito comum essa coisa de já ter experiência com pessoas mais velhas. Você passar por um adolescente de 14 anos, ele querendo dar seu telefone ou pedir seu telefone, dizer que ia sair do sistema. Trazendo pro linguajar popular, dava pra perceber que a grande maioria deles já se relacionava com as mariconas. Era uma troca de sexo por dinheiro, mas essa palavra prostituição era uma coisa totalmente negada. Inclusive aquela coisa de dizer *sou ativo* e não se enxergar dentro de uma relação homossexual. (...) Isso era muito forte, de uma forma velada de eles pedirem beijo na boca, de entrarem na sala pra serem beijados. Aí eu desconversava. Pra eles era tudo: *ah, vamo que vamo. Rolou, aconteceu.* (Dinorah)

Essa representação dos *homens* que têm relações homossexuais com *bichas*, sem no entanto perder esse status contanto que desempenhem o papel *ativo* na relação sexual

<sup>150</sup> Consoante ao que apurei com a interlocutora Débora, uma gestora da Superintendência, já houve dois meninos abertamente gays no centro masculino Dom Bosco, mas ao tempo de nossa conversa (outubro de 2019) não conhecia nenhum. Acredita que haja, mas muitos têm medo de revelar.

foi examinada por Fry (1982, p. 90). Em seu estudo das categorias sociais de sexualidade masculina no país, deslocou as explicações do campo da medicina e psicologia para o campo da antropologia social. Para o autor, essa relação entre *homens* e *bichas* se trata mais de demonstração de *dominação* do que *homossexualidade*.

Retornando à questão colocada pelo campo, na tentativa de amainar os impulsos sexuais daqueles jovens, o referido centro disponibilizava a *visita íntima*. Tal recurso é um direito assegurado em lei<sup>151</sup>, no entanto sua implementação se deu de uma forma adaptada conforme explicou.

No Patativa tinha pelo seguinte motivo. Lá a gente recebia na época até 22 anos. E aí eu tava no período colapsado. Se eu não fizesse aquela criatura ver a namorada... Eu tô falando de visita íntima no sentido da visita sem sexo. Não tinha espaço da prática sexual. Até porque não tinha um espaço para construir, era um debate que se tinha, de se ter esse espaço. Se não me engano, chamava de *Vênus*<sup>152</sup> dentro do sistema. (...) Não tinha uma sala específica como tem dentro do sistema carcerário, não. A visita íntima que a gente chamava era ver a namorada, beijar na boca, e já era o caos. Porque se eles pegassem alguém olhando pra racha, podia ter certeza que ia ser massacrado quando ele voltasse. Inclusive na minha época ocorreu agressões por conta desse negócio. Só de olhar, já era retaliado. (Dinorah)

E praticamente inexistia a perspectiva de acolhimento à diversidade mais ampla, de forma a abranger pessoas gordas, com deficiência ou discapacidades, entre outras. Lembrou um caso de *gordofobia*, envolvendo um adolescente com sobrepeso. Não havia um colchão em que ele coubesse, muito embora a mãe pedisse em vão por um colchão d'água para ele conseguir dormir de uma maneira mais confortável. Recordou-se ainda de um adolescente colostomizado que passava dias com a bolsa, sem efetuar a assepsia.

A profissional afirmou que o racismo é *muito forte*, em especial com corpos *dissidentes*, que eram reputados como *invisíveis*. Diante da obrigação de dar respostas ao Estado, por meio de estatísticas de atendimentos e de índices de produtividade, muitas trajetórias acabavam sendo *apagadas*, sendo a maioria delas de jovens negros, conforme razões que explica a seguir.

<sup>151</sup> Refiro-me à lei do Sinase: “Art. 68. É assegurado ao adolescente casado ou que viva, comprovadamente, em união estável o direito à visita íntima”. (BRASIL, 2012)

<sup>152</sup> Venustério. Existe na unidade masculina do CECAL apenas. Trata-se de espaço destinado à visita íntima dos socioeducandos, cujo critérios para utilização são: possuir um relacionamento estável, ou companheira / namorada ser maior de 14 anos mediante autorização de responsável legal (com essa idade até os 16 anos, mesmo com autorização de um responsável, só é liberado se a jovem possuir filho com o socioeducando) e bom comportamento na unidade. Perceba a lógica heterossexual embutida aí. Atualmente está desativado por medida de segurança. A própria SEAS informou que as visitas íntimas não são realizadas, mas que estariam sendo elaborados estudos para isso.

Eu via muitos privilégios quando o adolescente era branco. Muitos. Inclusive conseguia acessar a equipe muito mais rápido do que um adolescente negro. E aí isso também tinha muito a ver com a família que acompanhava. Quanto mais a família tava dentro da unidade, mais a gente conseguia ter acesso ao adolescente porque tinha essa cobrança. Então tudo isso começava com o acompanhamento familiar, de pedir esse retorno por parte da coordenação da unidade. E que você tinha adolescentes que você nem sequer sabia que tavam ali dentro da unidade. Você não sabia. A família procurava e você não sabia dizer a ela que o adolescente tava ali, porque algumas pastas haviam sido queimadas nas unidades anteriores que não havia sido levadas pra dentro do Patativa e você não conseguia localizar o adolescente em meio a dezenas. (...) Eram jovens *invisíveis* dentro daquele universo. Elas eram pessoas apagadas dentro da dinâmica da correria numérica, de dar respostas ao Estado e que o que menos importava era humanizar o serviço. (Dinorah)

Esse lembrete racial vindo de uma profissional não-negra me fez recordar dessa característica do sistema. É voltado para jovens, negros e pobres em demasia. Não foi possível averiguar se recebem medidas mais severas, se ficam por mais tempo. Mas são a maioria. Fazendo uma digressão histórica, se hoje o tráfico de drogas recolhe adolescentes das ruas, no passado eram recolhidos por vadiagem, conforme Soares (199, p. 142) exara a respeito dos últimos anos na capital do Império:

Surpreendeu também a faixa etária dos membros do Cadeira da Senhora [grupo de capoeiristas negros e pobres armados de faca, presos na Casa de Detenção]. Uma grande quantidade (18%) tinha menos de 15 anos, e a ampla maioria (59,3%) está entre 15 e 20 anos, uma porcentagem alta para faixa etária tão jovem. Alguns como o menino Elias Rosa de Araújo, servente, cor parda, de 13 anos, e seu companheiro Andre Satyro da Silva, carpinteiro, de cor preta, com a mesma idade, estavam ainda na idade em que o menino de rua começava a aprender os golpes da capoeiragem, ensino ministrado por um complexo conjunto de rituais.

Essa correspondência entre passado e presente está distante de ser uma questão puramente teórica, ideológica e dissociada da prática. Conforme Dinorah disserta, tal postura da administração gerava repercussões nos próprios procedimentos cotidianos. As inações e omissões levavam a flagrantes violações de direitos básicos, seja numa comida interceptada, seja na própria saída do adolescente obstada pela dificuldade de sua identificação em face de falhas na gestão de arquivos. Uma preocupação adicional aos profissionais que estavam *na ponta*, realizando o atendimento.

Lembro de relatos de quentina com baratas, adolescente recebendo comida estragada. Da família entregar comida que nunca chegou por adolescente. De adolescente que perdeu o contato com família, porque a pasta queimou e ninguém tinha um arquivo disso. Não tinha sistema eletrônico como tem hoje, de foto, de registro facial. Vários problemas de adolescentes que tinham o mesmo nome. E você não sabia onde é que o adolescente tava. Se ele tava dentro do Patativa, socado em meio àquela multidão... Esse era um problema inclusive pra liberar o adolescente: você não sabia quem era. (Dinorah)

Esses episódios de que tomara ciência ou vivenciara consistiam numa espécie de *conhecimento venenoso* (DAS, 2011, p.35), que aflorou com mais veemência num momento de crise e lhe foi apresentado visceralmente. Essa memória pode até chegar a ser traumática, mas teve um impacto muito mais profundo. Gerou nela um ceticismo atualizado no presente quanto à finalidade de um sistema como aquele diante de práticas tão nefastas. Tanto com jovens, quanto com profissionais como ela.

No discurso mais corrente entre sujeitos da política socioeducativa, essa situação amenizou com a criação da SEAS, que *apagou os incêndios e arrumou a casa* na expressão de um gestor. A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) foi criada em 28 de junho de 2016, por meio da Lei Estadual nº 16.040/16, tendo como responsabilidade a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade<sup>153</sup>. Representou um momento de mudanças, todavia algumas nuances não foram superadas a contento nos anos seguintes, como se verá a seguir.

### **3.4 Chegou uma máquina que ninguém sabe ligar**

Cinco meninas negras, maquiadas, com cabelos arrumados e munidas de pompons dourados trajavam vestidos pretos com listras rosas, com corte acima do joelho, meião esportivo branco de cano longo e tênis laranja. Eram adolescentes do Centro Aldaci Barbosa, realizando uma apresentação artística. Similares a líderes de torcida comuns em filmes infantojuvenis hollywoodianos, entraram sorrindo no anfiteatro ao som de “*Gonna Fly Now*” (Bill Conti, 1976), música mais conhecida por ser o tema do filme estadunidense “*Rocky*” (1977). Geralmente o *hit* é executado em competições, anunciando a preparação para o início de um combate iminente. Era uma forma de as meninas dizerem a que vieram, naquela batalha musical. Posteriormente, dançaram “*We Will Rock You*” (Brian May, 1977), balada clássica da banda britânica Queen. Uma famosa coreografia, amplamente difundida em eventos esportivos, em que

---

<sup>153</sup> A missão da SEAS é: “realizar a gestão efetiva da execução das medidas socioeducativas, com foco em resultados e articular as ações necessárias ao reordenamento de todo sistema socioeducativo, consolidando os preceitos normativos nacionais e internacionais”. A visão de futuro pretendida é de “Até 2027, ser um órgão capaz de criar condições e possibilidades de mudança de vida para adolescentes que cometem ato infracional, gerando perspectivas de sua integração social e construção de uma cultura de paz”, cujos valores são: “Crença na capacidade de transformação, Dignidade humana, Desenvolvimento humano, Atuação técnica e profissional adequada as necessidades, Atitude organizacional, Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência”.  
Missão. SEAS. Disponível em: <https://www.seas.ce.gov.br/2016/08/09/missao/> Acesso em: 08 mai 2021.

duas palmas se sucedem a um levantamento das mãos sucessivamente. Com um refrão que pode ser traduzido como “nós vamos mexer com você”, as meninas continuavam a provocação, no subtexto da apresentação. Por fim, o *pout-purri* foi encerrado com a apresentação de “É uma Partida de Futebol” (Samuel Rosa, 1996), do grupo mineiro Skank.

Ao término do número artístico, foram bastante aplaudidas. Elas apresentaram-se e saíram de cena. Não foram convidadas a falar nem se sentaram à mesa. Pelo contrário, foram direcionadas às poltronas e até saíram do evento mais cedo. Achei intrigante essa postura, porque o evento era basicamente voltado para elas, do interesse delas.

Posteriormente, também estranhei que a escolha das músicas remontasse a filmes e músicas do século passado. Os adolescentes que hoje estão no sistema socioeducativo já nasceram durante o século XXI, quando outros ritmos musicais e ícones *teen* estão mais em evidência. O repertório datado não me convenceu como algo do universo daquelas jovens, livremente demandando por elas. Pareceu-me uma ingerência sutil do universo dos profissionais adultos nas atividades das adolescentes, como se eles depositassem sobre essas meninas o que acreditam ser do interesse de jovens genericamente consideradas.

Para mim, foi muito elucidativa aquelas cenas das meninas dançando e em seguida se retirando do recinto para retornar às unidades enquanto nós falaríamos delas na ausência delas. Decerto era um novo momento no sistema. Um contexto mais ameno onde se podia dançar, mas quem escolhia a música não eram as jovens.

Esse fato se repetiu várias vezes ao longo da pesquisa. Nas oportunidades em que jovens falariam, não podiam comparecer “por motivos pessoais” e a técnica falava por ele. Incrível essa constância e gera uma desconfiança. Epistemologicamente, essas imagens e ausências reforçam como a política socioeducativa é centrada nos adultos.

Nessa seção abordarei esse período pós-colapso, explorando suas potencialidades, mas também suas contradições. Nesse período que se sucedeu após a criação da SEAS, foram realizadas seleções públicas para contratação de profissionais. Entre eles, estavam o socioeducador César e a técnica Fran<sup>154</sup>. Conheci tais funcionários do sistema em grupos de estudo na universidade e desde então tivemos permanentes

---

<sup>154</sup> Novamente reforço que faço uso de nomes fictícios. Além disso, opte por não explicitar o cargo ou a lotação específica, a fim de resguardar tais interlocutores de eventuais retaliações e infortúnios futuros.

interlocuções. Seguindo o exemplo da seção anterior, eu me guiarei pelos relatos de Fran num centro feminino e de César num centro masculino para compreender como tais experiências de *descida ao mundo ordinário* (DAS, 2011, p.38) são constitutivas do sistema hoje, pós-colapso e constituintes no sujeito e na sujeita que nele habitam.

“Da sala do ar condicionado não dá pra ver o que acontece de perto”. Peguei meu *WhatsApp* em meados de julho de 2020 e essa mensagem de um socioeducador me chamou a atenção. Refletia sobre a ausência de setores da *linha-de-frente* nas discussões, ao passo que os *ar-condicionado* elaboravam diretrizes, formulavam procedimentos e fluxos de suas salas com ar-condicionado<sup>155</sup>. Não pude deixar de recordar desses locais que conheci na pesquisa: sala da direção do centro, sala de reuniões da SEAS... Todas climatizadas, bem iluminadas e muito limpas, deixando transparecer distinção.

Iniciei essa conversa com César, autointitulado um *linha-de-frente*, em meados de agosto de 2019. Após inúmeras partilhas sobre diversos assuntos afetos ao sistema ao longo desses anos, conversamos numa tarde de fevereiro de 2021 através do aplicativo Google Meet. O diálogo foi gravado e transcrito.

César é um homem heterossexual, negro. Após ajustar o *headphone* e apresentar no pano de fundo fotos de sua esposa e família, inicialmente destacou que ficou feliz de saber que a universidade se preocupa com o sistema socioeducativo, no qual ingressou em 2019, como socioeducador do CEPA. Ele compartilha da visão de que a contratação de quadro técnico melhorou a política pública. É um entusiasta da ressocialização, mas reconhece limitações estruturais para seu êxito dentro do sistema.

Eu vi a ressocialização acontecer. Não foi ninguém que me disse. Eu não li num livro nem num artigo ou numa entrevista. Eu vi a ressocialização acontecer, principalmente pela mudança de atitude. Concordo com as pessoas que não acreditam na ressocialização, porque ela não é fácil. E nesse modelo que a gente utiliza nas unidades, ele não é propício pra ressocialização. Às vezes parece que ele quer que aquilo ali continue. Não trabalha com a pessoa, mas é um número. (César)

Isso me lembrou de outro socioeducador que costumava resolver imbróglis de seu serviço e interpretá-los à luz da Bíblia. Cristão que era, sempre tinha uma passagem a postos para oferecer e acalantar. Na discussão acerca dos limites estruturais impostos à efetiva ressocialização dos jovens, citou em uma rede social: " Mas ele respondeu: Os impossíveis dos homens são possíveis para Deus" (Lucas 18:27).

---

<sup>155</sup> Não está no alcance desse trabalho uma perspectiva mais aprofundada de relações étnico-raciais, mas notei uma preponderância quase absoluta de pessoas brancas entre os *ar-condicionado*, e uma maior prevalência de pessoas negras entre os *linha-de-frente*. Essa percepção se deu através das visitas a centros, à superintendência e participação em eventos.

Assim como Dinorah, César também se refere ao local onde adolescentes dormiam como *celas*, muito embora o nome adotado pela administração fosse *dormitórios*. Essa era só mais uma das muitas surpresas que o *mundo de Alice* do sistema socioeducativo lhe reservava, o que considerou como um *erro* com os profissionais recém-ingressos, conforme destaca.

Nós tivemos duas semanas de treinamento que eu lhe digo: em 100% nunca foi utilizado. Um treinamento que, pelo menos naquela época, era um *mundo de Alice* que a SEAS entendia que era a unidade socioeducativa e que de fato não era. A gente só conheceu mesmo a unidade na primeira semana trabalhando lá dentro. As duas primeiras semanas eram de teoria e na última semana você ia pra unidade que ia trabalhar. Um erro que eles cometeram. Nós chamamos de *dormitório*. Então, tu que nunca entrou numa unidade socioeducativa, o cara vai dizer assim: ó, a gente tem que abrir o dormitório 3 lá do bloco 2. Tu pensa que a gente vai pegar uma chave, vai abrir uma porta, vai dizer *vamo lá* e o menino vai levantar da cama dele ou se tiver sentado. Não! É uma cela! É uma cama, um colchão no chão. Colchão que eu digo é numa pedra de cimento pra retirar do local que ele pisa. Então tu te assusta com aquilo. (César)

Essa advertência terminológica foi acionada em campo inúmeras vezes. Ora meramente reproduzida, ora para ser criticada. Invocar um léxico que se desvencilhe da lógica prisional parece ser uma diretriz do trabalho da Superintendência. Essa preocupação escoa inclusive para os pesquisadores que pretendem realizar trabalhos dentro dos centros. Lembrei-me de Bárbara Andrade (2020) ao ser interpelada pelo emprego de *punição*, malgrado fosse um termo sociológico central para sua análise.

A documentação solicitada pela SEAS para autorização, incluía o meu projeto de pesquisa. Entreguei a eles o mesmo que havia sido apresentado na seleção do doutorado, e uma palavra foi a pauta da reunião: *punição*. Com o título *Punição e controle: o “caminho punitivo” do jovem autor de ato infracional em fortaleza – Ce*, meu projeto pareceu provocar certo desconforto. A responsável pelas diretrizes do sistema socioeducativo da SEAS foi categórica ao afirmar que eu deveria modificar tal palavra, pois não havia *punição* no sistema. São medidas socioeducativas e se algum adolescente faz algo errado, dentro do Centro, ele é encaminhado para uma medida disciplinar. Ou seja, ao lugar que os adolescentes chamam de *tranca*.

Acerca das dissonâncias entre discurso e prática, César continua dizendo que função do socioeducador hoje é somente “abrir e fechar grande infelizmente”. Reconhece, porém, que há profissionais e profissionais, visto que “tem colegas que não dão *bom dia*” aos jovens. Em se tratando de um centro masculino, a preocupação com a segurança é extrema, a cada detalhe, durante todo o dia. Pela manhã, sua primeira ação após ingressar na unidade é *passar o rádio* a todos os blocos, a fim de verificar se a comunicação está operante. Posteriormente, realiza *verificação de grade*, que vem a ser uma espécie de conferência se todos parafusos dos portões estão intactos ou se algum

deles foi violado durante o pernoite. Pela manhã e pela tarde, retira adolescentes de acordo com a demanda de atendimentos e atividades. Pela noite, não se pode abrir dormitório e eventuais conversas com a equipe têm de ser através da grade.

Nota-se nesse pequeno retrato do cotidiano de um socioeducador que impera uma adoção incompleta da *doutrina de proteção integral*. Na experiência brasileira, os direitos de adolescentes em conflito com a lei são discutidos tendo como sustentáculo uma *preocupação securitária* (VARGAS, MARINHO, 2015, p. 267). Daí a necessidade de prover acima de tudo a segurança, por mais que custe a liberdade de muitos deles.

No tocante ao fluxo na unidade, explicou como foi recebida a decisão do STF para *desafogar* o sistema antes da pandemia<sup>156</sup>, bem como a recomendação do CNJ nesse sentido durante o período de isolamento social:

A gente tinha unidade que era pra 60 e tava com 100. A gente não tinha nenhuma unidade que tava de acordo com a lei. Aí o STF vem determina que a unidade socioeducativa ... O prisional veio primeiro, porque teve a expertise de dizer: ó, o sistema penal vai entrar em colapso. Aí o sistema socioeducativo ve e pega esse gancho. Mas assim, hoje a gente tá abaixo do número de dormitórios. Em tese, a gente teria vagas. Mas em relação à pandemia, o que é que o jurídico fez agora: não tá determinando como antigamente. A polícia continua prendendo. Não à toa que a triagem tava lotada. Amigos diziam: ó, *vai já chegar mais seis*. (César)

Se mais jovens chegam, mais cabeças diferentes para lidar. Todavia, César adverte para a complexidade de lidar com um só adolescente que seja. O jovem produz *facetas*, isto é, realça diferentes traços característicos de personalidade, a depender de com quem esteja lidando. Para cada situação, uma fachada. Segundo ele, “o adolescente é um na frente do diretor, ele é outro na frente da equipe técnica e ele é outro quando está só os socioeducadores. Então eles têm facilidade de criar essas facetas”.

Em tom crítico ao sistema socioeducativo como um todo, tal funcionário oferece uma reflexão aguçada sobre o que vem ocorrendo em Fortaleza, de forma a refinar nossa crítica referente ao sempiterno debate a redução da maioria penal no país. Opto por reproduzir tal passagem, dada a importância de se tocar nessa ferida. Com *bandaids*.

Existe uma bandeira muito grande da redução da maioria no Brasil, né? Ela já aconteceu, meu filho. Ela já existe. Ela não está é documentada! Hoje o adolescente é retido, tirado sua liberdade e não é feito absolutamente nada pra que ele não retorne. Ainda mais agora que facção solicita, ela retém, ela convoca cada vez mais cedo. Cada vez mais novos. Os de 16 anos já não presta mais pra facção. Ele já não e mais utilizado porque ele já foi

<sup>156</sup> Segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, em setembro de 2019, havia mais de 18 mil adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, enquanto o país dispunha de 16.161 vagas para atendimento.

estereotipado pela polícia. A polícia já para ele frequentemente, então ele passou a perder muita droga, passou a ser preso muitas vezes. Não presta mais. A facção passa a convocar agora de 12, 13, 14 anos. Que pode passar várias vezes diante do carro da polícia com caderno debaixo do braço, leva um disfarce ou outro e passa pela polícia. É diferente de um de 16, 17 anos. Então a maioridade penal no Brasil, ela já começou. Só não tá é documentada. Só não é lei no papel, mas ela é uma lei que já existe. É preocupante. (César)

“Estamos na idade da pedra quanto a esse atendimento”. No que tange à diversidade sexual e de gênero propriamente dita, foi dessa forma que César reconheceu não se sentir *formado* nesse tema, assim como os demais colegas. “Reina a desinformação”, concluiu. Também ressaltou não haver uma política de gratificações de estímulo à formação continuada. Assim como Dinorah comentou a respeito de um centro masculino em pleno *colapso*, o cenário pós-colapso continua sendo de desconhecimento. Camisinha, palestra e testagem? *Zero*. Só se recordava de uma ação de bombeiros em 2019, que *pincelou* uma possibilidade de conversa sobre DSTs. Mas comparou o caráter daquela abordagem com *aquela palestra da 8ª série*, focada no *medo de usar*.

A respeito desse *despreparo*, exemplificou com dois casos de adolescentes que vou abordar a partir de agora. O primeiro deles é de um **menino homossexual** num centro masculino. César destaca a diferença que notou naquele jovem, que ingressou no centro há alguns anos. Evoca traços comportamentais que o distinguiu dos demais, numa velada oposição de princípios masculino e feminino, educado e mal-educado. Mas sempre ressaltava o *cuidado* dispendido pelos profissionais naquela relação para com o jovem, mesmo que sem se julgar capacitado para tal.

Eu olhava pra ele e ficava me perguntando o que tinha levado ele pra ali. Menino muito educado, muito solícito. Um adolescente que a gente notava que tinha algo diferente nele. A orientação sexual dele era homossexual, tinha essa afeição por homens. E nós tínhamos muito cuidado com ele principalmente por conta dos outros adolescentes. Mas se a resposta que você tiver aguardando foi se a gente teve algum preparo pra trabalhar no bloco com ele e ele ficou no bloco comigo quase 4 meses (...) não nos foi repassado. Não tem campo destinado pra isso. É um despreparo. (César)

César não nega que apesar de toda a vigilância, pode ter ocorrido relações sexuais entre o jovem zeloso e outros rapazes. Falou que sua saída do centro foi marcada por momentos de muita emoção, com direito a juras de amor inclusive. Os afetos afloram mesmo nesses locais, onde aparentemente não teriam espaço nem vez.

Mas nosso interlocutor foi categórico ao dispor sobre o procedimento padrão atual ao tomarem conhecimento de uma relação homossexual: a separação e o isolamento desses jovens. Os julgados de tribunais superiores que são veiculados na

mídia não se concretizam em condutas éticas profissionais, em práticas de respeito a seus direitos sexuais, aos arranjos homoafetivos entre eles, seja namoros seja relacionamentos com vínculos mais fortes. A mensagem compartilhada entre socioeducadores e diretores é muito nítida: “É diferente? Isola”.

Eu tinha muito cuidado mesmo sabendo que em algum momento algo acontecia dentro do dormitório. Em algum momento acredito que ele teve relação. Até por conta da saída dele. A saída dele teve muito aquele lado emocional, teve choro... Um adolescente que ficou disse que o amava. (...) Na realidade, a gente até discutiu o posicionamento ... não sei te dizer se foi o STF que comentou algo desse tipo. Que se eles tivessem o entendimento de [pausa] *namoro*, eles poderiam se relacionar. Mas isso não chegou pra gente nem documentado. Foi só um comentário que os socioeducadores ouviram na mídia e acabou chegando lá. Hoje se a gente pegar, a nossa primeira coisa que a gente vai fazer é retirar de dentro do dormitório e isolar os dois. Não tenha dúvida disso. Porque o procedimento lá é assim. *É diferente? Isola*. A gente aprendeu assim lá. Nunca teve cinco minutos de sentar e conversar se isso acontecer. (César)

Sem entrar no mérito de concordar ou não com a legitimidade daquelas relações sexuais, César parece especialmente preocupado com a repercussão daquela decisão administrativa, daquela opção por não discutir o assunto e, conseqüentemente, não se gerar orientação de como proceder no ofício. Chega a cogitar possíveis cenários lacunosos, em que o embaraço do centro com a questão poderia prejudicar a atuação profissional de socioeducadores como ele.

A gente não sabe o que fazer. Vai abrir um BO contra esse menino? Vai fazer o outro que era o passivo, a gente vai ter que levar pro IML pra que seja feito o corpo de delito? A gente vai se omitir? E se o adolescente na manhã seguinte vai conversar com assistente social e diz que foi um socioeducador por raiva? Por qualquer coisa, por ter tirado ele de dentro do dormitório e afastado do ente querido dele? E aí a assistente social vai e abre o procedimento, leva esse menino pra DCA, dá encaminhamento pro exame de corpo de delito e dá positivo? E aí? (César)

A todo momento que ouvia a respeito daquele espaço, parecia me falar de algo familiar. Nunca tive experiência de institucionalização, mas nutria tal sentimento quanto mais conhecia (luzes apagadas à noite, divisórias com ou sem portas opacas, vigília noturna, preocupação com a sexualidade). Até que percebi que os centros socioeducativos de Fortaleza do século XXI se assemelhavam aos liceus franceses do século XVIII, que Foucault (2015, p.30) muito bem descreve. Até me espantei com as estranhas conexões entre locais distantes no tempo e no espaço e próximos nas práticas:

Consideremos os liceus do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí, praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicas, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. Os organizadores levaram-no em conta de modo permanente. Todos os detentores de uma parcela de

autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmado sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas, e pelo jogo das punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.

O que se poderia chamar de discurso interno da instituição — o que ela profere para si mesma e circula entre os que a fazem funcionar — articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. Mas ainda há mais: o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII — e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral — um problema público.

Em que pese tal alarme quanto àquele corpo que não se sabia o porquê de estar ali, como um *problema público*, desde o princípio tal adolescente dividiu dormitório com colegas. Aliás, sua presença era solicitada por outros jovens, que alegavam seu temperamento agradável e sua higiene como explicações possíveis, conforme disserta a seguir.

Desde a chegada dele, ele ficou junto com os demais. Nós tínhamos até muito cuidado porque os adolescentes dos outros dormitórios ficavam pedindo pra ele ir pra lá. E aí a gente perguntava: *por que vocês querem?* E eles: *Não, porque ele é legal.* E ele era muito higiênico. Sempre solicitava mais sabão do que os outros dormitórios, desinfetante. Tudo dele era muito limpo. Ele acabava tomando de conta, não deixava os outros adolescentes jogar comida no chão, ele chamava atenção pros ratos. Então, ele tinha essa coisa do cuidado, do zelo. A roupa dele era dobrada, a roupa de cama era dobrada, deixava o colchão em pé pra não pegar fungos, ácaros, aquela coisa. E acabava que os demais copiavam. E alguns outros solicitavam. A gente não sabe até onde ficava essa motivação. Será que é só por isso? (César)

Não se recorda de tal menino ter mencionado algum nome social à equipe pelo qual gostaria e ser chamado. Também não lembra de ter havido requisição de ser tratado no feminino. Não foi demandado nome social. Por outro lado, ele notou na vestimenta daquele rapaz uma customização que coadunava com uma postura *feminina mesmo*. Mas o nome era masculino, ainda assim.

Ele foi chamado pelo nome dele [masculino]. O corpo dele era fidalgo, ele tinha uma postura feminina mesmo. É claro, ele tinha que vestir as roupas porque era padrão: calção verde e camisa branca. Mas a gente notava que o calção era dobrado, a manga da camisa era dobrada. Ele não podia fazer nenhum corte na roupa, mas a parte do abdômen dele ele geralmente amarrava a camisa... Quando a gente chegava, a gente notava porque a camisa tava amassada naquela região do nó. Ele tinha sempre a postura de não transparecer isso, mas a gente notava. Mas nunca solicitou ser chamado por um nome, nunca solicitou. (César)

Durante nossa conversa, o socioeducador sempre se referia ao jovem como o *mais zeloso*, não invocando a sexualidade do adolescente de forma reiterada, mas pontuando que ele era *branquinho e fino até no sentar*. Contou que o jovem pedia livros da biblioteca, pois gostava muito de ler. Gostava de ir à sala de lazer, assistir a filmes.

Como inspirava confiança e tinha bom comportamento, fazia atividades externas de limpeza e de conservação na unidade, solto, com muitas pessoas à sua volta. Ele gostava daquela oportunidade de sair do ambiente para *respirar*, como costumava dizer. Sempre muito educado: *bom dia, boa tarde*. Os funcionários brincavam: “a gente vai tirar tua camisa branca. Tu vai vestir camisa cinza”<sup>157</sup>. Durante o tempo em que lá estive, sua família comparecia normalmente para visitá-lo.

Apesar de ser benquisto pelos demais internos, esse jovem homossexual era uma exceção. O preconceito é muito forte no centro masculino com ofensas verbais e às vezes agressões físicas. Não necessariamente é a conduta sexual que é vilipendiada. São atacados caracteres de cuidado consigo, com o ambiente doméstico. Tais zelos são associados à feminilidade, logo merecem repulsa, ao passo que contraditoriamente seus serviços sejam requisitados.

Insultos e agressões sempre tiveram. Até pelo adolescente ser um pouquinho mais cuidadoso com a roupa, com a limpeza, aí sempre vem: *esse aqui é a mulherzinha do dormitório. Esse aqui é nossa menina, então não mexa, não tira ele daqui*. Falam muito (...) A gente via que sempre era o mesmo indivíduo que tava fazendo a limpeza. Sempre teve esse tom de que o cuidado era do meninozinho afeminado: *Isso é criado com avó*. (César)

Possivelmente a agência daquele jovem foi exatamente essa. Num local em que não se sobressairia brigando, gritando, atacando-se contra jovens com corpo mais vigoroso, optou por realizar serviços com os quais se identificava e gerava interesse nos demais. Aliás, seu corpo fidalgo parcialmente à mostra por baixo o nó na blusa desfilava por entre os cantos do dormitório a despejar desinfetante, combater fungos, ácaros e ratos, mas principalmente dar tapas com luva de pelica numa heteronormatividade pouco higiênica, suja e mal lavada.

O segundo caso é mais recente, ocorreu durante a pandemia. Um **adolescente hermafrodita**<sup>158</sup> ingressou num centro masculino. César detalha como foi a *queda* daquele jovem. Numa expressão afim, foi sem paraquedas. Não houve uma preparação prévia com socioeducadores, que se sentem despreparados para lidar com tais questões.

---

<sup>157</sup> A camisa branca era dos adolescentes, enquanto a camisa cinza era de socioeducadores. Foi uma forma de reforçar que projetavam nele muita confiança, a ponto de desejar-lo como futuro colega de trabalho. Mas a cor dessa camisa não era uma unanimidade. Durante uma visita, uma profissional técnica confidenciou que muitos detestavam aquela cor de farda, que pareciam ter escolhido a mais barata. Mesmo a cor do uniforme estampava o desprestígio sentido pelos profissionais.

<sup>158</sup> Nome pejorativo para se referir a pessoas intersexo (intersexuais). Optei por trazê-lo dessa forma, por fidedignidade ao relato de César. Mas após a entrevista, eu o expliquei quanto a esse incômodo de pessoas intersexuais com aquele termo estigmatizante.

A gente tem relato de socioeducadores que a gente não sabe como proceder. E muitas vezes a própria SEAS, por também não saber como proceder, acaba isolando o adolescente. A gente teve um adolescente hermafrodita. (...) Acabei tendo dois dias na folga, enquanto o turbilhão na unidade acontecia. Quando cheguei, um adolescente que estava no bloco é que chega pra mim e diz: *Ei, socioeducador. O hermafrodita foi posto em liberdade?*. Eu: como é, rapaz? Que história é essa? Tô sabendo disso não. Então, o que acontece. O nível de despreparo da direção é tão grande que a informação eu recebi por outro adolescente. Quer ver? O procedimento lá é isolar. **Não sabe tratar? Isola.** Ó, dito e feito. Eu fui atrás do adolescente. Ele tava na recepção, num dormitório, sozinho lá. E eu: sim, e os direitos dele? O que é que ele fez? Ele fez alguma coisa pra tar aqui, então ele tem que ser tratado igual. Foi uma discussão muito grande. Acabou que ele *subiu do bloco*<sup>159</sup>, saiu dessa ala e foi pra um dormitório onde chamaram os adolescentes. (...) Já tinham conhecido ele da triagem e aí receberam eles. (César)

Mais uma vez o isolamento na ala disciplinar é reportado como a saída para aquela sinuca de bico. Em relação à *tranca*, também conhecida *área administrativa*, explicou que “na realidade é uma punição. Eles saem do dormitório em que eles estão e vão pra uma área que é mais segura. (...) Que é o que chamam de tranca”. Por esse motivo, discordou que tal jovem deveria estar ali naquele local. Não porque não era dignatário de segurança, mas porque não merecia receber uma punição por ser quem ele era. Talvez César não tenha dimensão do quão importante foi sua postura questionadora, partindo de seu senso de justiça, com os recursos de que dispunha.

Um episódio dilemático foi a vistoria, como é conhecida a revista íntima nos jovens socioeducandos. Tal profissional relatou o embolo que foi realizar esse procedimento naquele jovem cuja intersexualidade era fato desconhecido pela maioria da equipe de segurança. Sentiu-se mal por não ter sido avisado. Pelo que soube, apenas um socioeducador fora comunicado. Fatalmente geraria vergonha tanto aos funcionários desavisados quanto àquele jovem.

Essa vistoria é, para alguns, vexatória. No nosso pensamento de segurança (...) geralmente o que é que a gente solicita. Que eles desçam o calção e agachem. Me explica como é que a gente vai pedir pra um adolescente hermafrodita descer o calção e agachar? O espanto no primeiro momento foi pra todos! Por quê? Porque nesse meio só um socioeducador tinha participado da comissão que culminou com a ida desse adolescente, a retirada dessa área administrativa, levar por bloco e aí por sorte ele estava. Quando o socioeducador solicitou que ele fizesse isso, ele: não, não, precisa não. Eu já fiz. Só que eu sabia que ele não tinha feito. O outro que tava do lado também sabia que ele não tinha feito. E aí ficou assim. Só que eu confiei no socioeducador, na ação que ele tinha feito. Ele disse: eu explico já a vocês. Quando ele voltou, explicou. Nós que estávamos no plantão nos sentimos mal. Foi assim, traumatizante. Por que quantas pessoas você conhece que são hermafroditas? Eu, nenhuma. Aquilo era novo pra todos. Então a direção

<sup>159</sup> Representa uma ascensão geográfica por conta do terreno, mas também uma progressão de tratamento no âmbito disciplinar, visto que o jovem sai da área administrativa, mais vigiada.

deveria ter reunido todos os socioeducadores, porque a gente faz a vistoria. E em algum momento esse adolescente vai sair do dormitório. (César)

Naquele momento, César pareceu ter tido contato com o *conhecimento venenoso* (DAS, 2011, p.35). Diante de uma situação tão impensável ali, de um corpo tão desconforme, o funcionário teve o privilégio um tanto traumatizante de conhecer as vísceras do vexatório nas vistorias que habitualmente realiza em nome da segurança. E de perceber que da mesma forma que também morre quem atira, também passa vexame quem revista, quem vistoria em nome da lei. Aquele corpo intersexual, mudo e vestido incomodava. Avalie-se falante e desnudo...

Assim como foi com o jovem zeloso, novamente se referia a esse jovem sem explorar sua particularidade sexual. Preferia chamar de “o jovem do começo do ano”. Pois bem, ele ficou junto na unidade masculina porque ele “se entendia menino”, tendo sido registrado inclusive com nome masculino. Para César, ele viverá uma “briga psicológica terrível”. Seu corpo era atlético. “Entroncado, amarradinho, meio musculoso”. Mas imaginava como seria na hora do banho... Quando dois meninos tomassem banho, ele olhasse o outro por curiosidade e visse que “o dele é atrofiado”.

Esse adolescente é visto como *mais brutão*, “pele negra fechada mesmo, com os “traços da raça negra total”. César, que também é negro, chama atenção para o fato de que o racismo apontado por Dinorah no centro masculino à época do colapso perdura até hoje, anos após tal período. Exemplificou a contradição de negros serem minorias em atividades quando são majorias no centro, a que denominou de *preconceito institucional*.

Com certeza, a negritude é maioria desde quando eu cheguei. Ela sempre foi maioria. E essa maioria é gritante e preocupante. (...) Até nuns casos de intervenção que a própria unidade fazia, a gente notava que até nas salas, nos bons atendimentos, eles eram minorias. Olha só o absurdo! Conseguiu aí entender o *preconceito institucional*? Eles eram maioria na unidade. Mas quando tinha uma coisa boa pra fazer, eles eram minoria: um lazer diferente, uma sala de jogos que ia ser transformada num cinema e em vez do jogo ia ter pipoca e refrigerante (...) Ou então quando ia ter algo diferente. Duas senhoras fizeram um projeto de atendimento, fazendo um ... como se fosse um ‘reiki’, alguma coisa que trazia essa espiritualidade pros adolescentes, aflorava, conversava com eles. Tinha umas essências que elas traziam e colocavam lá. Acabava que eles eram minoria nesse momento. (César)

Voltando a falar do “jovem do começo do ano”, ele gostava muito de futebol, mas também ia à sala de jogos. Não recebia visitas da família, por morar no interior do estado. Não sabe onde ele está hoje ou se já saiu do sistema, em virtude que “reina a

desinformação. Guarda num localzinho diferente, porque esse aí a gente não sabe como é que procede, então exclui”.

Inclusive César chega a mencionar que o desconhecimento quanto ao paradeiro desses jovens se relaciona à ausência de uma política efetiva de atenção a egressos<sup>160</sup>. Na verdade, confidencia certa sensação de *alívio geral* quando jovens como esses (*homossexual, hermafrodita*) saem dos centros. São um *problema* a menos para a unidade, já tão atabalhoada de demandas. Compara com máquinas sem manual de instruções, de difícil manuseio. Por isso secretamente transferências são comemoradas.

Nenhuma informação sobre os egressos. A gente não consegue ter informação dele ali na unidade. Imagine quando ele é transferido. Quando eles são transferidos, a gente nota no semblante, na fala e na forma de alívio. *Ufa, graças a Deus que foi transferido*. Porque era problema. (...) Alívio geral. Direção, equipe técnica, socioeducadores. Ninguém sabe como proceder. Chegou uma máquina que ninguém sabe ligar. Todo mundo dá graças a Deus quando alguém tira essa máquina. Ninguém sabe usar, ninguém sabe qual é o procedimento. (César)

Na administração pública, é bastante comum essa preocupação com *legalidade*, seguir os ritos. É um espaço onde o *procedimento* sempre prevalece. Pode até compreender negociações morais complexas, contudo preponderam as implicações de “seguir o papel” (FERREIRA, LOWENKRON, 2020). A esse desejo por unção, a essa situação de querer discriminar todos os procedimentos, compendiar todas as combinações de possibilidades de intervenção racional da máquina, proponho chamar de ansiedade burocrática. Mais que o apego à legalidade, a consequência natural desse modelo é a formação de um exército servil ao proceder.

Em suma, percebi algumas contradições nesse período pós-colapso. Desde a montagem do repertório, passando por distinções entre os próprios componentes do sistema, até chegar aos dilemas de diversidade sexual. Se antes não havia interesse, hoje não há preparo. Muito ilustrativo perceber como existências intersexual e homossexual bagunçam o cotidiano de um centro socioeducativo, provocam um rebuliço, uma revisão de procedimentos. Uma metáfora da incompreensão do ser humano quanto à sua diversidade sintetizada naquela *máquina* que ninguém sabia ligar.

---

<sup>160</sup> Soube depois pela gestora Débora que a SEAS entrou em contato com o Centro de Referência LGBT para receber informações sobre como proceder. Após a intercessão, o jovem intersexual acabou indo ao centro feminino porque ficaria mais pouco tempo na internação provisória.

### 3.5 A primeira trans e outros rebuliços

Iniciei meu diálogo com Fran, em meados de agosto de 2019. Desde então venho conversando, trocando ideias sobre o sistema socioeducativo feminino. Numa manhã de sábado de fevereiro de 2021, conversamos através do aplicativo Whatsapp. Eu de minha casa, ela diretamente do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota (*o Aldaci*), numa sala com ar-condicionado quebrado. Uma situação funcional e imagética do campo que fatalmente a credenciaria como *linha-de-frente*. Nosso diálogo foi gravado e transcrito.

Fran é uma mulher, heterossexual, branca. Enquanto amarrava seu cabelo que repousava sobre a farda cinza e testava o áudio da conexão, apresentava-se sempre dando uma olhadinha para os lados pois estava numa pausa do trabalho. Atua como técnica no Aldaci desde 2017 e sempre desejou atuar naquele centro feminino, mas pontua algumas dificuldades que a faz muitas vezes se sentir “enxugando gelo”, ao notar o constante entra-e-sai delas pela porta do centro. Some-se a isso uma sensação de ser *descartável*, *pouco valorizada*, compartilhada também por César que em outra ocasião diz ter se sentido *invisível* nas preocupações estatais.

Os problemas estruturais de uma unidade antiga, com arquitetura pouco afim ao ideal para um sistema socioeducativo, também impactam negativamente as atividades laborais. Um evento como uma queda de energia elétrica ilustra esse desafio, mas também paradoxalmente joga luz sobre agência das meninas internas, que fazem gracejo da situação e até contabilizam vantagens de dormir no escuro, sentindo-se menos vigiadas pelo olhar de socioeducadores, como destaca a seguir.

Tem uma coisa estrutural da unidade, que a unidade é antiga. Na minha sala, a maioria dos ar-condicionados tão quebrados, os próprios dormitórios das meninas são um pouco mais escuros, sem ventilação, porque é uma casa antiga, muito prejudica na sua arquitetura (...) É muito antigo, já foi abrigo da época do Juizado de Menores. Ele meio que foi só readaptado. Desde meados de 1990 é que é uma unidade pras meninas.

Foram 3 dias sem luz, indo e voltando. De manhã tava, de tarde caiu. E nisso foi 3 dias. Tinha muito a ver com a instalação elétrica da unidade inteira. Ficou assim um caos. [As meninas] já não usa ventilador porque não pode, mas elas ficaram tirando até graça: ah, não pagaram a energia. Durante a noite, a luz tem que ficar acesa pra dar visibilidade. Aí acharam bom porque aí podia dormir no escuro. (Fran)

Quando comentou sobre formação para trabalhar com o público LGBTQIA+ no sistema, ela foi segura ao dizer que não a recebeu. Sentia-se preparada para enfrentar discussões mais por acúmulo pessoal do que por suporte institucional.

Por essa razão, pediram-na para atender a primeira menina trans. Exatamente por já ter esse *conhecimento*, num momento que não havia nenhuma diretriz de atendimento. Vou comentar primeiramente sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Fran informou que há oferta obrigatória de teste rápido quando adolescentes entram no sistema, mas a adesão é facultativa. Muitas descobrem sífilis nessa etapa e iniciam tratamento. A prevenção é contra a gravidez. Tomam contraceptivo injetável por ser mais prático. Não usam camisinha masculina, porque não tem sentido para que não tem pênis. Nem a feminina, porque gestores partem do princípio de que não há relação sexual entre elas. Mas há caso de meninas que vieram grávidas ou que engravidaram na medida da semiliberdade, nos turnos em que estavam fora daqueles locais.

Agora vou tratar de **meninas trans e travestis**. De antemão, quero pensar tais existências à luz de uma *condição precária* (BUTLER, 2018, p. 40) inerente à condição humana, mas também de uma distribuição desigual dessas condições entre grupos sociais (como tais jovens trans e travestis, de maioria negra), sob a batuta de decisões políticas excludentes que designam quem será mais vulnerabilizado, quais corpos serão mais expostos à insegurança material e menos protegidos pela estrutura estatal. A “precariedade” consiste nessa alocação diferencial de recursos de subsistência e de garantias de direitos.

Pelo menos desde 2018, o sistema recebe meninas trans, mas a primeira iniciativa mais concreta no tema de discussão foi a criação de um Grupo de Trabalho de Diversidade de Gênero<sup>161</sup> no âmbito da SEAS, criado apenas no final de 2020. Conversei com Débora, outra importante interlocutora dessa pesquisa, mulher, branca e heterossexual, que ocupa um cargo de gestão naquela repartição<sup>162</sup>. Expliquei o escopo da pesquisa e ela me cedeu informações, porém sem gravação. Conforme apurei, desde

---

<sup>161</sup> A gestora Débora disse que eu teria acesso às/aos jovens para poder realizar a pesquisa, participar do GT, das formações com agentes do sistema socioeducativo. A pedido dela, as informações conseguidas no GT não foram utilizadas nesse trabalho, por se tratar de algo preliminar, não oficial. Por razões éticas, em prévio acordo com a interlocutora, segui essa orientação para participar do grupo. Em contrapartida, eu deveria elaborar um produto para SEAS: uma cartilha a ser veiculada entre os agentes, com orientações para o atendimento de LGBTs, incumbindo a mim a elaboração do material e a diagramação/formatação ficaria a cargo da SEAS. O material está em elaboração, no aguardo da aprovação de uma norma de atendimento à comunidade LGBTI no sistema.

<sup>162</sup> Débora seria vista como uma *ar-condicionado* na visão daquele interlocutor. Inclusive fui bastante bem-recebido na sede do órgão, em salas climatizadas e com poltronas acolchoadas, nas ocasiões em que expliquei minha pesquisa.

outubro de 2018 até outubro de 2019 o sistema contabilizou 7 meninas trans/ travestis e 8 meninos trans. Todos estão no centro feminino.

Segundo ela, o pouco número de meninas trans se deve ao fato de que elas não estão reincidindo. Contou o caso de uma jovem trans que praticamente pediu socorro. Contou o caso de outra que quebrou a cara na frente do juiz, ao receber uma medida de internação e aprendeu a lição. Por essa razão, investir menos em sua tutela e mais em seu chamado à responsabilidade e ao protagonismo parece ser mais frutífero. Conforme Jaqueline Jesus (2018), o *cuidado* não pode nem deve ser mais uma forma de *tutelar* sujeitos que socialmente já vivenciam processos de subalternização.

Acerca da primeira menina trans, Fran dissertou que veio por uma decisão da justiça. Não foi uma vontade que partiu primeiramente da jovem que usava roupa femininas. Ela já tinha em seu histórico vivência de institucionalização em abrigos. Mas era sua primeira passagem pelo sistema, o que provocaria um *rebuliço* ali.

Ela veio por uma determinação do juiz que tinha. Quando ela é apreendida, o adolescente vai pra uma primeira audiência, preliminar. E o juiz determinou pela internação provisória e vendo ela com roupas femininas perguntou pra onde ela queria ir (masculino ou feminino). E assim determinou que ela viesse pra cá. E nisso ficou um rebuliço da SEAS. Como é que vai ser? Não sei o quê... Mas como o juiz determinou, trouxeram.

Aí foi o primeiro momento, a primeira vez assim. Ela vinha de abrigo, como boa parte das meninas trans são de abrigo ou já passaram por um abrigo. E aí ficou 45 dias e foi liberada. (Fran)

Eu havia tomado conhecimento da notícia dessa adolescente trans de 14 anos que havia sido apreendida após cometimento de ato infracional de natureza sexual com outro adolescente em uma instituição pública de acolhimento da Prefeitura de Fortaleza. Em decisão judicial inédita, foi transferida para unidade de internação feminina Aldaci Barbosa<sup>163</sup>. Segundo a matéria, o magistrado destacou na decisão que deve ser “respeitada a sua *opção*, uma vez que já existe política nacional quanto a situações como a que ora se apresenta. Novamente é feita uma confusão entre orientação sexual (acreditada como uma *opção*) e identidade de gênero<sup>164</sup>.”

<sup>163</sup> JUSTIÇA determina internação de adolescente trans em unidade e acolhimento feminina. TJCE. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-determina-internacao-de-adolescente-trans-em-unidade-de-acolhimento-feminina/> Acesso em: 30 ago. 2020

<sup>164</sup> O TJCE elaborou a seguinte interpretação: “Enunciado 41: Adolescentes e jovens transgêneros, sujeitos à internação provisória ou em cumprimento de medida socioeducativa com privação de liberdade, serão mantidos em instituições e/ou alojamentos de sua respectiva identidade de gênero, independentemente do sexo biológico ou registral, garantida sua integridade e escuta prévia”.

Confusões à parte, chegada da nova integrante não passou despercebida dos olhares atentos das outras meninas no centro. Apesar de avaliar que o período de *adaptação* foi relativamente tranquilo, o primeiro contato foi manchado de expressões injuriosas. Queriam ver o *viadinho* que acabara de chegar. Alguns socioeducadores a tratavam no masculino, o que considerava *muito violento*. Após essa primeira impressão negativa, com o tempo familiarizaram-se com a jovem, compreendendo um pouco mais de sua transexualidade.

A adaptação com as outras meninas foi tranquila. No início, “ó o viadinho chegou”. Gente, não é um viadinho. É uma menina trans. Aí chamaram pelo nome social dela e reportavam a ela no nome social. Não tinha nenhum tipo de... Acharam foi legal, divertido ter uma menina aqui, e aí ficava só no dormitório. (Fran)

Se o respeito parecia prevalecer, as perguntas em torno da jovem não cessavam. O impasse para saber se era travesti uma transexual temperou aquele momento inicial. Os problemas de adaptação à medida, na avaliação da profissional, são “questões subjetivas” e não relacionados à identidade de gênero. O passado de violações de direitos, como vivência de rua e prostituição por exemplo, contribuía negativamente para essa etapa.

“É tipo uma travesti?”. Eu: pergunte a ela. “Ai, é né?”. As próprias meninas chegam e diz: “eu sou uma travesti”. A dificuldade de adaptação dela não foi referente à identidade de gênero assim. Foi devido ao histórico de vulnerabilidade e abandono familiar, vivência de rua, prostituição (muito aliada a vivência de meninas trans), de tar em abrigo. Era um déficit cognitivo que essa trans tinha. (Fran)

Aliás, algo muito comum entre meninas trans e travestis é que saíam das medidas e retornem a abrigos ou sejam recebidas na casa de amigos. Quando não, vão para a rua. A insegurança alimentar e habitacional ou a descrença em uma *rede de amparo social* (BUTLER, 2018, p.217) podem ser indicativos dessa experiência de desvalor, compartilhada por tais sujeitos. Mas quais são essas vidas abreviadas com mais facilidade? De quem são as vidas que não importam como vidas, não são reconhecidas como vivíveis? Como suas mortalidades precoces são gerenciadas? Para ela, são resultantes de processos de “racismo sistemático e de formas de abandono calculado” (BUTLER, 2018, p.55). As jovens travestis são soltos em carne e osso dessa alquimia da sobrevivência.

---

Uma advogada do CEDECA criticou a redação dessa norma, uma vez que sua interpretação literal obrigaria meninos trans a irem para unidades masculinas e isso os vulneraria ainda mais.

Outrossim, essa menina viu no centro a possibilidade de explorar ainda mais sua feminilidade, seja se depilando com mais frequência, seja desenhando a sobrancelha. OS cuidados estéticos eram acompanhados de uma preocupação estilística. Na impossibilidade de poder usar suas roupas femininas, agenciava o feminino naqueles uniformes *mortificadores do eu* (GOFFMAN, 2001), usando os *tops* mais justos e curtinhos. Faziam-se mulheres diante da investida administrativa por padronização. Aquelas que manifestam interesse em hormonização, são encaminhadas ao Hospital Cesar Cals após o desligamento do centro.

Elas correspondiam aqueles símbolos do feminino pré-estabelecido mais do que outras. Essa primeira tinha o cabelo mais curtinho, então ela amarrava pra ficar mais... Aí quando chegou aqui, tinha o curso de salão e aí ela fez a sobrancelha dela pra ficar como ela queria, ficou mais feminina. Ela tinha uma barbinha nascendo por ter 15 anos e se depilou pra se feminilizar como ela queria. Tinha o gesto da feminilidade, mas algumas coisas ela não tinha feito ainda, tipo sobrancelha, porque ela não tinha acesso. Mas aqui ela fez e ficou super. Usava top mesmo não tendo seios. Pra essas coisas das meninas ela tinha também. (...) As roupas femininas dela veio pra cá porque o abrigo mandou. Aí ficou guardado. Mas aqui dentro só usa uniforme. Só o top de ginástica. Não pode usar sutiã, porque pode esconder coisa. Ela usava calcinha também, porque a gente dava todo o kit. O top de ginástica que é só malha é mais seguro. (...) As meninas que performatizam feminilidade gostam dos números menores, pra valorizar o corpo já que o uniforme tira um pouco da identidade da pessoa. (Fran)

Conforme assinala Débora, as atividades são realizadas conjuntamente. No início, a gestão ficou com medo de ocorrência de brigas. Mas a convivência foi muito boa. A última menina trans que saiu até ganhou uma festa de aniversário das colegas. Sem família, saiu para viver num abrigo até a maioridade.

Assim como a maioria das meninas trans, a jovem trans pioneira pediu para ser destinada a uma unidade feminina. De um universo de seis ou sete delas, apenas uma disse que não queria ir ao centro feminino “de jeito nenhum”<sup>165</sup>. A *confusão* se instaurou. Segundo ela, queria ir para a unidade masculina no Passaré, porque era mais perto da casa dela, convivia melhor com os meninos, tinha conhecidos lá dentro e “não gostava das meninas”. Mas acabou sendo encaminhada pelo juiz para o centro feminino. Ficou de *má vontade*, com *ódio* e *mal humorada*. Ficou acordado entre o Judiciário e a SEAS que as trans sempre viriam ao Aldaci e pronto. Não havia *livre arbítrio* nesse sentido.

<sup>165</sup> “Caso a menina queira ir ao Patativa, é apresentado o cenário daquele ambiente. Fala -se que há preparo na Unidade de Recepção, mas percebo que ainda não. Um exemplo: vou te mandar pro Aldaci porque o Patativa não é preparado. O sistema todo tem que estar preparado. A unidade tem que deixá-la segura e acolhida. Que não reproduza caixinhas. Deve recebê-la e garantir permanência”(Dinorah).

Diferentemente de trabalhos anteriores, em que trans adultas escolhiam ficar em penitenciárias masculinas, no entanto em alas separadas (BOLDRIN, 2017; ZAMBONI, 2017; CANHEO, 2017; LAMOUNIER, 2018; FERREIRA, 2014), encontrei tal configuração diversa onde as jovens travestis e trans iam para o centro feminino Aldaci Barbosa. Os *cabrões* (meninas masculinizadas) e homens trans, também. Não há necessidade de separação em pavilhões, mas a administração reservou um dormitório próprio com banheiro exclusivo para as trans.

Essa situação me remeteu à controvérsia sobre travestis e trans nas internações em alas femininas de serviços de saúde fluminense, quando se cogitou a possibilidade de implantação de um biombo para separá-las das demais. Preocuparam-se mais com a exposição da *genitália masculina* e sua potencial ofensa ao pudor de outras mulheres internadas do que com a dignidade da pessoa humana dessas internas trans, que precisariam ser segregadas no momento de intimidade, como o banho público. (NATIVIDADE, 2016, p. 55).

Por outro lado, a *revista* já delegava um pouco mais de poder de decisão à jovem. Mas levantou polêmica. Enquanto algumas socioeducadoras ficaram bem resistentes quanto à ideia, outras já se prontificaram a fazê-la. Em todo caso, aquela menina preferiu que um homem fizesse a revista. Foi uma escolha dela. A funcionária não se recorda de nenhuma delas que tenha preferido ser revistada por mulher. Em todos os casos, foram homens os responsáveis pela vistoria.

Dinorah me informou que o maior receio da revista íntima não era o procedimento em si, mas os *burbúrios* após tal prática. Eventualmente uma socioeducadora pode reproduzir violência e falar frases como o “peito maior que o meu”. Ou socioeducadores comentarem que o “pau da travesti é maior que o meu”. Assegurou que as *corpas* vão existir, portanto são desejáveis *sigilo*, *ética* e *postura*, para que a revista não saia daquele espaço e seja, de fato, íntima.

Por sua vez, Fran retoma que o dormitório não dá nenhuma margem de escolha. Por precaução, a direção do centro já pacificou que elas ficam num específico, a seu ver *próprio* (e não *isolado*), próximo dos demais dormitórios. Isso viabiliza uma comunicação entre as meninas através das grades.

Só dormitório que é um dormitório exclusivo delas, mas é no mesmo corredor das outras. Pra evitar qualquer tipo de mal-estar, de mal-entendido. As meninas se incomodarem, acharem estranho, ou ela mesmo diz que preferiu ficar só no dormitório dela. Mas não era isolado. Era junto no mesmo corredor. Hoje as meninas trans ficam num dormitório próprio só

delas. Não tem uma ala, é no mesmo corredor, em frente pra outras meninas inclusive. Já teve caso de duas, três trans no mesmo dormitório. (Fran)

As meninas trans e travestis compartilham em sua maioria um histórico de abandono, *bem complicado*. Dentre as sete, apenas três recebiam visita familiar, o restante provinha de abrigo<sup>166</sup>. A prostituição é bem presente na vida delas. Elas falam abertamente dessa experiência de “ficar com o homem por dinheiro”, geralmente alguém mais velho pra *ganhar coisas*. Mas não dão o nome de *prostituição*. Assim como as *ajudas* (PASSAMANI, 2017), constituem estratégias de estabelecimento de vínculos afetivos, eróticos e sexuais sem nomear como prostituição.

Agora vou falar sobre **meninos trans e cabrões** na unidade feminina. Entre os meninos trans, não se levanta a possibilidade de ser encaminhado para um centro masculino, até porque “um corpo feminino assim é muito mais vulnerável do que um masculino”. Fran complementa que muitos não se veem como trans *efetivamente*, acionando outros lugares como *sapatão* e, como falarei a seguir, *cabrão*.

Se você perguntar a qualquer uma delas [dirão]: *claro que não*. Nunca vão querer ir pra lá. Achem absurdo pensar nisso. Até porque aqui elas têm as namoradas. Aqui a vivência delas é muito mais tranquila do que no masculino. Não tem motivo pra querer ir pro masculino. E nem elas se veem como trans efetivamente. *Eu sou um sapatão, não sou homem*. É um lugar diferente. Elas não se colocam nesse lugar do ser homem. Eu não sou homem, eu sou sapatão. É a linguagem, os termos que elas usam. (Fran)

O próprio termo *cabrão*, segundo ela, é um termo que elas que usam. “Não, tia, eu sou cabrão”. “Nome de cabrão” é a forma como elas incorporaram o nome social na sua experiência. Não ficou claro se era restrito à experiência encarcerante ou se na *liberta* se tratam e são vistos como cabrões. Fran explicou que existe uma diretriz no sistema de não usar os nomes vulgos das facções.

Concebe como uma “identidade de gênero à parte”, que se apresenta mais ou menos da seguinte forma:

Eu assumo vestimentas masculinas, e às vezes assumo o nome cabrão e quero um nome social. Algumas não fazem nem questão. Eu digo: você quer ser chamado pelo nome social? *Não, quero ser chamado pelo...* Só duas que querem: *me chama pelo nome social masculino*. Eu quero que me chame pelo nome social. Que elas chamam de nome de cabrão. Essa identidade de vestimenta, comportamentos machistas de dominação em relação a sua namorada. (Fran)

<sup>166</sup> Conforme a gestora Débora explica, por não ter um lar, muitas voltam para o abrigo. Algumas causam tanta confusão que fogem ou são expulsas e vão morar na rua, se prostituir. A situação delas é muito complicada. Não existe nenhuma que não tenha histórico de violências contra ela. Essas trans são rejeitadas até pelo tráfico, pelas facções, porque chamam atenção. Disse que no caso da Dandara, por exemplo, havia menores de idade envolvidos também. “Com licença da palavra”, as pessoas pensam assim: “Além de ladrão, ainda é *um* travesti?”

Para Fran, *cabrões* são meninas masculinizadas que não se identificam como homem trans, mas se identificam com a performance masculina. Não têm *incômodo* com o corpo, mas se identificam com os símbolos do masculino, tais como o uso de roupas mais largas, os números maiores, que o pessoal da rouparia dá, para ficar mais *masculinizado*. Relata que nos atendimentos tenta fomentar discussões, mas as jovens acham *estranho* tal identidade de gênero trans. Refere-se a si no masculino, mesmo que não façam uso de nome de cabrão, como *o Maria Ester*. Ou ainda que seja chamada de Maria Ester, pergunta “tô bonito?”. Não querem ser homens, mas sim cabrões. Com direito a toda a elasticidade possível.

Mas não se identifica como homem trans. Tem um vídeo que eu mostro sobre homem trans, pra ver se ... Elas acham super estranho. Ter barba, fazer transição, ser chamado por documento de homem? Não. Só uma que realmente ela tinha esse interesse. Só que ela tinha 14 anos e não podia fazer, pelo menos na época. (Fran)

Se a identificação com trans não ocorre, existe uma simpatia com *comportamentos machistas* que reforçam as masculinidades que elas reproduzem das relações heterossexuais. Nesse ínterim, o perfil moral de cabrões torna-se muito discutível, conforme as condutas que ela ilustra a seguir.

A namorada só pode sair pro horário livre do pátio se ela deixar. Termina com uma e começa a namorar com outra no mesmo dia. Gosta de incentivar a dependência emocional pra controlar, dizer que curso que elas podem fazer ou não. Esse tipo de relação. Até às vezes se você bobear, vira uma agressão, esse tipo de coisa. (Fran)

Os cabrões veem se quase como se fosse *o homem da unidade*, sendo preferido por meninas mais femininas que nunca se relacionaram com outras *lá fora*. Essa assimetria é importante para diagramar a tessitura das relações aqui entre dessemelhantes. Cabrões podem até ter relações entre eles no mesmo dormitório sem ninguém saber, escondido. Mas não assumem namoro publicamente entre eles. “É como se botasse em xeque identidade masculina”, explica Fran. Exemplifica com o caso de um cabrão que era mais sensível e era alvo de ofensas por ter se relacionado com outros: *viadinho, fulano* te comeu. Essas posturas preconceituosas guardam muita similaridade com o comportamento de muitos homens heterossexuais.

Facchini (2008, p.207) disserta a respeito de *butches*, isto é, mulheres que mantêm relações erótico-afetivas com mulheres e têm performance de gênero masculina, enquanto *femmes* seriam aquelas de performance feminina. Não são termos muito

usados no Brasil. *Cabrões* estariam para *butches*, assim como *cocotas* estão para *femmes*.

Nas vistorias, ambos têm preferido que mulheres a façam. Não viu no centro um tratamento mais *forte* com cabrão do que cocotas. Mas sabe que a polícia opera com outra lógica contra eles: quer ser homem, apanha como homem.

Em relação aos dormitórios *próprios* (e não *separados* ou *isolados*), a profissional informou que “não deu certo misturar” por conta das relações sexuais à noite “com muito barulho”. Além disso, contou que um caso de um estupro há muitos anos, e que um cabrão *abusou* de uma cocota<sup>167</sup>. Desde então, nunca mais juntaram. As outras meninas têm reclamado de *assédio* por parte de cabrões, se sentem invadidas por eles. Como os banheiros são compartilhados e não têm porta, costumam olhá-las durante o banho (comportamento problemático de homens machistas que reproduzem).

A dinâmica dos relacionamentos é muito interessante. Apesar de não serem autorizados, não existe uma regra que os impeça. Segundo ela, os beijos e abraços em um horário de atividade, o carinho pode evoluir para outros atos. A saída encontrada é andar com as namoradas e beijar escondido, pois não é autorizado dormir de casal. Se for pega beijando, a adolescente passa um dia sem pátio livre como punição. A troca de carinhos pode gerar conflitos e levar a término de relações. É um “ambiente exagerado de carências”, avalia. Quando a relação é entre cocotas, por exemplo, a saída é esconder a relação por meses para que a equipe de segurança não saiba e elas sejam separadas. Tanta discricção vem à bancarrota quando brigam. Nesse momento são separadas.

Acerca dessas relações entre *cocotas*, tornava-se concebível (e até mesmo desejável) que parcerias homossexuais envolvessem homens igualmente viris e mulheres igualmente femininas (como se afigura nesse caso), ou parceiros que pudessem alternativamente ocupar posições ou performances masculinas e femininas sem se fixar em nenhuma delas. Trata-se da emergência plena do que Fry chamou de “modelo igualitário”, cujo domínio sobre modelos concorrentes, também presentes na sociedade brasileira, tanto preocupava o antropólogo no início dos anos 1980 (FRY, 1982).

Voltando ao centro, a paquera vira muitas vezes um namoro sem que as meninas vejam uma a outra. A conversa com elas através do *combogó* pode ser instauradora de

---

<sup>167</sup> *Cocotas* são as meninas que se identificam como mulher, com a feminilidade.

um namoro que inicia e finda pelas grades. “É mais conversa. Diz *bom dia, meu amor* ou, se tiver longe, pede que uma no dormitório do meio faça a ponte”. A profissional também é convidada a participar desse jogo de sedução como intermediária, fornecendo informações sobre as anônimas: “tia, a fulana é bonita?” Os status mais comuns são *casado* (significa que o namoro vai forte) e *sossegado* (quando terminou a relação).

A técnica tem observado uma mudança nos últimos anos. Antes as meninas mantinham relações com outras de facções rivais. “Lá fora finge que nem existe”, “vida que segue”. Agora as meninas têm evitado “trocar ideia” com aquelas que não são da mesma facção ou pertencem a outra área, porque tem gerado boatos fora do sistema e quando elas saem têm sido cobradas por isso. Então, independente da atração física, antes de tudo perguntam *qual as área*.

Se Dinorah comentava sobre o racismo no sistema masculino durante o colapso e César confirmou sua permanência até hoje, Fran informa que ele existe no sistema feminino. Aborda, no entanto, uma nuance mais íntima. A maioria é de pardas e pretas, em torno de *uns 70%*. Contudo, o preconceito é tão grande que vê meninas *pretas* se descrevendo como *pardas*, não se assumindo enquanto pretas. Ou como preferem dizer: “sou morena”. Um critério que não existe para o IBGE. Interpreta esses episódios como decorrência do racismo. Um cabrão chegou a indagar a respeito de seu futuro: “sou escuro e tatuado, tu acha que vou conseguir?”.

Quanto às visitas, a maioria das famílias sabe sobre eles, e *tá nem aí*. Algumas comentam que no começo a família não gostou mas aceitou depois. Outras dizem que são aceitas desde o começo. Já no que tange às atividades, eles gostam de futebol, enquanto meninas trans preferem cabeleireiro e atividades manuais<sup>168</sup>. Mesmo alguns cabrões tendo vergonha, são bons em artesanato e alguns até fazem curso de maquiagem.

Por meio de acesso a um relatório social conseguido com Dinorah, soube de uma jovem travesti no sistema socioeducativo. Omiti dados pessoais como seu nome, bem como dados biográficos que possam facilitar sua identificação. Ater-me-ei ao relato. Em janeiro de 2021, a adolescente foi apreendida e encaminhada à Unidade de Recepção. Num primeiro, esteve num dormitório feminino. Quando chegou uma adolescente cisgênera, a travesti foi retirada e colocada na *tranca* por decisão da coordenação.

---

<sup>168</sup> Na referência e na semi-referência, as facções são distintas mas convivem com harmonia, fazem esporte junto. Nas demais casas, os esportes são separados. Já segundo Débora, os cursos e atividades não se dividem por facções. São acordos coletivos entre/com eles.

Em um atendimento de rotina, a jovem relatou não querer ficar sozinha ali, visto que tinha ideiação suicida<sup>169</sup> e havia pedido para ficar no dormitório enquanto não fosse para o Aldaci. Em conversa de uma técnica da pasta LGBT do estado com tal coordenador, soube que ele estava preocupado se ela teria algum interesse na jovem recém-chegada. Precisou que a técnica explicasse que a travesti era heterossexual e que não iria querer transar com a outra jovem, para que ela saísse da tranca. Relatou que o coordenador “arregalou os olhos” ao tomar conhecimento de possível repercussão daquela decisão na saúde mental da adolescente. Ela foi o assunto da unidade.

Essa adolescente relatou a Dinorah que se envolveu num roubo a mão armada, sob efeito de álcool. Na apreensão, ela teve os cabelos puxados. Acredita que nem perceberam que ela era travesti. Ela pediu para afrouxar a algema e não deram *cabimento*. Chorou nesse momento. Não falou de violência na unidade.

Dinorah observou que alguns socioeducadores viam seu atendimento como um *privilégio indevido*. Ela comentou que *via nos olhos* um comentário de quem está pensando: “pra quê essa viadagem coletiva?”. A técnica assegurou que é um direito da jovem ser assistida. Pareceu-lhe que uma pessoa trans atendendo o segmento repassaria uma mensagem ao *sistema cisgênero* de que ele é *fraco*. “Não é o mundo que eu conhecia”, poderia pensar algum profissional do sistema. Dessa forma, avaliava: “se o sistema socioeducativo não sabe receber nem uma profissional, imagine uma trans apreendida... Além de travesti, era uma que cometeu ato infracional”.

Caminhando para conclusão da seção, trago mais dois casos que considere interessantes para exemplificar a dinamicidade e multiplicidade daquele centro. No primeiro, trago uma adolescente que veio uma vez, não masculinizada e estava grávida. Anos depois, retornou ao centro já masculinizado e com uma filha de dois anos. Quem a criava mesmo eram os avós, mas vinha visitar o centro. Ela chamava pelo nome próprio feminino, mas a referência de mãe para a criança era a avó.

Uma situação curiosa foi o namoro entre uma menina trans e um menino trans. Segundo a profissional, a menina achou *estranho*, porque seu companheiro “não era assim um homem”. Mas após a paquera, o menino via tal fato com mais *naturalidade*. Foi uma semana de *namorinho*, com direito a segurar na mão. A menina saiu após a

---

<sup>169</sup> O problema de suicídio entre pessoas trans é gravíssimo. Durante a pesquisa, tomei conhecimento de dois jovens trans que se suicidaram, como o bailarino Demétrio Campos (23 anos) e o advogado Igor Lima Potencio (24 anos).

provisória. Outro fato inusitado. Débora relatou que antes de colocar uma menina trans no centro feminino, a equipe de saúde perguntou se ela usava o *órgão* para se relacionar com mulher. Ela disse que não. Daí conversaram com as meninas sobre essa menina trans e elas disseram que iriam respeitá-la. Ocorreu que essa menina *com órgão* acabou se relacionando com uma outra menina *100% como menina*. As meninas reclamaram muito depois: “Ela num disse que ia respeitar?”. Adiciono mais um caso em que não era a identidade de gênero ou orientação da adolescente que estava em jogo, mas a de seu pai. Uma menina foi parar no sistema por ter agredido uma vizinha homofóbica, que havia xingado seu pai homossexual de *baitola*. Agiu em defesa do pai. A Defensoria conseguiu convencer o juiz a suspender a medida, uma vez que o motivo era legítimo.

Apesar de “vida boa” ser uma expressão discutível e de múltiplos significados subjetivos, a filósofa questiona como alguém pode considerar viver tal vida boa num mundo em que esta é estruturalmente vedada a tantos (BUTLER, 2018, p. 214). Ademais, como demandar de grupos vulneráveis empenho individual para a consecução de um status de vida boa? Continua: “Como posso me esforçar para levar uma boa vida se não tenho uma vida sobre a qual falar, ou quando a vida que busco levar é considerada dispensável ou, na verdade, já foi efetivamente abandonada?”.

Esse apanhando de histórias é um *clipping* de sobreviventes. Pessoas cujas vidas têm sido atualizadas periodicamente para serem estruturalmente ruins, desamparadas de redes sociais, familiares, assistenciais. Essa percepção aguçada e consciente da inviabilidade de alcance de uma vida boa numa moldura de ruindade deve ser particularmente cara para se desvelar o véu da *ressocialização*, da *inserção social*, da possível razão para reincidência. Não é falta de esforço, é falta de estrutura de suporte para uma vida ser considerada enquanto vivível.

Após compreender a conexão entre os sistemas carcerário e socioeducativo, passar pelos testemunhos de profissionais que presenciaram o colapso e o pós-colapso e discutir como tais vivências LGBTQIA+ repousam na esfera do invisível, do impensável, do desconhecido, seria importante conversar com os próprios jovens que se identificam/ são identificados como LGBTQIA+, *diferentes*, no âmbito do sistema socioeducativo. Eis o objetivo do próximo capítulo: conhecer seus depoimentos, partindo de seu ponto de vista.

#### 4 “DENTRO DO SISTEMA ELES NÃO ACEITA”

Permita que eu fale, e não as minhas cicatrizes.  
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?  
Alvos passeando por aí  
(Emicida)

“E mesmo quando eu chorar, as minhas lágrimas serão para regar a minha fé e consolar meu coração”. Era mais ou menos assim a canção executada por quatro meninos dos centros São Miguel e São Francisco no já referido seminário de socioeducação promovido pela SEAS, acompanhados pelo professor de música. Optei por ficar assistindo à passagem de som. Blusa gola polo com listras, calça jeans e tênis coloridos. Um deles tinha uma tatuagem de adaga abaixo da orelha. Outro ostentava um bigode discreto, com cabelo raspado reto. Pessoas empunhando celulares para tirar fotos e gravar vídeos. Em seguida, o conferencista abriu oficialmente os trabalhos e anunciou a apresentação, pedindo àqueles que estivessem gravando para não publicarem os vídeos com as imagens dos adolescentes, protegidas legalmente pelo ECA.

Tocavam guitarra, bateria e violão com muita habilidade e elevado entrosamento. Pareciam músicos profissionais. O professor cantava junto com eles com muito fervor. Às vezes até fechavam os olhos. Exibiram uma música que, pelo teor da letra, imaginei ser do gênero *gospel*. Por alguns minutos eu me senti num culto em plena universidade pública. Pesquisei a letra depois com base em alguns trechos marcantes como “firmes na promessa do Senhor” e “para regar a minha fé e consolar meu coração”. Descobri se tratar da música “Aos pés da cruz” (2001), composta e cantada por Kleber Lucas, um pastor evangélico negro da Igreja Batista com bastante projeção no universo *gospel*.

A partir daí, foi exibido um repertório menos cristão. Duas músicas de reggae: “Me Namora” (Edu Ribeiro, 2006) e “Luz de Jah” (Andread Jó, 2005). Relativamente antigas mas muito conhecidas do grande público. Numa delas se conclama “paz para os irmãos” e uma referência a Jah, divindade da cultura rasta. Isso tornou o evento até mais ecumênico, mas não foi exatamente um momento laico. Em todo caso, o ritual que havia ocorrido com a apresentação artística de meninas se repetiu com eles. Apresentaram-se dizendo seus nomes no microfone, sentaram alguns minutos e em seguida saíram do local do evento, que falaria deles sem eles.

Essa cena me fez atentar para algumas situações. Primeiramente, perceber como o avanço do neopentecostalismo é notório mesmo em ambientes de privação de liberdade. Se as crenças não são compartilhadas entre jovens, ao menos os cânticos o são. Era algo que não tinha a dimensão da projeção antes da pesquisa. Em seguida, perceber a necessidade de se ouvir tais jovens tornou-se ainda mais central para mim, diante de todos aqueles instantes de silêncio. Tal qual um jogador de *travinha* que recebia o nome de *fominha* por não passar a bola e concentrá-la em seus pés a despeito de seus colegas, os adultos assim agem na política socioeducativa. *Fominha* e adultocêntrica, perde de vista a sua razão de existir, o seu gol: a juventude.

Nesse capítulo, abordarei os dilemas específicos de jovens que são identificados pela direção da unidade como *homossexuais*. Em meio a um regime de interditos e proibições ora veladas ora explícitas, tentarei compreender como é a percepção desses adolescentes quanto ao respeito ao seu gênero e sexualidade dentro do sistema socioeducativo por parte dos profissionais e dos demais jovens que lá estão.

#### **4.1 Jovens LGBTQIA+ no centro e no centro**

Ainda mais isolados acusticamente pareciam adolescentes e jovens LGBTQIA+, cujas vozes não se ouvem. Nesse sentido, conversei com Mônica, a promotora do MPCE que conheci no principal seminário de que participei. Retomei o diálogo com ela durante o período pandêmico. Com ela, teci diálogos sobre a pesquisa, além de ter sido oportunizada minha participação em reuniões, audiências e inspeções virtuais aos centros. Por meio de recursos tecnológicos, ela intercedeu junto à SEAS para viabilizar diálogos com adolescentes identificados pela administração dos centros como *homossexuais*.

Na ocasião, a promotora pública estava abrindo um procedimento administrativo de investigação no âmbito do MPCE, que visava a investigar denúncias de abusos quanto ao gênero das meninas por parte de funcionários da unidade feminina, bem como emprego excessivo de algemas e isolamento em celas. Essas acusações foram levantadas num relatório de inspeção ao centro socioeducativo em setembro de 2020, realizado pelo CEDECA juntamente com outras organizações. Foram tão graves que se tornaram assunto de matéria de jornal nos sites O Povo e Uol<sup>170</sup>, conforme soube por

---

<sup>170</sup> INSPEÇÃO em centro socioeducativo feminino registra relato de isolamento forçado e uso de algemas. Diário do Nordeste. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/metro/inspecao-em->

um grupo de Whatsapp de ativistas da causa da infância e juventude.

Nesse sentido, contribuí com Mônica na elaboração de instrumentais (roteiros de entrevista que seguem em anexo a esta dissertação) que contemplassem aquela demanda, mas também meus interesses de pesquisa. Na negociação dessas entrevistas diretamente com a SEAS, foi explicado que minha participação teria cunho acadêmico, de suporte ao MPCE. Sem dúvida, uma parceria ganha-ganha, tanto para o Ministério Público quanto para a universidade pública.

As entrevistas ocorreram em fevereiro de 2021 por meio do aplicativo *Microsoft Teams*. Foram guiadas pelo instrumental previamente elaborado por mim para subsidiar nosso diálogo. Eu e Mônica revezamo-nos na condução das entrevistas, que foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

A primeira unidade onde realizei a entrevista foi o Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota<sup>171</sup>, que visa a atender em regime de internação provisória, privação de liberdade e semiliberdade, adolescentes do *sexo feminino*, autoras de ato infracional, em suas necessidades básicas, com vistas a sua *reinserção* ao convívio sócio-familiar, após o cumprimento da medida socioeducativa a qual se encontram submetidas. Em 1990, o centro foi definido como unidade exclusiva de atendimento para adolescentes do sexo feminino em conflito com a lei. Em 2010, foi reinaugurado passando a ocupar o antigo prédio do Abrigo José Moacir Bezerra (LEITE, 2013).

Segundo dados do Relatório de Inspeção<sup>172</sup> realizado pelo CEDECA, a capacidade do centro era de 50 vagas. Em setembro de 2020, havia 33 adolescentes,

---

[centro-socioeducativo-feminino-registra-relato-de-isolamento-forcado-e-uso-de-algemas-1.3004395](#) .

Acesso em 08 mai 2021.

MENINAS relatam castigos e homofobia em centro de detenção, diz relatório. Uol. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/meninas-relatam-castigos-e-homofobia-em-centro-de-detencao-diz-relatorio.htm>. Acesso em 08 mai 2021

<sup>171</sup> Uma questão interessante se refere aos nomes dos centros socioeducativos. Há centros com o nome de santos da Igreja Católica (São Miguel e São Francisco), religiosos (Dom Aloísio Lorscheider) e há outros que se referem à localidade, bairro ou cidade onde estão e ainda àqueles que homenageiam personalidades cearenses (Patativa do Assaré). Aldaci Barbosa, uma das poucas homenageadas mulheres, foi uma assistente social e ex-superintendente da Fundação do Serviço Social de Fortaleza entre os anos de 1967 e 1977. Com formação católica, sua experiência de atuação comunitária no Pirambu a credenciou ao posto de gestora naquele órgão assistencial. Tornou-se a primeira mulher a assumir um cargo de gestão na Prefeitura de Fortaleza. Sua marca foi a preocupação com a formação continuada dos profissionais e o enfrentamento a práticas clientelistas comuns naquela época.

<sup>172</sup> RELATÓRIO de inspeção ao Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota – setembro de 2020. CEDECA. Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2020/10/Relat%C3%B3rio-Aldaci-com-Capa-Final.pdf> Acesso em: 08 maio 2021.

sendo 18 delas por internação definitiva, outras 14 por internação provisória e apenas uma em semiliberdade). Tal ausência de superlotação se deveu a uma atuação conjunta entre o Judiciário e a SEAS para cumprirem a resolução do CNJ para desafogar o sistema, em virtude da pandemia. A orientação era que reduzissem os números de internações e só ficassem nos centros jovens com extrema necessidade de cumprimento de internação por motivo de violência, grave ameaça ou de reincidência.

O Centro Aldaci Barbosa, por exemplo, está situado no bairro Padre Andrade, cujo IDH é 0,361, comparável ao índice de países como Serra Leoa (0,359) ou Afeganistão (0,374)<sup>173</sup>. Cabe aqui uma reflexão profícua sobre centro e margem. Apesar do nome, os centros socioeducativos não ficam no centro (comercial) da cidade, como pode se ver em anexo a este trabalho. Nem no centro geográfico, nem no centro do interesse público. Pelo contrário, os centros socioeducativos situam-se nos bairros periféricos da cidade (*franjas*, como um interlocutor costuma destacar), geralmente vizinhos de comunidades mais pobres, onde estão os piores IDH. Em resumo, o centro não é o centro. Tais *centros* também se abrigam nas *margens* (DAS, 2004; PELÚCIO, 2012) da política, evidenciadas pela descontinuidade, deslocamento, vulnerabilidade e inacabamento de políticas públicas (BIRMAN, NATIVIDADE, 2016).

Nessa unidade, conversei com duas meninas, no mesmo dia, em entrevistas seguidas com a presença simultânea das duas na sala da direção. Uma delas atende pelo nome de Cleitim<sup>174</sup>. Tem 17 anos, é solteiro<sup>175</sup>, moreno, possui todos os documentos, não tem certeza se nasceu em Fortaleza, mas mora no bairro Edson Queiroz, numa casa alugada. Cleitim cursa o 7º ano, tendo voltado a estudar na unidade, onde está a “2 ano e 5”<sup>176</sup>, isto é, dois anos e cinco meses de internação. Quanto à renda familiar, informou que só a mãe trabalha como “dona de casa de família”, mas antes era beneficiária do Bolsa Família. Contou que já foi entregador em um supermercado do bairro. Declarou-se evangélico, que “se identifica com seu corpo de mulher”, “gosta de mulher” e não

---

<sup>173</sup> OS países menos desenvolvidos do mundo. Exame. Disponível em: <https://exame.com/economia/os-paises-menos-desenvolvidos-do-mundo/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

<sup>174</sup> Reforço que todos os nomes empregados aqui são fictícios.

<sup>175</sup> Mais à frente explicarei o porquê de flexionar adjetivos no masculino, mesmo se tratando de uma declarada *menina*.

<sup>176</sup> Falavam assim do tempo que estavam no sistema (*ano* no singular mesmo quando era mais de um ano; e não falavam a palavra *meses*).

tem filhos. Não assumiu pertencer a nenhuma facção, mas foi identificado pela profissional do centro como *batizada* na GDE, após a entrevista. A técnica inclusive era Fran e acompanhou toda nossa conversa.

A outra menina atende pelo nome de Diego. Tem 20 anos, é solteira, parda ou branca<sup>177</sup>, também possui todos os documentos, nasceu e reside em Sobral, num imóvel próprio. Diego cursa o 8º ano na unidade, onde está há “1 ano e 4”, ou seja, um ano e quatro meses de internação. Não sabe informar a renda familiar, mas mora com a mãe e o padrasto. Contou que já trabalhou em oficina, ajeitando bicicleta. Também se declarou evangélica, “mulher que gosta só de mulher” e não tem filhos. Também não assumiu pertencer a nenhuma facção, mas foi identificado pela profissional como associado ao PCC, em momento posterior à conversa.

A segunda unidade onde realizei a entrevista foi o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré, que visa a atender em regime de internato adolescentes do *sexo masculino*, autores de ato infracional de natureza grave em suas necessidades básicas, que foram sentenciados, com vistas a sua *reinserção* ao convívio sócio-familiar, após o cumprimento da medida socioeducativa a qual se encontram submetidos. Em 2002, o centro foi fundado pelo então governador Tasso Jereissati (PSDB).

Assim como o Aldaci, o Centro Socioeducativo Patativa do Assaré (CEPA) também está localizado num bairro periférico de Fortaleza. Situa-se no bairro Ancuri, cujo IDH é 0,204, situação pior que o índice de países com os piores IDH mundiais como Serra Leoa (0,304) ou República Democrática do Congo (0,304).

Nessa unidade masculina, conversei com o Matheus numa outra data. Ele tem 16 anos, é solteiro, moreno, não possui todos os documentos (faltam-lhe título de eleitor e carteira de trabalho). Nasceu em Fortaleza e residia no Caça e Pesca mas migrou para a Cidade 2000, onde mora num imóvel alugado. Matheus cursa o 6º ano no centro, onde está há 10 meses. Não sabe informar a renda familiar, mas mora com a mãe que tem um salão de beleza na frente de casa e com o padrasto que trabalha na construção civil. Contou que já trabalhou como massoterapeuta, auxiliar de cozinha, entregador de água e pintor<sup>178</sup>. Declarou-se “cristão evangélico”, homem e “atualmente heterossexual”<sup>179</sup>.

---

<sup>177</sup> Comentarei sobre essa imprecisão mais à frente.

<sup>178</sup> Não se trata de geração nem-nem-nem, isto é, não estudam, nem trabalham, nem desejam estudar ou trabalhar. Todos os jovens da periferia trabalhavam, ainda que precariamente. Para uma crítica mais aprofundada da *geração nem-nem-nem*, ver Glória Diógenes, 2019.

Assumi que já teve envolvimento com pessoas ligadas à GDE, pois era a facção predominante no bairro onde morava. Durante nossa conversa, esteve acompanhado do diretor da unidade. Retomando Piscitelli (2008), como se entrelaçam tais diferenças nesses contextos tão específicos e singulares no plano das experiências individuais? Eis as entrevistas, a fim de tentar explicar um pouco.

#### **4.2 Prévias das entrevistas**

“Meu advogado é o meu Senhor. Ele me defende do acusador... Meu advogado mora lá no céu. Verdadeiro, justo, pra sempre fiel”. Esse louvor evangélico proveniente do quintal de um vizinho me despertou pouco antes da entrevista com jovens do centro Aldaci Barbosa. Por esse motivo, tive de improvisar um ambiente para a entrevista no próprio quarto naquela manhã de fevereiro. Assim que entrei na conferência, expliquei a situação. Pouco antes de conversarmos com Cleitim, Mônica já estava me aguardando e contou a respeito de uma audiência virtual que foi atrapalhada por música alta no vizinho. Aproveitou para explicar que vinha de uma reunião com outros colegas promotores a respeito de novas vagas de internação. Essa prévia foi interessante, para que eu percebesse como as pessoas e instituições estão se virando para executar suas atividades nesse período de crise sanitária.

Em seguida, conversamos com Diego. Já antes dessa entrevista, não houve discussões especiais de bastidores. Apenas Mônica havia se retirado para uma demanda doméstica, enquanto iniciei o diálogo com a jovem que já estava devidamente instalada desde a entrevista anterior. Como ocorreu logo após a conversa com Cleitim e o tempo havia avançado bastante, acabou sendo algo mais abreviado em virtude da proximidade do horário de almoço.

Por fim, foi a vez de entrevistar Matheus diretamente do CEPA. Enquanto o jovem não chegava, tivemos um diálogo muito frutífero com o diretor. Mônica mencionou a respeito de uma seleção recém-suspensa para socioeducador. A SEAS tentou emplacar um processo seletivo unicamente com análise curricular, contudo o Ministério Público questionou tal certame. Em seguida, a promotora explicou o objetivo da conversa, uma análise da realidade em que o jovem está inserido, dentro da questão de gênero e de sexualidade. O diretor complementou que o assunto estava “super em voga”, fazendo menção a uma reportagem do Fantástico sobre “questão de gênero” nos

---

<sup>179</sup> Dissertarei sobre esse ponto controverso mais à frente.

esportes<sup>180</sup>. Por sua vez, ela pontuou que estava assistindo a novela das 21 horas em que se abordava a história de um jovem trans<sup>181</sup>.

Sobre a chegada dos jovens, uma diferenciação de postura. As meninas chegaram com máscaras e assim continuaram durante toda a entrevista. Máscaras estampadas, bem coloridas. Ambas estavam com o uniforme. A profissional Fran apareceu de máscara branca e com o uniforme cinza. Já Matheus chegou com máscara, mas pediu para retirá-la a fim de poder conversar melhor e ser ouvido melhor.

Em todas as ocasiões, Mônica se apresentava e posteriormente explicava aos jovens a natureza daquela conversa como sendo um *bate-papo*, para *partilhar* impressões. Ao falar com Matheus, o mais jovem, pediu permissão para chamá-lo de *menino* de forma a gerar mais proximidade, mas reconheceu que sabia ser *socioeducando* o termo correto.

Após os prólogos de Mônica, eu me apresentava aos adolescentes como mestrando em Antropologia, explicava que era uma pesquisa sobre LGBTQIA+ no sistema. Usei termos mais simples como *trabalho pra faculdade* e *LGBT*. Ressaltava a importância daquelas conversas pelas quais esperava há anos. Mencionava meu envolvimento com a temática por ser gay, por estudá-la e por ser militante da causa há dez anos. Frisava que seria uma troca, um espaço de escuta e de fala.

Quanto às questões éticas e metodológicas, eu informava aos jovens que não seriam identificados de forma alguma em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como adotei as providências de acordo com o Código de Ética da ABA. Avisei-lhes que se sentissem algum desconforto, não quisessem responder a alguma pergunta, ou não estivessem se sentindo confortáveis, poderiam interromper ou pausar a entrevista, ou ainda pedir pra refazer a pergunta caso não compreendessem. Em seguida, pedia a autorização para gravar a reunião em áudio, para fins de pesquisa unicamente e em absoluto sigilo. Todos os jovens concordaram em participar, ora respondendo em voz alta, ora anuindo com a cabeça, balançando-a para cima e baixo rápida e sucessivamente.

De modo geral, as conversas fluíram, salvo alguns problemas no áudio que cortava. Em alguns momentos não dava para ouvir e pedíamos para repetir ou éramos

---

<sup>180</sup> ENTIDADE de direitos humanos pede o fim dos testes de gênero no esporte. GloboPlay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9227119/> Acesso em: 08 maio 2021

<sup>181</sup> A telenovela *A Força do Querer* foi exibida originalmente pela Rede Globo em 2017 e reexibida entre 2020 e 2021, por ocasião da pandemia. No enredo, há a história de Ivan, um homem trans.

solicitados que refizéssemos as perguntas. Interferências que dificilmente ocorreriam se as entrevistas fossem presenciais, como se convencionou. Microfone fechado sem querer, ligações telefônicas entrando na hora, notificações de aplicativos de mensagens de celular com aviso sonoro, alarmes, demandas domésticas... Toda a sorte de ocorrências.

Para conduzir a entrevista, optei por elaborar um roteiro mais estruturado do que aberto, visto que não sabia como era a desenvoltura dos jovens para falarem de suas experiências (SCOTT, 1991, p.779), segundo as quais os sujeitos “são constituídos através da experiência”, um evento linguístico, que embora não ocorra fora dos significados estabelecidos também não está confinada a uma ordem fixa de significados.

Tentei contemplar meus interesses com os do MPCE por ocasião do procedimento investigativo próprio. Acabou sendo uma excelente escolha, visto que as meninas falavam pouco, respondiam apenas o que era estritamente perguntado. Notei uma dificuldade de falar de si por parte delas. Todavia, não notei tal postura em Matheus, de quem sentia a “ânsia de falar de si”, algo que o socioeducador César já vinha me falando há algum tempo. Refletirei acerca dessa disparidade mais adiante. Por ora, concentro-me nos relatos de Cleitim, Diego e Matheus. Conjuguéi-os a fim de ver eventuais semelhanças e diferenças, entrecruzamentos em suas histórias e experiências.

### 4.3 Nome social ou vulgo?

Logo que iniciou a entrevista com Cleitim, um impasse. Apresentou-se a priori com seu nome de registro civil feminino: Maria Ester. Perguntou Mônica a respeito de um eventual nome social, explicado por ela de forma bem didática como o nome utilizado na sua comunidade de origem num ato que pode ser pensado como uma “pedagogia do nome social”. A jovem prontamente respondeu: *Cleitim*. No entanto, Fran interveio ao fundo advertindo que “vulgo não é nome social”, razão pela qual a jovem reagiu rápido negando ter um nome social mas pedindo autorização logo em seguida para ser tratado pelo nome em que era conhecido na comunidade: o seu vulgo.

M: Cê vai dizer seu nome, sua idade, né? Se você tiver, assim, um nome social, você também diz. Eu me chamo, por exemplo, Maria, mas eu não gosto desse nome. Eu gosto, eu sou conhecida na minha comunidade com outro nome. E a gente chama de nome social. Aí você pode dizer, tá certo?

C: Maria Ester

M: Ester, que nome lindo! E você tem nome social?

C: Cleitim.

F (ao fundo): Nome social não é vulgo, viu Maria Ester?

C: Ai, é! Vulgo não é nome social.

M: Como é?

C: Tem não, tia.

F: Ela tinha falado Cleitim. Mas eu falei que nome social é diferente de VULGO na organização em que se vincula, né?

C: Pode ser vulgo?

M: É... Pode falar o nome que você é conhecida na sua comunidade.

C: Cleitim<sup>182</sup>.

Fran havia explicado em entrevista própria que vulgo é o nome que se utiliza na facção, atribuído quando há uma vinculação do jovem ao grupo formalizada através de batismo. Segundo ela, existe uma diretriz no sistema de não usar os nomes vulgos das facções para não reforçar tal identidade criminal. Por essa razão, sempre que se referia à adolescente, ela utilizava o nome de registro civil feminino, por mais que o vulgo fosse um nome masculino conhecido no seu meio social que parecesse mais apropriado com a aparência masculinizada de Cleitim. A promotora referiu-se sempre enquanto Cleitim diante de seu pedido inicial na conversa.

Estava diante de uma sinuca. Escolher entre o Estado e o crime. O Estado não reconhecia como nome social um apelido masculino pelo qual Cleitim era conhecido no seu convívio e optava pelo nome civil feminino. Já o crime endossava uma masculinidade performada por ele, com a adoção de um cognome masculino. Questão difícil. Essa escolha de Sofia veio a ser sanada justamente pela jovem. Mais à frente, qual nome deveria chamá-lo e ele optou pelo vulgo. E assim foi durante toda a entrevista.

Procurei sempre o tratar no masculino desde então, ao observar que se referia a si no masculino conjugando os adjetivos para o gênero masculino (*moreno, solteiro*). Mas quando indagado diretamente, acionou em discurso que era *menina*. Por essa razão, entrei nessa ambivalência de conjugar adjetivos no masculino, mas me referir a substantivos femininos para me dirigir às *meninas, às jovens, às adolescentes* e oscilar entre pronomes masculino e feminino tentando restituir a fluidez que notei nesse campo. Um exemplo: Cleitim é uma menina que é moreno. Isso pode parecer confuso na língua portuguesa, profundamente generificada e binarista. No entanto, penso que a linguagem também deva se amoldar à diversidade das experiências, e não apenas a experiência é que deva se amoldar ao padrão da linguagem.

---

<sup>182</sup> Legenda para compreender as transcrições: M – Mônica, B – Bruno, F – Fran, C – Cleitim, D – Diego, Ma - Matheus

Com Diego, a conversa foi um pouco diferente. Sem que perguntássemos seu nome, a jovem respondeu de pronto: Eloiza. Indagado quanto ao nome social, respondeu num breve momento: PJ. Instantaneamente, alterou para Diego seu nome social.

Diego: Eloiza.  
 Mônica: Eloiza, você tem algum nome social?  
 D: PJ.  
 M: Como?  
 D: PJ. Diego.  
 M: Diego Peixoto?  
 D: Diego só

Segundo Fran, esse nome estaria em conformidade com a diretriz do sistema, visto que é um nome próprio e não um apelido faccional. A jovem informou inclusive que seu nome social masculino tem sido respeitado. No entanto, durante a entrevista a técnica chamou algumas vezes pelo nome de registro civil feminino: Eloiza. Percebi o quão complexa é a dinâmica de respeito e tratamento pelo nome social quando se está envolvido no contexto faccional.

A seu turno, Matheus não teve nenhuma demanda de nome social nem disse nenhum apelido pelo qual fosse conhecido.

#### 4.4 Os morenos

No tocante à raça, uma constatação muito interessante. Cleitim e Matheus disseram ser *morenos*. mesmo depois que elencávamos as cores segundo o critério do IBGE<sup>183</sup>. Apesar de se reconhecerem assim, creio que facilmente são legíveis enquanto negros. Já Diego informou ser *pardo*, porém sem muita precisão, oscilando entre *pardo* e *branco*, conforme exponho aqui.

Mônica: E como você se autodeclara? A sua raça? Como você se autodeclara?  
 Diego: Branca.  
 M: Como?  
 D: Pardo, branco... sei lá. Tanto faz.  
 M: Parda. Por que é que você acha que é parda?  
 D: Sei lá.  
 M: Não sabe?  
 D: Sei não.

Para situar essa ocorrência racial de forma coligada com o cenário nacional do campo socioeducativo, precisarei fazer uma breve remissão. Em 2012, foi aprovada a Lei do Sistema Nacional do Sistema Socioeducativo (Sinase) – Lei nº 12.594/12, que

---

<sup>183</sup> Amarela, branca, preta, parda e indígena

dispõe sobre a execução da medida socioeducativa. Essa norma distribui as competências do Governo Federal, Estadual e Municipal, além de prescrever direitos e deveres de adolescente cumprindo medida socioeducativa (saúde, educação, profissionalização, convivência familiar e comunitária).

O Sinase elabora levantamentos anuais, a fim de sistematizar dados sobre o sistema socioeducativo em todo o país. A pesquisa mais atual é de 2017, tendo como data-base 30 de novembro daquele ano. Esse relatório só veio a ser publicado em 2019, tendo assinatura da Coordenação Geral de Assuntos Socioeducativos, situada na Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que por sua vez integra o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. *Prima facie*, intuo a defasagem desses dados oficiais, razão pela qual acredito estar olhando para o retrovisor no tocante aos dados desse levantamento. Essa ausência de dados atualizados é uma violação de direito à informação e prejudica a formulação de políticas mais adequadas<sup>184</sup>.

Com base no Relatório Anual do Sinase em 2017, são 143.316 adolescentes cumprindo medidas socioeducativas, sendo 117.207 deles no meio aberto e outros 26.109 no meio fechado. Entre esses jovens no meio fechado, são 17.811 deles cumprindo internação definitiva e 4.832 outros cumprindo internação provisória. No Brasil há 484 unidades socioeducativas, sendo 21% delas na Região Nordeste. O Ceará está na 8ª posição no número de centros (16 ao todo) e no número de adolescentes também (935 no total), sendo 95,9% do *sexo masculino*. Um dado importante é que nesse relatório só foram computados 21 adolescentes LGBTI cumprindo medida socioeducativa no Brasil, sendo que nenhum no Ceará (BRASIL, 2019). Uma prova absurda de subnotificações.

No quesito racial, 40,3% dos adolescentes dos centros socioeducativos do Brasil são pessoas negras. No Nordeste, esse percentual sobe para 65,6%. Já segundo o Relatório de Inspeção do CEDECA, 72% das jovens do Aldaci Barbosa são negras. Esse dado coaduna com o que foi observado por amostragem nas entrevistas: a preponderância de jovens negras e negros nos centros. Na verdade, foi bem comum

---

<sup>184</sup> Tomei conhecimento durante a finalização do trabalho de que recentemente foi publicado um relatório anual referente a 2020, no início de maio de 2021. No entanto, tal documento não foi analisado em virtude do cronograma de fechamento da pesquisa.

jovens se autodeclarando *morenos*, como se ressaltou. Esse cenário já era anunciado por Dinorah, César e Fran e de fato desperta profunda reflexão sobre racismo.

#### 4.5 Irmãos

No tocante à religião desses jovens, todos são evangélicos. Essa informação me chocou bastante. Já tinha conhecimento da atuação de igrejas como a Igreja Batista e a Igreja Universal do Reino de Deus. Mas não tinha ideia do alcance dessas ações. Apenas após as entrevistas, é que ficou mais sensível para mim a importância da fé cristã neopentecostal naqueles espaços.

Todavia, a forma como cada jovem demonstrou seu sentimento de pertencimento religioso foi diferente. Primeiramente, Cleitim demorou para informar se estava praticando alguma religião. Apenas após um instante, é que confirmou que era evangélico. Compreendi a hesitação em responder sobre a religião seguida de uma negação e, posteriormente, uma confirmação como uma possível adesão superficial, não muito segura ao neopentecostalismo.

Mônica: Certo. Você pratica alguma religião?

Cleitim: (demora) Não.

M: Você tem, assim, afinidade com algum...

C: evangélico

M: Hã?

C: Evangélico.

Mais à frente na entrevista, quando perguntado como foi o contato com a fé, Cleitim informou que mãe o levou à igreja ainda durante a infância.

Mônica: E nesse tempo que você era criança, eles te levavam pra igreja?

Cleitim: Não.

M: Não, né?

C: Não.

M: Como foi que você descobriu a fé?

C: Por causa da minha mãe, quando eu morei com a minha mãe.

Ele me conta que não está tendo assistência religiosa nesse período por conta da pandemia, mas “escuta louvor” numa caixa de som. Antes o pastor vinha e fazia louvor. Agora está “muito ruim” e “muito chato”, porque “tem de ficar arrodado de máscara, porque não vem mais irmão pra cá, não pode vir”. Por fim, ressalta gostar de muitos louvores, mas não soube citar nenhum especificamente.

Bruno: Já que você tava falando né da sua religião né, que é evangélica; Você tá tendo assistência da religião nesse período? Como que tá sendo?

Cleitim: Nós escuta louvor.

B: Tá tendo assistência?

C: Nós escuta louvor!  
 B: Ah, escuta louvor. Escuta onde? Vem um pastor fazer o louvor, é?  
 C: Vinha, mas não vem mais não, por causa da pandemia.  
 B: E agora na pandemia como é que tá sendo o louvor?  
 C: Muito ruim, muito chato.  
 B: Tá sendo chato por quê o louvor?  
 C: Porque nós tem que ficar arrodado de máscara, porque não vem mais irmão pra cá, não pode vir...  
 B: Aí vocês ficam escutando como? Bota um som é?  
 C: Um som. Bota no som.  
 B: Tem algum louvor específico que você gosta de ouvir, te acalma?  
 C: Tem. Muitos.  
 B: Muitos? Quais? Assim, porque...  
 C: É que eu não sei falar não.

Por sua vez, com Diego ocorreu de outra forma. Ao ser indagado quanto à sua religião, Cleitim soprou-lhe ao fundo: “a evangélica”. Diego, no entanto, pareceu não ter ouvido bem o recado e respondeu: “avangélica”. Todos caímos na risada. Foi um dos raros momentos engraçados das entrevistas. Depois confirmou falando a palavra corretamente. A fim de aferir o nível de engajamento pessoal com a crença, Mônica perguntou de onde partira aquela convicção e respondeu que o interesse foi dela própria.

Mônica: É... você tem alguma religião que você se autodeclare?  
 Cleitim: A evangélica (ao fundo)  
 Diego: Avangélica  
           (risos)  
           Evangélica  
 M: Foi você que escolheu essa religião...  
 D: Foi.  
 M: Ou foi sua família que lhe levou?  
 D: Foi eu.

Adiante, Diego me contou que também gosta de louvor e que uma instrutora é que lhe assistia religiosamente, para escutar seus problemas.

Bruno: Você tá tendo assistência dessa religião? Como é que tá sendo pra ti?  
 Diego: Tá tendo.  
 B: Tá tendo? É... Você tá sendo escutado? Tem alguém que você... te escutando? Alguém da igreja?  
 D: Louvor. Eu escuto louvor.  
 B: Você escuta louvor né? Mas quando você falar a alguém sobre alguns problemas, alguma coisa que você tá sentindo. Você tem alguém pra falar?  
 D: Tenho.  
 B: E quem é essa pessoa?  
 D: (...) uma instrutora  
 B: É uma funcionária?  
 D: É.

A seu turno, Matheus informou ser cristão evangélico. Na oportunidade, informou que, a despeito de ser uma equipe laica, selecionada por certame público, alguns socioeducadores são religiosos e “dão uma palavra”, “louvam e cantam” com os jovens. Salientou também que durante a pandemia os religiosos da Universal deixaram

de vir aos centros. Aproveitou para ressaltar que há profissionais de outras crenças como candomblé e ateísmo. Num dado momento, não soube dizer o que são religiões de matriz africana.

Mônica: Você pratica alguma religião? Tem alguma... fé em alguma coisa?

Matheus: Sou cristão.

M: Cristão. Mas em qual linhagem do cristianismo?

Ma: Evangélico

M: Aí na unidade vocês têm momento de religiosidade?

Ma: Tem alguns socioeducadores que são da igreja, vêm, conversa com nós, dá uma palavra, ora, louva, canta, louva com nós.

M: Certo. Mas num tá vindo ninguém de fora? Porque a Igreja Universal, ela tinha o projeto aí, de vir visitar vocês, ela ainda tá vindo?

Ma: Não. Não, por causa da...

M: Da pandemia. Aí o socioeducador faz as vezes né

Ma: Faz (...) Não só os evangélicos. Mas tem outros que têm... que seguem outro tipo de religião e explicam um pouco de cada uma, de cada (...)

M: E quais são as religiões que são tocadas aí? Tem alguma religião de matriz africana?

Ma: O que é isso?

M: Matriz africana é candomblé, é...

Ma: Tem do candomblé e ateísmo

No que tange ao *louvor* especificamente, retomo Natividade (2017, p. 17) e sua concepção de práticas musicais relacionadas à atividade religiosa reconhecida como “um dos dons do Espírito Santo”. Nessa vertente religiosa, aliás a *relação amorosa* entre Deus e os fieis é tema de muitos cânticos em homenagem a Jesus, filho de Deus na tradição cristã. São acionadas “metáforas da entrega e da rendição”, sendo a igreja o polo que congrega essas pessoas interessadas na conexão divina.

Agora farei uma brevíssima explicação da atuação da Igreja Universal no sistema socioeducativo cearense, fazendo um *flashback* narrativo. Voltando para casa depois de um dia de trabalho, em meados de abril de 2019, deparo-me na rua com um jornal. Era um exemplar da Folha Universal, um jornal da Igreja Universal do Reino de Deus, jogado no chão. Por curiosidade, apanhei tal material para manusear depois em casa. Ao abri-lo, qual não foi a minha surpresa ao saber que tal grupo religioso tinha um projeto em âmbito nacional voltado para adolescentes em conflito com a lei. (em anexo ao trabalho). Numa seção denominada “Além das Grades”, apresentava o grupo Universal Socioeducativo<sup>185</sup>, cuja atuação já existia há mais de 25 anos em Rio de Janeiro e São Paulo. A iniciativa se disseminou para outros estados e países principalmente a partir de 2017. Tal projeto busca “levar a Palavra de Deus” a jovens

<sup>185</sup> Pretendo analisar mais detidamente essa ação em outro trabalho.

socioeducandos para “ocupar suas mentes”, estimulando-os a “conhecer um caminho novo” e “ter uma nova vida”.

Na notícia, anunciavam a chegada do projeto a Sobral, segunda maior cidade do interior do Ceará. Já no primeiro contato, os jovens recebiam exemplares da Bíblia. Inclusive numa foto, tais adolescentes cobrem o rosto com um exemplar do livro sagrado cristão<sup>186</sup>. Já em outra imagem, um sorridente voluntário aparece abraçando um jovem interno através das grades. Tais figuras ilustram a relação de proximidade que esses grupos religiosos almejam ter com os jovens desses centros. A ressocialização aqui percorre necessariamente um caminho a ser trilhado conforme os ditames da fé cristã.

Já durante a pandemia, em meados de outubro de 2020, recebi outro exemplar da Folha Universal na porta de casa. Mesmo não sendo protestante, novamente consultei as matérias, haja vista se tratar daquele veículo que conhecia. Uma delas novamente despertou meu interesse. Numa seção denominada “Universal em Movimento”, discutia sobre o aumento da letalidade juvenil em decorrência da criminalidade. Após apresentar dados do Atlas da Violência, com estatísticas piores do que países em guerra no Oriente Médio, a notícia trazia à baila a atuação da Força Jovem Universal (FJU). Esse grupo atua em todos os estados e tem o objetivo de proporcionar a jovens o incentivo ao esporte, à educação e à cultura (teatro, dança e música), além de “levar a Palavra de Deus” até eles e oferecer-lhes “apoio emocional”.

Nas imagens, há jovens sempre de costas. Aparecem ora observando um “mural da superação”, ora uniformizados praticando lutas marciais, ora jogando basquete numa quadra poliesportiva. Na única imagem em que rostos aparecem, são as frentes de voluntários vestindo verde-amarelo que se projetam ao leitor. Alguns bem sorridentes, carregam *kits* da FJU a serem entregues aos jovens. A mensagem que fica é de oferecimento de suporte material (alimentação e lazer) e psíquico (aconselhamentos,

---

<sup>186</sup> Como já dito, as imagens de crianças e adolescentes são protegidas pelo ECA.

“Art. 247 – Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional:

Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

§ 1º. Incorre na mesma pena quem exhibe, total ou parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

§ 2º. Se o fato for praticado por órgão de imprensa ou emissora de rádio ou televisão, além da pena prevista neste artigo, a autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da publicação ou a suspensão da programação da emissora até por dois dias, bem como da publicação do periódico até por dois números” (BRASIL, 1990).

“oferecimento da Palavra”) às demandas juvenis por parte desse grupo. Essas práticas geram engajamento e influem bastante sobre jovens nessa fase turbulenta da vida.

#### 4.6 Segredos e Problemáticas

A pergunta sobre identidade de gênero gerou uma confusão entre os jovens. Cleitim não entendeu num primeiro momento. Após a promotora lhe explicar que “nasceu com corpo de mulher” e perguntar se se identificava com aquele corpo, confirmou. Não foram usadas as palavras *cis* ou *trans* nesse momento.

Surpreendeu que, ao fundo, Diego, que aguardava sua vez de ser entrevistado, tenha soprado: “segredo”. Desconfio que no sistema não se pode falar abertamente sobre esses assuntos. Talvez pelo temor de se reconhecer como homem trans e passar a sofrer um tratamento mais agressivo, comum no centro masculino. Ou de ser deslocado para lá.

Mônica: E como é que você se identifica como gênero?  
 (Ao fundo, voz de Diego) É segredo!  
 Cleitim: Como assim?  
 M: Você nasceu com corpo de mulher. Você se identifica com esse corpo?  
 C: Me identifico.  
 M: Se identifica?  
 C: Sim.

Na sua vez de falar, Diego também teve dificuldade de identificar seu gênero sozinho. Precisou do auxílio de Fran, que usou categorias palpáveis como *homem* e *mulher*. Diante desse empurrãozinho, identificou-se com a segunda opção.

Mônica: Como é que você se identifica? Qual a sua identificação de gênero?  
 Fran: Se tu se considera homem ou mulher ou...  
 Diego: Mulher!

Por outro lado, Matheus tem uma história interessante por trás de sua resposta de que hoje se veste de homem e que se define como heterossexual, mas que nem sempre foi assim. Esticamos a conversa para saber mais como foi seu passado.

Contou-nos que durante um período em que começou a se “envolver na criminalidade”, paralelamente gostava de “usar roupa de mulher”, como vestido e maquiagem. No entanto, a polícia começou a visá-lo mais, facilmente identificado pela vestimenta, tamanho e cor, segundo ele. Tentando despistar, retornou a usar “roupa de homem” e amenizou um pouco a perseguição. Amigos o chamavam de *Problemática*.

Teve uma... um período da minha vida que eu... que eu comecei a me vestir de mulher, comecei a usar roupa de mulher. Aí como foi o tempo que eu comecei a me envolver na criminalidade e eu fiquei muito conhecido pela polícia. Aí por essa parte eu peguei, deixei de usar roupa de mulher e voltei a usar roupa de homem. Mas eu... o meu relacionamento com homens era normal. (...) Tinha relacionamentos com homem como com mulher (...) [Deixei de usar] porque a polícia, ela me conhecia muito pela minha forma d'eu me vestir. Eu era um dos muitos que era... a minha aparência era muito fácil de se identificar: pela minha forma d'eu me vestir, pelo meu tamanho, pela minha cor... Aí a polícia... aí eu comecei a me envolver com a criminalidade e a polícia me identificou muito rápido pela minha aparência. Aí eu peguei, aí pra polícia não ficar no meu pé direito, eu comecei a me vestir de homem. Que reduziu mui... um pouco a polícia atrás. (...) Tinha alguns amigos que me chamavam de Problemática, mas a maioria me chamava de Matheus, normal. (Matheus)

Perguntado se sofreu algum preconceito durante a época em que usava vestimentas consideradas femininas, Matheus foi taxativo: todos respeitavam sua *situação*. Salientou que a mudança que sentiu foi nele próprio, que passou a não se reconhecer naquela indumentária que outrora comparava a *um transexual*.

Todos, todos respeitavam minha situação d'eu... Nunca foi o ponto d'eu falar. A única mudança que eu senti foi em mim mesmo, que foi um tempo que..., eu parava pra olhar minha foto, eu usava roupa feminina e aquilo ali me incomodou. Eu me senti mais confortável usando roupa masculina. Como um transexual usa. Roupas femininas, apenas femininas, de mulher. (Matheus)

Notei aqui nesses trechos uma convicção de Matheus acerca de algo que chamei de sexualidade sazonal e de identidade de gênero sazonal, isto é, se manifestou num dado período da vida mas não perdurou. Antes homossexual, agora heterossexual. Antes usando roupa e mulher, quase como transexual; agora exclusivamente roupa de homem. Essas reversões, no entanto, são vistas de forma dilemática, envolvendo dimensões de sofrimento mas também de realização. Acerca essa mobilidade circunstancial, considero oportuno trazer a ideia de *deriva* (PERLONGHER, 2008), em que práticas sexuais não definam sexualidade aprioristicamente, devendo contemplar os sujeitos e seus fluxos.

#### **4.7 Comecei a seguir os caminhos do Senhor e o meu desejo por homem parou**

No que tange à orientação sexual, algumas situações de muita convicção emergiram. Cleitim novamente não compreendeu essa pergunta de início. Ao fundo, Diego novamente comentou, como quem sopra a resposta que a orientação sexual seria *mulher*, que é, na verdade, comumente uma resposta mais utilizada pra designar identidade de gênero feminina. A técnica intercedeu, ajudando-o com imagens mais acessíveis: *homem-com-homem, mulher-com-mulher*. Devidamente instruído, respondeu:

“gosto de mulher”. Por sua vez, Diego não teve nenhuma dúvida ao declarar que também gosta “só de mulher”. Não foi mencionado o termo *lésbica* nesse momento.

Mônica: E qual é a sua orientação sexual?

Diego (ao fundo): Mulher.

Cleitim: Como assim?

Fran (ao fundo): Homem com homem, mulher com homem,...

C: Gosto de mulher.

Essa confusão entre orientação sexual e identidade de gênero é bastante comum não só no sistema, como também fora dele. Mais uma evidência do desconhecimento da distinção entre gênero (como você se sente) e sexualidade (por quem você se atrai). Os movimentos (e eu também) têm investido nessa didática. Mas diante de fronteiras tão porosas entre esses dois, eu tenho me indagado mais recentemente se dá para insistir nessa cartilha da diferenciação e do apartamento. Isso demandaria refletir seriamente sobre esses vasos comunicantes entre gênero e sexualidade, constantemente embotados nas experiências das pessoas. Jovens como Cleitim não sabem ou as categorias é que são ilegíveis e descontínuas? Essa questão acena para uma divergência entre repertório ativista e acadêmico e as experiências dos sujeitos, com repercussões epistêmicas.

Quando conversamos com Matheus, a questão tornou-se ainda mais complexa. Ele nos contou que já se considerou um *homossexual*, mas hoje se considera heterossexual. A família, de maioria cristã, repudiava sua antiga sexualidade. A igreja influenciou durante esse processo de transição<sup>187</sup>, chegando a dizer que “os caminhos do Senhor” o ajudaram a reduzir e depois eliminar o “desejo por homem”, como relata.

Mônica: É... Agora nós vamos falar sobre orientação sexual. Como é que você se define?

Matheus: Em um período da minha vida que eu me considerava um homossexual. Mas hoje eu me considero heterossexual.

M: Por quê? Por quê que você mudou? O que foi que passou por essa transição?

Ma: Eu tive um período da minha vida que eu entrei na igreja como um... com a minha mãe, como é, evangélica. Eu comecei a seguir os caminhos do Senhor e o meu desejo por homem diminuiu muito e parou. Comecei a sentir atração por mulher. E quando eu saí da igreja eu continuei com essa mesma atração.

M: Ah, tá. Aí hoje você tem atração tanto por meninos como por meninas?

Ma: Hoje em dia eu me considero heterossexual, só por meninas.

M: Só por meninas. E você acha que isso teve a influência da igreja?

Ma: Teve

M: Teve né? E da sua família? A sua família... como era que enxergava tudo isso? Acolhia e respeitava nas suas escolhas ou ela repudiava e não aceitava?

Ma: Todos da minha família são... a maioria são cristão e todos repudiavam. As únicas pessoas que ainda me entendiam era minhas duas irmãs.

M: Ah, tá. Seu padrasto e sua mãe tinham resistência a... a sua opção.

<sup>187</sup> Mais à frente, Matheus nos contará a respeito de um relacionamento amoroso com uma fiel da igreja que havia sido lésbica no passado.

Ma: Mas era uma resistência que... não me incomodava. Não... eles não... não estimulavam nada. Eles deixavam bem claro que era contra o gosto deles, mas...

M: Mas deixava você seguir.

Ma: É

Consoante Natividade e Oliveira (2009, p.209), o testemunho dos ex-gays exemplifica uma estratégia de regulação e desqualificação da homossexualidade. O *ex-homossexual* é retratado como uma pessoa que alcançou um status de superioridade moral, abandonou o *pecado*. Este discurso acaba sendo alimentado por Matheus por tabela, quando se refere à influência da igreja na sua decisão em deixar de desejar homens. Muito provavelmente, testemunhos como o dele são considerados *prova do poder de Deus*, que deveria inspirar outros *pecadores*” a aderir ao projeto eclesiástico.

Conforme fora observado por Dinorah em sua entrevista, muitos integrantes do Poder Público ainda reproduzem a crença de que sexualidade e gênero se trata de *escolha* ou *opção*, conforme pudemos ver acima nas falas de Mônica. Isso reforça a necessidade de capacitação continuada com tais profissionais, a fim de minguar pensamentos como esses. A terminologia que vem sendo mais considerada acertada é *orientação sexual*.

#### 4.8 Vidas ruins

Cleitim contou que sua infância foi “muito triste”. Mendigou, “apanhava demais” de seu pai. Também apanhava da madrasta. Ao ser indagado sobre os motivos, ele parecia não os entender uma vez que “era uma criança” e seu comportamento infantil não era motivo idôneo para que sofresse tantas agressões. Eis uma vida precária (BUTLER, 2011), cuja ausência de suporte iniciou ainda no seio familiar.

A realidade dos maus tratos na infância é muito comum entre jovens que estão no sistema infelizmente. A violência intrafamiliar é o começo do ciclo de violência para muitos deles, que podem vir a reproduzir isso nas suas vidas: a linguagem violenta. Acerca de violência nessa etapa da vida, Laura Lowenkron (2016, p.81) a define como o “extremo do não cuidado”. Em sua etnografia sobre pedofilia, a autora discorre sobre o paradoxo da família ser *locus* ideal para proteção e cuidado dos filhos, mas também foco de violência. A responsabilidade maior sempre recai sobre a família, em especial as mulheres, naturalizadas enquanto cuidadoras. As instituições do Estado ingressam na esfera familiar em caso de violação, quando a “porta da casa já foi arrombada” (2016, p. 85). É o que ocorrerá com a jovem, conforme demonstrarei mais adiante.

No que tange à questão da relação entre a família e os processos de Estado, faço remissão ao episódio em torno da publicação de um edital Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Acompanhei tal fato pelo Observatório Nacional da Política LGBT. Em janeiro de 2021, foi lançado o Edital “Família e Políticas Públicas no Brasil”, uma parceria entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Secretaria Nacional da Família (SNF), estruturada no MMFDH. O objetivo de tal seleção é formar “recursos humanos altamente qualificados” no tema das políticas públicas familiares, no âmbito dos programas de pós-graduação, através de financiamento de projetos com bolsas de estudo e possibilidade de custeio. Tal certame defendia uma matriz conservadora de “família” como uma instituição que molda e ajusta os indivíduos e que deve ser fortalecida para fazer frente a problemas sociais complexos como consumo de drogas, violência e suicídio, por exemplo. Uma visão normativa do que a família deveria ser e ignorando o que ela efetivamente é.

A reação acadêmica foi inevitável. Pesquisadoras e pesquisadores da Rede Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais (RedeGen) emitiram uma nota pública a respeito do referido edital, em 18 de fevereiro de 2021. Segundo essa articulação científica, essa seleção representa um “retrocesso” na larga tradição de meio século de estudos sobre as famílias, uma vez que “caminha na contramão de anos de pesquisas” em que o Brasil é referência mundial e, na verdade, “reforça a desproteção das famílias”. Ainda segundo tal agremiação, as pesquisas com base nessas premissas do MMFDH seriam “convenientemente cegas” pelo fato de o edital, na “ambição de ‘começar do zero’”, ter ignorado saberes consolidados da área, como a profunda correlação desse tema com estudos de gênero, raça, classe e geração ou ainda como a possibilidade de ser tal família um *locus* de violência em alguns casos. A recusa expressa de propostas relacionadas a “políticas educacionais, de saúde, de combate à pobreza ou de erradicação de violência, entre outras” só ilustravam o enviesamento teórico. Isso demonstra a complexidade do tema que por ora sublinho.

Voltando à história da adolescente, a situação da mendicância como um trabalho infantil e degradante também é um relato presente em alguns jovens, como ocorreu com Cleitim. Isso demonstra a hipossuficiência financeira de suas famílias e o contexto de vulnerabilização socioeconômica em que estão inseridos.

Bruno: Como era sua história de vida antes de chegar aí? Como é que foi sua infância, na sua família, na escola? Conta pra gente como era.

Cleitim: Foi muito triste.

B: Não deu pra ouvir.

C: Foi muito triste.

Mônica: Como foi? Por que é que você diz que a sua vida era triste?

C: Porque eu... eu já mendiguei. Eu apanhava demais.

M: E quem era que te batia?

C: Meu pai, quando eu morava com meu pai.

M: E por que teu pai te batia?

C: Sei lá.

M: Você era danado, na cabeça dele?

C: Foi. Eu era uma criança!

M: Era uma criança, né? E como era na escola?

C: Na escola eu não estudei porque ele era muito irresponsável

M: E teu pai morava com tua mãe?

C: Não, morava com outra mulher.

M: E tu morava com teu pai?

C: É.

M: Ah, tá. E a tua madrasta te maltratava também?

C: Sim, também.

Cleitim não estudou, porque o pai era “muito irresponsável”, na sua visão. Além de maltratá-lo fisicamente, assim como a madrasta também o fazia, ele sonegava o direito à educação daquela criança. Acerca do abandono parental, intelectual e/ou afetivo, já há bastantes estudos quanto às profundas repercussões nas vidas das pessoas quando crescem. Elencarei alguns contributos a seguir.

Sabrina Finamori (2018) chama atenção para as redes que se constituem em torno das crianças para suplantar a ausência do pai na certidão e na vida. Para muitos filhos, o pai empreendeu uma fuga da responsabilidade. Ainda assim, quando adultos, reivindicaram o reconhecimento paterno. Por ora, a adolescente não explicitou desejo de estreitar laços com seu pai e sente as marcas daquele abandono.

Já Camila Fernandes (2017, p. 234) investe analiticamente na premissa do fio da “ausências ativa masculina”. Com bastante potencial reflexivo, essa acepção visa a enxergar a já costumeira ausência da figura masculina nos processos de cuidado. Pouco se fala de pais abandonantes, de pais cuidadores pleiteando recursos e benefícios a seus filhos, de pais responsáveis pelos serviços domésticos. E abundam exemplos que depõem no sentido oposto, naturalizado. Dessa forma, tal omissão é concebida não como mera falta ou lacuna passivamente considerada. Pelo contrário, as repercussões dessa ausência operam ativa e cotidianamente no terreno das moralidades e dos direitos. É o que ocorre com Cleitim, quando observa mais à frente que seu pai sequer faz visita na unidade.

Um momento importante para interrupção da violência paterna na infância da adolescente foi a mudança para a casa da mãe, ainda criança, aos 7 anos. Pelo que recorda, teve a intervenção do Conselho Tutelar. Houve uma denúncia e ele foi retirado do convívio com o pai para morar com a mãe.

Mônica: Tá. Aí você foi morar com sua mãe. Como foi morar com a mãe?  
 Cleitim: Não. Chamaram o Conselho Tutelar. Aí o Conselho Tutelar foi me buscar lá na casa do meu pai, com minha mãe  
 M: Então o Conselho Tutelar te interrompeu dessa violência que você sofreu?  
 C: Foi.

O Conselho Tutelar<sup>188</sup> atua nos casos de violência infantil. Como já foi explanado, geralmente tal evento ocorre no seio familiar. Durante a pesquisa, o Observatório Nacional da Política LGBT acompanhou as eleições gerais para os Conselhos Tutelares em outubro de 2019, mapeando os resultados e as análises. A evidência observada naquele momento é de que o bolsonarismo avançou nacionalmente e foi se enraizando localmente. Outrora pouco divulgadas, tais eleições cujo voto é facultativo tiveram comparecimentos recordes em comparação às anteriores. Com um discurso pró-família, muitas candidaturas das igrejas neopentecostais venceram em várias cidades, inclusive em capitais.

Dias antes do pleito, eu havia participado de um evento organizado pelo CEDECA, em que pude conversar com uma candidata a tal conselho. Ela era representante de um fórum que congrega organizações da infância e adolescência no estado. Na ocasião, avaliou que a eleição seria acirrada, uma vez que muitos pastores evangélicos, até então não muito envolvidos nos sufrágios passados, passaram a fazer campanha dessa vez e estimular os fieis a comparecerem para votar em correligionários.

Em Fortaleza, nossa interlocutora e promotora pública Mônica inclusive não pode travar um diálogo mais intenso durante o período, visto que o resultado da eleição foi impugnado por candidatos. Passou a se dedicar a resolver essa questão no fim de 2019.

Passado o resultado da eleição, aquela candidata com quem havia conversado foi confirmada como eleita e empossada no cargo. Em junho de 2020, durante um evento virtual promovido no *Instagram* por um grupo denominado *Artigo 227*, ela relatou que

---

<sup>188</sup> Órgão que tem como principal função garantir e zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Para isso, o Conselho Tutelar é responsável por requisitar serviços públicos, atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e ainda notificar o Ministério Público e o juiz em caso de graves violações. Os Conselheiros são escolhidos pela própria comunidade, através de eleições a cada quatro anos.

alguns dos eleitos pensavam que o Conselho Tutelar era para *prender crianças*. Um colega recém-empossado inclusive chegou a desconsiderar publicamente o Disque 100, por mais que esse serviço seja o mais eficaz no encaminhamento de denúncias aos conselhos, constituindo o principal canal para formalização de queixas.

Essa situação exemplifica a vida social complexa dos direitos, uma vez que envolve apropriações que desembocam em descompasso e expectativas globais e locais (ABU-LUGHOD, 2013). O direito à proteção integral de crianças e adolescentes vem sendo mitigado na *real politik*.

Retornando à história de Cleitim, quando o ponto de virada pareceu ser a mudança para a casa da mãe, ela mostra que iria ter “outra vida”.

Mônica: E com tua mãe, como foi?

Cleitim: Foi diferente.

M: Diga aí como foi... Tua mãe te tratava bem? Como era?

C: Tratava bem.

M: Tá. E aí você morava com sua mãe a partir de quando? Você lembra mais ou menos a idade?

C: 7 ano.

M: E aí quando você foi morar com sua mãe, você foi estudar?

C: Foi

A: E o quê mais?

C: Estudei. Tive outra vida.

Mas depois, na adolescência, as coisas mudaram. “Revoltado da vida”, ele saiu de casa aos 15 anos, para morar sozinho. Relatou que recebeu apoio de “um cara lá”, quem deu suporte para sua subsistência. Tratava-se de um conhecido, sem qualquer relação afetiva. Nesse momento, começou a “fazer as coisa errada” e aí parou no centro.

Mônica: E saiu por quê? Conta aí pra gente.

Cleitim: Revoltado da vida. Saí de casa.

M: E como é que tu analisa essa revolta?

C: Eu fui morar sozinho, aí comecei a fazer as coisa errada.

M: E foi morar sozinho aonde? Como é...

C: Na mesma comunidade

M: Alguém te deu apoio pra você morar sozinho?

C: Deu.

M: Quem foi?

C: Foi um cara aí.

M: Quem?

C: Foi um cara lá.

M: “Cara lá” né? Mas vocês tinham um laço afetivo?

C: Como assim?

M: Assim, você gostava dele, ele gostava de você pra poder te apoiar nessa decisão de morar sozinho

C: Era.

M: Mas vocês chegaram a namorar? Alguma coisa assim?

C: Não.

Ela avaliou a experiência de morar só como uma “desgraça”. Um momento rápido, que não durou 2 meses. Mas que teve impactos severos na sua vida. Chegou a dizer: “tudo acabou na minha vida”. Quando perguntado sobre o que exatamente mudou na sua vida, confirmou que se devia ao envolvimento com o crime. Sempre comedido nas palavras.

Mônica: Tá. Você quer acrescentar alguma coisa? E como foi morar sozinho?  
 Cleitim: Ai, tudo acabou na minha vida. Foi só desgraça!  
 M: Foi mesmo? Conta aí como foi que você...  
 C: O que tinha pra falar era aquilo mesmo.  
 M: Você se envolveu com o crime, foi isso?  
 C: Foi.

Diego relatou que sua vida foi *normal*. A respeito do que considerava ser *normal*, explicou que já havia roubado, tendo sido preso em outra oportunidade da qual foi solto. Resumiu esse itinerário como o “diabo a quatro”. Essa violência guarda uma conexão com o fato de ter apanhado da mãe na infância. Aliás, essa fase da vida não lhe traz boas lembranças. Quando perguntado sobre algum evento feliz, recorda-se do nascimento de uma irmã, ocorrido já na sua adolescência, durante o período em que estava em liberdade. No entanto, não sabe precisar o ano, alegando que tal imprecisão temporal se deve ao fato de estar *preso*, cumprindo a internação no centro.

Mônica: Conta aí pra gente como é que foi sua vida...  
 Diego: Normal. Já fui preso, já me soltei, já roubei, o diabo a quatro  
 M: Você sofreu maus tratos na infância...  
 D: Não.  
 M: Quantos? Muito.  
 D: Apanhei foi da minha mãe.  
 M: Apanhou? De mãe?  
 D: Não, já. Da minha mãe.  
 M: E qual foi assim o ato marcante da tua infância, que tu acha que vale a pena que a gente conheça?  
 D: Lá sei. Nem eu sei.  
 M: Você não gostou da sua infância?  
 D: Gostei não.  
 M: Não gostou da infância. Não lembra de nada né?  
 D: Não.  
 M: E da adolescência, depois dos 12 anos?  
 D: Sei não.  
 M: Ah, deve ter uma coisa boa ou ruim que aconteceu depois dos 12 anos...  
 C: A tua irmã que nasceu (ao fundo)  
 D: A minha irmã que nasceu  
 M: Olha só, que acontecimento bacana! E quando foi isso?  
 D: Eu não me lembro que eu tô é preso.  
 M: Quando a sua irmã nasceu você tava em liberdade ou já tava aí na unidade?  
 D: Tava em liberdade.

Nesses relatos, não dá para deixar de rememorar aquilo que Butler (2011) menciona serem “vidas precárias”. Quando Cleitim menciona que sair da casa paterna para estudar e ter *outra vida* ou quando Diego afere sua vida como *normal*, há no

subtexto uma precariedade partilha por essas jovens. A insuficiência ou ausência de redes de apoio toram suas vidas menos vivíveis, obstaculizadas e confinadas na marginalidade das estruturas. O risco de morte se torna mais iminente para essas vidas “impassíveis de luto”.

Já Matheus traz um relato mais detalhado de sua infância, de que se recorda com bastante nitidez apesar de advertir inicialmente que não teria muitas lembranças. Quando mais novo, passou a ficar em uma creche. O padrasto o agredia e a mãe era ausente por conta de viagens a trabalho como cantora de forró. Num certo período, a mãe então umbandista se tornou evangélica e deixou a profissão. Após amargar uma traição e ingressar em novos relacionamentos amorosos, a mãe oscilava entre deixar e retornar à igreja. Esse vaivém das religiões e dos namoros e casórios era acompanhado de perto por Matheus, que reconhecia ter ciúmes pela mãe. O atual parceiro da mãe conquistou a aprovação do jovem.

Antes, na minha infância, eu me lembro de muita pouca coisa. Minha mãe era junta com a... o pai da minha irmã mais velha e, aos 3 anos, eu comecei a frequentar a creche. Aí meu padrasto, que era o pai da minha irmã mais velha, batia em mim. Aí minha mãe se separou dele. Minha mãe era muito ausente na minha vida, na da minha irmã mais nova. A mais velha, quando o Conselho Tutelar tomou, deu pra família do pai dela. A minha mãe era muito ausente porque minha mãe tinha uma banda de forró. Minha mãe era cantora e ela passava muito tempo indo cantar, viajar pra outros lugares... Tinha vez que nós ficava em casa só, passava o dia e a noite só. Mas ela deixava tudo, mas ela era muito ausente na nossa infância. Aí ela era frequentadora de umbanda e toda vez que ela ia, nós ia junto. Foi até que... um período da minha vida quando ela... ela virou evangélica, encontrou outro rapaz e se casou. Aí ele traiu ela. Teve a separação dela com ele. Aí ela voltou... ela saiu da igreja e voltou a cantar forró. Eu entrei... eu já tava na faixa de 8, 9 ano, e eu voltei pra frequentar umbanda. (...)

Ela começou a continuar cantando. Aí ela pegou e conheceu outro rapaz, que é o que ela vive hoje. Aí se juntou com ele. Aí começou eu, na minha opinião, pelo fato de eu ser muito enciumado com a minha mãe, nunca aceitei, assim, ela ter uma relação com alguém. A maioria que eu vi fazia muito ela sofrer, batia em nós, na minha irmã, batia nela. E eu nunca aceitei. Até que então quando ela se envolveu com esse que ela tá agora, eu criticava muito, não aceitava de forma alguma. Mas com a relação que eu vi que ele tinha com ela, a relação que ele mantinha comigo, com minha irmã, de respeito... eu fui, aprovei. E aí ela começou a ir pra igreja. E voltou. (Matheus)

O ingresso de Matheus na criminalidade é associado a um período de evasão escolar que reverbera na defasagem de seu grau de instrução. A mudança de moradia para um outro bairro em Fortaleza e a não-consecução de escola que o recebesse no novo local colaborou para se “envolver com a criminalidade”. Uma passagem que reforça a importância de redes de apoio estrutural do Estado na educação e na assistência social para coibir o ingresso de jovens na carreira criminal.

Mônica: E a sua escolaridade?

Matheus: Eu tinha me matriculado pra... pra uma escola fazendo EJA né?

M: EJA né? O EJA pra fazer qual a série, o ano?

Ma: 6º e o 7º

M: E por que foi que você atrasou?

Ma: Eu saí de um bairro e fui morar noutro. Aí no lugar onde eu fui morar não tinha vaga na escola. Aí eu fui e parei de ir, comecei a me envolver com a criminalidade.

Ao retomar o foco da história para si, Matheus conta que à medida que foi crescendo passou a ter mais desejo de liberdade, de sair a festas. A mãe era avessa a essas saídas, então passou a tentar impedi-lo. Em reação, ele fugiu de casa algumas vezes e numa dessas fugas ingressou na *vida do crime*. Suas *quedas* no sistema socioeducativo foram entremeadas por passagens em *casas de recuperação*, onde tentou *fazer outra vida* e passou a frequentar a igreja durante boa parte do ano de 2019. Ali começou a se relacionar com mulheres e conheceu sua então namorada. Credita a esse momento eclesialístico como o momento em que “o desejo por homem passou”, tanto que após sua saída, encerrou a relação afetiva com a ex mas continuou tendo outras relações exclusivamente com mulheres.

E eu comecei a... a querer minha liberdade. Ela me prendia muito. Eu queria sair pra festa, eu queria ir pra casa de amigo, de amiga e ela queria muito me prender. Aí foi quando eu fugi de casa. A primeira vez. Aí passei um tempo morando com uma amiga e voltei a morar com ela. Aí quando foi da outra vez eu fugi de novo. E ela disse que se eu fugisse, eu não ia... ela não ia me querer mais na casa dela. Aí eu fugi e não... pretendi não voltar. Aí foi, comecei a me envolver com a vida do crime. Aí fui pra uma casa de recuperação<sup>189</sup> pra tentar sair, me afastar da vida do crime. Passei um mês, saí de lá e voltei a envolver. Aí pronto. Desde esse tempo comecei a me envolver e quando foi, aí eu tive minhas quedas. Caí no sistema socioeducativo, aí saí. Aí eu peguei... minha mãe... quando foi início de 2019 eu vim. Eu voltei a conviver com minha mãe no início de 2019. Aí depois que eu saí do centro socioeducativo, ela pegou, me pegou pra morar mais ela mas ela não queria eu na vida do crime. Aí eu pe... retornei pra casa de recuperação. Comecei a tentar fazer outra vida. Passei um mês também nessa época, era pra ser sem morar mais minha mãe em casa. Aí depois disso comecei a sa... aí entrei na igreja e passei... Passei 4 ano, 2019 todo na igreja. Quando foi no... e comecei a me relacionar com mulher. Aí foi quando eu conheci a minha ex-companheira. Aí começemo a namorar. Aí peguei, quando foi no final de 2019, eu saí da igreja e comecei a me relacionar com outras mulheres, e aquele meu desejo por homem passou. (Matheus)

Seguindo uma orientação de não perguntar diretamente o ato infracional cometido por aqueles jovens, optei por deixar-lhes à vontade para contarem como foram parar nos centros, de uma forma mais genérica. A profundidade ficaria a cargo deles,

<sup>189</sup> Nome popular que se dá a *comunidades terapêuticas*, locais que oferecem gratuitamente acolhimento para pessoas com uso, abuso ou dependência de drogas. De adesão voluntária, propiciam um ambiente residencial, protegido, durante até um ano, período em que continuam o tratamento na rede pública.

contando o que julgassem necessário. Enquanto as meninas foram reticentes ao descreverem seu ingresso e trajetória na criminalidade, ocultando as razões que as levaram para estar ali no centro feminino conforme veremos mais à frente, Matheus agiu de forma diversa. Ele contou sem problemas a respeito de roubos (a que chama de 157) e de um homicídio praticado dentro do sistema.

E quando foi, no começo de 2020, eu caí com 157. Quando eu tava lá no Passaré, eu me envolvi no... num homicídio dentro do sistema. Fui transferido pra cá, pro Patativa. (...)Eu não vou mentir pra senhora. Eu participei, me envolvi também. (...) De todos, o único que estava de provisória era eu e outro que participou também. Mas só que 2 foram absorvidos e eu e os outros 2 que... eu era o único que tava no provisório. Os outros 2 tava tudo sentenciado, aí o único que... dessa morte foi sentenciado foi eu. (...) O outro foi liberado, foi absorvido e eu peguei a sentença desse homicídio. (Matheus)

Diante da tranquilidade de Matheus em narrar os fatos, tentei investigar mais a fundo como foram as ocorrências, abrangendo outros âmbitos como o trabalho, a moradia e as relações amorosas. Queria entender quais redes de apoio erigiam diante de momentos dilemáticos na vida do jovem e quais delas haviam rompido nessa sua transição para uma *vida do crime*. O desemprego, a moradia com uma amiga e o roubo de uma bicicleta compunham aquele novo cenário.

Bruno: Aí você tinha falado “eu caí no 157”. O que é isso: “Eu caí no 157”?  
 Matheus: Eu... eu fui recolhido né pra... pra delega.. pra DCA porque eu tava roubando. Caí com um amigo que tava roubando, aí fui recolhido pra DCA. Da DCA eu fui pra triagem. Da triagem eu fui transferido pro Passaré, pro Socioeducativo Passaré.  
 B: E você tava roubando o quê, cê lembra?  
 Ma: Eu tava atrás de roubar. E eu peguei, tava eu e uma amiga minha. Aí veio um homem com uma bicicleta que valia um bom dinheiro. Aí nós peguemo, roubemo. Aí nós ia atrás de roubar mais, em cima da bicicleta, mas foi quando nós se batemo com a polícia militar e nós fomos abordado. E aí fomos abordado. E aí fomos preso.  
 B: Nesse momento você morava aonde? Você morava com a sua amiga?  
 Ma: Eu tava morando com uma amiga minha pelo fato d’eu tar namorando com uma outra menina. Saí da casa da minha mãe e fui morar nessa amiga dessa menina que eu tava namorando.  
 B: E nessa época você trabalhava? Porque você teve vários trabalhos né? Você tava descrevendo...  
 Ma: Nesse tempo eu tinha acabado de sair do meu emprego. E tava me envolvendo mais pruma vida mais do crime  
 B: E você chegou nesse momento, assim, teve algum momento que ficou muito complicado financeiramente... você ficou... chegou a morar na rua ou fazer programa?  
 Ma: Não.  
 B: Sempre conseguiu alguma casa que te recebesse né?  
 Ma: Sim

Ele continuou dissertando a respeito das namoradas. Nesse momento, uma revelação importante. A namorada dos tempos de igreja havia sido lésbica no passado e

“virou heterossexual também”, como precisou nesses termos. O fato e ela ter tido outra orientação sexual pregressa foi encarado por ele como um “ato pessoal da história dela”. Enfim, eles se conheceram na igreja, cujo nome não soube precisar mas apenas referiu como uma igreja pertencente à prima da jovem que se tornaria sua namorada. O namoro durou poucos meses e ele chegou a ter outra relação igualmente efêmera até que foi *preso* em fevereiro de 2020. Quando ingressou no centro, reatou com a primeira namorada, quem passou a *puxar*<sup>190</sup> com ele a internação por mais alguns meses, e novamente (agora em definitivo) encerrassem o relacionamento entre as grades.

Bruno: Essa sua namorada né que você teve? A primeira namorada lá de 2019, ela também era da igreja?

Matheus: Era. A... Ela... pelo fato, pelo um ato pessoal da história dela isso antes, ela tinha sido lésbica também. Aí ela virou heterossexual também. Começou a ficar só com o.. com o sexo masculino. Aí foi quando ela começou a entrar na igreja e eu conheci ela.

B: E isso foi em qual igreja? Você tava fora do sistema ou você já tava no sistema?

Ma: Como assim?

B: Quando você conheceu ela, foi qual igreja? Foi... foi qual circunstância? Cê tava morando aonde, cê tava aonde?

Ma: Eu tava morando com minha mãe, tava bem, tava trabalhando. Aí eu fui pro culto numa igreja duma prima dela e ali conheci ela. Ai nós começemo a conversar e depois começemo a namorar.

B: E durou quanto tempo esse namoro?

Ma: Eu comecei a namorar com ela... 2019, no mês de outubro. Aí quando foi janeiro, final de janeiro, começo de fevereiro nós terminemo. Aí eu comecei a passar um tempo sem ninguém. Quando foi quase no meio de fevereiro, eu me juntei com outra menina. Aí fui preso. Aí, um dia antes d’eu ser preso, nós tinha terminado. Aí eu, aí eu tava sem ninguém. Quando eu tava lá no Passaré, aí essa que eu, como eu dizia, tinha ficado com ela antes de tar com essa que eu tinha terminado, ela pegou e pediu pra voltar comigo, aí nós voltemo. E ela começou a puxar comigo. Até um... até... até em agosto de... em agosto, setembro de 2020. Aí foi quando que... eu tava aqui dentro já, aí nós terminemo, mas dificilmente nós tem contato ainda.

Conforme Butler (2018) provoca, é possível pensar uma vida boa (estrutural e sistematicamente vedada a muitos como Cleitim, Diego e Matheus) em uma vida ruim (de condições de especial precariedade e de insegurança material)? Esses sujeitos tiveram de lidar com violências intrafamiliares, pouco amparo institucional na primeira infância, falhas no sistema educacional cuja oferta de ensino é obrigatória e, no curso da vida, acabaram adentrando no crime. Nesse sentido, penso quais vidas são inocentadas nos biojulgamentos, podendo ser vivíveis por não terem cassado suas credenciais enquanto vidas? As vidas de Cleitim, Diego e Matheus precisam ser redundantemente

<sup>190</sup> *Puxar* aqui significa suportar a internação, prestar apoio. Vocábulo comum também no meio prisional.

afirmadas enquanto tais. Com o estatuto de vidas e não de meras lidas. E esse texto é um exercício.

#### 4.9 Jeito de homem, gesto de homossexual

Cleitim não teve acesso a discussões de gênero ou sexualidade ou de racismo, apesar de já ter sofrido preconceito no colégio. Os colegas chamavam-no de *homem*, que tinha *jeito de homem*” e ele não gostava dessa *besteira* que falavam. A *brincadeira* tinha consequências graves. Como reação, ele “esculhambava de todo nome”, já tendo chegado a arremessar pedras em quem lhe ofendeu.

Bruno: Também não. É... e sobre racismo, assim, foi discutido na educação?

Cleitim: Não.

B: Também não? Mas você já sofreu racismo em algum momento?

C: Já né? Na nossa vida...

B: Na vida, como é que foi isso?

C: Colégio...

B: E como assim? Como é que era o racismo no colégio? Quem é que fazia, o que era, o que é que diziam?

C: Era brincadeira, besteira. Ficavam me chamando de homem, dizendo que eu era jeito de homem. E eu não gostava.

B: E aí no caso como é que você fazia, as palavras que te machucavam, né assim, você...

C: Eu esculhambava de todo nome! (...)

B: Mas aí ficava só nisso mesmo ou chegava a ter alguma consequência?

C: Taquei pedrada..

B: Ah, chegou a tacar pedra. E.. e essa pessoa tinha feito o quê com você?

C: Tinha falado besteira.

Achei particularmente interessante a articulação de Cleitim do preconceito LGBTQIA+fóbico que sofria enquanto um ato de *racismo*. Voltou a lembrar que, em 2019, o STF havia decidido que a homotransfobia seria considerada crime no país, equiparada ao crime de racismo. As conexões entre tais diferentes delitos preconceituosos foram concatenados na experiência da adolescente. Daí a importância do que Scott (1999) chama de interpretar contextualmente as experiências, de forma desessencializada.

A seu turno, Diego destacou que desde pequena gostava de meninas. Lembrou de uma colega da escola por quem se sentiu atraída e teve o afeto correspondido. Na adolescência, sofreu preconceito por conta de sua orientação sexual. Chegou a ser insultada na rua com expressões preconceituosas como *sapatão*. Mas sua família a aceitava *normal*.

Mônica: Me diz. Como foi que você descobriu que gostava de menina?

Diego: Ah, desde pequena.

M: Desde pequenininha, tipo menina...

D: É

M: Ainda na infância ou foi na adolescência?  
 D: Na infância, adolescente... (...) Foi, tia, na infância.  
 M: E como foi essa percepção? (...)  
 D: Por uma menina na escola  
 M: Ah, na escola né? Você se afeiçãoou numa garota da sua escola  
 D: Foi.  
 M: E você, você foi correspondida?  
 Fran: A menina, que tu gostava, gostava de você também?  
 D: Gostava.  
 M: Ah, tá. E, por conta disso, desse gostar de outra menina, você sofreu preconceito?  
 D: Sim. Lá em Sobral sim.  
 M: Sofreu preconceito na sua família, na escola e na...  
 D: Não! Na rua.  
 B: Como que era na rua esse preconceito?  
 D: Me chamava de sapatão, de nome.  
 M: E na sua família?  
 D: Não. Aceitaram normal.  
 M: E a família da outra menina?  
 D: Também.

A respeito de *aceitação*, Oliveira (2013) disserta a acerca de seus sentidos quando se referem à *aceitação* da homossexualidade. Interessa-se por essa categoria, seus contextos de uso, quem deseja ser aceito, por quem e onde. Seu foco está particularmente concentrado nas relações familiares, onde reconhece haver um jogo complexo de negociações de expectativas sociais. No caso, a família de Diego *aceitou* sem problemas.

Enfim, Matheus evoca na lembrança o momento em que começou a expressar sua sexualidade associada a uma mudança de endereço domiciliar. Começou a expor uma *vontade homossexual* a sua mãe, que não aceitava mas também não criticava. Diante dos comentários de outras pessoas, ela até desconfiava e perguntava mas ele desconversava. O momento em que ela teve certeza foi quando o jovem passou a vestir roupa feminina.

Aí nós... Aí ela pegou, aí nós saímos de lá, daonde nós morava, por causa dela ainda ter vínculo com esse, esse ex-marido dela. Aí nós fomos morar na Cidade 2000. Aí lá eu peguei e comecei a expor pra ela a vontade que eu tinha de ser homossexual. Não era bem aceita, mas ela não criticava. (...)  
 B: Aí no caso como é que foi a descoberta da sua sexualidade quando você era mais novo. Por que você chegou pra sua mãe naquele momento e você falou que você tava com aquele desejo? O que é que te lembrava na tua infância?  
 S: Assim, eu escutava muito as pessoas dizer né. Que eu tinha jeito, gesto, ia ser um homossexual quando crescer. Isso eu tomei pra mim. Mas necessariamente eu nunca cheguei a contar pra minha mãe não. Ela me perguntava, eu tinha medo de dizer pra ela o que realmente eu era. Mas só que ela via meu jeito, as minhas irmãs falava pra ela. Mas pra nós sentar, ter uma conversa, pra eu realmente falar pra ela mesmo, nós nunca tivemos. Ela só teve a certeza quando eu comecei a vestir roupa feminina. (Matheus)

O jovem relata que não sofreu preconceito durante essa época em que trajava roupas femininas. Sentia o oposto disso: aceitação no meio onde convivia, na escola e mesmo no local de trabalho, uma barraca de praia onde atuava como massoterapeuta.

Bruno: E nesse período você chegou a sofrer algum preconceito, alguma agressão por conta disso?

Matheus: Não.

B: Na rua, piadinhas... ou não.

Ma: Pelo contrário eu era... eu era muito... aonde eu, aonde eu ia, por onde eu ia, eu era muito bem aceito no meio das pessoas que eu convivia

B: E onde era esse meio que você fala que era bem aceito, onde que você andava?

Ma: Na comunidade. Na comunidade próxima daonde eu morava. Na comunidade que eu morava, os amigos que eu tinha, a escola onde eu estudava. A... o... onde eu passava pra trabalhar

B: Nesse...

Ma: Nesse tempo que eu passei... que eu passei usando roupa feminina eu trabalhava como massoterapeuta. Eu era muito bem aceito no meu trabalho.

B: Nesse período que você tinha essas roupas femininas, você usava... trabalhava de terapeuta e teve algum ...

Ma: Massoterapeuta

B: De massoterapeuta era? Em algum local específico ou você atendia em casa?

Ma: Era numa... trabalhava numa barraca de praia, na Crocobeach.

Uma provável razão para a mãe de Matheus não aceitar aquela sexualidade dissidente era o pertencimento a uma igreja evangélica. Diferentemente de igrejas inclusivas, os neopentecostais elencam em sua maioria a homossexualidade como sendo um dos *pecados sexuais* (Natividade, 2008). Daí o motivo pelo qual ela rejeitava, mas não externava na forma de uma conduta hostil. Apenas reprovava aquilo.

#### 4.10 A corda sempre arrebenta pro lado mais fraco

Nesse momento da conversa, trato do tema da criminalidade. Para Cleitim, a droga aparece como sendo o chamariz para o crime. Reconheceu que consumia e vendia entorpecentes, razão pela qual foi *preso* pela primeira vez e foi parar no centro socioeducativo, de onde não saiu mais. Desde então entrou numa espiral de novos atos infracionais e foi permanecendo na unidade.

Mônica: Tá. E nesse envolvimento com o crime, como foi que isso começou?

Cleitim: Começou por causa de droga.

M: Eles pediram pra você vender, foi?

C: Foi.

M: Tá. E depois de começar a vender, consumia?

C: Consumi.

M: Você ficou com alguma dívida em relação à droga?

C: Não.

M: (...) Tá. Relata mais o que foi que tu disse que foi uma desgraça morar só.  
 C: Eu fui preso. Vim parar aqui.  
 M: Desde essa época?  
 C: Desde essa época.

Segundo o Sinase 2017, os atos infracionais associados ao tráfico de drogas são a principal causa de internação entre as adolescentes do *sexo feminino*<sup>191</sup> no Brasil e na região Nordeste especificamente, enquanto entre os do *sexo masculino* predominam aqueles contra o patrimônio (BRASIL, 2019). Coincidência ou não, dias depois dessa entrevista a vice-governadora do estado Izolda Cela foi assaltada e se surpreendeu que os autores do ato eram *tão jovens*, mas deveriam ser *chamados à responsabilidade* visto que não eram *coitadinhos*<sup>192</sup>.

Por outro lado, em razão de não envolver violência, a rigor, os atos envolvendo consumo ou venda de tóxicos não deveriam resultar em internação, *ultima ratio*, em atenção ao princípio da excepcionalidade. No entanto, a cultura de internação no Judiciário é muito arraigada e esses dados desnudam tal situação. O recrutamento de jovens ocorre através da entrega de droga e é propagandeada a oportunidade de retorno financeiro. Diante da falência de estruturas de suporte social que lhes confirmam vidas dignas, acabam recorrendo a esse caminho.

Adiante, perguntado se era de alguma facção, Cleitim respondeu que não tinha “nada de facção”. Reforçou essa negação em mais de uma oportunidade.

Mônica: (...) quando você diz que se envolveu com a droga, tem alguma facção que você se vinculou?  
 Cleitim: Tem não. Sou não.  
 M: Você é independente?  
 C: Tenho nada de facção, não.

Conforme Bauer e Gaskell (2008, p. 72) advertem é preciso ter cuidado com as narrativas que se ouve em entrevistas. Elas estão passíveis de omissões voluntárias, incompreensões, indizíveis (QUEIROZ, 1988). Por essa razão, é interessante que sejam precedidas de trabalho de campo.

Assim, o pesquisador deve sempre aliar a sua experiência de campo com as narrativas que ouve para alinhar as perspectivas que o campo oferece. Em tal situação, o entrevistador não pode compreender plenamente a “linguagem local”: a conotação de alguns termos comuns pode ser totalmente diferente.

<sup>191</sup> Nomenclatura utilizada no Sinase 2017, referindo-se à divisão em sexo masculino e feminino.

<sup>192</sup> “PROBLEMÁTICA não se reduz a um caso de polícia”, diz vice-governadora após sofrer assalto neste domingo, 21. O Povo. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/politica/2021/02/21/problematica-nao-se-reduz-a-um-caso-de-policia-diz-vice-governadora-apos-sofrer-assalto-neste-domingo-21/> Acesso em: 08 maio 2021.

Em segundo lugar, por diversas razões, o entrevistado pode omitir detalhes importantes. Pode ser que algumas coisas lhe pareçam apenas algo dado, aceito sem discussão; outras coisas podem ser difíceis de serem ditas com palavras, ou o entrevistado pensa que seria descortês ou mostraria falta de sensibilidade. Em terceiro lugar, um entrevistado pode ver situações através de “lentes distorcidas”, e fornecer uma versão que seja enganadora e impossível de ser testada ou verificada (BAUER; GASKELL, 2008, p. 72)

A vinculação à facção, por vezes, é algo que sobrepesa no histórico, nos relatórios dos jovens e principalmente na decisão dos juízes. Daí a provável resistência de se autoafirmar como integrante de alguma facção e sofrer alguma reprimenda estatal, que renove sua internação por mais tempo, por exemplo. Posteriormente, em conversa reservada após as entrevistas, a técnica informou que Cleitim tinha vínculo com a facção criminal GDE. Como explicado anteriormente em capítulo próprio, é uma organização local, conhecida por ser muito violenta e por recrutar muitos jovens de comunidades em em todo o estado do Ceará.

Ele informou ter entendido o que aconteceu ao ser *preso*. Mas ao questionar a medida socioeducativa que foi concedida a ele, foi taxativo. Discordou dela, achou injusta. E explicou que estava *mofando*, isto é, “passando um bocado de tempo” no sistema e que queria retornar para sua casa.

Bruno: Você fala que foi preso, né? É, eles... Você entendeu o que aconteceu? Eles explicaram pra você por que é que você tava sendo preso? E você já tinha sido preso antes?

Cleitim: Entendi.

B: Você achou que foi justo a medida que colocaram pra você? O tempo que colocaram pra você? Ou você tinha uma outra su...

C: Achei não. Achei não.

B: Achou não? Tu não achou por quê?

C: Porque eu tô “mofando”. Já era pra eu tar na minha casa (...)

B: Mofando como assim, que tu diz?

C: Um bocado de tempo aqui dentro.

Quanto ao entendimento legal da medida, pareceu-me bastante controverso. O próprio emprego da terminologia *preso* é muito comum no ambiente prisional. A lógica da legislação protetiva de crianças e adolescentes na justiça penal juvenil era rechaçar esses termos e empregar outros. O termo legalmente adequado seria *apreendido* segundo essa gramática normativa. Em vez de *pena*, seria *medida socioeducativa*. Em vez de *crime*, o *ato infracional*. Essa discrepância entre a previsão normativa e as práticas efetivas por várias vezes fazem com que alguns termos sejam incorporados pelos sujeitos, outros não. No caso de Cleitim, o viés pedagógico da medida deu lugar ao castigo, a ponto de reiterar que está *preso* e *mofando* com o elevado tempo de internação (quase três anos).

Por sua vez, Diego está a mais de um ano na unidade em Fortaleza, desde quando *pegaram-na* em Sobral numa tentativa de roubo seguido de morte (latrocínio). Com o auxílio de Fran na intermediação entre o vocabulário jurídico da promotora e o universo linguístico da jovem, conta-nos que já tinha praticado *altas coisas*, como tráfico de drogas (a que se refere como 33<sup>193</sup>) e homicídio. Ao som da sirene da polícia durante a entrevista, informou ter entendido a medida aplicada e considerou-a justa aliás. Ela disse que *merecia* tal reprimenda estatal.

Mônica: Aí quanto tempo você tá na unidade?  
 Diego: 1 ano e 4. Fazer 1 ano e 4.  
 M: É e como foi que você veio parar na unidade? O que foi que aconteceu?  
 D: Porque me pegaram lá em Sobral. (...)  
 M: Você veio direto, você veio direto de Sobral pra cá ou você cumpriu alguma medida como LA e PSC? [zoada do carro da PM]  
 D: Não. Foi mandado.  
 Fran: Ela tá perguntando se tu assinou lá fora, LA...  
 D: Não.  
 F: Era isso que ela tá perguntando, Eloiza.  
 M: E qual foi o motivo que você foi pra unidade?  
 D: Um mandado.  
 M: Foi um mandado? Mas que mandado... o que foi que aconteceu? Foi... o que foi o ato infracional?  
 D: Homicídio, 33, altas coisas...  
 F: É assim, oh. Ela veio por tentativa de latrocínio. Só que a sentença foi por tráfico de um ato anterior.  
 M: Então teve dois atos infracionais?  
 F: Mas a sentença hoje é tráfico.  
 D: 33  
 M: Ah, sim. Ah, tá. Então teve tráfico e tentativa de latrocínio, foi isso?  
 D: Foi.  
 M: É... você achou essa medida justa?  
 D: Sim  
 M: Entendeu a medida?  
 D: Entendi.  
 M: Ou você teria outra sugestão pra dar pra você? (...)  
 D: Não, eu merecia.

Em relação ao tempo, é uma reclamação muito comum. Há quem fique provisoriamente no sistema (até 45 dias). Mas há quem passe muitos meses, até o limite de três anos. Há quem tenha 20 anos de idade e esteja no sistema por conta disso, como é o caso de Diego. Por isso, não raro, há jovens alegando que estão *mofando*.

A cultura do encarceramento tem sido muito reforçada nos últimos anos, inclusive entre os adolescentes. Segundo o Relatório do Sinase 2017, apenas em 2016 se observou uma redução de internações. Em todos os demais, foram registrados aumentos,

---

<sup>193</sup> Em alusão ao número do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, conhecida como Lei de Tóxicos, onde estão tipificadas as condutas a serem punidas criminalmente.

concentrando aqueles de 16 e 17 anos em sua maioria, como Cleitim e Matheus. No Ceará, ampliou-se de 856 para 935 adolescentes entre 2016 e 2017 (BRASIL, 2019).

Nesse momento da análise da entrevista, não pude deixar de evocar a reclamação ao tempo excessivo da medida como a “natureza criminosa do direito” (DAS, 2011, p.14) em torno da realidade da internação. O mofo era o sinal do *conhecimento venenoso* do qual Cleitim e Diego tinham tomado ciência apenas naquela situação extrema da privação da própria liberdade, de modo muito exaustivo.

Enfim, Matheus traz em sua história um exemplo de como a dinâmica faccional incide sobre a vida de muitos jovens de periferia como ele. Por ter mudado de bairro, precisou sair do emprego na barraca de praia em razão de a facção que exercia influência no bairro onde trabalhava ser mais *pesada* e não aceitar a presença de funcionários oriundos de bairros sob domínio da facção adversária. Num primeiro momento não estava *envolvido*, mas depois começou a se *envolver*. Naquele momento sentia que sua vida estava *correndo risco* e parou de frequentar o local quando se intensificaram os conflitos que ficaram conhecidos como *guerras de facção*<sup>194</sup>.

Bruno: Certo. E... e aí no caso você saiu do trabalho, você pediu pra sair ou te colocaram pro... pra fora?

Matheus: Eu saí porque eu fui morar... fui morar em outro canto, em outro bairro com uma amiga minha. Aí... e lá, a facção de lá era muito pesada, lá perto onde eu... lá perto onde eu ia trabalhar era uma facção oposta. Eles não aceitavam aonde eu morava... não aceitavam pessoas trabalhar lá. Aí foi o tempo que eu comecei a me envolver. Aí eu peguei e pedi pra sair. Tive que sair pra não botar minha vida em risco. Lá onde eu trabalhava, dava muita gente envolvida da outra facção. Minha vida realmente tava correndo risco ali. Apesar de eu não ser envolvido, eu ainda continuava frequentando lá. Aí quando foi o tempo que a guerra de facção tava muito agravada, tava muito séria, eu peguei e parei de frequentar lá.

B: Que período era esse que você fala, das facções que tava sério?

Ma: Como assim?

B: Que você lembra aí, você tava falando... Teve um período que tava muito sério essa questão das facções. Você...

Ma: Foi no tempo que a... a facção GDE se expandiu no estado e tava tomando muitos bairros, tava uma guerra dum bairro com outro, mais forte. Hoje em dia ela tá muito reduzida. Ainda tem as guerras, mas não como antes que foi o tempo que começou né?

Ao ver Matheus relatar sobre o risco que sua vida corria em face dos conflitos entre territórios rivais, realizei nova conexão com Mbembe (2018) e o seu deslocamento da explicação da *soberania* na ciência política como afeita às instituições políticas autônomas, a cidadãos independentes para assumir uma qualificação com categorias

<sup>194</sup> Para saber mais a respeito desse período, sugiro Sá e Aquino (2018).

mais palpáveis como vida e morte. A necropolítica evidencia o Estado como um agente na gestão do nascimento e da morte na população, através de critérios fundados no racismo, elegendo quem poderá viver e quem deverá morrer. Diante das falhas das estruturas sociais de educação, trabalho, assistência social e segurança pública, Matheus e outros tantos jovens negros periféricos estão cotados para a segunda alternativa. Até porque nas guerras contemporâneas, nem todas as “vidas são qualificadas como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos” (BUTLER, 2018, p. 16).

Mais à frente, Matheus continua contando sobre suas *passagens* no sistema. Já *caiu* várias vezes por diversas razões para os atos infracionais. Um furto (o 155 mencionado) que lhe rendeu uma medida de prestação de serviço comunitário. Um porte de drogas (o 33, novamente) que eram na verdade de uma amiga adulta e ele assumiu a responsabilidade para que ela não fosse para a penitenciária por ser maior de idade e mãe de recém-nascido. Essa generosidade lhe rendeu uma internação provisória. E assim ocorreu com outros eventos: roubo (157), receptação (180) e um homicídio contra um jovem interno no Centro Socioeducativo do Passaré. Essa morte lhe custou uma nova sentença que prorrogou sua estadia no centro por tempo. Uma internação de 45 dias se tornou algo que já caminhava para um ano.

Matheus: Eu tive outras passagem. A primeira eu... A primeira vez eu caí pelo... 155, furto. Aí eu peguei o PSC e fui liberado. Aí cumpri o PSC. Aí caí outra vez com o 33, com umas droga de uma amiga minha, pra ela não ser presa porque já era de maior, tinha uma criança de colo. Aí peguei uma provisória, aí saí da audiência, aí caí depois com 157, aí... na... peguei outra provisória, caí de ofício. Aí foi quando eu caí na... no 180 e fui liberado na delegacia mesmo, aguardando audiência. E agora dessa vez eu caí com 157.

Bruno: Certo.

Ma: Aí eu peguei uma provisória quando eu caí. Quando eu tava na... no centro socioeducativo Passaré, eu tava dentro do dormitório que aconteceu o... homicídio que eu me envolvi. Aí passei 22 dia em medida disciplinar no Canindezinho. De lá fui transferido pra cá. Aí aqui eu recebi a notícia que eu tinha pego mais 45 dia pra... o juiz colher mais informação do homicídio. Aí tive audiência aqui e ele me sentenciou.

De modo geral, Matheus pareceu ter mais desenvoltura com conceitos próprios do sistema socioeducativo, que a meu ver pareceu ser um critério implícito e subliminar de avaliação do andamento da medida, de entendimento de sua natureza. Ainda que operasse com outros léxicos, por vezes empregava as terminologias aprendidas no sistema, como *dormitório* e até explicou com suas palavras o que era o PIA e a implicação daquele relatório para continuidade ou não de sua medida.

Bruno: É. E quanto tempo você ainda falta?

Matheus: Assim. Uma sentença... ela... de 6 em 6 mês nós mandamo nossa análise técnica juntamente com a... as enfermeira... socioeducador faz o relatório do comportamento, como tá nosso desenvolvimento dentro da medida socioeducativa. Aí manda pro juiz. Aí o juiz vai avaliar nosso ato infracional, vai olhar todas as nossas pasta. Como tá o desenvolvimento tanto emocional, sentimental, como físico. Aí ele manda uma resposta. Nós peguemo mais 6 meses pra... pra... pra passar por outra análise, por outro... por outro relatório. Ou se nós somos liberado. Aí eu tô com 10 meses cumprindo medida socioeducativa de tempo. Quinta-feira eu faço 11 meses.

Diante da disposição do jovem em contar mais sobre os atos, perguntei-lhe especificamente das circunstâncias do furto. Diante da ausência da mãe, aos 12 anos, ele frequentava a casa de uma madrinha paulista, onde habitualmente passava para fazer refeições. Certa vez, descobriu onde ela guardava o cartão de crédito com a senha e o *pegou* para fazer compras de roupas, celulares e outros artigos materiais com suas amigas no centro da cidade, no período natalino. O prejuízo financeiro para sua madrinha foi da ordem de 12 mil reais! De modo geral, avaliou que as medidas que lhe foram prescritas foram justas.

Bruno: Certo. E essa primeira que você pegou né... De 155, furto... A primeira. Foi o quê? Você furtou o quê? Você lembra desse episódio?

Matheus: Eu peguei, eu vivia na casa da minha madrinha. Aí tinha comida dela lá. Aí uma vez nós fomos no centro comprar umas coisa. Aí eu vi ela abrindo a carteira dela e o cartão com a senha. Aí quando foi uma vez, lá na casa da minha madrinha, pegou,. eu abri a bolsa dela e peguei o cartão com a senha e fui com duas amiga minha ver se tinha dinheiro. Aí tinha. Cada cartão... essa mulher era de São Paulo... Aí cada cartão tinha 12mil. A senha que tinha que tirar o boca do caixa e passar o cartão. Aí nós gastemo, aí quando foi com um tempo a mulher descobriu tudo, descobriu tudo. Aí pediram pra mim comparecer à delegacia, aí eu fui. Aí eu peguei o PSC. Fui pruma audiência, peguei um PSC.

B: Cê gastou com quê, com suas amiga? Cê lembra?

Ma: Era época de... era época de final de ano. Nós tava comprando muito roupa, celular, era essa coisa, coisa de uso material. Nesse tempo eu não me envolvia com droga, não me envolvia com o... com crime.

B: E no caso você já trabalhava nessa época? Porque você podia comprar com o dinheiro do seu trabalho né... essas coisas ou não?

Ma: Não, nessa época não trabalhava. Nessa época, eu tinha 12 anos.(...)

M: E ainda voltando aqui, só pra eu entender outra coisa, da sua história de vida, você acha que essas medidas que foram aplicadas pra você, pelo juiz, foram justas?

Ma: Foram

No tocante às facções, Matheus foi o único que falou abertamente sobre o tema. Ele esteve envolvido com pessoas ligadas à GDE. Aproveitou a ocasião para pedir auxílio à promotora pública para ingressar no Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)<sup>195</sup> por temer não só pela GDE, mas

<sup>195</sup> Programa destinado a crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos egressos do sistema que foram ameaçados de morte por policiais ou na comunidade. Não precisa ter testemunhado, uma vez que não é

também pelas facções adversárias. Até já havia manifestado esse interesse à psicóloga e assistente social do centro, mas não teve oportunidade de conversar com a defensora pública. Segundo ele, nunca *vestiu a camisa* da facção nem o fará. Seu *envolvimento* era por assim dizer georreferenciado, motivado por residir num território em que a GDE predominava entre seus colegas. No centro, tal facção tem cobrado que ele desça para a tranca juntamente com os demais faccionados. No entanto, ele tem resistido a essa demanda por não entender que tenha motivo para deixar seu bloco de referência onde possui regalias em função de bom comportamento e *descer* para fazer companhia aos ex-colegas. Tem receio de que tal fato tenha repercussão quando estiver na *liberta*, ou seja, fora do centro. Reconhece que isso pode não *gerar*, não repercutir, mas firma sua sustentação com um ditado popular: “a corda sempre arrebenta pro lado mais fraco”.

Mônica: Agora assim, uma pergunta. Você, quando disse que tava envolvido com o crime, você tava envolvido com as pessoas ligadas à GDE?

Matheus: Isso.

M: Sempre foi ligado à GDE. E quando você diz que quer proteção, que quer ir pra outro lugar no... no PPCAAM, você teme pelas inimigas da GDE ou pela GDE?

Ma: Pelas inimigas da GDE e eu tenho um certo receio pela minha, porque...

(...) Porque assim. Aqui dentro né, eu tô tendo uma resistência muito grande de descer pra tranca com os menino da GDE, olha. Os menino da GDE, eles tão querendo me descer pra tranca, entendeu? E eu tô tendo uma resistência. Disse que não vou descer porque eu não tenho motivo pra mim descer, entendeu? Aí eu tenho medo de, quando eu chegar lá na *liberta* também, isso possa gerar alguma coisa pra mim. Muita das vezes, coisa que acontece em... em serviço socioeducativo também, não gera na liberdade. Mas é aquele ditado: a corda sempre arrebenta pro lado mais fraco.

M: Entendi. Então você tem medo de qualquer uma delas?

Ma: É

M: Tá. Mas você alguma vez vestiu a camisa ou rasgou a camisa? Porque o maior receio é quando rasga a camisa, se debandeia pro outro lado e aí tem as... a vingança né? Eles chamam de...

Ma: Não, nunca vesti camisa não. E nem vou vestir.

Um depoimento que não apareceu entre os jovens, mas Vitória Silva (2020, p.124) relata é uma visão da internação como um *livramento de Deus* de algo pior, por exemplo a morte. Para algumas internas, é muito nítida essa consciência de que estariam mortas se não estivessem ali nos centros. É uma possibilidade de mudar de *vida*.

---

serviço de proteção à testemunha. Os órgãos que podem encaminhar tais pedidos são o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Judiciário. Podem ser aplicadas medidas de proteção como transferência para residência provisória em local seguro e sigiloso; transferência de matrícula escolar para outra escola; apoio e escolta nos deslocamentos necessários; preservação do segredo sobre a identidade, imagem e dados pessoais, entre outros.

#### 4.11 Eu sou mulher, eu sou menina

Cleitim informou que não foi perguntado para qual unidade deveria ir, se masculina ou feminina. Na verdade, negou com sonoro “NAN” (uma interjeição tipicamente cearense) qualquer possibilidade de ir a um centro masculino. Ressaltou sua preferência pelo centro feminino e defendeu sua estadia ali por um motivo muito simples: “*Porque eu sou menina. Vou ficar*”.

Bruno: E me diz uma coisa. Quando você entrou no centro feminino, né, assim, você preferiu estar no centro feminino? Ou pediu pra ir pro masculino?

Cleitim: NAN! Feminino.

B: Feminino mesmo né?

C: É.

B: Mas por que tu prefere o feminino?

C: Porque eu sou menina. Vou ficar...

Mônica: Legal!

Diego teve reação bastante similar à de Cleitim, ao ser indagado sobre uma possível ida para o centro masculino: “Deus me livre!”. Tentando defender essa posição, argumentou quase tautologicamente como se fosse óbvia sua argumentação, pelo fato de ser *mulher*. Ainda que não performasse com signos tidos costumeiramente como feminino, o Diego é uma *mulher*.

Bruno: Tendi. E aí no caso me diz uma coisa. Quando você tava no... assim que você entrou no sistema, você preferiu ir por centro feminino ou você queria ir pro masculino?

Diego: Deus me livre! Queria ficar aqui mesmo.

B: No feminino mesmo né?

D: É

B: Mas por quê?

D: Porque sim. Porque eu sou mulher!

O procedimento recomendado pelo CRLGBT, orientado pela autodeterminação, seria perguntar à jovem ainda na recepção, mediante a entrevista com técnico. Porém, por força de decisão judicial, internam-se meninos trans, travestis e meninas trans no sistema feminino. Na prática, nem se pergunta mais. Já se encaminha para a unidade feminina mesmo, conforme pude observar nos relatos. Com Matheus sequer houve cogitação de perguntá-lo. Sempre foi para unidades masculinas.

#### 4.12 O meu sonho é isso

Segundo Cleitim, os cabrões ficam num bloco à parte, com três dormitórios. Ele dividia dormitório com outro cabrão, por exemplo. Nutre uma relação saudável entre eles, mas acredita que seria melhor se estivessem juntos com as *meninas*, dividindo dormitórios, porque seria *mais gente*.

Bruno: Entendi. Aí no caso você me falou que vocês ficam num... É um bloco separado ou é um dormitório específico? Como é que fica...  
 Cleitim: Bloco separado.  
 B: Aí nesse bloco tem quantos dormitórios que vocês ficam?  
 C: 3  
 B: 3 né? Aí no caso vocês ficam com quantas pessoas? Como é que é divisão?  
 C: No dormitório só tem eu e mais uma.  
 B: Você e mais uma né? E vocês se dão bem? No dormitório não tem briga?  
 C: Não. Mas ia ser melhor se fosse junto com as menina.  
 B: Ia ser melhor se fosse junto. Mas por que seria melhor se fosse mais, se fosse junto?  
 C: Porque ia ter mais gente.

Esse desejo de Cleitim não deve ser interpretado enquanto um pedido por superlotação, comum em unidades masculinas. É apenas uma vontade de conviver, de ter mais contato com as meninas com quem eventualmente podem até vir a namorar. Tal pleito foi rogado por várias vezes ao longo da entrevista e não deve ser menosprezado ou colocado em segundo plano.

Diego é ainda mais eloquente: quer *tá junto* de sua *mulher* num mesmo dormitório. Estar junto da namorada é o seu *sonho*. Essa foi a sugestão que deixou para Mônica no tocante à melhoria de tratamento no sistema. Atualmente está sozinho num dormitório, algo que ele prefere diante da impossibilidade de coabitar com a companheira, uma convivência com mais proximidade e intimidade.

Mônica: E o que você... sugere pra melhorar aí dentro da unidade em relação ao tratamento de vocês?  
 Diego: Pra nós tá junto  
 M: Como?  
 D: Pra nós tá junto dentro do dormitório.  
 M: Tá todo mundo junto, é isso?  
 D: Não pode nós tá junto com a nossa mulher  
 M: Não, não tô entendendo. Tá um eco.  
 D: Pra nós tá junto com a nossa mulher no dormitório, pra nós ficar junto.  
 M: Ah, tá certo. Então o que vocês querem...  
 D: O meu sonho é isso.  
 M: Visitas íntimas?  
 D: É  
 M: Ah, tá.  
 Fran: Ela queria tar junto com a namorada dela aqui, que é daqui dentro, no mesmo dormitório  
 Bruno: Certo. E aí no caso você especificamente, você fica num bloco separado, num mesmo dormitório.  
 D: Eu fico sozinho, fico sozinho no dormitório.  
 B: Ah, você fica só, né?  
 D: É.  
 B: E... você prefere ficar só ou...  
 D: Prefiro, tanto faz.  
 B: Mas por que assim, qual é a vantagem de tar só?  
 D: Porque é melhor pra mim.

Por fim, Matheus informa que há 9 meses está *puxando dormitório só* no bloco de referência. Sente-se seguro, apesar dessas intimidações de jovens de outros blocos *batendo grade* e pedindo pela regressão de sua medida. Sempre que é retirado para atividades, os socioeducadores estavam presentes. Quando pede a alguns deles para deixá-lo conversar com algum outro interno para *trocar ideia*, eles permitem. Mas reconhece que esse tempo todo sozinho às vezes o *abate*. Comparável a um *inferno*.

Mônica: E você tá no alojamento sozinho, no dormitório sozinho?

Matheus: Sim.

M: Tá.

Ma: Já tem uns...9... 9 meses puxando dormitório só.

M: Tá. E você se sente seguro no dormitório só?

Ma: Me sinto. Muito. Ah, tem muitos adolescentes da referência porque... com essa reivindicação que tá tendo dos adolescentes, não é o bloco referência. São os outros bloco: a semi-referência e o bloco de recepção, que é o bloco 5 aqui. Aí eles... alguns não dorme, fica batendo grade mas em seguida, eu tenho um vínculo muito bom com os adolescentes. Quando é um plantão ou outro, tiram o menino. Se eu...se eu pedir, tiram o menino, botam no meu dormitório pra mim jogar, pra mim trocar ideia, conversar. Até então eu tava indo pro lazer juntamente com os outros, socioeducador tava ali presente. Toda vida que me tirava pra ir pro lazer com os outros, os orientador tava tudo dentro da quadra, me incluindo em atividade tanto profissional quanto oficinas de hip hop, capoeira...

M: É... Então você tá num dor... num dormitório específico do bloco de referência.

Ma: Isso. (...) Mas tem várias coisa que aba... abate a pessoa, como isso que aconteceu esse dia. Eu fiquei muito... como tô muito só no dormitório, eu: "Ah, quanto tempo no inferno do dormitório muito só!" Eu fico... isso abate a pessoa, entendeu? Eu fiquei triste. Mas o que eu puder fazer pra eu me alegrar, eu vou me alegrar.

#### 4.13 Palinha

No tocante à relação com os demais funcionários, Cleitim tem mais amizade com funcionários homens, referindo-se aos socioeducadores. Afirma que se sente seguro nesse contato, inclusive. Já Diego tem mais contato com as funcionárias mulheres e se sente igualmente seguro. Mesmo estando numa unidade masculina, onde as funcionárias mulheres são em número bem reduzido, Matheus tem bastante contato com elas: socioeducadora, psicóloga, assistente social e enfermeira.

As meninas não relataram nenhuma piada ou xingamento sofrido por elas ali no centro. Todavia, um assunto que chamou minha atenção dizia respeito a assédio de funcionários a jovens. Enquanto Matheus nada declarou nesse sentido na unidade masculina, Cleitim e Diego relataram ter conhecimento de um evento dessa natureza. Um antigo socioeducador trazia drogas às meninas em troca de que elas lhe oferecessem

palinhas, isto é, mostrassem seu corpo nu. Conforme Fran entrevistou, tal funcionário foi afastado e o conhecimento público desse episódio veio à tona após essa exoneração.

Mônica: Eu queria saber se... das duas meninas... que eu acho que eu esqueci de fazer essa pergunta. Se vocês já foram assediadas por os socioeducadores?  
 Diego: Não. Só é droga.  
 Cleitim: Né nem doido!  
 M: Tem notícia de que algum socioeducador assediou alguma das meninas daí?  
 C: Tem.  
 M: Como é esse assédio?  
 C: Não ele...  
 D: trazia droga  
 C: Ele queria palinha das menina  
 M: Queria palinha? O que é palinha?  
 C: É as menina amostrar o corpo delas.  
 M: Mas tira foto?  
 C: Não. Só vê.  
 M: Vê o corpo nu das meninas.  
 C: É.  
 M: E as meninas mostravam?  
 C: Se ele trouxesse droga  
 M: Trouxesse o quê?  
 C: Droga.  
 M: E eles traziam?  
 C: Traziam.  
 V: Já foi afastado né, Maria Ester...  
 C: Mas ele foi afastado.  
 M: Tinha mais algum outro?  
 C: Não  
 M: E como foi que vocês souberam desse fato?  
 C: Porque ele foi afastado.

Segundo relatavam, o então socioeducador gostava de conversar, mas nunca ofereceu propostas de transação de drogas por palinhas às meninas. “Deus me livre”, disse Diego. Na ocasião, Cleitim chega até a dizer que não teria perigo dessa oferta, pois o mataria se fizesse isso.

Mônica: E... ele era uma pessoa acessível? Gostava de conversar com vocês?  
 Cleitim: Gostava de conversar  
 M: E com vocês ele pediu alguma coisa  
 C: Trazer droga  
 Diego: Não. Deus me livre!  
 C: Tem nem perigo  
 M: Tem não, né?  
 C: Matava era ele!  
 (Diego riu)  
 D: Ô putaria

#### 4.14 Vistoria

Quanto à revista íntima, no sistema socioeducativo se chama *vistoria*. Fui informado pela jovem e posteriormente pela promotora quanto a esse vocábulo. Novamente, uma tentativa de se distanciar da gramática do direito penal, da justiça

criminal e do sistema penitenciário, por consequência. Apesar de o nome mudar, as práticas não mudam substancialmente. A *vistoria* é realizada sempre que os jovens saem para atividades. Esse ato de correção deixa subentendida uma ortopedia léxica, de forma a que idealiza se afastar de uma semântica prisional para construir uma outra, socioeducativa, a ser negociada permanentemente com as estruturas.

Ao abordar práticas da segurança pública voltadas para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Rio de Janeiro, Natividade (2016, p. 129) explana que a revista a travestis e transexuais praticada por policiais mulheres respeitava suas identidades de gênero e eram consideradas *boas práticas* naquela política.

Já o procedimento recomendado pelo Centro de Referência LGBT é perguntar se desejam ser revistados por homem ou mulher quando houver alguma dúvida, levando em consideração a autodeterminação dos jovens. Na prática, nem se pergunta mais nas unidades femininas. A *vistoria* acaba sendo conduzida por socioeducadoras mesmo, na imensa maioria dos casos. Como Cleitim disse, “claro que é mulher”.

Bruno: (...) como é que foi a tua revista? Ela foi feita por funcionário homem ou funcionária mulher?  
 Cleitim: Minha revista?  
 B: É. Você chegou a...  
 C: Minha *vistoria*! *Vistoria* né?  
 B: Exato.  
 Mônica: É. *Vistoria*, que ela chama.  
 C: Mulher. Claro que é mulher.  
 B: Mulher né? E foi perguntado antes o que é que você queria?  
 C: Não.

A alegada obviedade dessa resposta guarda muita pertinência com o discurso bio-lógico, de que mulheres devem *vistoriar meninas*, mesmo aquelas que não sejam *meninas mesmo*. Provavelmente por comungarem de algo em comum: a genitália feminina (vagina). Também há um fator social considerável: o discurso da *proteção* e o receio de *violência sexual* por parte de agentes masculinos, bastante enfatizado pela gestora Débora, em outra conversa. Aquela coronhada biologizante veio da jovem que performava masculinidade, com um tom levemente agressivo.

Diego confirmou o mesmo procedimento e, para ele, achava *normal*. Já Matheus destacou que sua revista no centro masculino sempre era feita pro socioeducador homem, cabendo às socioeducadoras mulheres trabalharem na movimentação pelo bloco.

#### 4.15 Tempestade no copo d'água

Enquanto Matheus não mencionou citou ter tido relacionamentos com outros adolescentes na unidade masculina, Cleitim já namorou muito durante a internação. Acha *ruim*, porém, o fato de que “só pode é conversar”. Se quiser pegar na mão ou dar um beijo, tem de ser bem rápido, quase instantâneo. Em suas próprias palavras, “se demorar demais, é uma tempestade no copo d'água”, porque funcionários dizem que *não pode*. Já passou pelo constrangimento de ser repreendido com um *carão* por parte de um socioeducador que ficava no bloco. Esse fato não ensejou a instauração de comissão disciplinar<sup>196</sup>, contudo a deixou com *muita raiva*, a ponto de revidar falando algo. Por sua vez, sua namorada restou inerte *na dela*, sem se indispor com o profissional.

Bruno: Chegou a ter algum namoro, algum fica nesse tempo que você teve...

Cleitim: Cheguei. Muito! (rindo)

B: Como é que foi isso? Conta pra gente aqui.

C: Mas é ruim que a pessoa só pode é conversar.

B: Por que só pode conversar?

Mônica: E o fica.. Só pra acrescentar... O fica é... Deixe-me ver... Cleitim, é só conversar? Pode ter alguns momento de afago, pegar na mão, dar o beijo?

C: Pode. Mas se demorar demais é uma tempestade no copo d'água.

M: Então demonstração de afeto tem que ser bem rápida?

C: É.

B: Quanto tempo assim? O que seria o rápido?

C: Tipo assim, eu peguei na mão dela. Pronto. E solta.

B: Bem rápido. E aí no caso você foi, de alguma forma, você foi constrangido em algum momento por conta disso?

C: Já fui constrangido.

B: Como que foi esse constrangimento?

C: Porque brigaram comigo. (...) Brigaram e eu fiquei com muita raiva.

B: Entendi. Brigaram com você e disseram, dizendo o quê?

C: Que não pode.

B: Entendi. E aí você ficou com raiva como? O que é que você...

C: Fiquei com raiva porque brigaram comigo.

B: Mas aí você teve alguma reação? Você falou alguma coisa.

C: Não eu só... Eu falei lá uma coisa.

B: E a outra pessoa lá, com quem você tava? Ela sentiu a mesma coisa?

C: Ficou tranquila. Ficou na dela.

M: Bruno, eu queria só completar essa informação. É.. Cleitim, você disse que foi constrangida, que brigaram com você. Houve uma comissão disciplinar pra fazer isso? E quem fez esse carão que passaram em você?

C: Teve não, comissão não. Foi só um carão.

M: E quem passou o carão?

C: Foi o funcionário.

<sup>196</sup> César havia explicado que essa comissão é formada por assistente social, psicólogo, diretor, gerente, coordenador de segurança, coordenador administrativo e um socioeducador para investigar ocorrências na unidade, como queima de colchões, chuveiro quebrado pra perfurar parede entre outros. O socioeducador registrou a ocorrência, que será lida e constará de ata de reunião. Conforme o regimento geral de todas as unidades, a punição pode variar de mínima, média, grave ou gravíssima. 5 dias sem saída de dormitório seria a pena máxima, em tese.

M: Funcionário foi o socioeducador ou foi técnico?  
C: Socioeducador.

Por sua vez, Diego contou mais a respeito de como se dá o namoro com uma menina de outro dormitório. Basicamente ficam conversando na área de lazer. Quando tem algum beijo ou abraço, *é morrendo*. A brevidade se deve ao fato de que *tudim* briga se visualizarem cenas de carinho entre jovens.

Bruno: Eu queria só perguntar como é que assim o namoro, já que você tá tendo uma namorada que fica noutro dormitório, como é que é esse namoro? Vocês se veem?  
Diego: **Só fica conversando. Na área de lazer.** Só conversando.  
B: Só conversa? E não tem nenhuma troca de afeto...  
D: Tem não.  
B: **Mão, um beijo, abraço...**  
D: **Tem, mas é morrendo.**  
B: Mas é morrendo?  
D: É, porque eles brigam.  
B: Por quê o quê?  
D: **Porque eles brigam.**  
B: Ah, porque eles brigam. Ah, tá. O **socioeducador que briga** ou o...  
D: **É. Tudim.**

Se em alguns trabalhos, o amor de entre “monas e entendidos” em uma penitenciária masculina em São Paulo agencia uma performance dos relacionamentos da rua (BOLDRIN, 2014, p. 69), aqui observei relatos sobre uma descontinuidade e uma efemeridade das relações, permeadas por moralidades faccionais e religiosas que vedam relações entre jovens de territórios governados por facções distintas e cultivam a lógica do arrependimento, além da forte intromissão estatal no controle desses afetos.

#### 4.16 Cabrões

De início, Cleitim analisa a experiência de estar no centro como *muito ruim*. Segundo ele, não pode ocorrer relacionamentos dentro do sistema. Reconhece que há abundância de mulheres, entretanto *não pode ter* relação, porque *é proibido*. Se adolescentes forem flagrados dando um beijo, por exemplo, passam a ser *suspeita*, investigados, são passíveis de receberem uma reprimenda, mediante comissão disciplinar.

Bruno: (...) como é que tá sendo essa experiência pra você? Por que, assim, quando você tava fora, né, você tava livre. Você podia ter relações. E agora que você tá aí, como é que você tá levando essa experiência?  
Cleitim: Tá muito ruim. É muito ruim.  
B: É muito ruim? Por quê? Como é?  
C: Porque a pessoa não pode ter.  
B: Por que não pode...?  
C: Ter. Mas tem mulher, mas você não pode ter.  
B: Tem mulher, mas não pode ter... é... relacionamento?

C: É.

B: Mas por quê que não pode ter? O que é que acontece se tiver? Por que o coração da gente...

C: É proibido a pessoa... Se a pessoa der o beijo, a pessoa... A pessoa é suspeita com comissão.

Sobre a dinâmica dos relacionamentos na unidade feminina, um evento interessante. Em tese, no Regimento Interno das Unidades Socioeducativas do Ceará (2015), não há impedimento explícito para jovens se relacionarem. A própria lei do Sinase (Lei nº 12.594/12) tem um eixo voltado para diversidade e inclusão em que assegura o respeito ao *gênero* e à *orientação sexual* desses adolescentes<sup>197</sup>.

No final de dezembro de 2020, peguei meu Whatsapp e vi várias notificações num grupo secreto, parabenizando o CONANDA por uma resolução que defendia direitos de meninas adolescentes socioeducandas, proibindo castigos e punições em razão da expressão de sexualidade por meio e beijos, abraços e outros atos, além de permitir que possam ficar no mesmo alojamento em caso de namoro<sup>198</sup>.

Voltando ao centro feminino, na prática, há óbices como Fran já havia relatado em sua entrevista. Os incômodos com os barulhos das relações sexuais noturnas, as reclamações das demais socioeducandas com quem casais dividiam o dormitório. Por

---

<sup>197</sup> Na Lei nº 12.594/12, há o seguinte: “Art. 35. A execução das medidas socioeducativas reger-se-á pelos seguintes princípios:

VIII - não discriminação do adolescente, notadamente em razão de etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status” (BRASIL, 2012)

<sup>198</sup> RESOLUÇÃO CONANDA – 17/12/2020, na 292ª Assembleia Ordinária

“Capítulo II – Do Exercício da Individualidade

Art. 24. É vedada a instauração de procedimento disciplinar ou qualquer outra forma de castigo ou punição para as adolescentes, independentemente de sua orientação afetivo-sexual ou de gênero, quando da expressão de afeto e de sua sexualidade, incluindo abraços, beijos, apertos de mãos, trocas de bilhetes, cartas, entre outros.

Parágrafo único: Fica também vedado qualquer ato discriminatório em relação às adolescentes, em decorrência de sua orientação sexual, identidade ou expressão de gênero

Art. 25. São vedados, em relação às adolescentes, quaisquer impedimentos de contato afetivo, de amizade ou de convivência com as demais adolescentes, em decorrência de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero.

Art. 26. São vedadas práticas institucionais que descaracterizem a liberdade de expressão das adolescentes, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual, tais como: I - corte compulsório de cabelos, ou a proibição de qualquer tipo de corte tido como masculino; II- proibição de uso de maquiagem e outros produtos de beleza; III - depilação compulsória; e IV - entre outras práticas que violem a liberdade de expressão de gênero.

Art. 27. No caso de formação de casais entre as adolescentes privadas de liberdade, poder-se-á permitir que permaneçam no mesmo alojamento, mediante análise da equipe técnica interdisciplinar e direção, sendo levado em conta o direito ao exercício da sexualidade, da afetividade e da convivência”.

Ressalto que tal resolução não foi publicada em diário oficial, visto que o MMFDH desvirtuou tal recomendação de direito à visita íntima como um estímulo ao estupro de vulnerável.

essa razão, visando minar conflitos de convivência, estabeleceu-se essa regra de convivência. Não há nada na legislação que vede a possibilidade de *cabrões* e *meninas mesmo* se abrigarem no mesmo dormitório.

Quanto à aludida comissão, segundo conversei com Mônica reservadamente, a orientação do MPCE é que seja um procedimento para investigar coisas mais graves. Os assuntos simples de convivência deveriam ser resolvidos por mediação de conflitos, sem ir para a esfera litigiosa. Na prática, Cleitim denuncia que a mera troca de afetos, ainda que consensual, dá azo à abertura de comissões disciplinares e riscos de punição a jovens.

Durante a conversa com Cleitim, foi possível conversar a respeito dos já aludidos *cabrões*. Ao comentar a disposição de jovens nos dormitórios, explicou o que é *cabrão*, exemplificando a si mesmo aliás. *Cabrão* é quem tem “cabelo de homem”, isto é, cortado muito curto, igual ao seu. Nesse momento, apontou para seu cabelo preto, que era raspado, sendo ainda mais raspado nas laterais (corte conhecido como *undercut*). Já as *menina mesmo* são as que possuem “cabelo de mulher”, ou seja, um cabelo grande.

Bruno: (...) Você se sente respeitado? Você é respeitado?

Cleitim: Sente. Sente.

B: Sente? No caso assim dos dormitórios, vocês se organizam pra poder...

C: É. No nosso dormitório só pode ficar cabrão.

B: Cabrão?

C: Cabrão é igual aqui, cabelo cortado.

B: É o quê, cabelo cortado?

C: É, de homem. Quem tem cabelo de homem. Só pode ficar quem tem cabelo de homem junto. Quem tem cabelo de mulher não pode.

B: Tendí. Cabelo de homem que você diz é... como é?

C: As menina não pode ficar junto com nós.

B: Não pode ficar junto. E cabelo de homem, que você diz, como é que é um cabelo de homem?

C: Igual o meu.

B: Igual o seu, é...

C: Cortado.

B: E o cabelo de mulher, das meninas?

C: Não, tem sapatão que tem o cabelo grande também, que fica com nós. Mas as menina mesmo, as menina não pode ficar com nós.

B: Fica noutra dormitório?

C: Outro dormitório.

Considerarei interessante a forma como o cabelo operou como principal sinal diacrítico para distinção entre *cabrões* e *meninas mesmo*. Uma visão profundamente generificada que associa cabelos longos à feminilidade e curtos à masculinidade, de certa forma, a despeito de ter reconhecido que há *sapatão* que usa cabelo comprido.

Ainda sobre *cabrão*, é válido discutir a recepção dessa alcunha por tais jovens. Cleitim informou que era o nome que recebiam, mas que entre eles essa categoria não

era a preponderante. Em seu lugar, prevalecia a identificação pelo nome, mas também por um *outro nome*.

Bruno: E aí no caso como é que é a relação de vocês... é... vocês gostam desse nome?

Cleitim: De cabrão?

B: É

C: Dão o nome pra nós

B: Pois é, é o nome que chamam pra vocês... Vocês usam esse nome pra vocês também ou não? Vocês se chamam de cabrão?

C: Não, nós chamamos nome... outro nome.

B: Um outro nome?

C: É.

B: Mas um outro nome, qual o nome? O nome de vocês?

C: É. Chama pelo nome nosso. Pelo outro nome.

Nesse momento, indaguei-me. Cabrões seria uma categoria de acusação, uma ofensa? Se outros chamavam-nas de cabrões, quando elas mesmas usavam seus nomes e *outros nomes*, tudo fazia crer que sim. Mas isso não parece ser algo pacífico e uníssono. Segundo Silva (2020, p. 33), há outros jovens que se identificam enquanto cabrões. Constroem uma *performatividade de gênero* (BUTLER, 2003) masculina, sem necessariamente assumirem a identidade de homem. Em sua pesquisa, a autora teve contato com alguns cabrões que relatavam “*Não sou homem, sou cabrão*”, “*Gosto de parecer homem, mas eu não sou*”, ou ainda “*Sou cabrão, mas sou é mulher, viu?*”.

Outro fator que não passou despercebido para mim foi a relutância de Cleitim em explicar o tal *outro nome* pelo qual se denominam e reconhecem. Intuo que seja o codinome ligado à dinâmica faccional, esse segredo precisa ser bem guardado. Entregá-lo seria atestar diante de uma promotora pública seu envolvimento com as facções, negação a ser sustentada veementemente com receio de *mofar* mais tempo no sistema. Eu tinha noção daquela contingência e de seu impacto no plano metodológico.

Apesar disso tudo, Cleitim se sente respeitado. Ressente-se apenas da falta de convívio próximo e direto com *as meninas mesmo*, inviabilizado pelo fato de ser um *cabrão*. Segundo ele, cabrões não podem ficar alocados no mesmo dormitório que as demais meninas. Explicarei essa disposição mais adiante.

Já Diego sublinhou como primeiro fator para uma avaliação negativa da experiência de internação o fato de morar  *muito longe*. A distância de Sobral para Fortaleza é de 231 quilômetros. Quanto à relação com as outras meninas, fala com *tudinha*. Ao ser indagado sobre eventuais episódios de preconceito por gostar de meninas, ela rechaçou de pronto, negou e repetiu: *tudim gosta*.

Mônica: É... E como é que tá sendo essa sua experiência de um 1 ano e 4 meses aí dentro da unidade?  
 Diego: Tá sendo ruim. Porque eu moro muito longe.  
 M: Tá sofrendo muito?  
 D: Tô, porque eu moro muito longe.  
 M: E como é que você se relaciona com as outras meninas aí?  
 D: Tudo bem. Falo com tudinha.  
 M: Não tem preconceito por você ser uma menina que gosta de menina?  
 D: Tem não, tudim gosta. Tudim gosta.  
 M: Todas as outras meninas lhe respeitam?  
 D: Aham.

Essa impressão de que todas as meninas se relacionam entre elas encontra semelhança com o que pode ser observado em unidades prisionais para mulheres adultas. Padovani (2018, p. 15) comenta em sua pesquisa multissituada realizada em penitenciárias femininas paulista e catalã sobre as relações afetivas e amorosas que surgem nesses espaços, à revelia de uma “heterossexualidade como matriz fundante” e de um chamado para recomposição à feminilidade. Resultam muitas vezes em *casos*, mas também podem resultar em *casamentos*.

Ao ser perguntado se algum socioeducador o chamava pejorativamente de *cabrão*, negou o fato. Tentando ser mais enfática na averiguação se as jovens estavam sofrendo algum tipo de discriminação, denunciada em um relatório de inspeção inclusive, Mônica usou o termo *gay* para saber se elas eram respeitadas enquanto tais. Nesse momento, as meninas riram, provavelmente envergonhadas com aquilo que foi dito. A sexualidade vinha sendo discutida bastante, mas foi o emprego daquela palavra que derrubou o castelo de areia da seriedade e instaurou uma pá de constrangimento. Para se justificar, a promotora reforçou o objetivo daquela investigação, se as jovens estavam sendo respeitadas quanto ao que chamou de *situação*, *opção* e rapidamente corrigiu para *orientação sexual*, muito embora tenha retomado a dimensão de *optar* logo depois.

Mônica: E os socioeducadores, como é a relação deles? Tem socioeducador homem e mulher aí. Como é a relação dos socioeducadores homens em relação a você, Diego? Eles ficam chamando você de nome, de cabrão?  
 Diego: Chama não  
 M: Hã?  
 D: Não  
 M: Tem respeito por você ser gay?  
 (Risadas)  
 D: Tem  
 M: Não, gente. É porque às vezes a gente tem... fica meio encabulada pra falar de algo dessa natureza, mas isso é algo que existe, que a gente precisa dialogar e que a gente precisa entender. Eu, como promotora que fiscalizo a unidade, eu preciso entender qual é o sentimento de vocês, o quê... se vocês tão sofrendo aí por discriminação em razão da... da situação de... é... da opção de vocês, por a questão sexual, da orientação sexual, sabe? Por que se vocês

optaram por isso, têm de ser respeitadas. É por isso que a gente tá fazendo essas perguntas, tá? Vocês compreendem?

D: Tá certo.

M: Compreendem né?

D: Compreendo.

Em suma, Cleitim não se vê como *menina mesmo*, entretanto se vê como *menina* e se identifica com o corpo feminino. Usa *cabelo de homem*, mas não é homem. Tem nome de registro civil feminino, contudo prefere ser chamado pelo vulgo masculino, usado em sua comunidade. É *menina*, no entanto sempre conjuga os adjetivos para falar de si no masculino. Já Diego é *mulher* e se identifica com o corpo feminino, mas se reveza entre o masculino (*preso*) e o feminino (*parda*) para se referir a si. Tem aparência similar à de Cleitim, com cabelos raspados. O nome de registro civil é feminino, contudo prefere o nome social masculino. Nessa dança, nesse vaivém, vão construindo e negociando ativamente sua identidade de gênero e forjando personalidades.

Saliento que nenhuma das jovens apresentou demanda por hormonização. Esse dado corrobora com a informação já prestada por Fran, de que cabrões não partilhem do desejo por transformações corporais que muitos homens trans têm. Penso que fazer uma associação apressada de *cabrões* a homens trans que não ainda não se reconheceram enquanto tais não só é inapropriado, como também suga toda a margem criativa em torno dessa categoria *sui generis* que invocam e que lhe é apontada, que é acusação, mas também pode ser identificação. As negociações e atualizações desse conceito demandam mais estudos que pretendo desenvolver posteriormente.

#### **4.17 Na liberdade a pessoa tá ali pra fazer o que quer, mas dentro do sistema...**

“Pelo que eu escutei falar agora com vocês, entendo muito por esse assunto né”. Logo na apresentação, Matheus se sentiu à vontade para falar da sexualidade dentro e fora do sistema. Tinha algo a relatar, julgava-se *expert* para dissertar sobre a experiência de ter vivido na *vida da homossexualidade* e passar a viver como *pessoa da heterossexualidade*, após uma *mudança muito repentina*. Passou a ver o passado como uma *fase* que aprendeu muito, contudo um *erro* na trajetória. Criticou quem acredita ser a homossexualidade uma doença, mas pensa que é uma *escolha* reversível e não algo inato e vitalício. Reconheceu que muitos no centro (inclusive da direção) não veem essa mudança como possível, chegando a pensar ser algo ilusório. Na visão desses outros

jovens, depõe contra Matheus sua forma de falar e isso gera comentários preconceituosos.

Pra mim, pra mim foi uma mudança muito repentina que, hoje em dia, pra muitos... eu acho que tanto quem vive na vida da homossexualidade ou... e outras pessoas que vivem na heterossexualidade... é uma coisa que pra eles nunca isso pode acontecer. Às vezes é um momento da vida da pessoa que a pessoa tá se iludindo... Quem já nasceu... quem já nasceu homossexual, o povo fala, vai tudo morrer homossexual. E é uma forma de pensar diferenciado mesmo. Não pode viver assim com um pensamento só. Eu... eu acho que essa mudança da minha vida foi uma fase que eu aprendi muito. Conheci um pouco, um pouco não só do lado da vida homossexual, mas também da vida feminina. E sen... senti um pouco do que muitas mulheres... apesar de eu não ser uma mulher. Mas de tanto eu conviver com muitas mulheres, eu saber o que uma mulher passa, eu saber o que uma mulher sente na vida, né? Pra mim, hoje em dia, aqui dentro do centro, às vezes tem acontecido o ... caso... Como eu disse, a pessoa da heterossexualidade diz que isso não pode... não pode ocorrer de uma pessoa que tá... de... de forma de pensar de querer, de quem era heterossexual pra... ou, homossexual pra heterossexual. Eles... eles pensam que isso não pode acontecer, que é só ilusão, entendeu? Aqui muitas das vezes a... a per... como não ser... apesar de não ser mais considerado homossexual, muitos... pela minha forma de falar, pelo jeito de me comunicar com outras pessoas, e... Ouço todo esses preconceituosos falando coisas e não é agradável. Tentando justificar a forma de pensar deles. Mas essa forma de pensar deles acaba afetando muito minha forma de pensar. Às vezes, da minha vida que eu passei como homossexual. Foi um erro que eu cometi. Hoje em dia pra mim eu posso tentar desfazer, mas eu não tem como fazer. (...)

Porque aqui eu vejo muitas críticas, no mundo mais evoluído que... Um preconceito que muitas pessoas ainda pensam que pode dar uma doença... Tem pesquisas que dizem que a homossexualidade é uma doença... e eu não penso assim. Eu penso que é uma escolha que ela pode optar até ela ver, e ela pode voltar a não ser também. (Matheus)

Ao falar dessa mudança de orientação sexual, incorpora essa valoração negativa da homossexualidade na figura do *erro*. Esse discurso costuma ser invocado para justificar rituais espirituais ou terapêuticos pra transformar um heterossexual em homossexual. Sempre são acompanhados de narrativas que remetem a um momento ‘crítico’ na vida do sujeito, em que é acolhido em um grupo religioso e inicia sua jornada de transformação (NATIVIDADE, OLIVEIRA, 2009, p.209). Não à toa, Matheus creditava a eliminação de sua *vontade homossexual* aos *caminhos do Senhor*.

O adolescente explicou mais especificamente como era a percepção dos internos em relação à sua sexualidade (NASCIMENTO, 2010). Sofre homofobia, pois não aceitam numa *casa de sentença* quem foi ou é homossexual, fato pessoal que foi divulgado na unidade por internos que já o conheciam dessa *fase*. E isso foi um “problema muito sério” na época, tanto que teve de ir para *tranca* onde ficou por dois meses. Apenas após muitas negociações, Matheus subiu para o bloco de referência onde está até hoje. Essa ascensão gerou *falatório*, internos batendo grade para que ele

*descesse*<sup>199</sup> e os funcionários do sistema tiveram *pulso firme* para mantê-lo ali. Mas as ameaças continuaram nos meses seguintes, por parte de jovens com quem não se relaciona bem e tenta ser indiferente.

Assim, aqui dentro eu... aqui dentro eu sou uma pessoa que, não... tanto aqui dentro como lá fora, eu tento mostrar o que eu penso. Eu tento sempre mostrar responsabilidade acima de tudo. E às vezes a minha sexualidade é incomodado por todos, entendeu? Tem muitos aqui dentro que... “Não, dentro de uma casa de sentença nós não podemos aceitar quem é ou quem era homossexual”. Aí, muita das vezes, logo quando eu cheguei aqui, eu tive um problema muito grande porque... tinha pessoas que me conheciam na liberdade, disseram da minha vida, que foi como homossexual, e os demais teve um problema muito sério comigo. Não foi bem aceito. Tanto é que eles muita das vezes faz as... as cruz deles e julgam as pessoas, entendeu? Aí botaram eu pra... de... Puxaram a casa de... pra... na casa de recepção, na tranca. Passei dois meses lá. Aí quando foi depois, fizeram... depois de várias comissões, várias assembleias, subiram prum bloco. Aí me botaram num bloco referência. Aí no começo ainda tinha falatório, bateram grade pr’eu descer, mas só que os técnico, socioeducador, os coordenador, juntamente com a direção, teve um pulso muito firme que eles não iam me descer, que isso não era motivo. E que... que nem tudo que eles queriam, eles podiam fazer aqui dentro. Aí eu continuei. Já tô com 8 mês no bloco referência. Aí quando foi agora, por causa de um adolescente que teve envolvimento com outro tipo de facção, oposta da nossa, e depois teve um... um acontecimento com a nossa. Aí eles botaram ele pra descer na frente, botaram ele pra descer. Aí teve um adolescente que botaram... Que pra botar pra descer, tinha que botar todos que tão de medida protetiva pra descer. Aí citaram meu nome no meio disso. Tem uns que não me relaciono bem, não falo. Eu não tenho vínculo de amizade mas eu também não critico. Mantenho no meu lugar e ele mantém o dele. Mas tem muitos que, pela minha forma de eu não querer aquele vínculo, eles acham que eu tô querendo ser melhor que eles. Tudo que eles puder fazer pra me afetar, eles vão tentar fazer, entendeu? Aí bateram grade, aí tocaram meu nome, quiseram pra eu descer e eu disse que eu não ia descer porque isso não era motivo. E mesmo que fosse um motivo. (Matheus)

Matheus deixou bem explícito o motivo pelo qual os demais internos vêm pleiteando sua descida. Pretendem puni-lo por não aceitar a sua fase homossexual passada. Ele foi enfático ao dizer que aquilo não seria motivo idôneo para tal e que descer de bloco não estaria adequado seu *perfil*, visto que na verdade tem *bom comportamento* e adere à *disciplina da casa*, mostrando-se sempre solícito para colaborar em atividades.

Continuo sim no bloco referência, mas só que tá tendo uma reivindicação dos meninos querendo me botar pra casa ... como punição por eles não aceitar minha... a... a fase da minha vida que se passou, entendeu? E eu... disse que não ia descer, não ia regredir prum bloco. Eu sei que, não... não é querendo ser melhor que ninguém, mas que ali não é um perfil pra mim. Eu sou uma

<sup>199</sup> *Descer* é sair de um bloco de referência e ficar na tranca, conforme Matheus explicou. Por sua vez, o *bloco de referência* foi explicado por Mônica da seguinte forma. O sistema adota uma metodologia de fases. Assim que ingressam, ficam numa casa de recepção e, dependendo da evolução do PIA, podem migrar de fases. A última delas é o *bloco de referência*, o qual definiu como a *casa top do sistema*. É a melhor casa por contas das *regalias*, como cinema, circulação no pátio e no solário. *Descer* implicaria regredir para a casa inicial. Ou então na *tranca*, que é bloco destinado para a *punição* dos meninos.

peessoa, eu es... tenho bom comportamento, concordo com a disciplina da casa. O que eu puder fazer pra ajudar, eu tô sempre presente. E eu não acho justo pessoas que não merecem tar ali, estar. E pessoas que merecem ir pro bloco que não é um bloco...que não é o bloco da pessoa. (Matheus)

Quando perguntei a opinião da facção a que fora vinculado em relação à sua sexualidade, ele me relatou uma situação intrigante. Inicialmente ressaltou que os blocos são separados por facção. Matheus está no bloco da GDE, organização que prepondera em seu território de origem. Para esse grupo, a sexualidade das pessoas pouco importa extramuros. No entanto, não se admitem pessoas que foram ou são homossexuais na realidade intramuros. Em suas próprias palavras: “na liberdade a pessoa tá ali pra fazer o que quer, mas dentro do sistema eles não aceita”.

Bruno: Aí eu queria saber a sua facção aceita e a outra não? Como é que é essa questão, o seu passado homossexual?

Matheus: Não. A minha... a minha..., nessas três que têm aqui... na liberdade a facção que predomina no bairro onde eu moro, eles não criticam quem é e tem essa opção. Mas aqui dentro... porque aqui dentro são separado, entendeu? Um lado duma facção prum lado e um lado duma facção pra outro. Aí o lado onde fica a... a facção onde eu tô, eles... eles não aceita. Eles, pra entre os aqui tão aqui no sistema, eles não aceita dentro do sistema. Na liberdade a pessoa tá ali pra fazer o que quer. Mas dentro do sistema eles não aceita. Tanto quem já foi como quem é.

Mônica: E você tá em qual bloco, de qual facção?

Ma: GDE, a mesma que predomina aonde eu moro

Dessa forma, pode-se ver a diferença abissal de tratamento de internos vistos como homossexuais no centro masculino e as internas também consideradas enquanto tais na unidade feminina. Enquanto nesse local imperam aceitação e afetos apesar das vedações por parte da administração, naquele outro prevalecem a rejeição e as hostilidades malgrado a direção tente intermediar os conflitos. Nesse sentido, as gestões oferecem contrapesos a depender de como as relações entre socioeducandos se processem.

Quanto a essa rejeição da homossexualidade, pode haver algumas explicações. Em sua etnografia sobre o PCC, Karina Biondi (2010) elucida essa visão do mundo do crime como bastante masculinizado, motivo pelo qual aqueles que dele participam e não têm esse perfil masculino não são vistos de igual para igual. Como a autora explicita, “as monas são do crime, mas não são o crime porque o crime não dá o cu (2010, p. 147-8). Nesse sentido, poderíamos pensar que para esses jovens do centro masculino, o sistema não dá o cu.

#### 4.18 Interlúdios para uma vida boa?

Esse capítulo foi longamente carreado pelos discursos dos próprios jovens a respeito de suas experiências no sistema enquanto LGBTQIA+. Ora reconhecidos, ora autorreconhecidos enquanto tais. Algumas dificuldades de compreensão puderam ser notadas e uma rápida adequação vocabular precisou ser mobilizada. Por vezes a instrutora intervinha para explicar algo, as meninas reportavam seu olhar em direção a ela sinalizando que não entenderam algo. Termos como *defasado* e *renda mensal* foram substituídos por *atrasados* e *quanto teu pai/mãe ganha*. Também pode ser mencionada a questão intergeracional, posto que às vezes os jovens nos chamavam de *tio* e *tia*.

Quanto ao tratamento de gênero, observei que tanto eu como Mônica oscilamos entre o masculino e o feminino. Apesar de sempre usar os adjetivos masculinos, eu entrei na onda de chamar *meninas* quando falava delas, haja visto que Cleitim e Diego assim se reconheciam. Mas ao me dirigir diretamente a elas, busquei sempre me referir no masculino na imensa maioria das vezes. Não chamei as jovens de *meninos*, contudo perguntava como *elas* se sentiam, flexionando adjetivos no masculino. De certa forma, fui contagiado pela ambivalência, tentando não desqualificar suas falas.

Diferentemente de Matheus que abundou em desinibição e se engajou mais, as meninas foram mais refratárias. Atribuo essa constatação a quatro possíveis razões. Uma de ordem mais histórica e cultural, segundo a qual mulheres foram mais acostumadas ao privado que ao público, obstadas de falar de si. Outra de fundo mais factual é que elas poderiam ter medo de sofrer represália, tendo em vista o episódio denunciado na inspeção do CEDECA. Uma outra de caráter mais circunstancial é que suas entrevistas foram próximas ao horário do almoço<sup>200</sup>, enquanto na conversa com o jovem foi possível ter mais tempo para conversar. Uma última é um registro que considero salutar. Matheus participou de oficinas de Justiça Restaurativa, nas quais pode trabalhar melhor suas emoções e sentimentos e aprimorar a oratória, falar de si.

Problematizo também que o Estado estava presente ali e as jovens têm motivos para não confiar no Estado que as deixam *mofar*, sem *tá junto* da sua *mulher*. Não tenho como saber se a direção avisou àqueles jovens que falariam com uma promotora pública para um procedimento judicial e/ou que participariam de uma pesquisa com um investigador da universidade. A simples presença daquela autoridade poderia ser

<sup>200</sup> A rotina dos jovens é muito rígida. Acordam cedo, pois às 7 horas as aulas iniciam. Recolhem-se cedo, porque à noite não é mais possível sair do dormitório. Dentro de cada um deles há um banheiro.

interpretada por eles como uma audiência. Seus relatos como depoimentos. E que não estariam a sós, porque Fran e o diretor estavam presentes. Enfim, eu estava ao lado do Estado investigando (n)o Estado. Esses constantes *tilts*, intromissões do institucional, as ofensivas estatais sobre suas individualidades marcavam ainda mais suas já combalidas vidas ruins. E a própria natureza da entrevista em muito se assemelhava ao *modus operandi* de outros funcionários do sistema de justiça. Eu perguntava, delegado idem e juiz ibidem e assim sucessivamente.

Não será possível explorar com riqueza de detalhes, mas destaco aqui alguns pontos relevantes sobre saúde. Todos consumiam drogas (maconha, loló, cola, cigarro, álcool) e passam por tratamento psicológico e psiquiátrico para tratar a abstinência. Alguns recorrem a aspirina e ao *hypnol* para amenizar as *fissuras*. Cleitim relatou já ter se automutilado num momento de *raiva* e tentou suicídio se enforcando com um lençol. As meninas não têm acesso a qualquer método contraceptivo e nunca fizeram exames ginecológicos, muito embora o Sinase 2017 tenha computado 18 casos de gravidez no país (BRASIL, 2019). Cleitim e Matheus contraíram Covid-19 e tiveram de sair do dormitório e da unidade respectivamente. Seus sintomas leves foram tratados com antitérmicos e nada falaram sobre tratamento precoce com cloroquina ou congêneres.

Já no tocante à educação e profissionalização, o formato de aula remota foi avaliado como *muito chato* por Cleitim, mas assistia porque *era obrigado*. Matheus destacou que as aulas eram duas vezes na semana, com 1 hora e meia de duração. Já em se tratando de atividades socioeducativas, o gosto se amplia. Cleitim adora futebol e inclusive joga no time feminino do Tiradentes. Também gosta de vôlei, maquiagem, cabeleireiro e autoconhecimento, mas não gosta de empreendedorismo. Sente falta de cursos de fabricação de sabonete, de confecção de caixas e embalagens, e Diego também compartilha desse sentimento. Já Matheus deseja um curso de formação para justiça restaurativa, a que teve acesso por meio da ONG *Terre des Hommes* durante um *ciclo de cultura e paz* que tematizou o racismo. Ninguém relatou ter discutido direitos sexuais nem temas de gênero como violência doméstica ou ainda relações étnico-raciais. Mais algumas cenas de invisibilidade ocorrem: não há ações no mês de maio, junho nem em agosto em alusão à diversidade sexual e visibilidade lésbica nas unidades.

No tocante aos direitos humanos, a parte mais delicada. Diego e Matheus alegam ter sofrido várias violências policiais. Enquanto ela chegou a levar um murro na boca por ser *atrevida* ao responder os militares, Matheus chega a rir ao contar das inúmeras

vezes que foi parado pela moto e começam a bater nele em abordagens na região do Serviluz. Já em relação às visitas, Cleitim e Matheus recebem visitas quinzenais durante cerca de uma hora da irmã e da mãe respectivamente. Já Diego realiza videochamada semanal de cerca de 10 minutos para falar com a família no interior. Em relação às algemas, Cleitim e Diego confirmaram que já foram algemados *um bocado de vez por bater grade*, por um bom tempo a ponto de Cleitim ressaltar “nego num tem coisa que aguente aqui dentro”. Matheus, entretanto não teve nenhum episódio parecido. No tocante à tranca, Cleitim e já o foram por motivo de indisciplina, tendo ficado lá de 5 dias até 1 mês, sem poder sair para atividades. Caracterizaram-na como um local escuro, sem colchão, onde ficam descalços. Já Matheus foi para a tranca como medida de proteção<sup>201</sup>, em face da rejeição de internos à sua presença.

Em relação aos desejos para o futuro, Diego foi mais imediatista: seu *sonho* é ficar junto com a namorada no dormitório. Já jogou sua esperança de uma vida melhor no futebol, desejando jogar no *Paris Saint German* e viajar para a *Disney* e para a Europa. Por fim, Matheus pediu a “oportunidade de recomeçar em outro lugar, ter uma nova vida”, razão pela qual apostou todas as suas fichas no ingresso no PPCAAM. Aproveitou para agradecer pela *oportunidade* da conversa em que rememorou passagens de sua vida.

Eu queria agradecer por essa oportunidade. Por essa atenção que eu sei que vocês.. vocês são profissionais muito ocupado por isso. Agradecer também o... o... as pessoas que tão aqui né... do centro, que botaram meu nome pra esse atendimento, porque eu tô... Nem sempre... eu tô só no dormitório, mas às vezes nem sempre nós paramo pra pensar pelo...pelo tanto que nós passou e agradecer a Deus por tudo isso, por até aqui ele nos sustentar né. E isso foi um momento que eu lembrei a minha infância, passei a lembrar os momentos difíceis, lembrei aqui de alguns momentos de alegria da minha vida né. E queria agradecer por esse momento aqui. (Matheus)

Retomando a indagação de Butler (2018) se seria possível viver uma vida boa em uma vida ruim, tenho acordo com a autora de que não é possível se inefficientes às redes de apoio que sustentem aquelas vidas, como Matheus deposita esperança no

---

<sup>201</sup> Essa postura de fato é intrigante e gera certo incômodo. Contudo, acho importante trazer à tona um relato colhido com ex-funcionário do sistema que complexifica a situação. No centro socioeducativo em que atuou havia um adolescente assumidamente gay, que se maquiava e se vestia com roupas não-heteronormativas. Esse jovem até já havia comunicado que tinha um parceiro masculino no centro. A direção o colocou em um dormitório com um outro colega de quarto. Isso era uma prática corriqueira. Na troca de dormitórios entre eles, buscavam ficar próximo de quem é do mesmo bairro, por exemplo. Certa vez, ele foi procurado por esse jovem, pois desejava a mudança para um quarto com outros colegas de dormitório, que, segundo ele, seriam de confiança por serem do mesmo bairro, e a direção anuiu, após ouvir o jovem e seus futuros colegas. “Não cria problema pra mim, não crio problema pra ele”, ouviu de um dos internos. Um tempo depois o menino denunciou ter sido vítima de estupro por parte desses colegas de quarto.

PPCAAM por exemplo ou, em alguma media, quando Cleitim anseia a boa-vontade de a administração permitir o convívio com a namorada no mesmo dormitório.

No entanto, não deixo de observar os agenciamentos que foram possíveis por parte desses jovens diante da hipervigilância do aparelho estatal. Para as proibições, o beijo rápido. Para o falatório dos outros, bom comportamento. Para o nome civil feminino, um vulgo masculino. Para os combogós que separam, as declarações de amor que correm com o vento. E assim adolescentes e jovens LGBTQIA+ vivenciam suas sexualidades e gêneros na experiência de internação. Lidam com seus direitos sexuais, afetos e construção de suas identidades nessas circunstâncias singulares. Com apoio de funcionários ou não, com rejeição dos internos ou não, *puxando* sozinhos ou isolados em grupos, com ou sem namoradas. Todos à espera da oportunidade de vida boa na *liberta*.

## **5 A LIBERTA É UMA LUTA CONSTANTE: considerações finais**

“Sangre sobre essa narrativa. Sinta o que há de mais visceral. Escreva o que as palavras não narram”. Essa foi a provocação de Dinorah a respeito dessa pesquisa para a qual colaborou: uma escrita empática. E esse foi o maior desafio desse trabalho. Por na superfície temas tão profundos, histórias tão escondidas, vozes tão roucas, vidas obnubiladas na agenda pública por efeito de paralaxe da violência.

Procurei contribuir para uma agenda de estudos da sexualidade sob uma angulação pouco convencional, os adolescentes identificados como homossexuais no sistema socioeducativo. Tratei de sujeitos cujas vidas não passeiam à luz do dia pela esfera pública salvo nos programas policiais do horário de almoço com rostos borrados. De jovens e cujas redes de apoio adormecem em momentos de clímax nas suas trajetórias.

Esse trabalho pode até não ter sido com criança, mas foi de muita esperança. E também de muita perguntança, acompanhamento, insistança, consigança, ponderança... Agradeço a cada um e cada uma que colaborou.

Em tempos de “cidadão não”, considero importante resgatar as conquistas históricas no Legislativo no tocante aos direitos da infância e da adolescência e no âmbito do Judiciário em relação aos direitos sexuais e da diversidade de gênero. Tentei, porém, atentar para os clamores de Priscila que sente como as normas doem no lombo de seu filho preso e como as políticas caviar de ocasião não têm promovido dignidade para jovens negros, oriundos de comunidades periféricas.

Espero aqui colaborar com essa pesquisa para que o Poder Público e o sistema socioeducativo cearense nunca se esqueçam de olhar para o retrovisor de cinco anos atrás, onde violações de direitos humanos eram a lei. Um colapso do sistema acompanhado pela técnica Dinorah, que nos relatou em sua experiência particular um outro colapso: o do sistema. Que o sistema perceba com tranquilidade o que não se consolidou nessas bodas de madeira da Superintendência e possa investir mais em sustentar essas vidas.

Acompanhando os diversos atores do sistema socioeducativo, tenho percebido a necessidade de visibilizar, trazer mais à esfera pública, conhecimento público das situações que se abatem sobre as vidas desses jovens LGBTQIA+, a fim de formular políticas públicas e procedimentos adequados, uma vez que acredito que suas especificidades não são contempladas a contento. A privação da liberdade não pode ser

privação de sexualidade e de gênero. É cerceado apenas o ir e vir, não os afetos. Esses são ultrapotentes, à prova de grades, inencarceráveis.

Também precisei desestabilizar um pouco a categoria Estado. Se por um lado as mães o julgam assassino, algoz e capataz, por outro lado senti necessidade de desessencializá-lo, olhar diferencialmente para os distintos níveis de adesão, pertencimento e vínculo ao Estado. Colocar socioeducadores e gestores de cúpula no mesmo cesto é desossar uma reflexão mais profunda quanto à sua composição estratificada e circunstanciada.

Reavivando os votos de Fran, anseio por **novas** estruturas físicas, mas também novas práticas! Para tais, reputo necessárias a formação profissional, o diálogo com demais políticas e formação específica sobre as demandas da população LGBTQIA+.

Rememorando César, a SEAS não dispõe de um sistema eficaz de acompanhamento de seus egressos. Sua implementação é, aliás, uma cobrança recorrente por parte do Judiciário. Esse percalço dificultou sobremaneira pesquisas como a minha, em virtude de as informações estarem difusas, muitas vezes circulando apenas entre poucos profissionais da linha de frente.

Uma iniciativa que já está em curso, contudo até o presente momento da defesa desse trabalho não foi oficializada é uma normativa que regule o atendimento à população LGBTI do socioeducativo cearense, na qual venho colaborando enquanto componente de um GT específico. Como pouquíssimos estados da federação possuem algo nesse sentido, creio que seja mais uma oportunidade de o Ceará ser vanguardista e demonstrar compromisso com esse público tão apagado do interesse público, tão pouco lembrado. Inclusive que a aprovação dessa norma desencadeie ações afirmativas e promoção da diversidade nesses locais, através de eventos temáticos do calendário do movimento ou mesmo incluir conversas nos centros no conjunto de eventos formativos que antecedam a Parada da Diversidade Sexual. Vejo essa articulação como uma oscilação contínua entre movimentos centrípetos (que veem extramuros até chegar ao centro) e centrífugos (que se irradiam extramuros a partir do centro). Essa pesquisa tenta operar nas duas direções.

O soerguimento de um olhar mais interseccional para essa pesquisa me convenceu da necessidade urgente de se abordar a discussão de relações étnico-raciais não só nos percursos formativos dos jovens como também nas capacitações de profissionais e gestores, a fim de coibirem episódios de racismo institucional. Deslocar

gênero para privação de liberdade significa passar necessariamente pelo âmbito das discussões étnico-raciais. A prisão é ferramenta por excelência de controle sobre populações negras em territórios pobres.

Por mais que tenha conhecido seus pontos de vista, sinto falta de esses jovens expressarem por eles mesmos! Nesse sentido, acredito que são muito profícuos os investimentos em atividades ligadas às artes, à cultura e aos esportes. Através da bola, Cleitim tenta driblar a pobreza de uma vida sistematicamente ruim. As violações antes do seu ingresso no sistema não são acidentes de percurso. São o percurso. Cartografam a ausência ativa do Estado em suas vidas pobres, negras e jovens. No geral não tiveram oportunidades antes. Um déficit programado. Também penso que investir nessa contação de histórias, multiplicar mais espaços de diálogo entre a universidade e o sistema sejam da ordem do dia. Ações mais contínuas podem impactar profundamente no autoconhecimento desses jovens e no fomento de seus projetos de VIDA e não suas estratégias de praticar desvio da bala como esporte.

*Aliás, oportunidade é a palavra-chave no sistema. A palavra vem de ob portus, o vento mediterrâneo oportuno, favorável, que carrega o navio até a direção do porto. E o porto, assim como a porta, abre e fecha, recebe e entrega, é de onde se parte e para onde se vem, não para. Se há um ditado popular que prescreve que a oportunidade faz o ladrão, proponho pensar que ela também faz o cidadão. Repiso aqui a importância de reabilitar essa categoria de cidadão, diante de tantos desmontes de políticas e de avanços dos conservadorismos fartamente explanados ao longo do texto.*

Também me fio no apelo de outra mãe que perdeu um filho no sistema a quem não conseguiu salvar: “Os meninos são bons, mas querem oportunidade”. Ou de uma terceira mãe de um jovem socioeducando ressaltando que muitos veem no centro uma primeira oportunidade. Ela está com um filho no sistema socioeducativo e lhe pede para “agarrar a oportunidade até último fio de cabelo”.

Se mesmo com todos esses problemas e críticas, estas mães seguem com esperança, quem sou eu para discordar? Tô com Baldwin e o seu otimismo diante da vida, ainda mais em tempos pandêmicos onde a vida rebola sobre o fio da navalha.

Aliás, conhecer um pouco da vida desses jovens, profundamente atravessada pela violência desde tenra idade e pelo abandono de redes de apoio, fez-me lembrar de uma triste passagem. Assim como a internação representa o primeiro contato desses

jovens com o institucional e com algum suporte, para muitos escravos o primeiro contato com a linguagem dos direitos do Estado era o Código Penal.

Assim como Angela Davis (2018) denota que a liberdade é uma luta constante, para esses jovens cearenses a *liberta* encarna essa batalha. Os bate-volta e as reincidências são capítulos desse folhetim de irresignação com os rumos da novela. Da mesma forma que não bastou abolir a escravização negra e seria necessário promover uma inclusão social; não basta soltar tais jovens, eles precisam ser engajados em projetos na educação (FREIRE, 1974), em redes que sustentem suas vidas materialmente, como tanto tem lembrado César nesses anos de interlocução. Também precisam ser envolvidos nos processos decisórios da política. É salutar passar a bola pra eles, confiar. Vejo como muito positiva a implantação de assembleias nos centros para discussões dos assuntos comuns.

Acerca de calos e cicatrizes, seria a *passagem pelo sistema* um marcador social da diferença, que se soma aos demais em especial gênero, raça, classe e idade? O *fichado*, o *envolvido*, o *dimenor*, o *perigoso*. Que é marcado na ficha policial, marcado no corpo pela tornozeleira, marcado na memória pela autoestima baixa e pelas lembranças ruins... Eis algo que pretendo averiguar mais em *oportunidade* futura de trabalho com egressos.

É possível um sistema socioeducativo mais socioeducável e menos encarcerante? A socioeducação é uma crença, uma profissão de fé, uma utopia, maravilhosa em tese mas inexecutável na realidade, tamanhas as contradições nesse modelo híbrido? A convocação para mover estruturas pode até empolgar, mas encontra resistências desde o momento que a tranca se abre. Como não reincidir? Por que alguns adolescentes reincidem e outros não? Por que se constrói um centro socioeducativo na periferia e não faz um centro comunitário decente, miniaturas de CUCA? Interrogo-me sobre quem olha por esses jovens tido como *homossexuais* alcançados por duas pastas, dois pássaros ao menos, mas não suficiente atendidos por nenhuma delas, sem nenhuma ave nas mãos. A pandemia só reforçou esse *gap* ainda mais, reclassificou as urgências.

E o que falta pro sistema? Ser abolido. Nossa saída ocidentalizada pelo encarcerar seguiu a bula neoliberal capitalista e já nos gera reações adversas e hiperdosagens. Estamos profundamente adoecidos. Enquanto alguns povos indígenas têm métodos alternativos de resolução de conflitos e certos povos africanos mobilizam toda a comunidade em torno do crescimento de uma única pessoa, engatinhamos

mutirões de conciliação embebidos por uma correria numérica. Enquanto não chega ao fim, porém, é trabalhar com redução de danos, modulação de efeitos, amortização de impactos.

Como diria Maya Angelou, a verdade é que nenhum de nós pode ser livre até que todos sejam livres. Apesar do pouco tempo, acabei me *envolvendo* com as histórias desses jovens e *puxei* um pouco com eles, Encerro esse trabalho com sonhos que queria ver *gerar na liberta*. Cleitim jogando num clube europeu da liga feminina, Diego com a namorada num apartamento e Matheus contratado por uma ONG em outro estado, multiplicando sua experiência a outros jovens, motivando-os a mudar de vida.

## REFERÊNCIAS

- 2019 registra menos da metade de assassinatos de 2018. **O Povo**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/economia/2019/10/10/2019-registra-menos-da-metade-de-assassinatos-de-2018.html?fbclid=IwAR0qI2s9zswaoDOmig0UEAZdaf1o yIsMXvf4E5A6iYCHk0Y6JrLglvfy3VM> Acesso em: 8 maio 2021.
- 409 adolescentes entre 10 e 19 anos assassinados no Ceará em 2020. **O Povo**, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/07/22/409-adolescentes-entre-10-e-19-anos-assassinados-no-ceara-em-2020.html?fbclid=IwAR2CqV7WGR3v7n9FINIKp13x2SSsGmZR647W2L6rpYL8jWXovMjsTHSWUbK> Acesso em: 8 maio 2021.
- 69% das pessoas trans atendidas pelo Centro de Referência LGBT são negras. **O Povo**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2021/01/29/69--das-pessoas-trans-atendidas-pelo-centro-de-referencia-lgbt-sao-negras.html> Acesso em: 8 abr. 2021
- 94% das presas no Ceará são negras. **O Povo**, Fortaleza, 2019. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/11/29/94--das-presas-no-ceara-sao-negras.html> Acesso em 08 maio 2021.
- ABU-LUGHOD, Lila. **Do Muslim Women Need Saving?** Massachusetts: Harvard University Press, 2013.
- ABU-LUGHOD, Lila. Writing against culture. In: FOX, Richard G. (org.). **Recapturing Anthropology – Working in the present**. Santa Fe: School of American Research Press, 1992.
- ADOLESCENTES queimam colchões no Centro Educacional Dom Bosco. **O Povo**, Fortaleza, 2015. Disponível em: [https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/14/noticia\\_fortaleza%2C3518890/adolescentes-queimam-colchoes-no-centro-educacional-do-bosco.shtml](https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/14/noticia_fortaleza%2C3518890/adolescentes-queimam-colchoes-no-centro-educacional-do-bosco.shtml). Acesso em: 30 ago. 2020
- ADOLESCENTE de 13 anos espancada até a morte sonhava em ser digital influencer. **O Povo**, Fortaleza, 2021. Disponível em: [https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/camocim/2021/01/05/adolescente-de-13-anos-espancada-ate-a-morte-sonhava-em-ser-digital-influencer.html?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/camocim/2021/01/05/adolescente-de-13-anos-espancada-ate-a-morte-sonhava-em-ser-digital-influencer.html?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs) Acesso em: 8 maio 2021.
- ADOLESCENTE transexual é assassinada em Juazeiro do Norte. **O Povo**, Fortaleza, 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/juazeiro-do-norte/2021/04/06/adolescente-transexual-e-assassinada-em-juazeiro-do-norte.html> Acesso em: 8 maio 2021.
- A BATALHA entre católicos e evangélicos pelo domínio dos Conselhos Tutelares. **G1**, [s. l.], 1 out. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/01/a-batalha-entre-catolicos-e-evangelicos-pelo-dominio-dos-conselhos->

tutelaes.ghtml?fbclid=IwAR0ZyyE1PaWYynOUOq4M2x0Qh8b96DUP-VQ0YENRtjEWmQkqPTOL4-hS1-g Acesso em: 3 fev. 2020.

AGUIÃO, Silvia. **Fazer-se no Estado**: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Campinas, Campinas, 2014.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento-Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. Coord. Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ALVES, Antônia Gabriela de Araujo. **Narrativas da prisão**: travestilidade e trajetória de vida em uma prisão LGBT. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará, UNILAB, Fortaleza, 2019.

ANDRADE, Iraci Bárbara. **A Vida do Crime é Cruel**: uma análise dos sentidos da punição para adolescentes autores de atos infracionais. 2020. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

APÓS denúncias de tortura, Ministério da Mulher impede vistoria em presídios no Ceará. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/15/apos-denuncia-de-tortura-ministerio-da-mulher-impede-vistoria-em-presidios-no-ceara/?fbclid=IwAR22j5lfBBvG0FZwdTGW9dQKqyhSq2aQnu91ZOLvapRBNmmXGLMpZ6wzabA> Acesso em 08 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO aponta que 175 pessoas transexuais foram mortas no Brasil em 2020 e denuncia subnotificação. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/associacao-aponta-que-175-pessoas-transexuais-foram-mortas-no-brasil-em-2020-e-denuncia-subnotificacao.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Antropologia. **Código de Ética do Antropólogo e da Antropóloga** (criado em 1986/1988 – alterado em 2011/2012). 2019.

BENEDICT, Ruth. **O crisântemo e a espada**: padrões da cultura japonesa. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998

BENTO, Berenice. **Brasil: país do Transfeminicídio**. Centro Latino-Americano em sexualidade e direitos humanos, Rio de Janeiro, 4 jun 2014. Disponível em: [http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio\\_Berenice\\_Bento.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/Transfeminicidio_Berenice_Bento.pdf). Acesso em: 9 maio 2021.

BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

BIRMAN, Patricia. *In*: NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 7-14.

BOLDRIN, Guilherme. **Desejo e separação**: monas, gays e envolvidos num presídio em São Paulo. Tese (USP). 2017.

BOLDRIN, Guilherme. **Monas, envolvidos e o crime**: etnografia com Travestis e homossexuais em uma prisão paulista. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos. 2014.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. Coleção Feminismos Plurais (coord. Djamilia Ribeiro). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm). Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Levantamento Anual Sinase 2017**. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf>. Acesso em: 8 maio 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE GAYS, LÉSBICAS, BISEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – GLBT, 0102, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?fbclid=IwAR1XNCrbfpBOhj-48fdXuiN0-c4WYN9cSv3aj-IY9tVcleHie1Mk2rMAvgI&cmpid=copiaecolaO>. Acesso em: 8 maio 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A "juventude" é apenas uma palavra**: entrevista com Pierre Bourdieu. *In*: BOURDIEU, Pierre. 1983. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 112-121.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **A profissão de sociólogo**: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1990.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de Assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu e Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. Contemporânea, 2011, p. 13-33.

CÂMARA de Fortaleza retira projeto de liberdade de ensino após tumulto entre professores e religiosos. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/10/31/camara-de-fortaleza-retira-projeto-de-liberdade-de-ensino-apos-tumulto-entre-professores-e-religiosos.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021. Acesso em: 8 maio 2020.

CAMPANHA do governo federal pela abstinência sexual começa 20 dias antes do Carnaval. **Yahoo Notícias**. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/campanha-do-governo-federal-pela-abstinencia-sexual-comeca-20-dias-antes-do-carnaval-144601271.html>. Acesso em: 8 maio 2020.

CANHEO, R. O.. “**Puxa pro Evaristo**”: produção e gestão da população LGBT presa na cidade do Rio de Janeiro. (Dissertação de mestrado). Recuperado do Repositório Institucional da Universidade Federal Fluminense. 2017

CARRARA, Sérgio, VIANNA, Adriana. Os Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil a partir da “Constituição Cidadã”. In: OLIVEN, Ruben et al. (orgs.). **A Constituição de 1988 na vida brasileira**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

CARRARA, Sérgio. Négociers les frontières, négociers aux frontières: l’anthropologie et le processus de “citoyennisation” de l’homosexualité au Brésil. *Brésil(s)*. **Sciences Humaines et Sociales**, v. 4, p.103-123, 2013.

CASAMENTOS entre pessoas do mesmo gênero aumentam 52% no Ceará em 2018. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/12/04/casamentos-entre-pessoas-do-mesmo-genero-aumenta-52percent-no-ce-em-2018.ghtml>. Acesso em 08 maio 2021.

CASO Suzy: ‘Detento tem direito de ressocialização’. **R7**. Disponível em: [https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/caso-suzy-detento-tem-o-direito-de-ressocializacao-diz-damares-10032020?fbclid=IwAR1iIZj3tMJg4G5EahBW5SF\\_NinU1nG9h6GcKOUZbL7WVvbqsfYhigyQOZU](https://noticias.r7.com/prisma/r7-planalto/caso-suzy-detento-tem-o-direito-de-ressocializacao-diz-damares-10032020?fbclid=IwAR1iIZj3tMJg4G5EahBW5SF_NinU1nG9h6GcKOUZbL7WVvbqsfYhigyQOZU) Acesso em: 08 maio 2021.

CEARÁ é o estado com maior aumento dos homicídios em 2020. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/02/12/ceara-e-o-estado-com-maior-aumento-dos-homicidios-em-2020.ghtml> Acesso em 08 maio 2021.

CEARÁ implanta primeira ferramenta de registro oficial de agressões contra pessoas LGBTI+. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/23/ceara->

implanta-primeira-ferramenta-de-registro-oficial-de-agressoes-contra-pessoas-lgbti.ghml Acesso em 08 maio 2021.

CEARÁ é o 6º estado do Brasil com maior número de jovens assassinados, em 11 anos.

**Diário do Nordeste.** Disponível em:

<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?aId=1.2107570>

Acesso em: 08 maio 2021.

CEARÁ se torna 1º estado a permitir doações de sangue de homens homossexuais. **G1.**

Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-1o-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFIkPewdh9YOJMT81UZXucopcptbbKe6bJTrZb\\_GycqT1rOw](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-1o-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFIkPewdh9YOJMT81UZXucopcptbbKe6bJTrZb_GycqT1rOw)

Disponível em: [https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-1o-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFIkPewdh9YOJMT81UZXucopcptbbKe6bJTrZb\\_GycqT1rOw](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/19/ceara-se-torna-1o-estado-a-permitir-doacoes-de-sangue-de-pessoas-homossexuais.ghml?fbclid=IwAR34bV2WXSvTFIkPewdh9YOJMT81UZXucopcptbbKe6bJTrZb_GycqT1rOw)

Acesso em: 08 maio 2021.

CEARENSES têm influência genética de povos nórdicos, revela pesquisa. **G1.**

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/27/cearenses-tem-maior-influencia-genetica-de-povos-nordicos-do-que-de-indios-e-negros-revela-pesquisa.ghml>

Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/07/27/cearenses-tem-maior-influencia-genetica-de-povos-nordicos-do-que-de-indios-e-negros-revela-pesquisa.ghml>

Acesso em: 08 maio 2021.

CENTRO São Miguel em Fortaleza tem cenário de destruição após fuga. **G1.**

Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2015/08/centro-sao-miguel-em-fortaleza-tem-cenario-de-destruicao-apos-fuga.html>

Acesso em 30 ago. 2020.

CERCA de 10% da população brasileira, pessoas LGBTI são sub-representadas na política. **Brasil de Fato.** Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica#:~:text=Os%20problemas%20de%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da,elei%C3%A7%C3%B5es%20municipais%20do%20%C3%BAltimo%20ano>

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica#:~:text=Os%20problemas%20de%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da,elei%C3%A7%C3%B5es%20municipais%20do%20%C3%BAltimo%20ano>

Acesso em: 03 maio 2021

CNJ decide que preso LGBT+ pode cumprir pena em ala isolada. **Gaúcha ZH.**

Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvnr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O\\_THPkEliPUvzZmHo7VYmP\\_MQRhAfT0](https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvnr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O_THPkEliPUvzZmHo7VYmP_MQRhAfT0)

Disponível em: [https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvnr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O\\_THPkEliPUvzZmHo7VYmP\\_MQRhAfT0](https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/10/cnj-decide-que-preso-lgbt-pode-cumprir-pena-em-ala-isolada-ckftvq1w8000r012t5jvnr5j5.html?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTeA1L7Fz1eio7hu8O_THPkEliPUvzZmHo7VYmP_MQRhAfT0)

Acesso em: 08 maio 2021.

COM decretações via rede social, assassinatos de meninas dispara no CE. **Folha de São Paulo.** Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs)

Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs)

Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9\\_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P\\_4GpsIyB1u7JGs](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/01/com-decretacoes-via-rede-social-assassinato-de-meninas-dispara-no-ce.shtml?fbclid=IwAR1nOdGEOvUPO0hBKwiYV9_17MBtxqduuBacaF8SR0F7P_4GpsIyB1u7JGs)

Acesso em: 08 maio 2021.

CONHEÇA o Brasil – População: cor ou raça. **IBGE Educa.** Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelo>

Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelo>

Acesso em: 03 maio 2021

CONHEÇA o Brasil – População: pirâmide etária. **IBGE Educa**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html> Acesso em: 03 maio 2021

CONNELL, R.. *Masculinities*. (2ª ed.). Berkeley: University of California. 2005.

CONSELHO Municipal de Direitos da População LGBT de Fortaleza é empossado. **GRAB**. Disponível em: [http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com\\_content&view=article&id=237:conselho-municipal-de-direitos-da-populacao-lgbt-de-fortaleza-e-empossado&catid=32:home&Itemid=44](http://www.grab.org.br/new/index.php?option=com_content&view=article&id=237:conselho-municipal-de-direitos-da-populacao-lgbt-de-fortaleza-e-empossado&catid=32:home&Itemid=44) Acesso em: 08 abr. 2020

CORONAVÍRUS e homicídios: o Ceará sob duas epidemias. **Cada Vida Importa**. Disponível em: [https://cadavidaimporta.com.br/news/nota-tecnica-coronavirus-e-homicidios-o-ceara-sob-duas-epidemias/?fbclid=IwAR1sgce\\_Y4rQuHS1zZ9XJJ7oTnGoI9z9Vg6w7olocE7U38GRbZ6\\_aVv8RKY](https://cadavidaimporta.com.br/news/nota-tecnica-coronavirus-e-homicidios-o-ceara-sob-duas-epidemias/?fbclid=IwAR1sgce_Y4rQuHS1zZ9XJJ7oTnGoI9z9Vg6w7olocE7U38GRbZ6_aVv8RKY) Acesso em: 08 maio 2021.

COSTA, Rodrigo Vieira. Direitos e reconhecimento dos homossexuais no município de Fortaleza durante a gestão Fortaleza Bela 2005-2008. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 10, n.1, p. 51-76, jan./jun. 2009.

CRENSHAW, Kimberlé.. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics". University of Chicago. **Legal Forum**, pp. 139-167. 1989.

DAS, Veena. **Life and Words**. Violence and the descent into the ordinary. Berkeley, University of California Press, 2007.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. "State and its margins: comparative ethnographies". In: Veena Das & Deborah Poole(orgs.), **Anthropology in the margins of the State**. Oxford: James Currency. pp. 3-33. 2004

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 37, p. 9–41, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso em: 23 maio 2021.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. Organização de Frank Barat; tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

DEPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias de julho a dezembro de 2019**. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYWY5NjFmZjctOTJmNi00MmY3LThlMTEtNWYwOTlmODFjYWQ5IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9> Acesso em: 08 maio 2021.

DÍAZ-BENÍTEZ, Maria Elvira. **Nas redes do sexo**: os bastidores do pornô brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: a violência como "marca". In: J. V. Tavares dos Santos (Org.). **Violência em tempo de globalização** (pp.164-182). São Paulo: Hucitec. 1999

DIÓGENES, Glória. **Eles dizem não ao não**: um estudo sobre a geração N. Fortaleza:: Instituto Dragão do Mar, 2019.

DISCRIMINAÇÃO de gays na prisão: Com pratos marcados e rejeitados por facções, presos LGBT sofrem com rotina de segregação. **Uol**. Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/27/discriminacao-de-gays-na-prisao-com-pratos-marcados-e-rejeitados-por-faccoes-presos-lgbt-sofrem-com-rotina-de-segregacao.htm?fbclid=IwAR1wrE0E6F4LhGC8T27\\_8UcG3K6GbRhs8g0jsKvGU8mBqALY9doZm87Aoi0](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/03/27/discriminacao-de-gays-na-prisao-com-pratos-marcados-e-rejeitados-por-faccoes-presos-lgbt-sofrem-com-rotina-de-segregacao.htm?fbclid=IwAR1wrE0E6F4LhGC8T27_8UcG3K6GbRhs8g0jsKvGU8mBqALY9doZm87Aoi0) Acesso em 08 maio 2021.

DODGE defende que travestis e trans possam ser transferidas para prisões femininas. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/23/dodge-defende-que-travestis-e-trans-possam-ser-transferidas-para-prisoos-femininas.ghtml> Acesso em 08 maio 2021.

DOSSIÊ contra grupo acusado de agredir jovem negro e gay no Benfica é entregue ao Ministério Público. **O Povo**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/01/dossie-contra-suposto-grupo-skinhead-cearense-e-entregue-ao-ministerio.html> Acesso em: 08 maio 2021.

EFREM FILHO, Roberto. Corpos Brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT. In: **Anais do 37º Encontro anual da ANPOCS**. Águas de Lindóia, 23 a 27 setembro de 2013.

EM 2020, 47 mulheres foram vítimas de feminicídio no Ceará. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/12/so-em-2020-47-mulheres-foram-vitimas-de-feminicidio-no-ceara#:~:text=Segundo%20o%20relat%C3%B3rio%2C%20no%20Cear%C3%A1,de%20quatro%20crimes%20por%20m%C3%AAs.&text=Em%202019%2C%20o%20Cear%C3%A1%20foi,tamb%C3%A9m%20aumentou%2C%20principalmente%20na%20pandemia> . Acesso em: 08 maio 2021.

EM dia de batalha ideológica, AL apoia Parada LGBT e aprova homenagem a Damares. **O Povo**. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/politica/2019/09/19/em-dia-de-batalha-ideologica--al-apoia-parada-lgbt-e-aprova-homenagem-a-damares.html> Acesso em: 08 maio 2021.

ENTIDADES brasileiras denunciam crise no sistema prisional do Ceará à ONU. **Ponte**. Disponível em: [https://ponte.org/entidades-brasileiras-denunciam-crise-no-sistema-prisional-do-ceara-na-onu/?fbclid=IwAR1Aeg5AiNerXAiG6Mgfe-qxkJrBzufg9XAb\\_PPuTjaYoh0UALxsvZM\\_kEM](https://ponte.org/entidades-brasileiras-denunciam-crise-no-sistema-prisional-do-ceara-na-onu/?fbclid=IwAR1Aeg5AiNerXAiG6Mgfe-qxkJrBzufg9XAb_PPuTjaYoh0UALxsvZM_kEM) Acesso em 08 maio 2021.

ENTIDADE de direitos humanos pede o fim dos testes de gênero no esporte. **GloboPlay**. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9227119/> Acesso em: 08 maio 2021

EQUIPE multidisciplinar deve ficar completa nesta semana. **O Povo**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/03/equipe-multidisciplinar-deve-ficar-completa-nesta-semana.html> Acesso em: 08 abr. 2020

FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horacio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650716>. Acesso em: 23 maio 2021.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Revista Bagoas**, n. 04 | 2009 | p. 131-158

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras**: mulheres, homossexualidades e diferenças na cidade de São Paulo. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

FEITOSA, Cleyton. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 74-89, jan./jun. 2021.

FERNANDES, Camila. Mães “abandonantes”. O amor nas fraturas da desigualdade. In: **Figuras da causação: sexualidade feminina, reprodução e acusações no discurso popular e nas políticas de Estado** / Camila Fernandes. -- Rio de Janeiro, 2017. 246 f.

FERREIRA, Daniel Rogers de Souza. **Ousar Dizer o Nome**: Movimento Homossexual e o Surgimento do GRAB no Ceará. Fortaleza: UECE. (Monografia, 2003)

FERREIRA, Letícia; LOWENKRON, Laura. Perspectivas antropológicas sobre documentos: encontros etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: Ferreira, Letícia; Lowenkron, Laura. (Org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. 1ed. Rio de Janeiro: E-Papers/ Faperj, 2020, v. 1, p. 17-52.

FERREIRA, Guilherme Gomes. Interseccionalidades e marcadores sociais da diferença na experiência de travestis privadas de liberdade. **Anais de II SERPINF**. PUC, Porto Alegre, 2014.

FINAMORI, Sabrina. “Em busca da paternidade”. Em: **Os sentidos da paternidade. Dos ‘pais desconhecidos ao exame do DNA’**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições. pp. 187-242. 2018.

"FIZ merda", teria dito PM após atirar contra adolescente de 13 anos que estava dormindo **O Povo**. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2020/07/04/fiz-merda---teria-dito-pm-apos-atirar-contradolescente-de-13-anos-que-estava-dormindo.html?fbclid=IwAR2sjzBTUhB55ffIRSeMwNW2SSWdglWRHATVYWUDkKvWijMRnfiY8X1J-IY> Acesso em 08 maio 2021.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez editora, 1995.

FONSECA, Claudia. "**O anonimato e o texto antropológico**: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'". Teoria e Cultura, v.2, n.1 e 2, p. 39-53, 2008.

FORTALEZA cria cartilha que incentiva masturbação infantil, sugere pedofilia e zomba Damares Alves. **Terça Livre**. Disponível em: <https://tercalivre.com.br/fortaleza-cria-cartilha-que-incentiva-masturbacao-infantil-sugere-pedofilia-e-zomba-damares-alves/> Acesso em: 08 maio 2021.

FORTALEZA é a cidade que mais mata adolescentes no Brasil, aponta Unicef. **Renato Roseno**. Disponível em: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/fortaleza-cidade-mais-mata-adolescentes-Brasil-unicef> Acesso em: 08 maio 2021

FORTALEZA é a 2ª cidade mais violenta do Brasil e a 9ª do mundo. **Revista Ceará**. Disponível em: <https://www.revistaceara.com.br/fortaleza-e-a-2a-cidade-mais-violenta-do-brasil-e-a-9a-do-mundo/> Acesso em: 08 maio 2021

FORTALEZA ultrapassa Salvador e se torna maior economia do Nordeste. **Ceará**. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/12/16/fortaleza-ultrapassa-salvador-e-se-torna-maior-economia-do-nordeste/> Acesso em: 08 maio 2021

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Collège de France 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2015.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramallete. 36ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRASER, Nancy. Redistribuição, reconhecimento e participação: por uma concepção integrada da justiça. In: IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia; SARMENTO, Daniel (Org.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: REVAN, 2008

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O Saber Local**. New York: Basic Books, 1983.

GIUMBELLI, Emerson. Para além do “trabalho de campo”: reflexões supostamente malinovskianas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.17 no.48 São Paulo. Feb. 2002.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. (Org.). FELDMAN-BIANCO, Bela. **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. São Paulo, 1987.

GROSSI, Miriam *et al* (org). **Trabalho de Campo, Ética e Subjetividade**. Florianópolis/Tubarão. Editora Tribo da Ilha/Copiart, 2018.

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro v. 92, n. 93, p. 69 82, 1988b.

GOVERNO suspende edital com séries de temática LGBT criticadas por Bolsonaro. **GHZ**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/cinema/noticia/2019/08/governo-suspende-edital-com-series-de-tematica-lgbt-criticadas-por-bolsonaro-cjzlf6kf008101o9yu2gdabr.html> Acesso em 08 maio 2020.

HEILBORN, Maria Luiza. **Comunicação corporal, comunicação verbal: trajetórias sexuais no Brasil e na França**. Comunicação apresentada no GT Sexualidade e Subjetividade, XXI Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu. 1997

IBGE Cidades. **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/panorama>. Acesso em 08 maio 2021.

IBGE divulga estimativa da população dos municípios para 2020. **Agência IBGE Notícias**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28668-ibge-divulga-estimativa-da-populacao-dos-municipios-para2020#:~:text=IBGE%20divulga%20estimativa%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20para%202020,Editoria%3A%20Estat%C3%ADsticas%20Sociais&text=O%20IBGE%20divulga%20hoje%20as,77%25%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202019>. Acesso em: 03 maio 2021.

INSPEÇÃO em centro socioeducativo feminino registra relato de isolamento forçado e uso de algemas. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/inspecao-em-centro-socioeducativo-feminino-registra-relato-de-isolamento-forcado-e-uso-de-algemas-1.3004395> Acesso em 08 maio 2021.

INTERNOS fazem rebelião no Centro Educacional São Miguel. **O POVO**. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2015/10/17/noticiafortaleza%2C3520706/internos-fazem-rebeliao-no-centro-educacional-sao-miguel.shtml> Acesso em: 30 ago. 2020

IZOLDA Cela participa do lançamento do Pacto pela Aprendizagem Profissional. **ViceGov**. Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2019/06/24/izolda-cela-participa-do-lancamento-do-pacto-pela-aprendizagem-profissional/> Acesso em 08 maio 2021

JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismos Contemporâneos e Interseccionalidade 2.0. Rebeh - **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.l.], v. 1, n. 01, jan. 2018. ISSN 2595-3206. Disponível em: <http://revistas.unilab.edu.br/index.php/rebeh/article/view/87>.

JOVEM tem a testa tatuada após ser acusado de furto de bicicleta em SP. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/06/jovem-tem-testa-tatuada-apos-ser-acusado-de-furto-de-bicicleta-em-sp.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

JOVEM transexual é amarrado, arrastado por rua e morto a tiros, em Fortaleza. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/09/07/jovem-e-amarrada-morta-a-tiros-e-tem-corpo-arrastado-por-rua-de-fortaleza.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A homofobia não é um problema. Aqui não há gays nem lésbicas!?. Estratégias discursivas e estados de negação da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas. **Revista de Psicologia da UNESP** 9(1), 2010.

JUSTIÇA determina internação de adolescente trans em unidade e acolhimento feminina. **TJCE**. Disponível em: <https://www.tjce.jus.br/noticias/justica-determina-internacao-de-adolescente-trans-em-unidade-de-acolhimento-feminina/> Acesso em: 30 ago. 2020

LAMOUNIER, Gabriela. **Gêneros encarcerados**: uma análise transviada da política de Alas LGBT no Sistema Prisional de Minas Gerais. (Dissertação de mestrado). Recuperado do Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais. 2018.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador, Bauru: EDUFBA, EDUSC, 2012.

LEITE, Orlana Rachel Lisboa. **Avaliação do atendimento socioeducativo prestado às adolescentes do Centro Educacional Aldaci Barbosa Mota**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

LOWENKRON, Laura. **O monstro contemporâneo**: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Eduerj/CLAM, 2015

LUNA, Naara; NATIVIDADE, Marcelo. Religião, direitos humanos e política: balanço das temáticas e pesquisas. **Contemporânea**. v. 10, n. 2 p. 503-535. Maio–Ago. 2020

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEAD, Margaret. A adolescência em Samoa. In: CASTRO, Celso (org.). **Cultura e personalidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015, p. 17-65

MENINAS relatam castigos e homofobia em centro de detenção, diz relatório. **Uol**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/11/10/meninas-relatam-castigos-e-homofobia-em-centro-de-detencao-diz-relatorio.htm>. Acesso em 08 maio 2021

MISSE, Michel. Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. in: **Juventude em conflito com a lei**. SENTO-SÉ, J.T. [e] PAIVA, V. (orgs). Rio de Janeiro, Garamond. 2006.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012

MOURA, Artur. M. **A Realidade da População LGBT no Sistema Socioeducativo**: uma análise da socialização entre adolescentes LGBT, heterossexuais e os educadores sociais do Centro Educacional São Miguel. Monografia. UECE, 2016.

'NA biologia é macho ou fêmea, não existe 'LGBTQI', diz ministro da Educação em Manaus. **Portal Marcela Rosa**. Disponível em: [https://portaldamarcelarosa.com.br/na-biologia-e-macho-ou-femea-nao-existe-lgbtqi-diz-ministro-da-educacao-em-manaus/?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTaA1L7Fz1eio7hu8O\\_THPkEliPUvzZmHo7VYmP\\_MQRhAfT0](https://portaldamarcelarosa.com.br/na-biologia-e-macho-ou-femea-nao-existe-lgbtqi-diz-ministro-da-educacao-em-manaus/?fbclid=IwAR3Ts8kB7jeVTaA1L7Fz1eio7hu8O_THPkEliPUvzZmHo7VYmP_MQRhAfT0). Acesso em 15 abr 2020.

NAGAMINE, Renata; NATIVIDADE, Marcelo. **Entre hospitalidade e hostilidade**: políticas sexuais em perspectiva internacional. In: NATIVIDADE, Marcelo. Margens da política: estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. p. 243-267.

NASCIMENTO, M. Ladrão sim, bicha nunca! Práticas homofóbicas entre adolescentes masculinos em uma instituição socioeducativa brasileira. In: **Educação, Sociedade & Culturas**, nº 31, 2010, 67-81

NASCIMENTO, Francisco Elionardo. Os “empata foda”: políticas sexuais como práticas de governamentalidade nas prisões cearenses. **44º Encontro Anual da ANPOCS** (apresentação). Disponível em: [https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=2719&impressao&printOnLoad](https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=2719&impressao&printOnLoad) São Paulo, 2020.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo. **Travestilidades Aprisionadas**: narrativas de experiências de travestis em cumprimento de pena no Ceará. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do

Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

NATIVIDADE, Marcelo. Cantar e dançar para Jesus: sexualidade, gênero e religião nas igrejas inclusivas pentecostais. Dossiê *Religião e Sexo*. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 37(1): 15-33, 2017

NATIVIDADE, Marcelo. **Deus me aceita como eu sou**: disputas sobre o significado da homossexualidade entre evangélicos no Brasil. 2008. Doutorado (Tese) – Instituto de v.10, n.2. Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NATIVIDADE, Marcelo. Homofobia religiosa e direitos LGBT: Notas de pesquisa. **Latitude**, Vol. 07, nº 1, pp. 33-51, 2013.

NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: Estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 296p.

NATIVIDADE, Marcelo. Uma família como outra qualquer: Casamento igualitário e novas famílias em igrejas evangélicas LGBT. **Sex., Salud Soc.** (Rio J.) [online]. 2019, n.33, pp.343-372.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. “Nós acolhemos os homossexuais”: homofobia pastoral e regulação da sexualidade. **Revista TOMO**, São Cristóvão (SE), n. 14, p. 203-227, 2009.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. O que há de tão satânico na xereca da vizinha? Notas sobre gênero, política pública, cidadania e liberdade. In: NATIVIDADE, Marcelo. **Margens da política**: Estado, direitos sexuais e religiões. Rio de Janeiro: Garamond, 2016. 296p.

NATIVIDADE, Marcelo; SOUSA, Bruno; ROCHA, Rômulo. **Políticas Sexuais, Saúde e Violência em Tempos de Pandemia de Covid-19**. 2021 (no prelo)

NEGROS são 87% dos mortos por intervenção policial no Ceará, mostra estudo. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/12/09/negros-sao-87percent-dos-mortos-por-intervencao-policial-no-ceara-mostra-estudo.ghtml> Acesso em: 08 maio 2021.

NEGROS são alvo de metade dos registros de violência contra população LGBTI+ no Brasil, diz pesquisa. **Mídia Bixa**. Disponível em: [https://midiabixa.com.br/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contr-populacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR3fFw1zHcb0mqBJaAaiFr8p4pgMM\\_DPTrZRvRrRa85d5kqSdpPoOwgp0HCo](https://midiabixa.com.br/negros-sao-alvo-de-metade-dos-registros-de-violencia-contr-populacao-lgbt-no-brasil-diz-pesquisa/?fbclid=IwAR3fFw1zHcb0mqBJaAaiFr8p4pgMM_DPTrZRvRrRa85d5kqSdpPoOwgp0HCo) Acesso em: 08 maio 2021.

NOTA de repúdio da ANTRA contra o linchamento virtual promovido contra a reeducanda Suzy. **ANTRA**. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/03/08/nota-da-repudio-de-antra-contr-o-linchamento-virtual-promovido-contr-a-reeducanda->

suzy/?fbclid=IwAR3Xddv18EyDzBke7Xv2cJcx-oMC8oECTg9doC0rETzKmlGS9\_EnQqpap\_M Acesso em: 08 maio 2021.

NOVO presidente da Fundação Palmares nega existência de racismo e pede fim do movimento negro. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/novo-presidente-da-fundacao-palmares-nega-existencia-de-racismo-pede-fim-do-movimento-negro-1-24104072> Acesso em: 04 mar. 2021

NO CE, brancos ganharam 74,7% mais que negros e pardos em 2019. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/no-ce-brancos-ganharam-747-mais-que-negros-e-pardos-em-2019-1.3010881> Acesso em: 08 maio 2021

OLIVEIRA, Franciane da Silva Santos. **Grupo de Mães e Familiares que têm Filhos/as no Sistema Socioeducativo de Fortaleza**: tecendo resistências e (re)existências interseccionais. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.

OLIVEIRA, Leandro de. **Os sentidos da aceitação**: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo. Tese (Doutorado) – Museu Nacional. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

OS países menos desenvolvidos do mundo. **Exame**. Disponível em: <https://exame.com/economia/os-paises-menos-desenvolvidos-do-mundo/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms**. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8

PADOVANI, Natália Corazza. Na caminhada: “localizações sociais” e o campo das prisões. Dossiê Prisões em etnografias: perspectivas de gênero. **Cadernos Pagu** (55), 2019

PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre Casos e Casamentos**: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos, EdUFSCar. 2018.

PAIVA, Luiz Fábio Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 165-184, Abr. 2019.

PASTOR da Videira vira coordenador de assuntos religiosos da gestão Sarto. **O Povo**. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/politica/2021/01/12/pastor-da-videira-vira-coordenador-de-assuntos-religiosos-da-gestao-sarto.html> Acesso em: 08 maio 2021.

PASSAMANI, Guilherme. “É ajuda, não é prostituição”. Sexualidade, envelhecimento e afeto entre pessoas com condutas homossexuais no Pantanal de Mato Grosso do Sul. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 51, 2017.

PEIRANO, Mariza. “O antropólogo como cidadão”. In: **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1991. p. 85-104

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 2, n. 2, jul-dez 2012, pp. 395-418.

PERFIL demográfico do estado do Ceará a partir dos dados da Pesquisa Regional por Amostra de Domicílios (PRAD-CE). **IPRECE**. Disponível em: [https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD\\_informe\\_N02\\_28\\_jan2021.pdf](https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2021/01/PRAD_informe_N02_28_jan2021.pdf) Acesso em 08 maio 2021.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril**. São Paulo, Brasiliense, 1987.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, direitos humanos e vítimas. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (orgs.). **Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos**. São Paulo: Annablume, 2012.

POLÍCIA investiga homicídio de travesti que foi espancada até a morte no CE. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/policia-investiga-homicidio-de-travesti-que-foi-espancada-ate-morte-no-ce.html> Acesso em 08 maio 2021.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social (1860 – 1930)**. Edições Demócrito Rocha, 4ª edição – 2010.

POR Soraya Santiago, movimento de travestis e transexuais repudiam contra o desrespeito contra mais uma vítima no CE. **Mídia Ninja**. Disponível em: <https://midianinja.org/news/por-soraya-santiago-movimento-de-travestis-e-transexuais-repudiam-contra-o-desrespeito-contra-mais-uma-vitima-no-ce/> Acesso em: 08 maio 2021.

PRESOS homossexuais são tratados com exorcismo e isolamento em presídios de MT, diz ONG. **G1**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2018/08/02/presos-homossexuais-sao-tratados-com-exorcismo-e-isolamento-em-presidios-de-mt-diz-ong.ghtml?fbclid=IwAR0ZO1vERo0h1MuLVHMSa67-o7vszMtG5D217RvoB7wwqZ5yH-pUgkDUApU> Acesso em 08 maio 2021.

“PROBLEMÁTICA não se reduz a um caso de polícia”, diz vice-governadora após sofrer assalto neste domingo, 21. **O Povo**. Disponível em: <https://blogs.opovo.com.br/politica/2021/02/21/problematica-nao-se-reduz-a-um-caso-de-policia-diz-vice-governadora-apos-sofrer-assalto-neste-domingo-21/> Acesso em: 08 maio 2021.

PROJETO de lei quer declarar patrimônio imaterial de Fortaleza a Parada pela Diversidade Sexual do Ceará. **Ponto Poder**. Disponível em: <https://pontopoder.verdesmares.com.br/projeto-de-lei-quer-declarar-patrimonio-imaterial-de-fortaleza-a-parada-pela-diversidade-sexual-do-ceara/2662/> Acesso em: 08 abr. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: **Experimentos com histórias de vida**: Itália-Brasil[S.l.: s.n.], 1988.

QUATRO em cada mil adolescentes serão mortos antes dos 19 anos. **Folha de São Paulo**. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1926131-quatro-em-cada-mil-adolescentes-serao-mortos-antes-de-atingir-os-19anos.shtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsfolha](https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1926131-quatro-em-cada-mil-adolescentes-serao-mortos-antes-de-atingir-os-19anos.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsfolha). Acesso em: 08 maio 2021.

RACISMO: taxa de assassinatos cresce par negros e cai para o resto da população. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/27/racismo-taxa-assassinatos-de-negros-cresce-e-cai-para-o-resto-da-populacao> Acesso em: 08 maio 2021.

RELATÓRIO de inspeção ao Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota – setembro de 2020. **CEDECA**. Disponível em: <http://cedecaceara.org.br/site/wp-content/uploads/2020/10/Relat%C3%B3rio-Aldaci-com-Capa-Final.pdf> Acesso em: 08 maio 2021.

RELATÓRIO de Monitoramento das Medidas Cautelares 60-15 outorgadas em face das violações de direitos humanos do Sistema Socioeducativo do estado do Ceará. **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)**. 2017.

RESOLUÇÃO CONANDA. **292ª Assembleia Ordinária** – 17/12/2020. 2020 Disponível em: [https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/acesse-a-recomendac3a7c3a3o-recomendao\\_diretrizes\\_pscpp.pdf](https://mnpctbrasil.files.wordpress.com/2019/09/acesse-a-recomendac3a7c3a3o-recomendao_diretrizes_pscpp.pdf) Acesso em: 08 maio 2021.

RUBIN, Gayle. “The traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy of Sex’”. In: REITER, Rayna. *Toward an Anthropology of Women*. **Monthly Review Press**, New York, 1975.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Experience, in Snitow, A.; Stansel, C. e S. Thompson (Orgs.). **Powers of Desire: The Politics of Sexuality**. Nova York: Monthly Review Press, pp. 177-215. 1983.

SÁ, Leonardo Damasceno; AQUINO, Jania Perla Diógenes de. “Guerra das facções” no Ceará (2013-2018): Socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 42., 2018, Caxambu. Anais [...]. Caxambu: ANPOCS, 2018. p. 1-30

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundão e consideração**: uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SEGATO, Rita Laura. **La Guerra contra las Mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016

SEM dados do Censo, população LGBTI do Brasil continuará desconhecida por mais 10 anos. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/02/24/sem-dados-do-censo-populacao-lgbti-do-brasil-continuara-desconhecida-por-mais-10-an>. Acesso em: 03 maio 2021

SCOTT, Joan. Experiência. **Falas de Gênero**. Editora Mulheres, Santa Catarina, 1999. p. 21-55. Disponível em: [https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan\\_Scote-Experiencia.pdf](https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scote-Experiencia.pdf). Acesso em 08 maio 2019.

SCOTT, J. A. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos? In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, dez. 1990.

SCOTT, Joan. The evidence of experience. **Critical Inquiry**. v. 17, n. 4 (Summer), p. 773-797, 1991.

SILVA, Vitória Rodrigues da. **“Envolvidas”**: e experiência social das adolescentes em medida socioeducativa privativa de liberdade. 2020. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SOARES, C. E. L. **A negregada instituição**: os capoeiras na Corte Imperial, 1850-1890. Rio de Janeiro: Access, 1999.

SOUSA, Antônia Lima. **A medida de internação e o atendimento socioeducativo**: a distância entre o legal e o real. Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados (Dissertação). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2018.

SOUSA, Bruno Alves. **A Violência que ousa dizer os seus números**: aspectos polêmicos do projeto de lei que criminaliza a homofobia no Brasil à luz da laicidade estatal. Faculdade de Direito - UFC (Monografia). Fortaleza, 2013.

SOUSA, Bruno. Internação e diversidade sexual e de gênero: uma incômoda Interseccionalidade em centros socioeducativos cearenses. **Anais da 6ª Reunião Equatorial de Antropologia REA**; Tema: diversidades, adversidades e resistências. [recurso eletrônico]: Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32216> Salvador: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2020.

SPS lança campanha Ceará de Todxs e celebra diversidade no Dia de Combate à LGBTfobia. **SPS**. Disponível em: <https://www.sps.ce.gov.br/2019/05/20/sps-lanca-campanha-ceara-de-todxs-e-celebra-diversidade-e-luta-por-direitos-no-dia-de-combate-a-lgbtfobia/> Acesso em 08 maio 2021.

SSPDS conclui que não houve nenhuma morte por homofobia em Fortaleza em 2017. **O Povo**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/sspds-conclui-que-nao-houve-nenhuma-morte-por-homofobia-em-fortaleza.html>. Acesso em 08 maio 2021.

STOCKLE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? in: **Estudo Afro-asiático**, nº 20, pp. 101-117, 1991.

TODAS as vidas importam? Fortaleza vive onda de assassinatos de mulheres trans. **Mídia Bixa**. Disponível em: <https://midiabixa.com.br/todas-as-vidas-importam-fortaleza-vive-onda-de-assassinatos-de-mulheres-trans/?fbclid=IwAR1P1rVPS3g7yjOAHwOH06Lc6amsQevj66l5Dw3sd47Etv1OYF-7C72GVZ8> Acesso em 08 maio 2021.

TRANSEXUAIS e travestis femininas poderão escolher cumprir pena em presídio feminino ou masculino, decide Barroso. **O Globo**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/transexuais-travestis-femininas-poderao-escolher-cumprir-pena-em-presidio-feminino-ou-masculino-decide-barroso-24933277> Acesso em: 08 maio 2021.

TRANSEXUAL sofre abusos em celas masculinas. **O Povo**. Disponível: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/10/02/noticiasjornalcotidiano,3513246/transexual-sofre-abusos-em-celas-masculinas-de-presidio>. Acesso 30 ago 2020.

TRAVESTI fica desfigurada após prisão. Defensoria diz haver indício de tortura. **G1**. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/04/travesti-fica-desfigurada-apos-prisao-defensoria-diz-haver-indicio-de-tortura.html>. Acesso em 30 ago 2020.

TURNER, Victor. **O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.

UM novo governo Camilo Santana. **O Povo**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/ericofirmo/2018/12/um-novo-governo-camilo-santana.html> Acesso em 08 maio 2021

VAN GENNEP, Arnold. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VARELLA, Drauzio. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VARGAS, Joana Domingues, MARINHO, Frederico Couto. Permanências e resistências: Legislação, gestão e tratamento da delinquência juvenil no Brasil e na França. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial** n. 1, 2015

VEREADORAS travam disputa ideológica pela Comissão dos Direitos Humanos em Fortaleza. **Diário do Nordeste**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/politica/vereadoras-travam-disputa-ideologica-pela-comissao-dos-direitos-humanos-em-fortaleza-1>. Acesso em: 08 maio 2021.

VIANNA, Adriana. **Limites da menoridade**: tutela, família e autoridade em julgamento. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 2002.

VIANNA, Adriana. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, p. 271-312, 2002.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu** (37), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2011.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura.. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu** (51), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

VINUTO, Juliana. “**O outro lado da moeda**”: o trabalho de agentes socioeducativos no estado do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado), Rio de Janeiro, 2019.

ZAMBONI, Márcio. **O barraco das monas na cadeia dos coisas**: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário. Tese (UFRGS). 2017

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM JOVENS

<b>Roteiro de Entrevista – Jovens LGBT</b>
--

**Entrevistador:**

**Entrevistado(a):**

**Local:**

**Data:**

**A) IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome completo:
- Nome social (se houver):
- Idade:
- Estado civil:
- Raça:
- Quais documentos você possui?
- Local de nascimento:
- Local de residência anterior (casa própria, alugada, abrigo, rua?):
- Escolaridade:                      Série atual?
- Renda familiar mensal:
- Você exercia algum trabalho?  
Sim ( ). Qual sua profissão/ocupação? \_\_\_\_\_  
Não ( ).
- É praticante de alguma religião?  
Sim ( ). Qual sua religião? \_\_\_\_\_.  
Não ( )
- Orientação sexual:
- Identidade de gênero:
- Tem filho(s)?

**B) HISTÓRIA DE VIDA:**

1. Como era sua vida antes de chegar aí? (infância, família, escola, religião, lazer, adolescência)
2. Como foi a descoberta da sua sexualidade/ gênero? Você sofreu preconceito/agressão por isso (LGBTfobia)? Por outro motivo (racismo, machismo)?
3. E como você foi parar aí? O que ocorreu? (motivo?, qual medida socioeducativa e por quanto tempo?, entendeu a medida? Foi pega quantas vezes? Achou justa a medida ou teria outra sugestão?)
4. E agora, como está sendo essa experiência pra você, sendo LGBT? Tem/teve algum relacionamento? Está sendo respeitada(o)? (como se dividem dormitórios, relação com os profissionais e demais internas, atividades educativas... – deixar fala livre. Depois ver lacunas, conforme a PARTE C).
5. Na sua opinião, o que precisa melhorar no socioeducativo? Conte um pouco.

6. Qual o seu desejo pro futuro?
7. Você tem mais alguma coisa a acrescentar?

### **C) QUESTIONÁRIO – RELATÓRIO DE VISITA**

#### **LGBT**

1. Você preferiu estar no centro feminino ou queria ir para o masculino? Por quê?
2. Você fica num bloco separado, dormitório específico? Ou fica junto com as demais?
3. Os funcionários que têm mais contato com você são homens ou mulheres? Você se sente segura(o)?
4. A sua revista foi feita por homem ou mulher? Você foi perguntada(o) antes? Como se sentiu?
5. Seu nome social é respeitado? Relate.
6. Você tem/teve alguma relação afetiva (namoro, fica) com outra(o) interna(o)? Como foi? Foi constrangida(o) ou agredida(o) em algum momento?
7. Você faz terapia hormonal? Caso não, desejaria fazer?
8. Você sofreu algum assédio, piada ou xingamento (cabrão, sapatão...)?

#### **Saúde**

9. Você tem algum problema de saúde física ou mental (depressão, ansiedade, consumo de entorpecentes, automutilação, tentativa de suicídio)? Se sim, Qual?
10. Você precisa tomar algum remédio? Se sim, qual? Está tomando?
11. Você tem acesso a métodos contraceptivos (camisinha)? Se sim, qual?
12. Você está tendo atendimento médico? E psicológico? Quantas vezes?
13. Você está tendo acesso a máscara, álcool em gel e material de limpeza?
14. Você está tendo acesso a material de higiene íntima (absorventes)?
15. Você teve Covid no centro ou conheceu quem teve? Se sim, foi isolada(o) das demais? Como foi o episódio?

#### **Educação**

16. Você está tendo aulas? Como está sendo durante a pandemia? Quantas vezes?
17. Você tem acesso a discussões sobre gênero (Maria da Penha, assédio, feminicídio)? E de saúde sexual e reprodutiva (gravidez, camisinha, anatomia, DSTs)? E sobre racismo?
18. Que atividades você faz no centro? O que mais gostaria que tivesse?

#### **Direitos humanos**

19. Você sofreu violência policial quando foi pega?
20. Você tem privacidade nas visitas familiares? Como ocorre? Quem te visita?
21. Você foi algemada?
22. Você esteve na tranca?
23. Você está tendo assistência da sua religião? Como ocorre?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM  
ÓRGÃO LGBT**

<b>Roteiro de Entrevista – Órgão LGBT</b>
---

**Entrevistador:**

**Entrevistado(a):**

**Local:**

**Data:**

**B) IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome completo:
- Nome social (se houver):
- Idade:
- Estado civil:
- Raça:
- Local de nascimento:
- Local de residência (casa própria, alugada, abrigo, rua?):
- Escolaridade:
- Renda familiar mensal:
- Qual o seu trabalho?
- Onde atua?
- É praticante de alguma religião?  
Sim ( ). Qual sua religião? \_\_\_\_\_.
- Não ( )
- Orientação sexual:
- Identidade de gênero:

**B) TRAJETÓRIA PROFISSIONAL:**

8. Quando e como você entrou no seu trabalho?
  
9. Como é o seu trabalho e como ficou durante a Covid-19? (rotina, atribuições, relações com conselhos)
  
10. Como são as ações promovidas pelo órgão, em alusão às LGBTs? (datas comemorativas)
  
11. Você tem notado transformações nos direitos LGBT de acordo com as mudanças de governo? Explique (criação Janaína Dutra, criação/ extinção da Coordenadoria de Diversidade Sexual)
  
12. Explique como você avalia suas condições de trabalho. (Como foi criação do GT)
  
13. Você recebeu algum estímulo (promoção ou gratificação) para (se) capacitar continuamente em Direitos Humanos e Diversidade Sexual? Você se sente bem informado/a nesses temas?

**C) LGBT:**

14. Você recebeu formação para trabalhar com jovens LGBT? Se sim, como foi?

15. Você acompanha jovens LGBT no sistema desde quando? Relate o histórico das demandas.
- Masculino ou feminino? Dormitório separado ou não? (Norma do Conselho?)
  - Nome social / retificação de registro civil
  - Preconceito por LGBTfobia (insultos e agressões)
  - A revista íntima (vistoria)
  - Visita íntima / familiar
  - Terapia hormonal
  - Relacionamentos?
  - Saúde física e mental? (Covid-19, p. ex.)
  - Saúde sexual e reprodutiva (testagem de HIV, camisinha, contraceptivos, palestras)
  - Gravidez (caso de um trans grávido), uso de drogas, prostituição
  - Educação
  - Trabalho
16. Existem/ existiram ações LGBT (Visibilidade Trans, eventos Pré-Parada LGBT, Semana Janaína Dutra) nas unidades socioeducativas? Conte um pouco.
17. Como é/era a relação desses jovens LGBT com vocês, profissionais LGBT? Pode contar histórias (como são/eram nos atendimentos, no dia-a-dia?)
18. Onde estão os LGBT egressos? O que sabem sobre eles?
19. Na sua opinião, o que precisa melhorar no socioeducativo em geral e para as LGBT nos centros socioeducativos? Conte um pouco.

Obrigado pela sua participação!
---------------------------------

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM  
PROFISSIONAIS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO**

<b>Roteiro de Entrevista – Profissionais do Sistema Socioeducativo</b>
--

**Entrevistador:**

**Entrevistado(a):**

**Local:**

**Data:**

**C) IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome completo:
- Nome social (se houver):
- Idade:
- Estado civil:
- Raça:
- Local de nascimento:
- Local de residência (casa própria, alugada, abrigo, rua?):
- Escolaridade:
- Renda familiar mensal:
- Qual o seu trabalho?
- Onde atua?
- É praticante de alguma religião?  
Sim ( ). Qual sua religião? \_\_\_\_\_  
Não ( )
- Orientação sexual:
- Identidade de gênero:

**B) TRAJETÓRIA PROFISSIONAL:**

20. Quando e como você entrou no Centro?
  
21. Como é o seu trabalho no Centro e como ficou durante a Covid-19? (rotina, atribuições, regime de trabalho semanal e de folgas, recebeu guia com atribuições?)
  
22. Você tem notado transformações no sistema socioeducativo de acordo com as mudanças de governo? Explique (criação SEAS, modelo Paraná?)
  
23. Você é funcionário de referência? Explique e disserte como você avalia suas condições de trabalho. (Unidade tem projeto pedagógico? Conhece(m)?)
  
24. Você recebeu algum estímulo (promoção ou gratificação) para se capacitar continuamente em Direitos Humanos e Diversidade Sexual? Você se sente bem informado nesses temas?

**C) LGBT:**

25. Você recebeu formação para trabalhar com jovens LGBT? Se sim, como foi?
  
26. Você trabalhou com algum jovem LGBT no sistema? Relate essas experiências.  
- Masculino ou feminino? Dormitório separado ou não?

- Nome social/ vulgo
- Preconceito por LGBTfobia (insultos e agressões)
- A revista íntima (vistoria)
- Visita íntima / familiar
  
- Terapia hormonal
- Atividades socioeducativas (Quais gostam e não gostam? Quais demandam?)
- Relacionamentos?
- Saúde física e mental? (Covid-19, p. ex.)
- Saúde sexual e reprodutiva (testagem de HIV, camisinha, contraceptivos, palestras)
- Gravidez (caso de um trans grávido), uso de drogas, prostituição
- Educação
- Trabalho

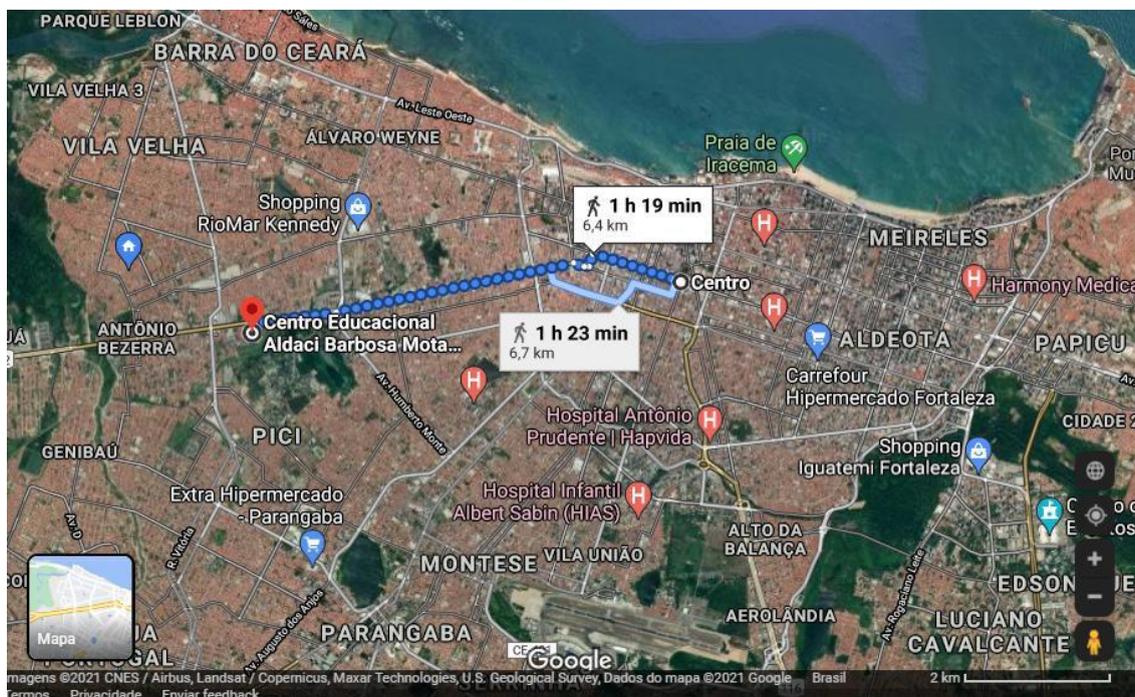
27. Como é/era a relação desses jovens LGBT com vocês, profissionais? (como são nos atendimentos, nas assembleias, nas rodas de conversa, no dia-a-dia?)
28. Onde estão os LGBT egressos? O que sabem sobre eles?
29. Na sua opinião, o que precisa melhorar no socioeducativo? Conte um pouco.

### **Saúde**

30. Você tem algum problema de saúde física ou mental? Se sim, Qual?
31. Você precisa tomar algum remédio? Se sim, qual? Está tomando?
32. Você está tendo atendimento médico? E psicológico? Se sim, quantas vezes? (plano de saúde do órgão?)
33. Você está tendo acesso a máscara, álcool em gel e material de limpeza no trabalho?
34. Você teve Covid-19 ou conheceu alguém na unidade/ no sistema que teve? Se sim, relate como foi/foram os episódios.
35. Existe testagem de HIV na unidade? E palestras sobre direitos sexuais e reprodutivos?

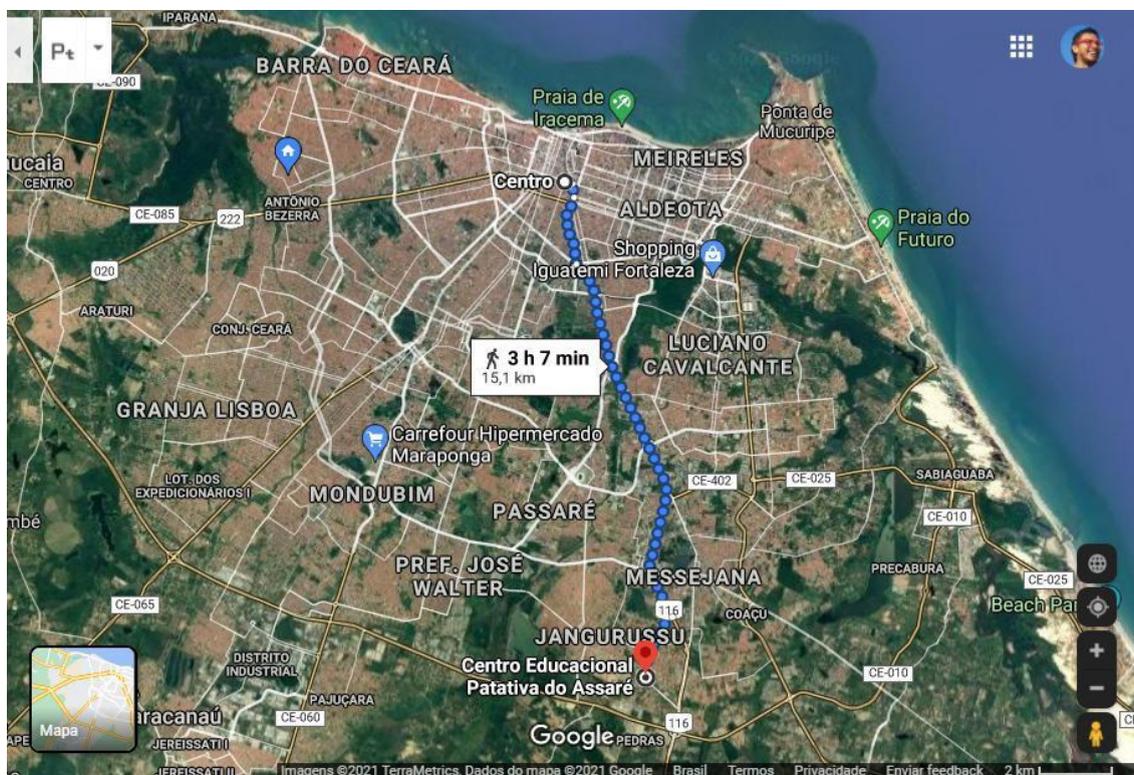
Obrigado pela sua participação!

## ANEXO A – CHECK IN DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO ALDACI BARBOSA MOTA



Fonte: Google Maps

## ANEXO B – CHECK IN DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO PATATIVA DO ASSARÉ



Fonte: Google Maps

### ANEXO C – FOTOS DO INTERIOR DE UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO



Legenda: Nas paredes de um dos centros socioeducativos em Fortaleza, mensagens escritas pelos adolescentes pedem 'salvação'

Fonte: Emanoela Campelo de Melo/ Diário do Nordeste



Legenda: Interior de um dormitório num centro de internação de adolescentes no Ceará

Fonte: Fórum DCA

**ANEXO D – FOTOS DO CENTRO SOCIOEDUCATIVO FEMININO**

Legenda: Registro de vistoria no Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota, em Fortaleza  
Fonte: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará



Legenda: Registro de vistoria no Centro Socioeducativo Aldaci Barbosa Mota, em Fortaleza  
Fonte: Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará

**ANEXO E – FOTO DE CENTRO SOCIOEDUCATIVO MASCULINO  
DURANTE O COLAPSO**



Fonte: Diário do Nordeste